



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUÍS FERNANDO VANIN

**ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS
LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS-SC SOB A PERSPECTIVA DA
DESCLASSIFICAÇÃO**

Florianópolis
2024

Luís Fernando Vanin

**ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS
LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS-SC SOB A PERSPECTIVA DA
DESCCLASSIFICAÇÃO**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Sociedade

Linha de pesquisa: Memória, Mediação e Organização do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Sales.

Florianópolis
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vanin, Luís Fernando
Organização das memórias e patrimônios culturais
LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da
desclassificação / Luís Fernando Vanin ; orientador,
Rodrigo de Sales, 2024.
281 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Organização do conhecimento.
3. Desclassificação. 4. Cultura LGBTQIAPN+. 5.
Florianópolis. I. Sales, Rodrigo de . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação. III. Título.

Luís Fernando Vanin

**ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS
LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS-SC SOB A PERSPECTIVA DA
DESCCLASSIFICAÇÃO**

O presente trabalho em nível de Mestrado, foi avaliado e aprovado, em 20 de fevereiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Renata Cardozo Padilha, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Carlos Wellington Soares Martins, Dr.
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Jean Fernandes Brito, Dr.
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção de título de Mestre em Ciência da Informação.



Documento assinado digitalmente
Edgar Bisset Alvarez
Data: 05/03/2024 18:40:55-0300
CPF: ***.516.228-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Rodrigo de Sales
Data: 29/02/2024 10:24:02-0300
CPF: ***.880.069-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo de Sales, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

*Dedico este trabalho a **todes** LGBTQIAPN+ que vieram antes de mim
e a **todes** que ainda virão...*

AGRADECIMENTO

Querides,

Hoje, ao expressar minha gratidão, sinto uma profunda emoção ao reconhecer as pessoas que moldaram e iluminaram minha jornada.

Agradeço, primeiramente, a mim mesmo, por perseverar e seguir adiante, enfrentando desafios e crescendo a cada passo.

Agradeço também, à Deus, aos Orixás, aos Santos, aos seres de luz, às energias emanadas pelo universo que me confortam e me amparam nos momentos de desespero, alegrias, conquista e fé.

Aos meus amados pais, Mario Vanin e Iracilda Vanin, dedico um agradecimento especial. O apoio incondicional de vocês moldou minha base, tornando possível cada conquista.

Às minhas irmãs, Aliciane e Otavia, e aos meus sobrinhos, Eduardo, Letícia e Talissa, minha gratidão por serem parte fundamental da minha história.

Aos queridos amigos e companheiros de luta e profissional, Janssem Vasconcelos e Gabriela Granemann, expresso minha admiração e agradecimento pela parceria valiosa em nossa jornada conjunta. Seja para tramar a revolução ou apenas fazer fofocas...

Ao Plural Coletivo LGBT de Passo Fundo, onde iniciei minha trajetória como militante e aprendi sobre como é preciso lutar para sobreviver numa sociedade que nos quer mortas.

Ao meu companheiro John por estar há três anos sendo meu ponto de apoio afetivo incondicional. Te amo!

Ao meu ex-namorado e amigo, Petherson Rogger dos Santos, agradeço por ter sido parte importante da minha vida e continuar fazendo parte dela. Te Amo, gata!

À irmã que a vida me deu, Oscar dos Santos, mesmo distante, sua presença é constante e valiosa. Nossas parcerias iniciaram quando éramos novinhas, hoje somos Irenes, gostosas e potentes.

Meu sincero agradecimento ao psiquiatra e amigo Lucas Boff, que desempenhou um papel crucial em manter minha ansiedade sob controle durante essa trajetória desafiadora.

Às companheiras de jornada na Secretaria Regional de Educação de São Joaquim, Dany, Carla, Nelice e Verinha, meu agradecimento pela paciência e suporte sempre.

À minha amiga Cristian Cajé, minha eterna gratidão por ser fonte de inspiração e

apoio nos momentos difíceis e nas celebrações da vida. Levo você para sempre em meu coração.

À Maria Joana, minha inseparável e indispensável amiga para as horas de desespero, esperança, alegria, tranquilidade e festa. Legaliza já!

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo de Sales, por aceitar me orientar no mestrado e também no doutorado. Obrigado por ouvir minhas loucuras e desabafos e por acreditar em mim. Rô, você merece uma breja!

À professora Ana Cláudia Oliveira, por acalmar meus ânimos e incentivar, minha excelência pessoal e profissional.

À professora Renata Padilha, por acompanhar minha trajetória acadêmica e participar das bancas de qualificação e defesa de mestrado, contribuindo significativamente para esta pesquisa.

Aos queridos amigos Carlos Wellington, Jean Brito e André Avelino, colegas de profissão que a biblioteconomia me proporcionou, e que também se dedicaram em contribuir com minha jornada, meu agradecimento.

A todos os membros do Centro Acadêmico de Biblioteconomia da UFSC, por me acompanharem na luta por uma biblioteconomia mais inclusiva e respeitosa aos seus discentes, meu sincero obrigado.

Às Rodriguetes Dirnele, Amábile e Andréia, meu reconhecimento pelo companheirismo.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela excelência educacional e vivências inesquecíveis.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, onde cursei meu mestrado e cursarei meu doutorado, meu agradecimento pela oportunidade de crescimento acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por garantir minha bolsa de mestrado, permitindo-me dedicar à pesquisa.

À Praia Mole, Galheta, Joaquina, Campeche. Armação, Matadeiro, Daniela e Ingleses pela disponibilidade em emprestar suas memórias para que a construção dessa pesquisa fosse possível.

À comunidade LGBTQIAPN+, agradeço profundamente a todes que, com coragem e determinação, abriram caminhos na luta e na existência, pavimentando o terreno para que eu pudesse chegar até aqui.

Cada pessoa LGBTQIAPN+ que cruzou meu caminho foi uma fonte de inspiração e

força, moldando a minha compreensão do mundo e me impulsionando a ser autêntico. Suas histórias de resistência, amor e aceitação criaram uma trilha luminosa que iluminou o meu caminho.

Hoje, reconheço o privilégio de contar com modelos tão incríveis em minha jornada. Espero sinceramente que, assim como fui inspirado por cada uma de vocês, eu também possa ser uma fonte de inspiração para as LGBTQIAPN+ que ainda estão por vir. Que minha jornada possa servir como um lembrete de que somos capazes de superar desafios, de que nossa existência é valiosa e merece ser celebrada.

A luta pela igualdade e respeito é contínua, e sei que, juntas, podemos criar um mundo mais inclusivo e acolhedor para todas as identidades e expressões. Que nossa união seja um farol para aqueles que buscam seu lugar no mundo, mostrando-lhes que são amados, aceitos e dignos de ocupar espaços em todos os cantos da sociedade.

Agradeço a todes por sua coragem, amor e pelo impacto que tiveram em minha vida. Continuemos avançando, abrindo portas e construindo um futuro mais igualitário para a comunidade LGBTQIAPN+.

Com amor e gratidão,

Luís Fernando Vanin

POEMA

Classificaram-me!

Logo eu, que me achava uma incógnita, um constante devir, uma caixa de surpresas

Normalizaram-me!

Normalizaram meu corpo, meu desejo, meu afeto, meu comportamento
Gritou a biopolítica de Foucault, a performatividade de Butler e a necropolítica de Mbembe
Usaram todos os dispositivos possíveis
ABNT, Vancouver, LC, APA e ISO

Catalogaram-me!

Me colocaram em uma caixinha: gay-hetero, cis-trans, homem-mulher
Logo eu que sou tudo isso e ao mesmo tempo nada
Sou marcado socialmente para ajudar na compreensão do Outro, ou o Outro do Outro, ou a
Outra da Outra
Cansado de que digam quem sou e me classifiquem, normalizem e me cataloguem
Quero meu lugar de fala!
Só eu sei a dor e a delícia de ser quem eu sou
Eu que sou muitos e ao mesmo tempo ninguém
Entre as estantes e livros encontro a paz e o desassossego
Queriam que eu fosse médico, advogado e empreendedor
Contra tudo e contra todos (e todes) é entre os livros que pretendo fazer a revolução
(contra)sexual
Escolhi ser bibliotecário
E mais uma vez fui classificado.

Carlos Wellington

MANIFESTO

Todas as bichas, bichinhas, bichonas. As mariconas, as afeminadas, as passivonas, as excêntricas, as marginais, as depravadas, as despudoradas. As opositoras do heterocapitalismo, as contestadoras da heteronormatividade, as humilhadas, as violentadas, as escarradas.

Todas!

Levantai-vos, todas!

Todas as fanchas, monocós, caminhoneiras, sapatonas. As mulheres negras, pardas, amarelas, cor-de-rosa. As vadias, as putas, as prostitutas. As biscates, mulheres da rua, as nuas. Todas as estranhas, as subversivas, as corrompidas, cuspidas. Todas as enxotadas, enxovalhadas, as perseguidas.

Todas!

Levantai-vos, todas!

Todas as macho-fêmeas, travestis, drag queens, drag kings, crossdressers, transgêneros, intersex. As ambíguas, as dúbias, as confusas. Transhomens, transmulheres, transviadas, desviadas, desconfiadas, viadas. As desfamiliarizadas, as estrangeiras, as contra-identitárias, as etéreas.

Todas!

Levantai-vos, todas!

Todos os corpos estranhos, desfigurados, amputados, não conformados, não capturados. Os corpos sujos, peludos, alterados, marcados, protéticos, mancos, coxos. Os corpos dobráveis, contornáveis, dissidentes. Os corpos rasgados, perfurados, modificados. Os corpos-muleta, os corpos-cadeira, os corpos-dildo, os corpos tortos. Corpos gordos, assimétricos, desalinhados, desequilibrados.

Todas!

Levantai-vos, todas!

Prazeres imundos, dismorfes, desterritorializados, híbridos, contra-sexuais. Prazeres sintéticos, inorgânicos, inventados. Prazeres líquidos, fluidos. Prazeres abjetos, rotos, negados. Prazeres imprevisíveis, não assimilados, invisíveis.

Todas!

Levantai-vos, todas!

Hereges, pecadores, profanos, bruxas, traidoras da norma, monstros e dragões, ciborgues e mutantes, centauros e duendes, borboletas e lagartas. As dessacralizadoras do cu, as desmistificadoras do cis, as subvertidas, as invertidas, as incontidas, as invadidas.

Todas!

Essas vidas todas! Vivíeis!

Levantai-vos!

Jamil Cabral Sierra.

VANIN, Luís Fernando. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

RESUMO

O campo da organização do conhecimento, inserido na área da Ciência da Informação, se dedica ao desenvolvimento de fundamentos e técnicas de seleção, organização, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos que transmitem saberes e informação, capazes de gerar novos conhecimentos. Via de regra, a organização do conhecimento se faz a partir de categorias preestabelecidas por uma determinada cultura hegemônica e totalizante, mediante uma lógica essencialista e hierarquizante, sem compreender a violência e o lugar hegemônico de onde partem suas propostas. Assim, a partir da percepção das problemáticas do campo da organização do conhecimento, buscamos aqui, amparar nossos olhares sob a perspectiva da desclassificação de García Gutiérrez, que propõe a introdução do pluralismo lógico e a aceitação da contradição como ferramentas fundamentais para a garantia de representar, organizar e promover o protagonismo de vozes marginalizadas e esquecidas/apagadas nos contextos de memórias e patrimônios culturais. Ao questionarmos como podemos mobilizar a organização de memórias, culturas e patrimônios LGBTQIAPN+ de modo a reduzir desigualdades, apagamentos e silenciamentos de grupos sociais marginalizados, estabelecemos o objetivo geral de investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, amparados pela perspectiva da desclassificação. Para isso, recorreremos a metodologias das áreas das ciências humanas e sociais, utilizando-nos de entrevistas como método de coleta de dados e seguimos amparados na cartografia social e de sentimentos para a análise dos dados coletados. Ao estabelecer diálogos significativos com as pessoas entrevistadas, foi possível identificar fragmentos de memórias e patrimônios culturais, resultando na elaboração de listas de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, que servirão como base para estudos futuros. Durante nossa imersão nesta pesquisa, tecemos algumas premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras, para orientar os mediadores culturais na organização de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, esta pesquisa é um convite para deslocarmos nossos olhares para as margens dos conhecimentos científicos e sociais, de modo a superarmos as lógicas opressoras, dominantes e universalistas que inferem violências simbólicas e epistemológicas na organização do conhecimento, para um conglomerado de indivíduos e grupos sociais. Assim, ao garantirmos o protagonismo das vozes que emergem dos guetos e favelas do conhecimento, estamos compartilhando sentimentos de renovação e revolução nos fazeres científicos e sociais. A diversidade deve ser garantida e ampliada a partir de posicionamentos críticos, especialmente na cientificidade, sendo onde nos encontramos para este profícuo diálogo.

Palavras-chave: Organização do conhecimento. Desclassificação. Memórias. Patrimônios culturais. Cultura LGBTQIAPN+. Florianópolis.

VANIN, Luís Fernando. **Organization of LGBTQIAPN+ memories and cultural heritage of Florianópolis-SC from the perspective of declassification**. 2024. 282 f. Dissertation (Master's) - Postgraduate Program in Information Science, Center for Education Sciences, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

ABSTRACT

The field of knowledge organization, inserted in the area of Information Science, is dedicated to the development of fundamentals and techniques for selection, organization, storage, communication and retrieval of documents that transmit knowledge and information, capable of generating new knowledge. As a rule, the organization of knowledge is based on categories pre-established by a certain hegemonic and totalizing culture, through an essentialist and hierarchical logic, without understanding the violence and the hegemonic place from which its proposals come. Thus, based on the perception of problems in the field of knowledge organization, we seek here to support our views from the perspective of García Gutiérrez's declassification, which proposes the introduction of logical pluralism and the acceptance of contradiction as fundamental tools to guarantee representation, organize and promote the protagonism of marginalized and forgotten/erased voices in the contexts of cultural memories and heritage. When questioning how we can mobilize the organization of LGBTQIAPN+ memories, cultures and heritage in order to reduce inequalities, erasures and silencing of marginalized social groups, we establish the general objective of investigating possibilities of organizing LGBTQIAPN+ memories and cultural heritage of Florianópolis-SC, supported by perspective of declassification. To do this, we used methodologies from the areas of human and social sciences, using interviews as a data collection method and using social and sentiment cartography to analyze the data collected. By establishing meaningful dialogues with the people interviewed, it was possible to identify fragments of memories and cultural heritage, resulting in the creation of list of memories and cultural heritage of the LGBTQIAPN+ community in Florianópolis, which will serve as a basis for future studies. During our immersion in this research we weaved some decolonial, transcultural and declassifying premises, to guide cultural mediators in the organization of memories and cultural heritage of the LGBTQIAPN+ community. Finally, This research is an invitation to move our gaze to the margins of scientific and social knowledge, in order to overcome the oppressive, dominant and universalist logics that infer symbolic and epistemological violence in the organization of knowledge, for a conglomerate of individuals and social groups. Thus, by guaranteeing the protagonism of the voices that emerge from the ghettos and slums of knowledge, we are sharing feelings of renewal and revolution in scientific and social activities. Diversity must be guaranteed and expanded based on critical positions, especially in science, which is where we meet for this fruitful dialogue.

Keywords: Knowledge organization. Declassification. Memoirs. Cultural heritages. LGBTQIAPN+ culture. Florianópolis.

VANIN, Luís Fernando. **Organización de las memorias y patrimonio cultural LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC desde la perspectiva de la desclasificación**. 2024. 282 f. Disertación (Maestría) - Programa de Postgrado en Ciencias de la Información, Centro de Ciencias de la Educación, Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

RESUMEN

El campo de la organización del conocimiento, inserto en el área de las Ciencias de la Información, se dedica al desarrollo de fundamentos y técnicas para la selección, organización, almacenamiento, comunicación y recuperación de documentos que transmiten conocimientos e información, capaces de generar nuevos conocimientos. Por regla general, la organización del conocimiento se basa en categorías preestablecidas por una determinada cultura hegemónica y totalizadora, a través de una lógica esencialista y jerárquica, sin comprender la violencia y el lugar hegemónico del que provienen sus propuestas. Así, a partir de la percepción de problemas en el campo de la organización del conocimiento, buscamos aquí sustentar nuestras visiones desde la perspectiva de la desclasificación de García Gutiérrez, que propone la introducción del pluralismo lógico y la aceptación de la contradicción como herramientas fundamentales para garantizar la representación, organizar y promover el protagonismo de voces marginadas y olvidadas/borradas en los contextos de las memorias y el patrimonio cultural. Al cuestionarnos cómo podemos movilizar la organización de las memorias, culturas y patrimonio LGBTQIAPN+ para reducir las desigualdades, borrados y silenciamientos de grupos sociales marginados, establecemos el objetivo general de investigar posibilidades de organización de las memorias, culturas y patrimonio cultural LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, apoyados por perspectiva de desclasificación. Para ello, utilizamos metodologías propias del área de las ciencias humanas y sociales, utilizando la entrevista como método de recolección de datos y utilizando la cartografía social y de sentimiento para analizar los datos recolectados. Al establecer diálogos significativos con las personas entrevistadas, fue posible identificar fragmentos de memorias y patrimonio cultural, resultando en la creación de listados de memorias y patrimonio cultural de la comunidad LGBTQIAPN+ en Florianópolis, que servirá de base para futuros estudios. Durante nuestra inmersión en esta investigación, tejimos algunas premisas decoloniales, transculturales y desclasificadoras, para guiar a los mediadores culturales en la organización de las memorias y el patrimonio cultural de la comunidad LGBTQIAPN+. Finalmente, esta investigación es una invitación a desplazar nuestra mirada hacia los márgenes del conocimiento científico y social, para superar las lógicas opresoras, dominantes y universalistas que infieren violencia simbólica y epistemológica en la organización del conocimiento, para un conglomerado de individuos y grupos social. Así, al garantizar el protagonismo de las voces que emergen de los guetos y barrios marginales del conocimiento, estamos compartiendo sentimientos de renovación y revolución en las actividades científicas y sociales. Hay que garantizar y ampliar la diversidad a partir de posiciones críticas, especialmente en la ciencia, que es donde nos reunimos para este fructífero diálogo.

Palabras clave: Organización del conocimiento. Desclasificación. Memorias. Patrimonios culturales. Cultura LGBTQIAPN+. Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Florianópolis dividido por região	113
Figura 2 – Arte ADEH	120
Figura 3 - Arte Coletivo Gozze	121
Figura 4 – Arte Instituto Arco-Íris	123
Figura 5 – Arte Estrela Guia.....	124
Figura 6 – Arte Acontece – Arte e política LGBTI+	125
Figura 7 – Arte Conselho Municipal LGBT - Florianópolis.....	126
Figura 8 – Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição - 2023.....	165
Figura 9 - Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição – 2023. Apresentadora Selma Light	165
Figura 10 – Parada LGBTI+ de Florianópolis – 6ª edição - 2011	166
Figura 11 - Parada LGBTI+ de Florianópolis- Provavelmente de 2011	166
Figura 12 - Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição - 2023	167
Figura 13 – Mapa do Centro e Parte Continental de Florianópolis – Em destaque Beira-Mar Norte (Roxo) e Beira-Mar Continental (Verde)	167
Figura 14 – Carnaval do Roma – Sem data.....	173
Figura 15 – Carnaval do Roma – Drag Vogue Star – Sem data.....	174
Figura 16 - Carnaval do Roma – cross-dressing - Sem data	174
Figura 17 - Carnaval do Roma – Sem data.....	175
Figura 18 - Carnaval do Roma – Sem data.....	175
Figura 19 - Carnaval do Roma – Sem data.....	176
Figura 20 – Concurso Pop Gay – Sem data.....	176
Figura 21 – Concurso Pop Gay – Sem data.....	177
Figura 22 - Concurso Pop Gay – Sem data	177
Figura 23 - Concurso Pop Gay - Vencedora de 2015 – Electra - categoria Drag Queen	178
Figura 24 - Concurso Pop Gay - Vencedora de 2015 – Fabrícia Ferreira -categoria Beauty Queen.....	178
Figura 25 - Concurso Pop Gay - 2012.....	179
Figura 26 - Concurso Pop Gay - 2012.....	179
Figura 27 - Concurso Pop Gay - 2012.....	180
Figura 28 - Concurso Pop Gay - 2012.....	180
Figura 29 - Concurso Pop Gay - 2013.....	181

Figura 30 – Concurso Pop Gay – Carla Camuratti – Embaixadora - 2016	181
Figura 31 – Concurso Pop Gay – Electra – Vencedora categoria Drag Queen - 2014	182
Figura 32 - Concurso Pop Gay – Fabrícia Ferreira – categoria Beauty Queen - 2014.....	182
Figura 33 – Concurso Pop Gay – Rayalla Moon - 2014	183
Figura 34 – Concurso Pop Gay - 2020	183
Figura 35 - Mapa do Centro de Florianópolis	184
Figura 36 – Mapa do Centro de Florianópolis	185
Figura 37 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	188
Figura 38 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	188
Figura 39 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	189
Figura 40 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	189
Figura 41 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	190
Figura 42 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023	190
Figura 43 – Escadaria do Rosário - Florianópolis	191
Figura 44 – V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023.	193
Figura 45 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023	193
Figura 46 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023	194
Figura 47 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023	194
Figura 48 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023	195
Figura 49 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023	195
Figura 50 – Mosaico de atrações artísticas do I CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023	197
Figura 51 – 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023.....	198
Figura 52 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023	198
Figura 53 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023	199
Figura 54 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023	199
Figura 55 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023	200
Figura 56 – Eventos já realizados pelo Baile da Brum	201
Figura 57 – Baile da Brum	201
Figura 58 – Print do Perfil do Instagram do Baile da Brum.....	202
Figura 59 – Baile da Brum - 2022	202
Figura 60 – Festa Slut Rave - 2023	204
Figura 61 – Festa Slut Rave - 2023	204
Figura 62 – Festa Slut Rave - 2023	205

Figura 63 – Festa Slut Rave - 2023	205
Figura 64 – Boate Oppium	206
Figura 65 – Boate Oppium	207
Figura 66 – Boate Oppium – Elke Maravilha em destaque.....	207
Figura 67 – Boate Oppium – Gala Gay	208
Figura 68 – Boate Oppium – Outdoor - 1984.....	209
Figura 69 – Boate Oppium – Gaça Gay - 1983	209
Figura 70 – Boate Oppium	210
Figura 71 – Boate Oppium - Casamento	211
Figura 72 – Boate Oppium - Casamento	211
Figura 73 – Boate Oppium - Casamento	212
Figura 74 – Boate Oppium	212
Figura 75 – Boate Oppium	213
Figura 76 – Boate Oppium	213
Figura 77 – Boate Oppium	214
Figura 78 - Boate Oppium.....	214
Figura 79 - Boate Oppium.....	215
Figura 80 - Boate Oppium.....	215
Figura 81 - Boate Oppium.....	216
Figura 82 - Boate Oppium.....	216
Figura 83 - Boate Oppium.....	217
Figura 84 – Praia Mole e Praia da Galheta	220
Figura 85 – Praia da Galheta	220
Figura 86 – Bar do Deca.....	221
Figura 87 – Bar do Deca – Temporada de Verão	221
Figura 88 – Bar do Deca – Festa de Carnaval	222
Figura 89 – Madalena Bar	223
Figura 90 – Madalena Bar	224
Figura 91 – Madalena Bar	224
Figura 92 – Madalena Bar	225
Figura 93 – Madalena Bar	225
Figura 94 – Madalena Bar	226
Figura 95 – La Kahlo Bodega	226
Figura 96 – La Kahlo Bodega – Carnaval de Rua.....	227

Figura 97 – Arte Coletiva Mudiá.....	229
Figura 98 – Arte CoMBi/SC	231
Figura 99 – Arte GAPPA/SC.....	232
Figura 100 – Arte IEG-UFSC	233
Figura 101 – Arte Afrodite	234
Figura 102 – Arte - Roma.....	235

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista 1 - Memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis a partir das pesquisas analisadas.	142
Tabela 2 - Procedimentos metodológicos da pesquisa	149
Tabela 3 - Lista 2 - Memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis a partir das entrevistas realizadas	235

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
ABIG	Associação Brasileira de Imprensa Gay
ABRAI	Associação Brasileira Intersexo
ADEH	Associação Em Defesa Dos Direitos Humanos
AEGLBT/SC	Associação dos Empreendedores GLBT de Santa Catarina
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALB	Arquivo Lésbico Brasileiro
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CAPES-AD	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Programa de Demanda Social
CATS	Coletivo de Artistas Transmasculines
CEDOC	Centro de Documentação
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CMDLGBT	Conselho Municipal de Direitos LGBT
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
COC	Cultura en Ontspanningscentrum – Holanda
CRP 12/SC	Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
DF	Distrito Federal
EBH	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENTLaidS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a Aids
FLH	Frente de Liberación Homossexual – Argentina
GALF	Grupo de Ação Lésbica-Feminista
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção à Aids
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IDHM	Índice De Desenvolvimento Humano Municipal
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IPQ	Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
JUGARA	Juventude Gay do Ratonês
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
LGBTI+	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans e Interssexuais, demais identidades e vivências sexuais e de gênero
LGBTQIA+	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, Queer, Interssexuais e Assexuais, demais identidades e vivências sexuais e de gênero
LGBTQIAP+	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais, Pansexuais, demais identidades e vivências sexuais e de gênero
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais, Agêneros, Aliados, Pansexuais, Pessoas Não-Binárias e demais identidades e vivências sexuais e de gênero.
MDS	Museu da Diversidade Sexual de São Paulo
MEI	Museologia Experimental e Imagem
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
OAB/SC	Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
OC	Organização do Conhecimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PFL/PI	Partido da Frente Liberal – Piauí
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PSOL/RJ	Partido Socialismo e Liberdade – Rio de Janeiro
RefmemoLGBT	Núcleo de Referência, Memória e Pesquisa LGBT
SC	Santa Catarina
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SISEM-SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal

SUS	Sistema Único de Saúde
TLGB	Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais
TRF/4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UniRio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 APRESENTANDO A PESQUISA	24
1.1 OBJETIVOS	32
1.1.1 Objetivo Geral	33
1.1.2 Objetivos Específicos	33
1.2 JUSTIFICATIVA	33
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO	35
1.4 ESTRUTURA DE PESQUISA	35
2 SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A DESCLASSIFICAÇÃO	37
2.1 DESCLASSIFICAÇÃO	40
2.1.1 Demarcacionismo e Desordem	44
2.1.2 Pluralismo lógico e epistemografia interativa	47
2.1.3 Operadores complexo e transcultural	53
3 CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS	56
3.1 CULTURA	57
3.2 MEMÓRIA	61
3.3 PATRIMÔNIO	65
3.4 CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBTQIAPN+	69
3.4.1 Alguns exemplos de preservação da memória e patrimônios culturais LGBTQIAPN+	74
4 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS LGBTQIAPN+	77
4.1 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS	77
4.2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+	92
4.2.1 Exemplo do Grupo Dignidade de Curitiba-PR: CEDOC LGBTI+	98
4.3 A SIGLA EM DISPUTA: LGBTQIAPN+	99
4.4 UMA LINHA DO TEMPO	101
4.5 VIVÊNCIAS LGBTQIAPN+ EM FLORIANÓPOLIS	111

4.5.1	Eventos de Sociabilidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis – SC.....	116
4.5.2	Movimentos sociais, associações e coletivos LGBTQIAPN+ de Florianópolis.....	119
4.5.3	Lugares representativos para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis	126
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS	143
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	148
5.2	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	153
6	FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS: IDENTIFICANDO ALGUNS PATRIMÔNIOS CULTURAIS POSSÍVEIS	154
6.1	APRESENTANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS	156
6.2	FESTIVIDADES, EVENTOS E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS	161
6.2.1	Parada LGBTI+ de Florianópolis	161
6.2.2	Carnaval do Roma e o Pop Gay	168
6.2.3	Diversa – Feira Cultural LGBTI+ de Florianópolis.....	186
6.2.4	Transforma - Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina.....	191
6.2.5	Cuir Fest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+.....	196
6.3	LUGARES.....	200
6.3.1	Baile da Brum	200
6.3.2	Festa Slut Rave	203
6.3.3	Boate Oppium	206
6.3.4	Boate Chandon.....	217
6.3.5	Praia Mole, Praia da Galheta e Bar do Deca	218
6.3.6	La Kahlo Bodega e Madalena Bar	222
6.3.7	Baixo centro de Florianópolis.....	227
6.3.8	Outros lugares.....	227
6.4	REPRESENTATIVIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS (MOVIMENTOS SOCIAIS) ..	228

6.4.1 MUDIÁ - Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa	228
6.4.2 Coletiva CoMBi/SC	229
6.4.3 GAPA - SC	231
6.4.4 Instituto de Estudos de Gênero (IEG – UFSC).....	232
6.4.5 Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades – AFRODITE	233
6.4.6 ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis.....	234
7 PREMISSAS DECOLONIAIS, TRANSCULTURAIS E DESCLASSIFICATÓRIAS PARA ORGANIZAR MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+	237
8 CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	248
REFERÊNCIAS	254
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	269
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	271
ANEXO.....	275

1 APRESENTANDO A PESQUISA

*“[...] Onde queres um lar, revolução! [...]”
O queres - Caetano Veloso*

A Ciência da Informação (CI), área dedicada a investigar as propriedades e o comportamento da informação, os fluxos informacionais, os mecanismos para processá-la e otimizar a comunicação, a acessibilidade e o uso da informação, como afirmam (Belkin; Robertson, 1976; Borko, 1968), é necessariamente multidisciplinar e participa ativamente da transformação da sociedade contemporânea na chamada sociedade da informação. Isso justificado pela forte dimensão social e humana que permeia os alicerces basilares da área (Saracevic, 1996).

Estudos como o de Capurro (2003) buscam compreender a abrangência do campo da Ciência da Informação através de paradigmas epistemológicos, entendidos como estudo dos processos cognitivos, e a hermenêutica, a partir da compreensão do papel do indivíduo como intérprete da informação, permeado pelo contexto histórico e social. O autor identifica três paradigmas da informação que alicerçam o campo da CI. O primeiro deles, o paradigma físico, teve como marco a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver (1949), compreendido como um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos e dos contextos. O segundo paradigma, surge em contraponto ao primeiro, nas teorias desenvolvidas por Brookes (1977), ao qual Capurro (2003) denomina como paradigma cognitivo, visto que neste paradigma a informação é considerada “ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano.” (Capurro, 2003, p. 9). Assim, no terceiro paradigma, Capurro (2003) percebe a necessidade de se repensar a compreensão dos processos informacionais, ampliando os olhares para a natureza social e coletiva da informação, considerando o seu dinamismo em um determinado contexto social e a subjetividade inerente aos atores sociais.

Por sua vez, Duque Cardona (2020) identifica, através do aprofundamento nos estudos dos paradigmas de Capurro, que estes partem de um marco analítico eurocentrado, refletindo a realidade de determinado substrato social. Assim, a partir do questionamento “Para quê e para quem é a CI?”, a autora colombiana sugere ser necessária uma revolução científica dos paradigmas da informação, tendo como marco analítico a decolonialidade, a

interculturalidade, os fundamentos de estudos culturais e as epistemologias do sul global, com o intuito de que *“la producción y transferencia de la información no responda exclusivamente a la lógica de reproducción de un conocimiento científico, sino que involucre el conocimiento local, situado, contextualizado y en consonancia con la historia y memoria latino-americana”* (Duque Cardona, 2020, p. 65). Em última análise, o que a autora propõe é uma alternativa para o desenvolvimento da área da Ciência da informação, buscando transpor as barreiras coloniais, opressoras e dominantes que circundam as bases teóricas e epistemológicas da CI.

De modo a superar as perspectivas positivistas e estruturalistas, a noção de informação como um substrato interativo a partir do processo de contextualizar e/ou recontextualizar é, sobretudo, uma responsabilidade social dos cientistas da informação na busca pela promoção do desenvolvimento dos indivíduos e consequentemente dos grupos sociais.

A colonialidade e a decolonialidade são conceitos fundamentais para compreender a dinâmica do poder e do conhecimento em nossas sociedades (Quijano, 2000). A colonialidade é um fenômeno global que se pauta em classificações raciais e étnicas impostas à população global. Essa influência abrange tanto o aspecto material como o subjetivo da existência social cotidiana.

A colonialidade do poder se baseia na ideia de raça e no racismo como princípios organizadores que sustentam todas as hierarquias no sistema-mundo, justificando a dominação eurocêntrica sobre outras culturas (Grosfoguel, 2009). Esse discurso eurocêntrico legitima a opressão e rotula as populações colonizadas como "bárbaras" ou "primitivas", a fim de justificar seus sofrimentos em nome do desenvolvimento europeu. Desta forma, Santos (2007) contribui inferindo sobre colonialidade do saber, que

Portanto, excluiu outros saberes e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando epistemologias da periferia do ocidente. Tal colonialidade do saber é representada na geopolítica do conhecimento, a partir da qual a razão, a verdade e a ciência são atributos possíveis nas – e das – metrópoles, cabendo aos territórios (ex) coloniais e seus sujeitos o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (Santos, 2007, p. 72).

A colonialidade vai além das relações formais de exploração e dominação colonial, ao impactar nas relações sociais intersubjetivas. Essa prática é sustentada pela ciência moderna/colonial e pelo eurocentrismo, marginalizando outras formas de conhecimento e visões de mundo (Quijano, 2014). Como afirmam Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019, p. 9), a "Colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo

de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza que foram forjadas no período colonial."

Por outro lado, a decolonialidade busca resistir às lógicas da modernidade/colonialidade e promover o desligamento e desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em relação ao projeto de dominação ocidental (Pinto; Mignolo, 2016). Busca-se reconhecer outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e produção de conhecimento suprimidas pelo eurocentrismo e liberalismo (Balestrin, 2013).

Os estudos decoloniais também enfocam na descolonização do saber, buscando incluir de forma crítica e igualitária os conhecimentos subalternizados e os ocidentais (Ocaña; López; Conedo, 2018). Enfatizam o diálogo de saberes e o reconhecimento das diferentes perspectivas coloniais e enfrentamentos das populações subordinadas (Mignolo, 2010).

A decolonialidade é um projeto de enfrentamento e construção de um novo espaço epistemológico, que promove igualdade, criticidade e respeito à diversidade cultural (Balestrin, 2013) (Aguiar, 2016) (Ocaña, López e Conedo, 2018) (Segato, 2018) (Taylor, 2013). Essa abordagem é crucial para a desconstrução das estruturas de poder coloniais, dando voz aos povos historicamente subalternizados e promovendo a coexistência de diferentes perspectivas culturais e epistemológicas. Assim, a construção de uma abordagem que abarque a diversidade cultural e a pluralidade de existências passa pelo diálogo de saberes (Duque Cardona, 2020). Somente assim poderemos caminhar em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

No âmbito da Ciência da Informação e da organização do conhecimento, é possível perceber influências da colonialidade. Isso se manifesta na prática científica que pretende ser universal e objetiva, mas que, na verdade, reflete os valores eurocêtricos e patriarcais (Quijano, 2014).

O campo da organização do conhecimento (OC), inserida na área da CI, se dedica, conforme Esteban Navarro e García Marco (1995), ao desenvolvimento de fundamentos e técnicas de seleção, organização, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos que transmitam saberes e informações, capazes de gerar novos conhecimentos. Em consonância, Bräscher e Café (2010, p. 93) afirmam que a organização do conhecimento, é o processo de "construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade". Seu produto, a representação de conhecimento, define-se como uma "estrutura conceitual que representa modelos de mundo", que permite descrições e explicações de fenômenos da realidade.

Questionando as estruturas conceituais e epistemológicas do campo da organização do conhecimento, Sales (2021, p. 20) parte das discussões de Olson (2001) e de García Gutiérrez (2007, 2018) para refletir sobre “os impasses causados pela hegemonia do pensamento ocidental, pautado quase que exclusivamente na relação dicotômica e no binômio diferenças-semelhanças, responsáveis pela construção de sistemas classificatórios demasiadamente rígidos e deterministas”. Nesse sentido, o autor chama a atenção que “nas sociedades coexistentes ao século XXI, o que se relacionam não são mais apenas designações verbais e suas cargas conceituais, mas sim uma pluralidade de signos pertencentes às mais diversas manifestações semióticas” (Sales, 2021, p. 14). Na ótica desse autor, é necessário municiar o campo da organização do conhecimento de aspectos éticos e de responsabilidade social, procurando promover a democracia, a justiça e a inclusão social. Para tal, é imperativo assumir uma postura crítica em relação às ferramentas já existentes e consolidadas na área, dado que estas são dispositivos de poder que muitas vezes reproduzem e legitimam discursividades hegemônicas e homogeneizantes.

Para construir uma organização do conhecimento que quebre com essa colonialidade epistêmica, é fundamental adotar perspectivas decoloniais na produção de conhecimentos da América Latina e do Caribe. Isso envolve discutir opressões, sub-representações e relações de poder contra populações marginalizadas, reconhecer conhecimentos produzidos por populações do norte global (que estejam à margem de suas sociedades), bem como propiciar a reflexão crítica à colonialidade e propor, assim, a decolonialidade como alternativa de enfrentamento (Garcez; Sales, 2021).

Esse esforço pode possibilitar a construção de uma epistemologia própria, capaz de lidar com os problemas socioculturais impostos pela realidade local, contribuindo para um movimento decolonizador. Dentre as perspectivas críticas decoloniais na organização do conhecimento, destaca-se a desclassificação como uma provocação à ideia de classificação (García Gutiérrez, 2011).

Essa desclassificação e desnaturalização dos sistemas de classificação são fundamentais para enfrentar as lógicas colonizadoras que perpetuam violências epistêmicas e injustiças sociais. É essencial tornar visíveis esses sistemas e hierarquias para combater suas influências na organização do conhecimento (Adler, 2016).

Em meio a esse contexto, é importante compreender a informação como um artefato material e simbólico de produção de significados, inserido em um fenômeno que envolve conhecimento e cultura. Essa dimensão social e cultural da informação precisa ser considerada criticamente, levando em conta as diversas perspectivas políticas, econômicas,

históricas e culturais dos sujeitos que as produzem, disseminam e se apropriam delas.

Assim, a busca pela decolonialidade na organização do conhecimento é crucial para desafiar a colonialidade epistêmica e enfrentar as violências e injustiças resultantes de sistemas classificatórios e dispositivos de poder. Adotar uma postura decolonial significa reconhecer e valorizar os conhecimentos das populações marginalizadas, proporcionando uma organização do conhecimento verdadeiramente inclusiva e reflexiva, capaz de romper com estruturas de dominação e construir perspectivas contra-hegemônicas de produção de saberes.

Nesta lógica, o pesquisador espanhol Antonio García Gutiérrez busca apresentar uma outra perspectiva para se pensar a organização do conhecimento, examinando os horizontes epistemológicos e o próprio processo humano de organização do conhecimento. Via de regra, essa organização se faz a partir de categorias preestabelecidas por uma determinada cultura hegemônica e totalizante, partindo de uma lógica essencialista e hierarquizante, sem compreender a violência e o lugar hegemônico de onde partem suas propostas (García Gutiérrez, 2008).

Assim, ao conjecturar as reflexões de García Gutiérrez com as percepções de Duque Cardona (2020), Sales (2021) e Garcez e Sales (2021), sobre uma nova maneira de se pensar a transcultura ou a interculturalidade a partir dos estudos da CI e da OC, faz-se necessária uma reflexão a partir de epistemologias críticas, descentralizadas, decoloniais, antirracistas, feministas, LGBTQIAPN+, entre outras que proporcionem aos sujeitos, às comunidades, aos discursos, aos conhecimentos e às memórias subalternizadas a garantia de representatividade que possa superar as condições pré-estabelecidas de hierarquia e universalidade. Condições estas que, em maior ou menor grau, condicionam a dominação, a opressão e o apagamento/silenciamento de outras vozes que necessitam ocupar o protagonismo e emancipar os saberes e fazeres locais, regionais e descentralizados.

Assim, a teoria da desclassificação, proposta por García Gutiérrez, é uma “incursão sobre as possibilidades do pluralismo lógico e da paraconsciência na construção dos conhecimentos e memórias, em que chega a reabilitar a contradição como recurso próprio para a garantia do dissenso nas redes de conhecimento e memória” (Sodré, 2008, P. 8). Definida pelo autor,

A desclassificação envolve basicamente a introdução do pluralismo na lógica central da classificação. É uma operação metacognitiva e não automática que, em cada ação do classificador, requer uma consciência completa da incompletude, do preconceito e da subjetividade explícita. Com a tecnologia atual, é possível elaborar procedimentos e sistemas de classificação baseados na desclassificação. Mas tais técnicas e ferramentas também terão de passar

por uma revolução epistemológica em todos os seus protocolos e estratos (García Gutiérrez, 2011, p. 10, tradução nossa).

Ao aprofundar a construção desta pesquisa, percebemos que os campos que transitam entre as memórias, as culturas e os patrimônios são dedicados a construir sólidos referenciais para estabelecer o presente e projetar o futuro, buscando encontrar valores e renovar a história e a memória social, conjecturando os fatos sociais, políticos, culturais, econômicos não apenas na perspectiva da lembrança, mas, sobretudo numa perspectiva memorialística e histórica. Assim, segundo Silva (2019, p. 157), “pode-se entender que a matéria-prima da memória se extrai da experiência tida pelas pessoas, das observações feitas, das informações adquiridas por meio de variadas fontes, dos aprendizados e trocas de experiências coletivas”. No que lhe concerne, o patrimônio, como dimensão política e social da memória, não inclui apenas as heranças, mas é também constituído pelos bens culturais materiais e imateriais que proporcionam ao indivíduo e aos grupos sociais no presente a manutenção das identidades, culturas e representações de seu passado.

Cultura é uma das bases formadoras da sociedade, sendo a informação um elemento dinamizador dos laços e relações sociais. Milanesi (1997, p. 127) afirma que “a informação é a linha e a cultura é o tecido”, e, ao estabelecer ligações entre estes dois conceitos na área da Ciência da Informação, é possível conceber um tear informacional justamente no entrelace que forma as variadas culturas. Ricoeur (2007) contribui para esta visão ao afirmar que a informação é responsável pela construção de “artefatos simbólicos” de um coletivo, evocando a memória destes que estabelecem as práticas culturais.

Em vista disso, a Ciência da Informação (CI), como área multidisciplinar, dedicada a investigar e promover as propriedades, fluxos e transformações da informação, pode promover um profícuo diálogo com a sociedade, “que não apenas produz, mas, consome informação e, sobretudo, seus bens culturais, pois a informação recolhida, processada e decodificada é as informações e as memórias no presente com a expectativa de transmiti-las para as gerações difundida na sociedade através do patrimônio tanto material como imaterial” (Azevedo Netto, 2004, p. 121). Desta forma, a CI e a OC precisam da participação efetiva dos seus agentes para preservar, através das ações como registrar os fatos, conservar os monumentos, organizar os registros e promover a mediação da informação e da cultura pertinentes à memória social individual e coletiva dos variados grupos sociais.

Múltiplas são as culturas e comunidades existentes em uma sociedade. Nosso foco está direcionado às comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais,

Transgêneros, *Queers*, Intersexos, Assexuais, Agêneros, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, pessoas Não-Binárias e demais identidades e vivências sexuais e de gênero. Neste estudo, essas comunidades estão representadas pela sigla LGBTQIAPN+¹. Embasados na luta por direitos, na construção de políticas públicas para equalizar a existência e na (re)existência e ressignificação dos corpos, esses grupos sociais buscam romper com culturas patriarcais, autoritárias e excludentes e passam a produzir seus próprios símbolos e significados culturais. Todavia, como destacado por Baptista (2017, p. 133), “é notório que a ausência de marcos legais interessados na população LGBT culminou não só na perseguição e violência (física e/ou verbal) mas também de exclusão social e cultural”, o que nos leva a questionar os modelos de culturas preserváveis, bem como as políticas públicas acerca desta área, sendo excludentes e elitizadas, invisibilizando as diversidades culturais e cerceando as percepções das transformações históricas.

Os aspectos que atualmente dão contornos às referidas culturas LGBTQIAPN+ surgiram a partir dos movimentos de resistência e contracultura que emergiram em meados do século XX, os quais protagonizaram a afirmação desta comunidade nos campos político e social, colocando-os como personalidades na luta por direitos e também na articulação destas culturas.

As discussões pertinentes aos patrimônios culturais LGBTQIAPN+ servem para enfatizar as manifestações socioculturais produzidas e/ou relacionadas às comunidades LGBTQIAPN+, questionando a heteronormatividade² e recuperando as memórias que animam as referências culturais de um grupo historicamente marginalizado e apagado das representações patrimoniais brasileiras.

Assim, Quiroz e Souza (2021), abraçados às perspectivas de Taylor (2019) e Julião

¹ A sigla utilizada para representar a comunidade LGBTQIAPN+ em políticas públicas e na comunicação perpassa por um amplo campo de discussões entre academia, movimentos sociais e senso comum. A historicidade desta sigla é representativa e faz parte da memória e da cultura LGBTQIAPN+, uma vez que as definições de representatividade desta sigla entrelaçam o campo das disputas, firmando-se como luta política desta comunidade. Isso é possível de ser observado a partir da sua evolução e representação das siglas (Homossexuais, GLS, GLBT, LGBT, etc.). Entendendo o sistema sexo-gênero como um campo de estudos dinâmico e fluido é possível identificar transformações de identidades múltiplas e infinitas, partindo de um espectro social dinamizado pelas interações sociais. Assim, entendendo a dinamicidade da sigla e das representações desta comunidade, optamos pela utilização da sigla LGBTQIAPN+ para construir este escrito, porém, sem esquecer que as afetações que surgirão através do processo de pesquisa também poderão influenciar na escolha da sigla que se apresentará no resultado deste trabalho científico.

² A partir das sexualidades, vistas como produções subjetivas complexas e contraditórias, o fenômeno da heteronormatividade pode emergir como sentidos subjetivos configurados em uma lógica baseada em discursos hegemônicos que determinam uma única forma de vivenciar a sexualidade. Junqueira (2007) menciona os fortes vínculos da heteronormatividade com outros fenômenos normativos, tais como racismo, sexismo, misoginia, a xenofobia, o classicismo, etc., contribuindo na “[...] construção, legitimação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilo de vida e relações de poder” (Junqueira, 2007, p. 10).

(2006), evidenciam que a significância do patrimônio vai além das evidências históricas e memórias da comunidade, pois perpassa, sobretudo, pela representatividade plural de culturas patrimoniáveis, buscando diminuir a desigualdade e os apagamentos da comunidade LGBTQIAPN+ perante o campo da cultura, memória e patrimônio. Silva e Barros (2019) corroboram ao afirmar que o patrimônio, como categoria jurídica de gestão pública do espaço e memória social, evidencia as identidades como constituintes e mobilizadas, elevando a constituição de sujeitos sociais como representantes e identificados com estes patrimônios culturais LGBTQIAPN+.

Desta forma, Diego Barbosa da Silva (2018) e Marcos Aurélio da Silva (2017) situam as expressões culturais da comunidade LGBTQIAPN+ ao citar as territorialidades, os festejos, as artes, a linguagem e as performances, constituindo-se o lócus de trocas simbólicas e representações de pertencimento dos indivíduos e do coletivo de forma não homogênea. Os autores o fazem priorizando as interseccionalidades e subjetividades, procurando respeitar as variações e os regionalismos, na tentativa de ampliar e garantir a pluralidade das culturas LGBTQIAPN+ passíveis de resgates históricos (memórias e patrimônios), afirmando os sujeitos LGBTQIAPN+ como grupo social atuante e constituinte da nação brasileira.

O avanço na preservação de culturas, memórias e patrimônios de minorias sociais apagadas e/ou silenciadas parte do presente ao passado buscando potencializar as vozes dos esquecidos da história. Assim, tomamos o patrimônio como base de identidades reconstruídas através das memórias e culturas, permeadas pelos marcadores sociais da diferença em detrimento de culturas e memórias homogeneizantes e opressoras. Neste horizonte, a organização do conhecimento também desempenha papel fundamental nas construções de novos rumos para esta arena.

Para delimitar a presente pesquisa, partindo das discussões acima expostas, é possível questionar como podemos mobilizar, através das noções de pluralismo lógico e inter/transculturalidade, uma organização de memórias, culturas e patrimônios LGBTQIAPN+ de modo a reduzir desigualdades, apagamentos e silenciamentos de grupos sociais marginalizados?

Na presente pesquisa, o recorte geográfico de observação e análise das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ é a cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Sua composição territorial abarca uma ilha, uma pequena parte continental e alguns pequenos arquipélagos que circundam a ilha principal. Tem uma população de aproximadamente 500 mil habitantes (segundo estimativas do IBGE em 2021) e tem como principal base de sua economia a tecnologia, o turismo, a construção civil e a prestação de

serviços (IBGE, 2022). Com suas mais de 40 praias, trilhas, cachoeiras e lagoas, Florianópolis é um recanto de belezas naturais que atrai pessoas do mundo todo, como diz o trecho da música *Rancho de Amor à Ilha*, hino oficial de Florianópolis (1965): “Um pedacinho de terra, perdido no mar!... Num pedacinho de terra, beleza sem par... Jamais a natureza reuniu tanta beleza”.

Para a comunidade LGBTQIAPN+, a Ilha da Magia, como é conhecida a ilha de Florianópolis, é vendida como “a capital do turismo gay”. Por ser um lugar marcado por belezas naturais, o turismo fez com que a perpetuação desta marca fosse fomentada pelo poder público e pela exploração da sigla LGBTQIAPN+ para a rotulação de um destino amigável e *LGBTQIAPN+-friendly*³. Foi no início dos anos 2000 que este segmento turístico esteve em alta, alinhado ao movimento do *pinkmoney*.⁴ Foi neste período que também se percebeu tanto um aumento nas políticas sociais voltadas às comunidades LGBTQIAPN+, quanto um esforço de empresas e marcas locais em se associar ao público LGBTQIAPN+, na tentativa de captá-lo como público consumidor.

Porém, a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ que vivem na Ilha da Magia é um tanto quanto diferente da imagem criada para fins econômicos que se fortalece desprovida de debates fundamentais como respeito, igualdade e cidadania. As violências a que nós LGBTQIAPN+ estamos expostos cotidianamente reverberam nas nossas vivências, na falta de representatividade e no controle social ao qual estamos submetidos. No documentário “Depois do Fervo” (2016), produzido por Matheus Faisting, fruto de seu trabalho de conclusão do curso de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, foi exposta a falácia de que Florianópolis é um lugar seguro para LGBTQIAPN+ viverem. No documentário, há relatos dos mais variados tipos de agressões sofridas por pessoas LGBTQIAPN+ na Ilha da Magia. Em Florianópolis, há movimentações culturais, em especial, da comunidade LGBTQIAPN+. Nas memórias que ‘enfeitam’ a comunidade, perpassam desde espaços, artes, academia, movimentos sociais, festas, paradas da diversidade, personagens históricos, até violências, silenciamentos e apagamentos.

1.1 OBJETIVOS

³ Ou também *gay-friendly*, Termo de origem estadunidense que foi apropriado pelo setor turístico para designar os espaços de socialização LGBTQIAPN+, como uma espécie de selo que indica “sem preconceito” à comunidade LGBTQIAPN+

⁴ O Pink Money, em tradução livre, significa dinheiro rosa e se refere ao poder de compra da comunidade LGBTQIAPN+. Mais do que uma ação de marketing, o termo engloba a causa social.

Assim, a partir das reflexões acima estabelecidas, foi possível delinear os objetivos geral e específicos que orientam esta pesquisa, de modo a alcançarmos respostas possíveis para o problema aqui identificado.

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir da teoria da desclassificação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Estabelecer um diálogo entre o campo da organização do conhecimento e o campo das memórias, culturas e patrimônios;
- b) Examinar os principais aspectos da teoria da desclassificação, a fim de propor possibilidades para organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis;
- c) Identificar memórias, culturas e patrimônios que representam a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir de entrevistas com personalidades sociais deste segmento cultural;
- d) Tecer algumas premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras para a organização do conhecimento abordar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a escolha da temática de pesquisa se dá, primeiramente, a partir da minha vivência como membro da comunidade LGBTQIAPN+ e na participação em movimentos sociais LGBTQIAPN+ e estudantis na região do sul do Brasil. Durante a graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), procurei introduzir esta temática no desenvolvimento de alguns trabalhos das disciplinas cursadas, assim como no trabalho de conclusão de curso. Neste último, explorando o Jornal Lampião da Esquina⁵ como patrimônio cultural LGBTQIAPN+.

⁵ O Jornal Lampião da Esquina foi um jornal “homossexual” brasileiro que circulou entre os anos de 1978 e 1981, sendo um marco histórico e símbolo nacional da semente que germinou o movimento LGBT durante a segunda metade do século XX.

A observação das violências simbólicas e estruturais vivenciadas por sujeitos e coletivos marginalizados, esquecidos e oprimidos também fazem parte desta justificativa visto que as memórias e conhecimentos são ancorados pela disputa de poder através de dispositivos sociais que limitam a participação e emancipação destes sujeitos, impedindo a construção de novos saberes e novos fazeres. Tomamos como ponto de partida a demarcação de lugares de onde falamos, como reflete Djamila Ribeiro (2017), a fim de superar o lugar de objeto de pesquisa para assumir o protagonismo nesta empreitada. Isso, porém, como afirma Spivak (2010), não garante que as vozes subalternas sejam ouvidas, portanto, ao definirem-se, classificarem-se e representarem-se, os sujeitos colocados à margem buscam romper os pensamentos, conhecimentos e memórias hegemônicas e universalizantes.

As dificuldades para localizar literaturas pertinentes para o desenvolvimento das minhas pesquisas são marcas desta justificativa, pois acreditamos que este estudo poderá contribuir para o desenvolvimento científico da Ciência da Informação, especialmente para o campo de organização do conhecimento, tendo os olhares voltados para a organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+.

Para exemplificar, é possível citar uma busca simples realizada com o termo LGBT nos Anais do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), o mais importante encontro científico da área da CI no país. A busca obteve como resultados os seguintes: ano de 2017 – de um total de cerca de 500 trabalhos, apenas 2 foram recuperados com a temática; 2018 – de um total de cerca de 500 trabalhos, novamente, apenas 2 foram recuperados com a temática; 2019 – dos cerca de 500 trabalhos, apenas 3 foram recuperados. Mais especificamente no campo da organização do conhecimento, autores como Nascimento (2015; 2021) e Pinho (2010) têm se debruçado a refletir novos caminhos epistemológicos a partir de conhecimentos e saberes produzidos pela comunidade LGBTQIAPN+. A pesquisa aqui proposta se difere das dos autores citados na medida que pretendemos explorar a teoria da desclassificação de García Gutiérrez, visando propor novos caminhos para uma OC decolonial, transcultural e sabidamente contraditória.

Vale, ainda, destacar a publicação do livro *“Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIAPN+ na Ciência da Informação”* (2019), organizado pelas(os) bibliotecárias(os) Nathália Romeiro, Carlos Wellington e Bruno Almeida, um dos primeiros estudos a abordar a questão LGBTQIAPN+ na Ciência da Informação brasileira.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Os percursos metodológicos aqui propostos são o resultado de uma interação teórica e metodológica das áreas das ciências humanas e sociais. Parte-se de reflexões do campo da Ciência da Informação, adentrando à organização do conhecimento, conjecturando com os campos científicos de estudos das culturas, memórias e patrimônios. Assim, o emaranhado de conceitos, teorias e métodos, vão refletir a interação pretendida como objetivo deste estudo. Dado que se trata de um complexo e amplo debate, respeitaremos as interdisciplinaridades destes campos, porém, observando as contribuições que emergem a partir das escolhas teóricas e metodológicas, feitas por esta bicha pesquisadora, que corroboram na construção deste objeto de pesquisa.

Desta forma, a incursão pretendida aqui se faz a partir de questionamentos de ordens teóricas e práticas de organizar o conhecimento. Ao compreendermos a importância e a defasagem dos modelos já estabelecidos pela organização do conhecimento no campo da CI, buscamos ampliar nosso aporte teórico e epistemológico ao estabelecer diálogos que buscam compreender as diferentes lógicas e movimentações sociais e culturais que nos fazem perceber as violências e não contemplações de diversas configurações culturais e sociais nestes campos de estudo. Então, ao optarmos por métodos investigativos alinhados à Antropologia e à Sociologia, buscamos ampliar a participação dos indivíduos e grupos sociais nesta empreitada de pesquisa, bem como, garantir que o olhar e a imersão do pesquisador estejam presentes aqui.

Portanto, a pesquisa aqui proposta é um convite para deslocarmos nossos olhares para as margens dos conhecimentos científicos e sociais, de modo a superarmos as lógicas opressoras, dominantes e universalistas, que inferem violências simbólicas e epistemológicas para um conglomerado de indivíduos e grupos sociais. Assim, ao investirmos no protagonismo das vozes que emergem dos guetos e favelas do conhecimento, estamos compartilhando de sentimentos de renovação e revolução nos fazeres científicos e sociais. A diversidade deve ser garantida e ampliada a partir de posicionamentos críticos, especialmente na cientificidade, sendo onde nos encontramos para este profícuo diálogo.

1.4 ESTRUTURA DE PESQUISA

A pesquisa aqui apresentada está estruturada para alcançar os objetivos propostos, valendo-se das metodologias selecionadas para guiar este estudo. Inicialmente, adentramos às

reflexões teóricas e epistemológicas do campo da organização do conhecimento e da desclassificação, explorando conceitos como demarcacionismo, desordem, pluralismo lógico e epistemografia interativa, além de oferecer uma explicação a respeito dos operadores complexo e transcultural.

Na sequência, dedicamo-nos a discutir as abordagens dos campos científicos das culturas, memórias e patrimônios, estabelecendo conexões entre esses aportes teóricos. Aprofundamos as definições de culturas, memórias e patrimônios da comunidade LGBTQIAPN+ com o intuito de delimitar os aspectos que orientarão o olhar desta bicha pesquisadora e dos futuros leitores desta obra.

Prosseguimos com uma reflexão teórica sobre as questões de gêneros e sexualidades, seguida de um breve histórico das movimentações sociais LGBTQIAPN+, destacando marcos importantes para a história e memória dessa comunidade. Nesse capítulo, apresentamos também uma linha do tempo para representar esses marcos sociais. Em seguida, abordamos as vivências LGBTQIAPN+ no contexto de Florianópolis, elaborando uma Lista de Memórias e Patrimônios Culturais LGBTQIAPN+ na cidade, derivada das pesquisas analisadas.

O próximo capítulo trata dos aspectos metodológicos e éticos desta pesquisa, na qual nos dedicamos a realizar entrevistas e nos amparar nas teorias da cartografia social e de sentimentos para análise dos dados coletados. Na sequência, apresentamos os resultados obtidos por meio de entrevistas com personalidades sociais LGBTQIAPN+ de Florianópolis, explorando três categorias relevantes para o reconhecimento e registro das memórias e patrimônios culturais dessa comunidade. Esse processo resultou na elaboração de uma segunda lista de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Por fim, nos dedicamos à elaboração de premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras para organizar memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+. As considerações finais oferecem uma reflexão sobre os resultados alcançados em relação aos objetivos delineados, bem como *insights* para pesquisas futuras. A obra é concluída com a lista de referências bibliográficas, apêndices e anexos.

Desejamos a todes uma ótima leitura. Que este escrito seja um farol de esperança e engajamento para juntas compilarmos, preservarmos e disseminarmos as memórias e patrimônios culturais que enriquecem as vivências culturais e sociais LGBTQIAPN+ de Florianópolis, bem como, outras empreitadas que se dediquem a esta temática.

2 SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A DESCLASSIFICAÇÃO

*Estamos falando sobre amor
 Estamos falando sobre humanidade
 Devemos ver o fator humano
 Nossa fundação é humana, não sexual.
 Minha comunidade morre todos os dias
 Seja de HIV e AIDS
 De transfobia ou homofobia
 Peço a Você. Considere isso.
 Estamos falando de um ser humano.
 Todos nós somos seres humanos!
 É sobre inclusão.
 E eu jamais pedirei a qualquer um de vocês
 Por respeito
 Eu vou exigir respeito!
 Você não irá dizer que me aceita!
 Você não irá dizer que me tolera!
 Você não tem esse poder!
 Eu retiro de você!
 Você irá me respeitar por quem eu sou!
 Obrigado pela honra!*

Dominique Jackson (tradução nossa)

O conhecimento é o resultado do ato de conhecer. É fruto do ato de adquirir informação sobre determinado objeto ou situação histórica e/ou memorialística, de modo a estabelecer relações associativas e acumulativas. Este conhecimento interage para atender demandas humanas e sociais. Segundo Le Coadic (2004), um conjunto articulado de conhecimentos origina um conhecimento que pode ocasionar sistemas de relações formais e experimentais. É, portanto, nas relações sociais que o ser humano constrói conhecimento e por meio do acúmulo de informação os alteram. Para Berger e Luckman (1985), o conhecimento nasce na intersubjetividade, ou seja, os conhecimentos são construídos com base nos contextos sociais que os abrigam, bem como com base na interculturalidade que permeia as vivências dos indivíduos e comunidades discursivas.

Desta forma, a informação, como um instrumento modificador da consciência humana, carrega a potencialidade de construir e modificar as estruturas sociais e, também, estimular o questionamento das ordens, padrões e condutas preestabelecidas privilegiadas em detrimento de conhecimentos, vozes e informações marginalizadas, apagadas e/ou silenciadas.

O conhecimento como um produto e uma necessidade social, segundo Barité (2001, p. 42, tradução nossa), “[...] pode ser visto como o saber acumulado da humanidade, mas também fornecedor permanente que atenda às necessidades sociais e identifica ‘lacunas’ onde novos conhecimentos são necessários para se regenerar”. Portanto, entendemos que o conhecimento tem caráter dialógico e requer compreensão do contexto em que foi criado, bem como das relações estabelecidas entre os sujeitos e a interação com a memória e a cultura, sendo assim, um fenômeno em constante desenvolvimento. Nesse sentido, o campo da organização do conhecimento pode ser visto como um fornecedor de elementos teóricos para a representação e organização da informação e do conhecimento, bem como para a gestão do uso social das memórias e do conhecimento (Barité, 2001).

Ademais, a organização do conhecimento é um campo multidisciplinar, entendido como um espaço de natureza científica e também social. Para a Ciência da Informação, a organização do conhecimento, conforme Esteban Navarro e García Marco (1995), ocupa-se de princípios, métodos e instrumentos que buscam integrar referenciais teóricos e metodológicos que propiciem o diálogo interdisciplinar para aprimorar o desenvolvimento de processos, produtos e instrumentos de organização do conhecimento, visando sua representação e consequentemente a recuperação destes conhecimentos e memórias.

Para Bräscher e Café (2011, p. 25), “a Organização do Conhecimento (OC), como campo de estudo, está fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico” que buscam estruturar visões de mundos, mapeando os relacionamentos semânticos, pragmáticos e funcionais das representações conceituais e os apresentando para determinado grupo social. Este conhecimento aceito como algo socializado, portanto, um fenômeno social, necessita ser representado a partir de modelos e instrumentos, a fim de serem recuperados e socializados. Entendemos, assim, que o processo de organização do conhecimento parte da representação do conhecimento e interage com os processos sociais e culturais.

Para Hjørland (2003, 2008), a organização do conhecimento envolve dois tipos de organização: uma organização de caráter cognitivo, vista pela abordagem dos conceitos, dos sistemas conceituais e das teorias e, outra correspondente à organização do conhecimento social.

OC como um campo de estudo se preocupa com a natureza e qualidade de tais processos de organização do conhecimento (POC), assim como os sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizados para organizar documentos, representação de documentos, obras e conceitos. [...] No sentido mais amplo, OC refere-se à divisão social do trabalho mental, ou seja, à organização das universidades e outras instituições de pesquisa e

ensino superior, à estrutura de disciplinas e profissões, à organização social dos meios de comunicação, à produção e disseminação do “conhecimento” (Hjørland 2008, p.86, tradução nossa)

Desta forma, se partirmos de uma visão positivista, observamos o conhecimento e, conseqüentemente, a organização do conhecimento, como um espelho da realidade, com um caráter cognitivo deslocado e isolado dos atores e dos contextos sociais, como uma transcrição básica ou duplicada de algum arranjo pronto. Já, a partir de uma visão pragmática, compreendemos o conhecimento como algo construído a partir das necessidades sociais de informação e conhecimento. Portanto, para a organização do conhecimento, nesta segunda visão, os contextos sociais e culturais são norteadores nos desenvolvimentos de procedimentos e instrumentos para organizar o conhecimento, conseqüentemente a verdade absoluta e imutável não encontra terreno para fixar-se (Gaudêncio, 2020).

A organização do conhecimento, conforme Farias (2019), consiste no resultado das ações e interações sociais, que integra tanto processos de ordem prática como desenvolvimento de técnicas e instrumentos para organizar o conhecimento. Integra ainda aspectos de ordem crítica e reflexiva, abrangendo componentes éticos e socioculturais que visam garantir a representatividade das diversidades culturais.

Hope A. Olson (2007) tece críticas aos padrões atuais da organização do conhecimento a partir de um olhar voltado às teorias feministas. Assim, inicia por rejeitar posturas universalistas e, compreendendo as limitações impostas pela lógica tradicional, dicotômica e relativista, observa que “é possível incluir modelos que são radicalmente diferentes e que permitam que vários modelos coexistam - separadamente ou em camadas ou mesmo integrados uns com os outros” (Olson, 2007, p. 522, tradução nossa), objetivando encontrar novos caminhos para as problemáticas de uma organização do conhecimento dinâmica, crítica e plural.

Ao pensar sobre a globalização do conhecimento e sobre as memórias através das redes globais e da tecnocultura, García Gutiérrez (2008) vai perceber a problemática da exomemória, entendida como um acúmulo de registros e inscrições da memória social, num contexto dinâmico, político e social. Assim, consegue detectar que apesar da intenção de democratização de acesso e representação, essa paisagem caótica está subjacente às antigas bases de modos de dominação, como linguagem, sistemas de classificação e mercantilização da informação e das culturas. Além disso, o autor nos lembra que as ferramentas de gerenciamento massivo dos registros e memórias são criações do iluminismo, do positivismo, do funcionalismo e do tecnocapitalismo. García Gutiérrez (2008) afirma ser somente a partir

de uma crítica à economia política da informação que conseguiremos uma reviravolta epistemológica que nos faça questionar como e para quem devemos orientar nossos esforços. A fim de superar as lógicas homogeneizantes e dominantes, temos de voltar nosso olhar para as margens, ou seja, para registros, inscrições e/ou memórias oprimidas e apagadas. Desta forma, o autor afirma que a sociedade do conhecimento,

aquela a que devemos aspirar, há de ser uma sociedade desclassificada, isto é, heteroconstruída desde autonarrações múltiplas, a partir de estruturas e processos suficientemente flexíveis para incrementar, em seu interior, mais dissenso e configurações lógicas plurais. No mundo atual do pensamento e das tecnologias unificantes, sabemos que o consenso corre menos riscos do que o dissenso. Dissentir, então, mais do que consentir. (García Gutiérrez, 2006, P.111)

Busca-se, assim, construir ferramentas que auxiliem na organização de “conhecimentos dominantes”, mas sobretudo que promovam a superação e emancipação dos conhecimentos considerados subalternos, sugerindo que devemos nos fortalecer de uma função tecnopolítica da epistemografia interativa.

2.1 DESCLASSIFICAÇÃO

Ao observar as lógicas e sistemas de organização do conhecimento, sejam científicas ou da própria razão humana, García Gutiérrez (2006, p. 110) afirma que “classificar, no sentido tradicional, divide e separa segundo princípios hierarquizantes e totalitários. Desclassificar, por outro lado, é introduzir uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir.” Desta forma, haveríamos de evitar o hermetismo, o estancamento, o dogmatismo e o relativismo, e dotar-se de configurações abertas, permeáveis, sensíveis e plurais. Ou seja, em uma direção ou em outra, a classificação usurpa, deturpa, se sobrepõe, subordina, coloniza o fluxo ilimitado de sentido, tornando o movimento livre praticamente impossível no mundo controlado por categorias.

Os avanços contemporâneos na organização do conhecimento exigem uma reforma radical em sua gênese. Essa reforma envolve a mobilização do pensamento recursivo, ou seja, uma forma de pensar capaz de estabelecer um ciclo de *feedback* dinâmico e gerador entre termos ou conceitos que permanecem complementares e antagônicos.

Ao tentarmos apresentar saídas para a emancipação dos sujeitos afetados diretamente pelas violências simbólicas e estruturais da classificação, devemos conhecer os usuários e fomentar a capacidade crítica de utilização das ferramentas de telecomunicação, bem como

garantir a representatividade, a partir de uma sólida formação crítica dos mediadores do “arquivo global” ou “rede”, a fim de que possamos refletir a cada ação para superarmos as técnicas e práticas opressoras e garantir o não apagamento das várias culturas e sociedades que formulam a sociedade da informação e do conhecimento. Seguindo García Gutiérrez (2008, p. 122),

Nosso objetivo é construir uma teoria sobre redes participativas que formalizem os processos de acumulação de conhecimentos e memórias, atendendo a uma ética plural que consagre os princípios da transculturalidade e livre apropriação. Para isso a rede deve ser dotada de mecanismos que garantam a presença do maior número possível de interpretações, sem limitações alguma, e deve estar interligada a outras redes - daí a dupla abertura sistêmica, de um lado, e a construção desse universo limitado de representações virtuais procedentes de um ilimitado mundo real baseada no consenso passível de revisão, de outros.

A classificação convencional é baseada em uma lógica dicotômica subjacente que prioriza hierarquizações ancoradas em visões indiferentes ao pluralismo lógico/cultural. É, ainda, embasada em uma falsa neutralidade inerente aos mediadores culturais, o que sabemos ser impossível, pois toda ação tem base ideológica, seja ela “dominante” ou “subalternizada”. A ação desclassificadora vai perturbar a dicotomia da classificação convencional, como uma frente aberta, possibilitando uma redescritção alternativa para pensar a transcultura e abrir caminhos para indivíduos e comunidades construir ferramentas de resistência, reclassificação e autoclassificação, assumindo o protagonismo da classificação e/ou produção de conhecimentos e memórias (García Gutiérrez, 2008).

Importante observar que García Gutiérrez não propõe uma substituição das ferramentas convencionais de classificação e organização de conhecimentos e memórias, mas sim aliar-se a elas de modo a superar as defasagens inerentes.

A própria distinção entre classificação e desclassificação não mantém uma tensão dicotômica, pois desclassificação não se opõe à classificação. O oposto de classificar seria simplesmente não classificar. A desclassificação sempre implica em uma reclassificação, uma abordagem com outras lógicas e objetivos (García Gutiérrez, 2018, p. 22).

A condição da desclassificação seria a integração do pluralismo lógico e a capacidade de revisão em suas configurações, incorporando mesmo as hierarquias tradicionais de classificação de forma explicitamente subalterna e secundária. Em troca de aceitação, o pluralismo lógico levaria relacionamentos e conceitos além dos limites da lógica convencional, admitindo e operando a contradição como um recurso cognitivo e preferencial, como nos diz García Gutiérrez (2018).

Portanto, a proposta de desclassificação consiste em intervir estrategicamente nas próprias fontes do raciocínio, o lugar onde ele surge e, simultaneamente, se torna impuro. Para fazer isso, não devemos apenas denunciar ativamente o pensamento binário, mas também alimentar, cuidar e abraçar as contradições em vez de confiná-las, para que possam emergir inesperadamente, com outras nomenclaturas, com outras faces.

Esse mundo de mediações simbólicas e conceituais ao qual a desclassificação pertence seria atravessado por uma infinidade de condutas, atalhos, simultaneidades e conexões.

A desclassificação não procura destruir ou ignorar o que está estabelecido, nem sequer evitar o seu compromisso com a descontinuidade, mas sim desenvolver uma metacsciência reflexiva que nos permita entrar e sair livremente de qualquer redução cultural, identitária, conceitual, sem ter de justificar a heterodoxia, a constante provisória, a intercambialidade de múltiplos e até instâncias opostas. (García Gutiérrez, 2018. p. 110)

Restaurar, sem vangloriar-

se, aquela continuidade quebrada de significado para aqueles que a desejam assim. Portanto, a desclassificação não deve ser ativada com o propósito de quebrar identidade ou cultura, mas simplesmente proporcionar uma consciência de ruptura, uma escolha de abrir, misturar, interromper, manipular, subverter qualquer dominação, fechamento simbólico ou conceitual, por meio de ações de ser e não ser, pertencer e não pertencer simultaneamente a um sistema sem responsabilidade, sem sentimento de culpa (García Gutiérrez, 2018). E se em alguns sistemas a expressão dessa liberdade não era possível, talvez uma consciência furtiva e desclassificada pudesse ajudar a sobreviver na opressão e, através do contágio dissipativo, terminar com ela.

A etapa inicial de desclassificação já representaria um avanço significativo. Com suas ações, a desclassificação contribui para o respeito, aproximando diferentes lógicas, especialmente aquelas consideradas opostas, sem unificá-las, para tornar mais evidente a lógica egocêntrica da demarcação. Assim, García Gutiérrez (2018) propõe chamarmos então este processo de desclassificação de "estratégia". O resultado, embora nunca definitivo, será metacognitivo. Agora é necessário fazer uma concessão epistêmica ao compilar essas estratégias, listá-las e resumi-las para facilitar uma visão conjunta e global em seu alcance. Portanto, para García Gutiérrez (2018, p. 127), a desclassificação seria um processo que requer as seguintes condições:

a) ser apelado pela vontade livre e reversível de um sujeito (individual ou

comunitário) a ser executado, seja em instâncias de atividades subsistêmicas específicas, seja como projeto transversal ou integral da existência.

b) de forma semelhante à lógica paraconsistente, desclassificação é reduzida aos casos em que as ferramentas de abordagens críticas e emancipatórias convencionais não conseguem superar dilemas ou situações agonísticas de ordem lógico-semântica, classificatório, dicotômico, hierárquico, definitivo demarcatório, essencialista, ontológico, epistemológico, categórico ou meramente conceptual.

c) cada sujeito, situação, instância, conceito, exige a escolha e aplicação de uma estratégia *ad hoc*. Portanto, os procedimentos desclassificadores sintetizados abaixo, são indicativos e deve ser aumentado ou reduzido, reformulado, combinados e, por si só, sujeitos a desclassificação adaptar-se às situações e instâncias que exigem heteroautogestão singular, sensível e intransferível.

d) apesar da poderosa autoexigência metacognitiva e assumir a sua própria contradição fundamental, não pode haver desclassificação racional fora da dimensão simbólica e emocional, livre do impulso para o inexplicável, livre de atração por um vazio vertiginoso.

A organização do mundo é guiada pela ação classificatória, uma operação concebida pela cultura e linguagem. No entanto, classificar pode também implicar em ocultar o conhecimento, o que torna a classificação uma questão paradoxal. Por outro lado, desclassificar significa revelar, dismantelando estruturas hierárquicas dominantes e reclassificando com parâmetros diferentes.

A classificação, em última instância, busca a categorização exclusiva e o dogmatismo, enquanto a desclassificação opera com categorias abertas, acolhendo o pluralismo. Classificar divide e separa, enquanto desclassificar agrega e revela outras perspectivas. O poder da classificação exalta e silencia, criando pedestais e poços de esquecimento (García Gutiérrez, 2007; 2008).

A busca pelo topo da classificação revela um mundo, mas esconde outros. A classificação é uma condição do conhecimento, e mesmo ao se buscar alternativas, nos deparamos com novas categorizações. As ferramentas de categorização da memória, aqui propostas em profunda conversa com García Gutiérrez, buscam evitar hermetismo, rigidez e dogmatismo, promovendo uma abordagem aberta e permeável.

Assim, a desclassificação parte da introdução de operadores teóricos que visam eliminar as hierarquias, tornando os conceitos não mais redutores e limitantes, mas ampliando as questões éticas, políticas e sociais, estabelecendo elos de ligações entre os conceitos, os sujeitos e as comunidades participantes de uma determinada rede. A desclassificação é uma ferramenta central da epistemografia. Sua função consiste em instalar o pluralismo lógico no coração mesmo da classificação. Com efeito, se a perspectiva lógica permanece predominantemente linear e monológica, os resultados de sua ação poderiam ser “liberados”,

em virtude do ato de desclassificar.

2.1.1 Demarcacionismo e Desordem

Para que possamos compreender as nuances da desclassificação, devemos realizar uma incursão sobre as reflexões propostas por García Gutiérrez (2006; 2007; 2008; 2018), a fim de estabelecermos marcos importantes para delinear nosso arcabouço teórico.

Partimos da reflexão sobre o demarcacionismo racionalista, o qual especializa-se na definição de fronteiras, tanto no mundo físico quanto no conceitual, por meio de purificações ontológicas ilusórias que são desautorizadas pelo próprio avanço do positivismo (García Gutiérrez, 2008). Contudo, mesmo que o demarcacionismo, como objetivo, represente uma simplificação perversa ou uma acentuação da diferença, a própria demarcação corresponde aos ritmos, acelerações, lacunas e saturação dos deslocamentos naturais. As coisas no mundo existem apenas em uma balbúrdia incontida de composições, decomposições e recomposições que nos levam a refletir sobre fronteiras, periferias e centralidades múltiplas, em uma fronteira concebida simultaneamente como concatenação e ruptura.

Assim, uma demarcação só se torna visível a partir de uma perspectiva e uma escala específica: mudando o ponto de observação (de um olhar normal para um microscópio) ou o observador (como uma abelha que sobrevoa a fronteira hispano-portuguesa), a demarcação desaparece ou se torna irrelevante (García Gutiérrez, 2008, p. 16).

A lógica demarcacionista gera fragmentação e hiperespecialização, facilitando a manipulação por instâncias de poder. Devemos buscar um *ethos* baseado na agregação e complementação de perspectivas, superando a disjunção por meio do diálogo entre visões incompatíveis.

Ao ser teorizada, a demarcação geralmente incorpora os conceitos de núcleo ou centro e periferias, sejam elas simples ou concêntricas. Os primeiros reivindicam o poder, o significado e a relevância, enquanto as segundas são frequentemente relegadas à margem. O centro pode ser, em si mesmo e ao mesmo tempo, uma fronteira, e na periferia, ou em pontos dela, outros centros de poder e expropriação surgem e se dissolvem incessantemente. Os centros, fronteiras, sujeitos e narrativas estão sempre em movimento, muitas vezes de forma sutil e imperceptível para a perspectiva humana. O sentido é gerado e consolidado na interação, não na estagnação.

A realidade, de acordo com essas convenções conceituais, surge da interação

intersubjetiva, da experiência autocomunicativa, cativante, imaginativa ou memorável de um sujeito reflexivo, imaginativo ou sonhador. No entanto, os fatos ocorrem independentemente de serem parte de uma narrativa ou apenas processos naturais. A imaginação e a memória podem se inspirar nos fatos, mas nem sempre os constroem de acordo com eles. Muitas vezes, a mente molda realidades a partir de materiais desvinculados dos fatos, criando a ilusão de que os fatos podem ser narrados de maneira geral e inquestionável.

Admitir a multiplicidade de realidades possíveis sobre os fatos não implica em incompatibilidade, mas sim em correspondência e interação no universo material e simbólico. Não existem realidades impenetráveis pelo outro, e a mente não prefere o abismo ao diálogo, mesmo diante de agressões bélicas. É possível transpor fronteiras, mas muitas vezes isso requer um esforço conjunto de interlocutores qualificados e representativos das necessidades comunitárias, conforme nos alerta García Gutiérrez (2008).

Por sua vez, o pensamento positivista se baseia na demarcação excludente, ignorando a complexidade e a interconexão dos elementos. É importante substituir esse princípio hierárquico por uma abordagem mais rizomática e reticular, que permita uma representatividade mais ampla. O positivismo separa o conhecimento científico objetivo de outras formas de conhecimento, excluindo o observador como parte interessada do processo de observação. Uma nova epistemologia deve aceitar a presença do sujeito e reorientar os objetivos científicos a partir de uma perspectiva social. O positivismo, paradoxalmente, promove o particularismo e a fragmentação para depois proclamar o universalismo de suas conclusões. Isso influenciou as categorizações e predições sobre as condutas da memória registrada.

Contudo, García Gutiérrez (2008, p. 26) nos mostra caminhos interessantes para superarmos as teorias demarcacionistas

Não existem realidades cujas demarcações resistam à vigília permanente para evitar a invasão pelo outro. E não a mente, exceto a dedicadamente suicida ou a psicopatológica, que prefira o abismo ao diálogo apesar das calculadas e desiguais agressões bélicas (sempre infelizes) recentes. Meu ponto de partida é, portanto, a convicção da existência de vias de convergência, de linguagens transversais da necessidade imperativa de buscar pontos de interação marcados por uma ética discursiva voltada para o estabelecimento de “Marcos compreensivos” nos quais a comunicação e a coincidência são possíveis em princípios mínimos verdadeiramente democráticos. Ou seja, se há Fronteiras é possível transpô-las. (García Gutiérrez, 2008, p. 26)

Em resumo, é crucial questionar e superar os vícios do positivismo na organização do conhecimento e da memória, promovendo uma abordagem mais aberta, inclusiva e ética. A

interseção e o cruzamento de perspectivas são fundamentais para uma compreensão verdadeiramente democrática e pluralista.

A realidade, o conhecimento científico, as classificações e as práticas científicas são concebidos como sistemas, buscando estabelecer ordem e estabilidade como pré-condições, em oposição à desordem e ao rizoma. Ao visualizar a realidade, inclusive conceitualmente, como um sistema, torna-se mais simples e congruente com outras diretrizes do paradigma (fragmentação, disjunção, racionalidade, objetividade) o desenvolvimento de métodos de inferência, validação, extrapolação e os usos pretendidos para essas substituições falaciosas da realidade.

Para tanto, García Gutiérrez (2008; 2018) estabelece relação com o conceito de rizoma, no sentido deleuziano, e se ampara em Negri e Guattari (1996) e Deleuze e Guattari (1994) para afirmar que

Os sistemas em rizoma [...] podem derivar infinitamente, estabelecendo conexões transversais sem que se possa centrá-los ou cercá-los; diferentemente da árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como a árvore, nem reprodução interna como a estrutura da árvore. O rizoma é uma antigenealogia, uma memória curta ou antimemória [...]; ao contrário do sistema centrados ou poliscentrados de comunicação hierárquica e uniões preestabelecidas, o rizoma é um sistema acendrado, não hierárquico e não significante, em geral, sem memória organizadora o autônomo central, definido unicamente por um uma circulação de estados (García Gutiérrez, 2008, p. 119).

Portanto, em vez de aceitar o dado, deveríamos examinar o estabelecido a partir da desordem para construir uma nova e necessária ordem em constante evolução. Ou seja, aspirar a uma desordem controlada que beneficie tanto a liberdade quanto a participação. E isso acontece em várias ocasiões com algumas nuances:

- A representação dos conhecimentos e das lembranças - entes de ordem rizomática - precisa de marcos de civilização sistêmicos. Sem sistema não há resgate, nem acesso nem participação.
- A desordem é constitutiva da ordem. A desordem também não seria apreciável sem uma escala estabilizada. Ambos os processos se contêm e convivem.
- Interessa-nos respeitar essas realidades e em toda a sua naturalidade rizomática para a construção de epistemografia mais fiáveis.
- O meio digital atual ou a plataforma superior de que dispomos a cada momento apresenta sua conta ao administrador e ao “auditório”: para preservar os conhecimentos, veiculá-los e torná-los acessíveis de pontos remotos, pagamos o preço da liberdade de sentido e do nomadismo das verdades.
- Independentemente da plataforma específica, a atividade relacionada a exomemória é um processo industrial e maciço em termos quantitativos de produção e recepção, sem que isso se

contraponha aos princípios de singularidade e sensibilidade que sustentamos neste trabalho.

- O conceito passivo de auditório (receptor, audiência, etc) deve ser substituído por uma nova concepção de receptor como cidadão, participante, ativista e não apenas usuário que tem acesso a um serviço, proprietário de seus conhecimentos e dos conhecimentos coletivos, num sentido social e ético dos conceitos de propriedade e apropriação.
- Todo sistema precedente de rizomas deve conduzir a um regime emancipatório. (García Gutiérrez, 2008, p. 120)

Deste modo, em vez de aceitar passivamente o *status quo* estabelecido, é imperativo examiná-lo a partir da desordem, buscando uma nova e necessária ordem em constante evolução que beneficie tanto a liberdade quanto a participação. Este processo ocorre em diversas instâncias, com nuances específicas. Desde a necessidade de marcos sistêmicos para a representação de conhecimentos e lembranças rizomáticas, até a coexistência e interdependência entre desordem e ordem. Ao respeitarmos essas realidades em sua naturalidade, construímos uma epistemologia mais sólida. O conceito de "auditório" deve evoluir para um receptor ativo, cidadão e participante, que se apropria do conhecimento de forma socialmente e eticamente responsável. Em última instância, todo sistema rizomático deve conduzir a um regime emancipatório, onde a ordem surge da desordem, e a liberdade e participação se tornam fundamentais para nossa evolução coletiva.

2.1.2 Pluralismo lógico e epistemografia interativa

Assim, ao assumirmos a contradição como uma condição inerente dos sujeitos e coletivos, passamos a identificar a complexidade do mundo e a ordenar considerando também a desordem, a partir de uma classificação evolutiva, crítica e plural. A antropóloga britânica Mary Douglas (1966) nos afirma que a desordem ganha forças, em contrapartida, da ordem. Isso por a ordem ser restrita ao conjunto limitado de possibilidades que consideramos “normal”. Já a desordem não é limitada, sua existência é caracterizada pela transgressão. Em vez de aceitar o dado, examinar o estabelecido a partir da desordem para construir uma nova e necessária ordem em constante mudança, ou seja, aspirar a uma desordem controlada que beneficie tanto a liberdade quanto a participação.

Nesse sentido, quando o raciocínio convencional atinge seu limite, recorremos à lógica da contradição como ferramenta heurística e epistemológica da primeira ordem, observamos o avanço do conhecimento a partir da inconsistência e, consequentemente, do nascimento das ideias e soluções, nunca definitivas, mas capazes de convulsionar novos paradigmas, mais plurais e complexos.

Trabalhar com a contradição como recurso epistemológico de primeira ordem implica colocar-se na fronteira do conhecimento, justamente para erradicá-lo como obstáculo. A contradição é a garantia do pluralismo lógico, e somente acreditando (e demonstrando) essa pluralidade de lógicas podemos obter uma convivência digna no planeta (García Gutiérrez, 2007, p. 9, tradução nossa).

Assim, quem sabe possamos desenvolver estratégias e ferramentas que favoreçam a explicação de contradições adquirindo habilidades desconhecidas, para então percebermos outras perspectivas da realidade a partir de territórios negados. A desclassificação promove a atribuição de um estatuto contraditório a qualquer argumento ou posição, ressaltando a sua consistência em um momento presente passageiro. Quanto mais um conceito for desafiado, mais rapidamente ele se transformará indefinidamente. Considerar a possibilidade de contradição em uma posição atual não nos priva de razão, mas nos confere maior clareza ao perceber o presente em termos de um futuro incerto.

Portanto, não se trata apenas de aceitar contradições como um meio de expandir o conhecimento, mas de construí-las deliberadamente, mesmo que de forma "artificial", para alcançar níveis mais elevados de diversidade e pluralidade. Sempre que surgirem argumentos que estabeleçam hierarquias e subordinações dicotômicas e unívocas, juntamente com fechamentos conceituais e categorizações que provoquem algum tipo de desconforto simbólico, a abertura proporcionada pela desclassificação se torna necessária para oferecer a contradição.

A contradição, longe de ser um mero obstáculo ao raciocínio, revela-se uma ferramenta heurística e epistemológica de primeira ordem. Quando introduzimos ideias e soluções em fluxos contrários, mais poderosos do que os dominantes, somos capazes de convulsionar os paradigmas mais consistentes, nos alerta García Gutiérrez (2007; 2008).

Ao desenvolver estratégias para explicar contradições, adquirimos habilidades para enxergar outras perspectivas da realidade, de nós mesmos e dos sistemas que nos cerca. As contradições, ao cooperarem com o conhecimento, se tornam agentes de descoberta.

“Contradição” não é o termo oposto à “verdade” (embora não haveria problema se fosse pelas nossas intenções). O oposto de verdadeiro, no sistema lógico binário, é falsidade. A própria contradição poderia ser considerada como falso sem que, portanto, ser obrigado a autorizar a existência de possíveis “verdadeiras contradições” (García Gutiérrez, 2007, p. 58).

A contradição na lógica cotidiana e nos assuntos epistêmicos é inegável. Resta provar se a contradição persiste no cerne do raciocínio metacognitivo, aquele que se autoavalia de forma reflexiva. Essa energia contraditória pode ser revertida para ganhar mais mundo, para

pensar contraditoriamente e, assim, vislumbrar outros mundos.

O pluralismo lógico na organização do conhecimento é uma abordagem que reconhece a diversidade de métodos e perspectivas que podem ser utilizados para compreender e classificar o conhecimento, de modo que diferentes abordagens possam ser válidas em contextos específicos. Em outras palavras, não há uma única maneira correta de estruturar, analisar e organizar o conhecimento. Assim, ao propor a desclassificação como metodologia de organizar o conhecimento pautado no pluralismo lógico, García Gutiérrez nos demonstra que

a nossa teoria teria de se ajustar a duas dimensões da ação: a primeira, a fixação do seu objeto genuíno, brevemente, a estrutura e os modos de estabelecimento das relações com o passado e com os conhecimentos e mecanismos mais de organização baseada no pluralismo lógico, ou seja, desde a desclassificação. A segunda, através do desenvolvimento de metodologias e ferramentas que permitem aos cidadãos uma real apropriação do sistema e sua utilização como elemento base e não agressivo com o seu dia a dia. Este objetivo teria que ser traduzido na proposta dos operadores princípios lógico-semânticos e ético-políticos que garantam, na rede, a liberdade de modos divergentes de pensamento e lógicas e promover uma orientação da comunicação, em todos os sentidos, rumo à emancipação (García Gutiérrez, 2007, p. 96, tradução nossa).

Essa perspectiva reconhece a diversidade de métodos, teorias e sistemas de classificação que podem ser usados para entender o mundo e organizar a informação e o conhecimento. O pluralismo lógico também implica na aceitação da possibilidade de diferentes comunidades e culturas interpretarem e interagirem entre si, sem atribuir superioridade a nenhuma delas. Isso implica na rejeição da ideia de uma racionalidade única e na valorização da crítica entre diferentes mundos de conhecimento.

O pluralismo lógico pode ser observado em áreas como a filosofia da ciência, onde diferentes paradigmas teóricos podem ser usados para explicar e prever fenômenos naturais. Além disso, na ciência da informação e na organização do conhecimento, o pluralismo lógico pode ser aplicado na criação de sistemas de classificação que reflitam as diferentes perspectivas e necessidades dos usuários, ou seja, a desclassificação.

Da mesma forma, a lógica paraconsistente é apresentada como uma ferramenta que vai além dos limites da lógica clássica, reconhecendo a existência de contradições internas em determinadas situações. Como nos alerta García Gutiérrez (2007, p. 54), “A lógica paraconsistente admite que uma afirmação é contraditória por dentro. Segundo Da Costa, não nega os pressupostos da lógica convencional, mas aparece para preencher lacunas em certos

domínios e situações em que a lógica clássica se mostrou inoperante”. Isso permite a coexistência de diferentes sistemas lógicos e a aceitação das contradições como elementos formativos da verdade almejada.

Para promover uma sociedade do conhecimento participativa e respeitosa da diversidade lógica e cultural, é fundamental investir em treinamento metacognitivo dos usuários e no empoderamento das comunidades. Além disso, é necessário desenvolver metodologias e ferramentas que permitam a apropriação efetiva do sistema de organização do conhecimento, garantindo a liberdade de pensamento divergente e promovendo a emancipação através da comunicação.

Em resumo, o pluralismo lógico na organização do conhecimento promove a ideia de que não há uma única abordagem "correta" ou "melhor" para organizar o conhecimento. Em vez disso, é importante reconhecer a diversidade de perspectivas e métodos que podem contribuir para uma compreensão mais completa e rica do mundo ao nosso redor. Essa abordagem baseada no pluralismo lógico e na valorização da diversidade de perspectivas e lógicas contribui para uma compreensão mais rica e abrangente do mundo e do conhecimento que o permeia.

A epistemologia, como disciplina que investiga os fundamentos e limites do conhecimento, deve pautar-se em uma postura autocrítica e comprometida com os processos de emancipação, igualdade e singularidade humanas. Além disso, é imperativo que seja respeitosa com os seres vivos e a natureza. Neste contexto, surge a necessidade de uma política epistemológica fundamentada numa "epistemologia política", que guie a administração dos conhecimentos científicos.

Boaventura de Sousa Santos (1989, 2001) propôs uma nova epistemologia baseada na hermenêutica crítica, que sugere uma reflexão profunda sobre o sujeito epistêmico. Este sujeito deve se enxergar como um sujeito empírico, sob mediação, e submeter suas ferramentas lógico-semânticas a um autoexame constante. É fundamental que esse sujeito se posicione de maneira ética, priorizando questionamentos sobre suas projeções e preconceitos.

Por sua vez, García Gutiérrez abraça o conceito de epistemografia interativa, incorporando-lhe uma dimensão sociocultural, ética e política, em suma, uma crítica pós-moderna. Esta epistemografia interativa se ocupa então do conhecimento despercebido, e/ou silenciado/apagado, tendo como objetivo a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e memórias. É a partir de uma posição sensível que adentraríamos “tanto nos privilegiados vice-reinados das áreas científicas como na imensidão das favelas do saber, mas com interesses reais e conhecimento digno” (García Gutiérrez, 2006, p. 105).

Para a organização do conhecimento e para a exomemória, a epistemografia foi concebida como uma teoria e ação renovadoras, crítica aos sistemas de organização do conhecimento em busca de romper com as lógicas de hierarquias dominantes que submeteram povos e culturas ao esquecimento de seus registros e suas memórias. Seu compromisso sociocultural e político a torna uma ferramenta poderosa no resgate e reabilitação de todas as formas de cognição. Através de sistemas de autonarração, indivíduos e comunidades podem apresentar seus preconceitos e visões de mundo legítimos, contribuindo para a construção de conhecimentos indispensáveis. Segundo García Gutiérrez (2006, p. 109), é necessário

manter os níveis máximos de conhecimento autoconstruído, autônomo, emancipado, heterológico, ainda com baixo ou nenhum nível de tradução, por meio do trabalho cooperativo em rede. Comprometendo-se com a dignidade, com a democracia e, de um ponto de vista pragmático, ao considerar que não há ciência transcendental, mas usos científicos, a epistemografia coloca suas próprias ferramentas a serviço da participação, não de seu próprio conhecimento, ao invés de um mero conceito - estilista de acesso.

Desta forma, o autor propõe um novo lugar de enunciação, pós-epistemológico, presidido pela hermenêutica, sem fronteiras epistemológicas, sem necessidade de hierarquização, exclusão, fragmentação e disjunção. A epistemografia deve ser orientada por um conhecimento situado, no sentido proposto por Donna Haraway (1988), ou seja, partindo de lugares determinados para compensar o relativismo crescente que impede a averiguação crítica.

A epistemografia interativa se destaca pela sua abordagem transdisciplinar e necessariamente dialógica. Ela atua como um filtro, promovendo métodos bem-sucedidos em universos organizados para outros, favorecendo a auto-organização e a emancipação. O objetivo é manter o conhecimento emancipado e heterológico, promovendo a cooperação em rede.

Epistemografia se constitui como uma configuração transdisciplinar, na terminologia de Santos (1989, 2000), na medida que organiza conjuntos dispersos e heterogêneos de conhecimento, da neurociência à teoria política, sociologia do conhecimento ou da antropologia filosófica e cultural, para a resolução de problemas que dizem respeito ao seu objeto de observação, quais são as nossas relações individuais e sociais com e a partir dos modos de organização histórica e conhecimento presente e memória registrada. (García Gutiérrez, 2007, p. 95).

Assim, a epistemografia surge como uma resposta à classificação hierárquica do

conhecimento, que historicamente submeteu povos e culturas a organizações opressivas. Ela desafia as hierarquias dominantes no campo do conhecimento registrado, promovendo uma reclassificação imanente. Esta epistemologia se posiciona como uma força de transformação e emancipação, ocupando o lugar mental do outro, não para suplantá-lo, mas para compreender suas posições. Esta abordagem promove o diálogo, o consenso e o respeito à dissidência, demonstrando uma postura empática e inclusiva.

A epistemografia combina teoria e práxis, observação e objeto em oficinas e bancadas que eliminam privilégios em tais dicotomias. E estamos particularmente interessados na independentemente do potencial que prevemos à desclassificação como recurso geral para a emancipação epistemológico, o comportamento aplicado que, nas práticas cotidianas do epistemógrafo, mantém a classificações em relação ao registro e organização de conhecimentos e memórias, desde a desclassificação é um elemento fundamental da epistemografia interativa. (García Gutiérrez, 2007, p. 95).

Diante dessas reflexões, torna-se claro que a epistemologia não pode mais ser vista como uma disciplina isolada e distante das realidades sociais e culturais. Ao contrário, ela deve ser encarada como uma força transformadora e democratizadora, capaz de desafiar e superar as estruturas opressoras que historicamente marginalizaram determinados grupos de pessoas e formas de conhecimento. Ao promover o diálogo, a cooperação e a valorização da diversidade de perspectivas, a epistemologia, em sua versão mais inclusiva e participativa, nos conduz a um horizonte de conhecimento mais vasto, rico e verdadeiramente emancipado.

Em síntese, a epistemografia emerge como um contraponto vital à imposição de hierarquias no domínio do conhecimento, desafiando e reconfigurando as estruturas opressivas da organização do conhecimento que relegaram povos e culturas à marginalização. Sua essência é a busca pela transformação e emancipação, ao ocupar o espaço mental do outro não para sobrepujá-lo, mas para compreender suas perspectivas. Esta abordagem fomenta o diálogo, o consenso e o respeito à divergência, manifestando uma atitude empática e inclusiva. A epistemografia integra teoria e prática, sujeito e objeto, em um processo que transcende dicotomias obsoletas. Ao mesmo tempo, reconhecemos a importância da desclassificação como instrumento de emancipação epistemológica, mas ressaltamos que seu efetivo impacto reside na maneira como é implementada, desde a classificação até a organização de conhecimentos e memórias. Nesse sentido, a epistemografia interativa se apresenta como um elemento essencial e transformador. Assim, ao adotar uma postura de respeito, compreensão e cooperação, a epistemografia se consolida como um farol de luz na jornada rumo a um conhecimento verdadeiramente emancipado, heterogêneo e diverso.

Destarte, a reflexão sobre a contradição, o pluralismo lógico e a epistemografia nos

conduz a uma compreensão mais profunda da complexidade inerente ao conhecimento humano. Ao reconhecermos a inevitabilidade das contradições e a multiplicidade de perspectivas legítimas, abrimos espaço para um diálogo mais inclusivo e enriquecedor no âmbito da produção e organização dos saberes. A epistemografia, ao promover a desclassificação e a reconfiguração das estruturas hierárquicas na organização do conhecimento, emerge como uma ferramenta poderosa na busca por uma epistemologia mais democrática, que respeite a diversidade de vozes e saberes. Nesse contexto, a promoção da emancipação epistemológica se revela não apenas como um ideal a ser perseguido, mas como um imperativo ético e político para uma sociedade mais justa e igualitária (García Gutiérrez, 2007; 2008; 2018).

Portanto, a desclassificação emerge como um elemento-chave no contexto da epistemologia contemporânea, desafiando as estruturas estabelecidas de classificação do conhecimento. Ao questionar as hierarquias tradicionais e abraçar a diversidade de perspectivas, a desclassificação promove um movimento de inclusão e valorização de saberes até então marginalizados. Ela se apresenta como um instrumento poderoso para a emancipação epistemológica ao desconstruir os padrões rígidos que restringem a aceitação e validação de diferentes formas de conhecimento. Ao adotarmos a desclassificação como parte integrante do processo epistemológico nos processos de organização do conhecimento, abrimos caminho para um entendimento mais plural e abrangente do mundo, no qual as vozes e narrativas, antes silenciadas, ganham espaço e relevância.

2.1.3 Operadores complexo e transcultural

Após nos aprofundarmos nos alicerces basilares da teoria da desclassificação proposta por García Gutiérrez, iremos dialogar brevemente sobre os operadores complexo e transcultural que complementam a teoria da desclassificação, garantindo na praxis a organização da exomemória disponível na rede. Para isso, se faz necessário uma reflexão sobre os operadores complexo e transcultural, destacando sua importância na construção e organização da memória coletiva em rede. Estes operadores representam uma ferramenta essencial não apenas do ponto de vista lógico, mas também ético, ao estabelecer relações entre os registros e promover a participação democrática na rede de memória.

Os operadores são ferramentas de natureza lógica e semântica, e também, não devemos esquecer, essencialmente ética. Sua principal função é estabelecer conexões entre os registros e servir como ponte entre estes e os participantes de uma rede. Eles se materializam

na forma de metadados, ou seja, rótulos que organizam os registros, proporcionando uma maneira clara de restringir ou facilitar o acesso a eles.

Os operadores tecnoéticos que proporemos em seguida são justamente recursos intervencionistas que visam a garantir a liberdade de fluxo na exomemória, mas, também, alertar os cidadãos quanto aos registros que descumprem decisões e acordos transculturalmente pactuados (García Gutiérrez, 2008, p. 132).

Nesse contexto, os operadores semânticos convencionais utilizados para buscar e representar registros reproduzem a lógica e os objetivos do poder dominante. Eles monopolizam a maioria dos registros e dos fluxos na exomemória, criando um mundo à sua medida, e também moldando a interpretação do passado como a única possibilidade. García Gutiérrez (2008) nos alerta que, geralmente, as memórias eletrônicas e os mecanismos de busca fazem uso de operadores de proximidade de palavras, operadores hierárquicos que subordinam um conceito a outro, operadores de sinonímia que estabelecem equivalências entre termos, ou até mesmo operadores associativos que promovem relações interconceituais (causa-efeito, agente-ação, modo-instrumento, etc), embora esses últimos ainda não tenham sido totalmente desenvolvidos na prática, exceto como uma extensão velada das relações hierárquicas todo/parte ou espécie/classe, e em nenhum caso foram criticamente ou eticamente implicados na memória.

O operador complexo (^), ao buscar a convivência dos antônimos e considerar todos os sentidos possíveis, promove a representatividade de todas as posições e realidades na exomemória. Ele se alinha com a ideia de multiculturalismo, valorizando a diversidade de perspectivas e posicionamentos. “[...] um operador antiabsolutista, ou seja, baseado no imperativo da representatividade parte de todas as posições e mundos possíveis, construído pluralmente para garantir a presença de todas as posições - ou melhor, oposições - e inclusive daquelas consideradas injustas” (García Gutiérrez, 2008, p. 133).

Por sua vez, o operador transcultural (V) antirrelativista e crítico, atua como um regulador e executor, intervindo nos conflitos de interesse ao aplicar princípios consensuais. Ele representa uma norma ética transcultural que pode influenciar os registros locais que a desrespeitam, sem suprimi-los ou censurá-los, ou seja, o operador transcultural “toma partido nas injustiças e desigualdades que circulam na memória, intervém nos conflitos de interesse entre as posições locais e os acordos transculturais e internacionais, pratica e ingerência e aplica princípios consensuais” (García Gutiérrez, 2008, p. 133).

Ambos os operadores são fundamentais para promover uma abordagem ética e

democrática na organização da exomemória. O operador complexo busca a representatividade plena no nível sistêmico, enquanto o operador transcultural complementa e equilibra a ação do primeiro, atuando de forma a evitar tratamentos injustos na exomemória. Além disso, os operadores atuam em não privilegiar discursos, modos cognitivos, categorias culturais ou usuários específicos. Assim, também, é possível compreendermos a importância de não ignorar as linhas de fuga do sistema, e de se envolver socialmente no conhecimento organizado.

Ambos os operadores são profundamente éticos e democráticos, pois enquanto o operador complexo se sustenta na explicitação de todas as posições e realidades sem exclusão, como itinerários de representação e localização de registros isto é, garante em pé de igualdade a representatividade de todas as posições iniciais sobre um assunto, o operador transcultural é fundamentalmente regulador e executivo, ou seja equilibra o possível tratamento injusto na memória, mesmo respeitando a presença de tais registros em atenção ao princípio prévio da liberdade de acordo com uma escala categorial transculturalmente convinda de modo a que o abuso na memória não fique impune se a comunidade transcultural puder evitá-lo mediante alerta e recriminações. Assim, o operador transcultural é tão democrático quanto o operador complexo uma vez que sua aplicação só ficaria autorizada pela decisão democrática (síntese o transcultural) referendada pela maioria das posições (García Gutiérrez, 2008, p. 134).

O operador complexo, em sua essência, se destaca por sua habilidade singular de harmonizar opostos, capturando todos os sentidos possíveis, inclusive os contraditórios. Ele se encarrega de tornar explícita toda e qualquer contribuição ou busca na exomemória coletiva assegurando que sejam reconhecidas pelos membros de uma comunidade ou cultura. É, portanto, um operador que se aproxima do multiculturalismo, abrangendo efetivamente as dimensões que já mencionamos.

Por sua vez, o operador transcultural surge como um produto sintético de um diálogo democrático constantemente aberto entre representantes de diversas posições, sejam elas políticas, culturais ou discursivas. Eles negociam a homologação e integração de questões que afetam a todos. Assim, García Gutiérrez (2008), nos alerta que o operador transcultural implica a obtenção de um consenso entre um tema e sua formalização como uma categoria que transcende as diferentes posições ou categorias, estabelecendo, a partir disso, uma norma ética transcultural. “Essa norma pode influenciar os registros locais que a desrespeitam, sem suprimi-los ou censurá-los, mas alertando os cidadãos participantes sobre eles” (García Gutiérrez, 2008, p. 134).

Ao passo que o operador transcultural é o antídoto ao relativismo que se poderia imputar ao operador complexo, que não se pronuncia moralmente a

respeito dos registros. O operador complexo pressupõe, por sua vez, o equilíbrio democrático de um operador transcultural acusado de omissão de respaldo ou legitimação. (García Gutiérrez, 2008, p. 134).

Ambos os operadores são afetados pelo conceito de complexidade e transculturalidade, que se baseiam na interação de instâncias e na porosidade das fronteiras. “O operador complexo coopera na transcultura, ao passo que o operador transcultural se alicerça na complexidade” (García Gutiérrez, 2008, p. 134). Essa sobreposição, apesar de parecer contraditória, contribui para a integração e enriquecimento das identidades envolvidas.

Portanto, o operador complexo cuidaria de transtornar a composição das linguagens convencionais, readaptando-as a modos reticulares. Quanto ao operador transcultural mesmo operando também no nível sistêmico a sua plena realização só ocorre quando ele é atribuído especificamente a um registro afetando a descrição analítica fornecida mediante outros recursos utilizados pela posição e o interesse local. Contudo, a sua eficácia decorre de um ativismo constante de comissões transculturais e de bom e habitual uso que eles fizerem os mediadores transculturais e socialmente comprometidos. (García Gutiérrez, 2008, p. 135).

Em última análise, é essencial considerar que a configuração da exomemória deve ser pautada pelo respeito à diversidade de realidades e culturas, dentro de uma hermenêutica crítica. Nesse contexto, a aplicação desses operadores transculturais não visa substituir outros operadores, mas sim complementá-los, promovendo uma visão mais abrangente e inclusiva da memória coletiva. Eles são concebidos como parte de um sistema aberto e representativo da exomemória, promovendo a interação e o diálogo entre diferentes culturas e perspectivas.

3 CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS

*Então, dá licença meu bem
 Não mexe em mim, não me toca
 Por que eu fiquei muito tempo no espelho querendo encontrar eu própria
 E agora que eu encontrei eu não largo mais a mão
 Puta que pariu
 Como é bom ser Sapatão
 Mas não se perde, não se perde, não se perde da missão
 Porque eu gosto de mim, mas tem muita gente que não
 Então eu sigo na rua segurando meu coração
 Porque tem muito homofóbico e machista de plantão
 E talvez eu acabe
 Eu e meu traje
 Com sangue no chão*

3.1 CULTURA

A cultura é a base para a sistematização de qualquer procedimento, costume e ritual. A cultura, assim como os aspectos da linguagem de um grupo social, é delineada pelas contribuições históricas. Nesse sentido, a cultura utiliza-se da linguagem para a interação social, fato que implica na compreensão dos contextos culturais. A linguagem é uma das principais formas de expressar a cultura e o conhecimento. É na interação social que ocorre o processo de hibridização entre as culturas, tornando-as dinâmicas e não estáticas.

Pelegri e Funari (2008, p. 19) identificam a cultura não como algo dado, como “uma simples herança que se possa transmitir de geração a geração. Ela é uma produção histórica, como parte das relações entre os grupos sociais”. Assim, podemos afirmar que a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social, possibilitando o funcionamento local e global da sociedade em sua plena diversidade e contradição.

Para Johnson (1997, p. 59),

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. [...] A cultura possui aspectos materiais e não materiais. A cultura material inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, da preparação do alimento à produção de aço e computadores, passando pelo paisagismo que produz jardins do campo inglês. A cultura não material inclui símbolos – de palavras à notação musical –, bem como as ideias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam. As mais importantes desses ideais são as atitudes, as crenças, os valores e as normas.

Assim também, Stuart Hall (2001) define cultura como o terreno real de práticas, representações e costumes de qualquer grupo histórico específico. Para ele, a cultura não tem um caráter fixo. Ao contrário, ela é fluida, coletiva e produtiva. Fluida, pois, é dinâmica e em constante transformação. Coletiva, porque é produzida e reproduzida através das relações sociais. E produtiva, por suas ações e efeitos projetados nas relações e representações sociais. Isso implica em considerar que em toda prática social se encontram envolvidas questões de significado cultural (Pinho; Pulcino, 2016).

Assim, um discurso acolhido como culturalmente verdadeiro, além de julgar e classificar, atua desqualificando e excluindo outros discursos e, com isso, reforça a sua

hegemonia de discurso universal. Nas relações sociais, aquele que se constitui no discurso dominante, e com isso na verdade estabelecida, detém o poder em comparação ao outro, desprovido desta verdade. O discurso, a verdade e o poder são construídos na relação que se estabelece entre as pessoas, sem que ninguém seja detentor (Foucault, 2009).

A cultura produz sentidos e significados. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e patrimônios que servem de referências para a constituição das identidades. Os indivíduos com suas identidades serão responsáveis pela perpetuação dos elementos culturais, isto é, pela transmissão cultural. Elementos culturais dão formas às identidades, e cada indivíduo é um agente de reprodução e modificação dos elementos da cultura. A identidade, por sua vez, abarca um conjunto de identidades transculturais, dado que possuímos identidades sexuais, de gênero, étnicas, religiosas, econômicas etc. Entretanto, apesar de ser multidimensional, a identidade não perde sua unidade, uma vez que cada indivíduo irá integrar uma pluralidade de referências e marcadores sociais em seu eu. A identidade é única, mas também fragmentada (Pinho; Pulcino, 2016).

Acesso, preservação e disseminação da diversidade cultural estão garantidas pela Constituição Brasileira (1988), no art. 215, que dispõe que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Na Declaração do México, confeccionada na Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais, realizada em 1982, é declarado que,

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar assim, o processo de sua própria criação (UNESCO, 1982, p. 02).

Em outras palavras, é a construção coletiva da identidade de um determinado grupo social, em consonância com a compilação das memórias individuais e coletivas, bem como o empoderamento de diferentes vertentes que constroem as identidades. França (2002) afirma que as identidades são construídas por elementos de sustentação como discursos, objetos, e práticas simbólicas. Posicionando o indivíduo na sociedade, bem como, identifica a posição deste perante o outro.

O multiculturalismo é um movimento que possibilita o reconhecimento de diversas culturas e de diferentes identidades em uma determinada sociedade, identificada como desigual. É uma teoria que reformula o respeito às identidades no âmbito do debate político

em prol de reivindicações de direitos a grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, o processo de comunicar, com base no multiculturalismo, deve certificar se produções relacionadas ao tema de gênero, raça, sexualidade, classe, dentre outros temas ditos marginais, estão sendo organizadas e disseminadas de uma maneira que satisfaça e atenda a comunidade constituída por uma diversidade cultural. Para Ivenicki (2018, p.1152), é “[...] um conjunto de resposta à diversidade cultural e de desafios a preconceitos”.

O conceito do multiculturalismo surgiu, segundo Taylor (1993), em meados da década de 70, historicamente nos Estados Unidos da América e Canadá, mas que se propagou pelos países colonizados, com o propósito de reivindicação de reconhecimento de grupo marginalizado que serve para refletir e discutir sobre o reconhecimento desse grupo multiétnico de diferentes identidades e de diferentes culturas. Para Santos e Nunes (2003, p. 23), o multiculturalismo designa a “coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades ‘modernas’”. É o modo de descrever as diferenças em uma sociedade globalizada e desigual e, é um projeto emancipador contra-hegemônico a partir de lutas por reconhecimento das diferenças (Santos; Nunes, 2003).

O multiculturalismo se configura também no encontro de diversas culturas dentro de um território, possibilitando a troca de experiências e saberes por meio das relações sociais, nas quais, por meio destas, são identificadas as diferenças. É na identificação da diferença que se configura a identidade, o reconhecimento do outro, construída dialogicamente, portanto “o reconhecimento da nossa identidade exige uma política que nos dê espaço para decidirmos publicamente sobre todos aqueles aspectos da nossa identidade que partilhamos ou, pelo menos, potencialmente, com outros cidadãos” (Gutmann, 1993, p. 23).

Segundo Hall (2003), as sociedades multiculturais não são um fenômeno novo, foram constituídas bem antes da expansão europeia por meio de migração e deslocamento formando sociedades étnicas ou culturalmente mistas. Também outras razões possibilitaram a construção de uma sociedade multicultural, tais como: “[...] desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração no trabalho, colonização, escravidão, semiescravidão, representação política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico” (Hall, 2003, p. 55). As sociedades multiculturais são uma realidade contemporânea em todos os continentes e qualquer atividade de promoção de serviços públicos deve considerar este pressuposto. Para Milani et. al. (2009, p. 207), o multiculturalismo “traz à sociedade, o reconhecimento, e o respeito pelas diferenças na tentativa de promover a coexistência do respeito aos indivíduos e aos grupos cuja importância é ignorada e, conseqüentemente, pelo rechaço a atitudes monoculturais de grupos dominantes”.

García Gutiérrez (2008) é crítico à teoria do multiculturalismo por compreender que esta parte do desenvolvimento separado das culturas, em nome das diferenças culturais, assim como afirmou Solana Ruiz (2000), dá vez a um “*apartheid* cultural”. Assim também o faz alinhando-se a Jameson e Žižek (1998, p. 172), que afirmam que “no multiculturalismo existe uma distância eurocentrista condescendente e/ou respeitosa para com as culturas locais, sem deitar raízes em nenhuma cultura em específico” que, no entendimento do autor, visa uma medida de demarcação de território a partir de marcadores sociais da diferença, estabelecendo fronteiras e fragmentando as dinâmicas culturais e sociais. Para García Gutiérrez (2002), se simplificarmos a cultura, reforçaremos a concepção do multiculturalismo, ou seja, se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, estaremos concebendo armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade diversa.

García Gutiérrez (2008, p. 93) compreende a cultura como um processo ao manifestar que ela “[...] nunca é a mesma, como também é inseparável das personalidades e experiências cotidianas em transformação produzidas pelo indivíduo e difundida em relações a comunidade.” A ideia de cultura é reconhecida como algo aberto suscetível às mudanças e deve ser percebida como um complexo de signos. No que lhe concerne, a transcultura possibilita um olhar transversal sobre a cultura, devendo ser posto numa essência complexa e contraditória de demarcação metacognitiva. A transcultura busca valorizar não apenas a diversidade cultural, mas a hibridez cultural (Farias, 2019).

A noção de transcultura é, segundo García Gutiérrez (2008, 2011), uma alternativa para análise da cultura, por isso, propõe um olhar crítico e transversal, enquanto considera a dinâmica na construção de conhecimentos via os contextos culturais. O autor entende a transcultura como a terceira configuração cultural que se dá a partir da defasagem da paisagem geocultural, sob os efeitos da infocultura e de outros instrumentos de globalização. A transcultura emerge utopicamente através da expansão da tecnologia digital e do rompimento das barreiras físicas e sociais, construída hibridamente de indivíduos heteroculturais, orientando-se a configuração de muitas e diversas comunidades culturais. Acredita-se que esta será contemplada pela promessa pluralista e de troca horizontal, rápida e global, deslocalizando valores e hierarquias.

A transcultura é uma nova forma de viver a cultura, interagir com o mundo, sem dominadores aparentes ou simbólicos dominadas graças a uma horizontal comunicação sem limites, mas em um sistema e com comunicação instrumentos que não mais dependem em reconhecíveis indivíduos ou substrato cultural. O transcultura inunda todos os confins do planeta, incluindo

os enormes e crescentes aterros de marginalização humano no que as raízes simbólicas seria a única “posse” de que eles iriam perder. (García Gutiérrez, 2014, p. 15, tradução nossa).

É assim, ao conceber a transcultura como um conjunto de interações desordenadas, caóticas e irracionais dos universos de indivíduos e sociedades, onde reside o processo de construção de novas singularidades, que apoiamos nossa noção de transculturas como um emaranhado de interseccionalidades em lógicas abertas e plurais, contra-hegemônicas e não hierárquicas.

3.2 MEMÓRIA

A construção das memórias perpassa por diversos meios que corroboram para a apropriação cultural e o sentido de pertencimento a um determinado grupo social. Segundo Pollak (1992, p. 204), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Halbwachs (2013) infere que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem considerados os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É assim, portanto, que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode existir isolada de um grupo social, configurando, assim, a memória coletiva. Para Halbwachs (2013), a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante ao convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais. A lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos sociais e consequentemente é influenciado por eles. No entanto, o autor não descarta a memória individual, ou seja, a interferência da subjetividade do indivíduo no processo de rememoração. Não desconsiderando, então, a atuação do sujeito, afirma que

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós (Halbwachs, 2013, p. 30)

Desta forma, o autor compreende a memória individual como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas. Entendendo então, memória coletiva como o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva.

Na memória coletiva, o passado é permanentemente construído e vivificado enquanto é ressignificado. Assim, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 292) afirmam que neste sentido “a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si”. A memória coletiva, para Halbwachs (2013), desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, preservando o valor do passado para os grupos sociais, por outro, sendo a guardiã de objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, pode vir a se constituir em fontes para se preservar as histórias e memórias dos grupos sociais.

A memória é, em simultâneo, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Dessarte, a memória social, como um componente ativo dos processos de transformações sociais e produções de futuros, é genuinamente flexível, móvel e plural. Assim, Gondar (2016, p.25) afirma que

há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente.

A memória e o esquecimento, longe de serem meros acontecimentos naturais, são sementes plantadas e cultivadas, e nisso reside a crucial necessidade de desnaturalizar esses conceitos. Devemos perceber que são construtos moldados por uma variedade de forças, sendo o poder uma delas. O poder atua como o semeador e promotor de memórias e esquecimentos, influenciando a maneira como interpretamos o passado (Chagas, 2002).

Foucault (1997) nos alerta que o poder não é uma entidade monolítica, mas um fenômeno disperso por todos os cantos. É o resultado de uma complexa situação estratégica em uma determinada sociedade, uma interconexão entre diversas mobilidades. O poder não se

restringe a instituições ou estruturas fixas, um nome dado a uma configuração específica em um contexto sociocultural.

A tendência a celebrar a memória do poder culmina na formação de acervos e coleções tendenciosas e etnocêntricas, tratadas como representações totais do mundo, como se pudessem abarcar a complexidade das sociedades em esquemas simplificados. Chagas (2002) nos alerta que essa abordagem elimina o conflito através de uma purificação mágica e procedimentos de exclusão.

O poder, em sua atuação, empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma visão de mundo específica. No entanto, o passado é um não-lugar, e seu esquecimento é essencial. As possibilidades de subversão não são extintas, pois o tesouro perdido não reside no passado, mas no presente.

Em última análise, a memória e o poder são entrelaçados, moldando a forma como percebemos e interpretamos o mundo. Foucault (1997, p. 91) nos alerta que “a relação entre memória e poder é inextricável, e onde há memória, há também esquecimento. Por outro lado, onde o poder se manifesta, surge também a resistência.”

Compreendendo que as memórias são construídas pelos nossos afetos e nossas expectativas de interações sociais e culturais, estabelecendo assim, elementos de pertencimentos, representações e identidades numa arena de disputas de poder.

Conceber a memória como processo não significa excluir dela as representações coletivas, mas, de fato, nela incluir a invenção e a produção do novo. É um processo do qual as representações são apenas uma parte. Aquela que se cristalizou e se legitimou em uma coletividade. A memória, contudo, é bem mais que um conjunto de representações, nela se exerce também uma esfera irrepresentável no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si. Gondar (2016, p. 35) afirma ser

habitual conceber a memória social como a esfera por meio da qual uma sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente com o seu passado, configurando, em consequência, o modo pelo qual os indivíduos sociais representam a si próprios, as suas produções e as relações que estabelecem com os demais. Sob esse ponto de vista, o campo da memória é o campo das representações coletivas. Ora, fazer avançar o pensamento sobre a memória social implica questionar a evidência dessa relação e das ideias que aí se encontram inter-relacionadas.

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas. O conceito de memória

social é, além de polissêmico, transversal ou transdisciplinar e eminentemente ético e político. Portanto, a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social. Construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Assim, Pollak (1992, p. 2000), afirma que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”

Pierrri Nora, apresenta os “lugares de memória” como lugares simultaneamente, materiais, simbólicos e funcionais, diferenciados por variações entre estes três aspectos. Ou seja, o lugar de memória é material pelo seu, funcional por hipótese, pois garante a cristalização de lembranças e sua transmissão, e simbólica visto que caracteriza acontecimentos e/ou experiências vividas.

Para Nora,

os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (Nora, 1993, p. 12).

O lugar de memória supõe, a justaposição de duas ordens de realidades. Uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. Ou seja, segundo Nora (1997, p. 2226) lugares de memória é “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”.

García Gutiérrez (2008) compreende que a memória não admite controles nem fronteiras, mas entende que justamente para proteger a livre circulação dos registros e evitar as tentações da monopolização, as censuras e o controle destas memórias, que são próprias de ditaduras políticas, oligopólios econômicos ou neoliberalismos que só favorece à própria lógica capitalista, devemos extrapolar as fronteiras científicas, sociais, políticas e culturais, a fim de promover a democratização de acesso, uso, produção e disseminação das multiplicidades de memórias existentes no mundo. Tudo isso para tentar garantir a representação de registros de memórias coexistentes na exomemória. Para isso, sugere-se que “a epistemografia interativa deve propor um conjunto de categorias tecnoculturais, facilitando assim a integração de indivíduos e intercâmbios horizontais entre culturas, que

periodicamente terão de ser validadas por categorias éticas elaboradas na transcultura.” (García Gutiérrez, 2008, p. 56).

A memória social registrada, ou a exomemória, que, segundo García Gutiérrez (2008, p. 57), constitui-se de “um universo complexo tramado tanto a partir da intimidade registrada quanto do compartilhamento comunitário da lembrança”, tem como principal e mais evoluído suporte os espaços eletrônicos, porém não começa e nem termina no espaço digital da *internet*. A exomemória também é formada por suportes analógicos e autônomos. Por conseguinte, é no entorno digital que observamos um maior impulso à cooperação humana, bem como nos é explicitado suas exigências, misérias e apagamentos. Assim, a partir disso, temos pela frente o trabalho de produzir reflexões e ações sobre a exomemória, de modo a tomarmos providências que possibilitem uma construção reflexiva crítica e sensível dos documentos onde se registram as memórias sociais múltiplas e plurais.

3.3 PATRIMÔNIO

O patrimônio cultural, entendido por Pelegrini e Funari (2008, p. 28), é “imbricado com as identidades sociais e resulta, primeiro das políticas do estado nacional e, em seguida, do questionamento no quadro da defesa da diversidade”. De acordo, Costa (2011) reitera que cultura, memória, informação e patrimônio, em coerência com as políticas e tendo em vista os valores constitucionais da dignidade individual e coletiva, contribui para o desenvolvimento emancipatório das construções coletivas dos sujeitos e dos grupos sociais, ao afirmar a importância de ter-se representado, em todos os aspectos, perante as mais variadas culturas envoltas em uma sociedade.

Segundo Araripe (2004, p. 110), o patrimônio é “algo que nos ensina e nos informa a respeito da identidade cultural de uma sociedade”, cabendo, aqui, enaltecer a função do patrimônio cultural para a sociedade e a preservação de suas memórias. Em consonância, Baez (2006, p. 24) afirma que “[...] o patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade dos povos em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração”.

Desta forma, Mattar (2012) expõe ser dever do Estado zelar por estes bens culturais sob jurisdição, enquanto as instituições que abrigam estes acervos (arquivos, bibliotecas, museus, centro de memória e documentação, fundações etc.) são incumbidas de dar acesso preservar e disseminar estes em âmbitos públicos e privados.

Para isso, ao campo da Ciência da informação convém o protagonismo na interação entre informação, memória, cultura e patrimônio, a fim de dar sustentação ao senso de responsabilidade social na empreitada de subsidiar o desenvolvimento informacional da sociedade. Já para o campo da organização do conhecimento, é imprescindível a garantia de se organizar e dinamizar as memórias e patrimônios culturais apagados e silenciados, a partir da construção de teorias e ferramentas que auxiliem nesta empreitada.

As referências de patrimônio cultural material e imaterial, contribuem para a sua preservação e disseminação, pois ampara legal e socialmente as políticas responsáveis pela introdução e conscientização da importância desta área na educação e na formação das identidades social e política dos indivíduos aglomerados nas construções de memória e cultura coletivas destes.

A Constituição Federal de 1988 define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro. (BRASIL, 1988, seq. II, Art. 216):

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Amparado na definição explícita na Constituição Federal de 1988, é possível definir o conceito de patrimônio, e neste trecho, trata tanto do patrimônio material quanto do imaterial.

Assim, segundo consta no Decreto 3.551 de 04 de Agosto de 2000, os registros dos patrimônios imateriais decorrem a partir dos seguintes livros:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000, art. 1º)

Desta forma, como referido no inciso segundo deste mesmo decreto, a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, deverão estar sempre presentes na averiguação dos patrimônios

imateriais.

Macedo e Machado (2010) contribuem ao afirmarem que o patrimônio cultural

diz respeito à identidade cultural de um povo e da humanidade. Ele é o conjunto de todas as expressões e manifestações culturais. Nesse sentido, as peças de acervos em museus, documentos guardados em arquivos, bens antigos, casas, prédios, monumentos, objetos, hábitos alimentares, vestimentas, modos de vida, fazeres e saberes manuais, artesanais, crenças, dentre outras tradições, constituem e constroem nossa identidade cultural. (Lopes; Macedo; Machado, 2010 p. 7).

Nos aspectos que tangem a preservação dos patrimônios culturais, diversas diretrizes, leis e mecanismos do Estado são responsáveis pela salvaguarda destes itens. Assim, Santos (2015) destaca que a preservação dos bens patrimoniáveis é dividida e também interligada de duas formas. A primeira consiste no tratamento e gestão de acervos patrimoniáveis, atestando sua existência e estabelecendo meios de disseminação e acesso pela sociedade em sua totalidade. A segunda é garantida pelos aspectos jurídicos baseados nos meios legais de preservação e acesso dos bens culturais.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2018) visa “proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras” constitui o aparelho do estado responsável por criar os instrumentos de proteção garantindo legalmente a preservação de bens de interesse cultura para o Brasil. Os quais são desenvolvidos e constantemente revisados, em consonância com diretrizes e tratados firmados durante o transcorrer das discussões e emergência de novas demandas nos aspectos patrimoniais, garantindo a preservação e o acesso dos itens que compõem os acervos dos patrimônios culturais.

O patrimônio cultural, conforme analisado por Mário Chagas (2002), é um complexo tecido que entrelaça identidade, história e participação cidadã. Os patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais, refletem a identidade de grupos e segmentos sociais. No entanto, Chagas (2002) nos convida a ir além dessa percepção inicial, sugerindo que os patrimônios são mais do que simples expressões de identidade. Eles são, na verdade, meios de produção de formas de autoconsciência, tanto individual quanto coletiva.

A relação entre um grupo e seu patrimônio vai além da mera representação. Defender, preservar e buscar o reconhecimento público desse patrimônio é um ato de luta pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. Por outro lado, é importante considerar a ambiguidade que a identificação de um grupo e seu patrimônio pode trazer, pois também implica um exercício de controle por parte do Estado sobre a sociedade.

Segundo Chagas (2002), os patrimônios não devem ser vistos apenas como registros estáticos do passado, mas como sistemas dinâmicos de relações sociais e simbólicas que mediam entre o passado, o presente e o futuro. Eles são símbolos das nossas experiências do tempo, e sua proliferação contemporânea é reflexo de uma crise na forma como percebemos essas relações temporais.

A preservação do patrimônio cultural não é apenas um ato de conservação de bens, mas também um exercício de cidadania. Ela envolve a construção voluntária da memória social e a participação ativa na decisão sobre o destino desses bens. A memória, como nos lembra Chagas (2002), não é o passado em si, mas sim a sua representação, uma construção dinâmica que se transforma com o tempo e que é partilhada tanto individual quanto coletivamente.

Entender o papel das culturas, das memórias e dos patrimônios no desenvolvimento da cidadania e na construção dos sujeitos, perpassa pela ideia de formação ou de troca de experiências. Albuquerque (2012 p. 05) afirma que,

para promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e empoderamento, elementos basilares para a sensibilização da sociedade e geradores de orgulho e da autoestima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural.

Nesse contexto, os bens culturais e naturais se tornam marcas projetadas no tempo, portadoras de significado e testemunhas de histórias. A sua importância não está apenas na sua materialidade, mas na relação viva que mantemos com tais bens culturais e naturais. É assim que o patrimônio cultural se torna um direito constitucional, uma parte essencial da cidadania, e um instrumento vital na construção da memória e identidade coletivas. Portanto, sua preservação e gestão devem ser frutos de um processo democrático, onde a população tem voz ativa nas decisões que moldarão o futuro do patrimônio.

As instituições encarregadas da preservação e divulgação do patrimônio cultural detêm o poder de forjar narrativas sobre a realidade. Esses espaços, sejam eles arquivos, bibliotecas, museus ou galerias de arte, constituem discursos carregados de elementos como som e silêncio, cheio e vazio, presença e ausência, lembrança e esquecimento. Compreender esses elementos vai além da superfície das palavras e suas lacunas. Implica desvendar quem é o emissor, o que o impulsiona a falar e de onde se posiciona (Chagas, 2002).

Para isso, ao constituirmos, identificarmos e solidificarmos os artefatos que representam uma determinada cultura, estamos idealizando uma nova convergência na preservação de memórias e patrimônios culturais de grupos sociais que se interseccionam na

sociedade pós-moderna. Como, por exemplo, as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+.

3.4 CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBTQIAPN+

As discussões pertinentes às memórias, culturas e patrimônios LGBTQIAPN+ servem para enfatizar as manifestações socioculturais produzidas e/ou relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, na medida em que questionam a heteronormatividade e resgataam as memórias que animam as referências culturais de um grupo historicamente marginalizado e apagado dos lugares de memórias e das representações patrimoniais brasileiras.

A comunidade LGBTQIAPN+ é caracterizada pela gama de vivências de orientações sexuais, expressões e identidades de gênero que se distanciam da heteronormatividade compulsória e naturalizada que normaliza padrões sociais e culturais a partir da binaridade de gênero e da heterossexualidade compulsória. É desta forma que nossos corpos são definidos ao nascer e socialmente moldados ao decorrer de nossas existências.

Maria Luiza Heilborn (1993) compreende o gênero como uma dimensão de atributos culturais e psicológicos, conferidos a cada um dos sexos, a partir de uma visão binária e estereotipada de padrões sexuais (femininos e masculinos), inscritos em corpos biológicos e construídos historicamente. Envolve também as relações de poder que emergem das instituições sociais. Da mesma forma, Berenice Bento (2006), ao refletir sobre a construção de “corpo-homem” e “corpo-mulher”, afirma que “reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências ‘naturais’ e disposições sexuais diferentes” (Bento, 2006, p. 1).

A sexualidade pode ser compreendida como um conjunto de vivências, práticas e costumes associados à intimidade da vida privada, ao prazer e às expressões românticas. Ela está envolvida em valores morais sendo influenciada por práticas, discursos e pensamentos coletivos (Furlani, 2007). Ela é construída durante o processo de vida do sujeito, isto é, a identidade sexual do indivíduo contém características que o permitem pertencer a um grupo cultural (Pinho; Pulcino, 2016).

Partindo da compreensão da comunidade LGBTQIAPN+ como um grupo social estabelecido culturalmente, suas memórias e formas de expressão cultural fazem parte da resistência identitária e política desta comunidade. Thürler (2011, p.7) afirma que

Identificando Cultura como uma rede de significações relacionadas a um determinado grupo social e sua amplitude de sentidos, é possível

compreender a **Cultura guei** como a diversidade de manifestações culturais, relacionada aos valores, hábitos e linguagem representativos e identificadas com a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Pelo viés das expressões artísticas, que reflete uma produção representativa à identidade deste grupo, podemos identificar manifestações genuínas e temáticas.

Desta forma, é possível notar algumas especificidades que tangenciam a cultura LGBTQIAPN+. Compreendendo que esta se caracteriza pela emergência de seu próprio sistema de símbolos, ao enraizar códigos e valores que efervescem e dinamizam a construção coletiva e social das identidades e vivências sexuais e de gêneros, considerando as interseccionalidades e as diferenças que marcam o protagonismo destes grupos sociais, bem como seus conflitos, tornando-se variável de acordo com sua inserção na sociedade. Ou seja, ao vislumbrarmos o emaranhado de conceitos que definem a cultura e a memória de minorias como a comunidade LGBTQIAPN+, a apropriação e construção de sentidos para com o movimento e a cultura desta comunidade está inerente em diferenciados aspectos que as perpassam.

A cultura LGBTQIAPN+ está inserida no cotidiano dos mais variados grupos sociais, políticos e econômicos, aglomerados em diferentes formas de expressão e de identificação individual e coletiva, corroborando para o desenvolvimento do sentido de pertencimento, bem como para a resistência e formas de combates à opressão, como constata Garcia (2012). A diversidade sexual e de gênero, no Brasil, compreende uma articulação conjunta com a diversidade cultural. Principalmente quando somada à desigualdade social e econômica pelas quais os indivíduos dessa comunidade são atingidos.

Se, por um lado, a dimensão cultural tenta equacionar as variáveis recorrentes a partir da pluralidade do sujeito contemporâneo, por outro, a dimensão sexual e de gênero abarcam complexas (re)configurações de subjetividades de orientação e prática (entre afeto, encontro, despedida, desejo, erótica, sensualidade, sexo, etc.) (Garcia, 2012, p. 03).

Assim, a importância de salvaguardar a memória e os patrimônios culturais LGBTQIAPN+ perpassa o campo da historicidade, alcançando também as referências de luta e resistência em diferentes momentos de espaços de tempo. Portanto, a inserção dessas culturas no cotidiano dos espaços de memória, cultura, patrimônio e informação, servem tanto para amparar as construções culturais coletivas e individuais, bem como para conscientizar e transformar a sociedade em aspectos de igualdade e tolerância. Garantindo o respeito mútuo ao próximo e distanciando-se dos padrões impostos pelas classes dominantes e opressoras.

No campo da ciência, diversas áreas do conhecimento têm-se dedicado a estudar os

fenômenos da memória e da cultura LGBTQIAPN+, bem como, recuperar historicamente as construções coletivas e individuais da população em seu sentido político, social, econômico e cultural, identificando este campo de estudos e pesquisas como “homocultura”, conforme conceituado por Thürler (2011, p. 05),

A acepção do termo Homocultura diz respeito a estudos e pesquisas temáticas sobre homossexualidade, homoerotismo, estudos gueis, lésbicos, bissexuais, transgêneros e teoria queer, mas precisa ser considerado contemporaneamente dentro da perspectiva de desconstrução do guei na contemporaneidade, permeado por uma série de fissuras ao longo do século 20 que acenaram na direção da despatologização da homossexualidade, que, até o início da década de 1970, era considerada como doença, influenciando e determinando a solidificação de uma estrutura binária e dicotômica entre heterossexuais e gueis.

Castro e Mattos (2012, p. 209) afirmam que a “Homocultura constitui-se em práticas discursivas e não discursivas que dão um lugar a esses sujeitos, construindo afinidades, identificações que, por sua vez, marcam a afirmação das homossexualidades como possibilidades legítimas de viver as sexualidades”. Sendo, assim, possível observar a homocultura como uma ferramenta de socialização e transformação cultural que almeja sempre o desenvolvimento de propostas de construções coletivas e individuais de identidades, fortalecendo as discussões sobre diversidade sexual e de gênero em âmbitos educacionais, culturais e informacionais.

Isto posto, é possível identificar que independentemente da área do conhecimento onde a homocultura é explorada, ela perpassa sobretudo pelo campo político de afirmação das pessoas, buscando a garantia de direitos e também a “desguetificação” de culturas marginalizadas pelas culturas dominantes heteronormativas. Como afirma Thürler (2011, p. 02), “a heteronormatividade expressa expectativas, obrigações e demandas sociais resultantes do pressuposto de uma heterossexualidade natural e compulsória”.

As museologias brasileira e latino-americana têm se debruçado sobre os avanços no campo de estudos sobre memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+. Vemos uma crescente preocupação com este segmento, partindo principalmente da museologia social e da antropologia, prestando amparo aos estudos culturais e sociais da comunidade LGBTQIAPN+.

No que tange a museologia LGBTQIAPN+, Tony Boita, Jean Baptista e Camila Moraes Wichers são autores que contribuem expressivamente para a ampliação das discussões e campos de disputas pertinentes. Assim, no texto publicado na Revista Memória LGBT, as pessoas autoras contribuem definindo “O que é museologia LGBT”:

1. Ser produzida por pessoas que pertencem a determinadas comunidades com sexualidades dissidentes da matriz heterossexual, dotadas de conhecimentos específicos próprios dessas comunidades, falantes do pajubá e comprometidas com uma história, memória, patrimônio e luta social comum [...]
2. Opõe-se a tentativas de expropriações de seus patrimônios por pessoas que não pertencem a essas comunidades, em especial quando empreendidas por pesquisadores acadêmicos, políticos demagógicos, ONGs elitistas, igrejas e milícias, entre outras organizações exóticas às comunidades [...]
3. Estar vinculada às políticas públicas na América Latina, e por isso utiliza a sigla LGBT [...] Museologia LGBT que aqui caracterizamos está interessada sobretudo no acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e garantia dos direitos civis de pessoas e coletivos vivos dissidentes da matriz heterossexual vigente.
4. É uma Museologia popular e, conforme realidade latino-americana, é localizada em periferias urbanas ou simbólicas, bem como consta com corpos não brancos em sua gestão, ou seja, corpos negros, indígenas, afroindígenas, pardos etc.[...]
5. Esta forma de se fazer museologia também congrega pessoas aliadas da causa LGBT, as quais marcadas por outros eixos de subordinação, como gênero, raça e classe, para citar alguns marcadores sociais das diferenças, comungam do mesmo desejo de emancipação e democratização do campo dos museus, patrimônios e memórias.
6. Por sua proximidade com Políticas Públicas e comunidades vulneráveis, a Museologia LGBT integra certamente a Museologia Social ou Sociomuseologia, não sem antes alertar que dentro desse grande escopo também reside a fobia à diversidade sexual comum aos museus [...]
7. Por valorizar performances, vocabulários, múltiplas sexualidades e identidades plurais em constante renovação [...] (Baptista; Boita; Wichers, 2020, p. 4).

Evidencia-se assim, a perspectiva decolonial ao qual se dedicam e conectam a museologia LGBT com as dimensões raciais, econômicas, políticas e sociais da comunidade, de forma interseccional, visando “sobretudo a superação das desigualdades que pesam às comunidades dissidentes da matriz heterossexual hoje hegemônica” (Baptista; Boita; Wichers, 2020, p. 7).

Bruno Brulon (2020), no que lhe concerne, defende uma museologia *Queer*, embasado na teoria *Queer* dos anos 1990, defende que, a partir do *Queer*, a museologia e o campo dedicado aos estudos de memória, cultura e patrimônio não partiria de representações baseadas no normativo, no conhecido e na ordem social dominante.

Desta forma, um museu *Queer* seria aquele que, ao invés de trazer a margem para o centro ou de se configurar como um museu das margens, transpõe as fronteiras entre as margens e o centro, promovendo um novo entendimento das relações de poder e colocando em questão a sua própria função como dispositivo social que serve a certos sujeitos da história. Sua função é transgredir para transformar o social subvertendo as normas que emprisionam as identidades por meio de uma outra lógica cultural. (Brulon, 2020, p. 91)

Os lugares de pertencimento e afirmação dos sujeitos compreendem um importante espaço na luta pela emancipação e resistência aos sistemas opressores da sociedade. A “guetificação” das LGBTQIAPN+ está presente na história e nos dias atuais. As ocupações destes espaços constituem um importante marco na luta e na resistência por garantir seus direitos e espaços. Quanto ao fato de lugares como boates, saunas, clubes, praças etc. serem ocupados por indivíduos e tribos excluídos socialmente, perpassa a aglomeração de semelhantes e objetiva a construção de espaços de resistência e de afirmação, constituindo um importante mecanismo na construção de identidades culturais permeadas pelas diferenças e, ainda assim, um lugar seguro de apoio e construção mútua. Candido (2017, p. 38) afirma que,

Os guetos gays surgem como um local de acolhimento da diversidade, mas também de marginalização. Tendo como exemplo a cidade de São Paulo, os espaços públicos para os homossexuais eram bastante diversificados.” Esses lugares eram espaços de socialização da “comunidade gay”. Na maioria das vezes, eram dedicados especialmente a essa população. Contudo, aos poucos, os “gays” foram se apropriando de outros locais que não eram exatamente destinados a eles, mas que por conta da rejeição e do processo de marginalização, ficaram conhecidas por serem “redutos gays”.

As artes e a literatura também estão presentes na construção cultural da comunidade LGBTQIAPN+. Historicamente, as expressões presentes nas artes, na música, na literatura, nos estudos de homocultura, nas interpretações e localizações deste público reforçam a ideia de resistência. As lutas pelas construções dos sujeitos de forma individual e coletiva estão no cerne das representações e diálogos entre esta categoria de cultura, como afirma Davi (2011, p. 143):

Por meio de músicas, representações teatrais, textos anônimos, inversões, performances e utilizações jocosas de signos do poder, os (as) homossexuais demonstram sua resistência a situações que lhes são opressivas. Valendo-se de metáforas, explorando sua criatividade, tendo o riso, a arte, a linguagem, a música e outros elementos como arma, procuram reagir às formas de opressão que sobre eles (elas) incidem. Não são, portanto, passivos (as) e impotentes, nem ficam à mercê de forças históricas externas e dominantes. Pelo contrário, desempenham um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua identidade cultural e sexual.

A questão de silenciamentos da cultura LGBTQIAPN+ também está presente nas discussões de culturas, memórias e patrimônios, visto que este campo é uma ampla arena de disputa, onde busca-se romper a manutenção das culturas e memórias hegemônicas, uma vez que os silenciamentos também corroboram para a construção de uma cultura de apagamentos de grupos sociais colocados à margem.

Desta forma, Diego Barbosa da Silva (2018, p. 26) identifica quatro possíveis

silenciamentos da diferença,

a) um silenciamento de posições-sujeito, quando se dificulta e impossibilita o comparecimento de outras posições e impõe que uma maioria interpelada por posições dominantes decida quem participará das etapas posteriores e quais propostas irão ser levadas até elas; b) um silenciamento no interdiscurso, quando o Estado recorta uma memória, ao fornecer previamente eixos que irão conduzir as discussões; c) um silenciamento do dissenso, quando se visa impedir o confronto de posições em prol do consenso; e d) um silenciamento no intradiscurso, quando o Estado interfere na formulação das propostas, para que sejam objetivas e na língua portuguesa imaginária.

Em paralelo, quando tratamos da memória silenciada de um grupo, tratamos da ausência de patrimônio, de espaços e territórios, modos e saberes importantes para a afirmação de sua identidade. Tal fenômeno acaba por fortalecer a vulnerabilidade social desse grupo, afinal, “um povo sem memória nada sabe, e é presa fácil de armadilhas” (Guarnieri, 2010, p.121). Articular a relação entre a memória LGBTQIAPN+ com museus e patrimônios é, antes de tudo, uma ação cidadã interessada em colaborar para a superação de fobias à diversidade sexual e de gênero impregnadas na cultura nacional (Baptista; Boita, 2017).

Assim sendo, o avanço de políticas de preservação de culturas, memórias e patrimônios partem do presente ao passado buscando emergir as vozes dos esquecidos da história, tomando o patrimônio como base de uma identidade reconstruída através das memórias e culturas, permeadas pelos marcadores de diferença e, principalmente, pelos silenciamentos de determinadas culturas e representações em relação àquelas ditas hegemônicas e/ou superiores na hierarquização da sociedade.

3.4.1 Alguns exemplos de preservação da memória e patrimônios culturais LGBTQIAPN+

Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)⁶

Segundo informações obtidas no *website* da instituição, a ideia de estabelecer o Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) teve origem no segundo semestre de 2020, emergindo do esforço de pesquisadoras e ativistas lésbicas dedicadas a compartilhar os materiais que possuíam. Entretanto, ao perceber que a disseminação era limitada, aspirou-se que qualquer pessoa interessada em temáticas lésbicas pudesse ter acesso a esses materiais. Foi a partir

⁶ Disponível em: <https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

desse desejo que surgiu o projeto de criar o acervo virtual de acesso público e gratuito.

O ALB também se envolve em outras iniciativas, oferecendo cursos de formação e participando de debates e eventos relacionados a arquivos, memórias e ativismo. Adicionalmente, buscam estabelecer parcerias com organizações, acervos e instituições comprometidas com a defesa de grupos historicamente marginalizados.

O acervo do ALB é disponibilizado gratuitamente na área restrita do site, com a consulta exclusivamente digital e a reprodução proibida. O acesso requer um cadastro prévio, semelhante ao necessário em instituições de memória, como bibliotecas e centros de documentação. Na seção de notícias, são fornecidas informações sobre os materiais mais recentemente disponibilizados.

A missão do ALB é preservar registros históricos relacionados às lesbianidades, provenientes do Brasil ou do exterior, e democratizar o acesso a esses itens. Quanto à visão, busca constituir-se como um centro de referência em pesquisa e documentação lésbica, contribuindo para o exercício da cidadania das lésbicas. Seus valores incluem a Memória, a Educação, a Cultura, a Diversidade, a Saúde e os Direitos Humanos.

Museu Bajubá⁷

O Museu Bajubá representa uma instituição dedicada à preservação e divulgação do legado histórico da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente nos seus espaços urbanos. Adota uma abordagem interdisciplinar que conecta áreas como museologia social, memória, história, pesquisa, direitos humanos, política social, educação, turismo, qualificação profissional e geração de renda. O museu opera por meio de quatro "Ciclos" ou "Estações" localizadas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo. Inicialmente virtual, a instituição planeja estabelecer representações físicas em áreas designadas como territórios musealizados (Estações/Ciclos), conforme delineado em seu estatuto.

Segundo informações obtidas no *website* da instituição, sua origem remonta aos Roteiros pelos Territórios de Resistência e Memória LGBT no Rio de Janeiro, inaugurados em 2012 e divulgados por meio do blog "Memórias e Narrativas das Diversidades Sexuais". A ideia começou a ser discutida em 17 de julho de 2018, durante o Seminário Museu Queer, realizado pelo Museu da Diversidade Sexual de São Paulo em colaboração com o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP). O projeto ganhou destaque em 29 de junho de 2019,

⁷ Disponível em: <https://museubajuba.org/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

durante a *Queering Memory - ALMS Conference* em Berlim.

A primeira iniciativa ocorreu por meio do projeto do Núcleo de Referência, Memória e Pesquisa LGBT (RefmemoLGBT) em 2019, em colaboração com o pesquisador Luiz Morando. Inicialmente concebido como um mapeamento, o projeto foi posteriormente reformulado.

Em junho de 2020, após discussões com o museólogo Lenon Braga e o professor de museologia da UniRio, Dr. Bruno Brulon, e inspirado por leituras sugeridas, tornou-se evidente que a museologia social seria um instrumento eficaz para alcançar os objetivos propostos. Isso se baseou, entre outros aspectos, nos artigos 1º, 2º, 7º e 8º da Lei n. 4.904/2009. A partir desse ponto, seguiram-se leituras e diálogos produtivos, resultando na expansão da proposta para incluir a musealização dos itinerários das cidades de Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo.

Com o suporte técnico do grupo de Museologia Experimental e Imagem (MEI) da UniRio, liderado pelo Dr. Bruno Brulon e pela estudante de museologia Thalyta Souza, o Plano Museológico foi elaborado, com validade de dois anos.

Museu da Diversidade Sexual (MDS)⁸

O Museu da Diversidade Sexual de São Paulo (MDS), vinculado à Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, configura-se como uma instituição dedicada à preservação da memória, expressões artísticas, cultura inclusiva, acolhimento, promoção da vida e condução de pesquisas abrangendo a comunidade LGBTQIA+.

Fundamentado no contínuo diálogo com os movimentos sociais LGBTQIA+, o Museu da Diversidade Sexual propõe-se a ser um espaço de discussão sobre a diversidade sexual. Em sua trajetória, destaca-se pela defesa da dignidade humana e pela promoção de direitos, desempenhando um papel crucial como agente cultural na transformação social.

Brito et. Al. (2020) observa que o MDS completou uma década em 2022. E encontra-se situado nas instalações do metrô República, pertencente à Companhia do Metropolitano da cidade de São Paulo. Sua missão central é preservar o patrimônio cultural LGBT do Brasil, proporcionando uma abordagem abrangente de referências materiais e imateriais que retratam a trajetória, narrativas e vivências dessa comunidade (MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL, 2020).

⁸ Disponível em: <https://museudadiversidadesexual.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Revista Memórias LGBTQIA+⁹

A Revista Memórias LGBTQIA+ (Revista Memória LGBT) é uma mídia colaborativa voltada à comunidade LGBTQIA+ latino-americana. É um periódico digital colaborativo que tem como missão preservar e difundir as memórias de sexualidades dissidentes intersseccionados em gênero, raça e classe. Desde sua fundação a maioria das edições publicadas foram produzidas em formato digital.

4 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS LGBTQIAPN+

*“As Gay, As Bi, As Trans E As Sapatão,
Tão Tudo Organizada Pra Fazer Revolução.
Com As Puta!”
Manifestações políticas e sociais LGBTQIAPN+*

4.1 ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

A teoria *queer* emerge como uma provocação, uma apropriação insurgente da palavra "*queer*" que, originalmente, era um xingamento dirigido à população homossexual (entendendo o conceito no contexto da segunda metade do século XX). Este termo, reivindicado como expressão de transgressão, assume papel fundamental na construção de ferramentas críticas para confrontar as normas socialmente impostas, em especial nos Estados Unidos. Tamsin Spargo (1999) destaca que, em inglês, "*queer*" pode atuar como verbo, substantivo ou adjetivo, revelando-se como um marcador de oposição à norma e à normalização, “Um insulto que tem paralelo com termos pejorativos ouvidos cotidianamente por aquelas e aqueles que transgridem as normas, e são taxadas de pessoas esquisitas, estranhas, anormais, bichas, boiolas, baiotolas, quá quá, pocs, sapatões, caminhoneiras, etc.” (Bandeira, 2019, p. 3).

A teoria *queer* emerge como uma resposta crítica à crise da política de identidade homossexual, na segunda metade do século XX ao expor suas fraturas e insuficiências. Dentro desse contexto, as proposições pós-identitárias se desenvolvem gradualmente, dando origem à afirmação de uma política e de uma teoria *queer*, “atuando como um marcador político para

⁹ Disponível em: <https://memoriaslgbt.wordpress.com/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

reafirmar a dura realidade e transformá-la”, conforme Bandeira (2019, p. 3). A palavra “*queer*”, traduzida como estranha, ridícula, excêntrica ou rara, inicialmente utilizada pejorativamente para designar dissidências de gêneros e sexualidades, é adotada por uma vertente dos “movimentos homossexuais” como uma posição de oposição à normalização, seja ela de origem heterossexual ou do próprio movimento homossexual dominante. Assim, a apropriação política da palavra *Queer* trouxe ao centro do debate toda a sua carga de deboche e resistência para criar uma pauta de oposição e contestação às normas de sexualidade e gênero e para ressaltar sujeitos desviantes: lésbicas, gays, pessoas trans, drags, intersexos, assexuais, pessoas não-binárias, entre outras vivências de gêneros e sexualidades, como afirma Louro (2004).

Eve Kosofsky Sedgwick (1994) e Lorenzo Bernini (2015) contribuem para a compreensão etimológica de “*queer*” ao revelar suas raízes indo-europeias e latinas, associando-o a conceitos de transversalidade e torção. Por sua vez, *queer* é o contrário de *straight*, que significa direito, reto, linear. Ao transladar para o contexto social, a heterossexualidade representaria a “retidão moral” e as identidades de gênero não normativas seriam o desviante, o torcido, o torto, o bizarro, conforme nos alerta Bernini (2015).

Portanto, *queer* engloba aquilo que é “excêntrico” que não deseja ser “integrado”, tampouco “tolerado”. Nas palavras de Guaciara Lopes Louro, “*queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecindível” (Louro, 2004).

Os teóricos *queer*, apesar da diversidade em suas abordagens, compartilham uma base pós-estruturalista francesa e adotam a desconstrução como método crítico. Fundamentados em categorias psicanalíticas, buscam uma estratégia descentralizada que desafia as proposições sociais e políticas programáticas, para isso, interpretam o social como um contexto sujeito a críticas para contestar as hierarquias sociais dominantes.

Conforme destacado por Miskolci (2009), os teóricos *queer* concentram-se na análise dos discursos que geram conhecimentos sobre gêneros e sexualidades por meio de uma abordagem desconstrutivista, que questiona a estabilidade das identidades dos sujeitos. O *queer* foi reconhecido como uma nova abordagem na política de gênero, evidenciada nas mobilizações de travestis, transexuais, indivíduos não brancos, não binários, entre outros, demonstrando a diversificação dos sujeitos (Butler, 2015).

Como explicitado, antes da abordagem *queer* adentrar os espaços acadêmicos, ela já era um constructo estadunidense de ativismo e militância política de gays, lésbicas e pessoas

trans, em um caso clássico em que a prática precede o conceito. No ambiente formal das universidades, a teoria *queer*, como veio a ser denominada, encontrou apoio nos estudos culturais norte-americanos e no pós-estruturalismo francês, ao questionar concepções clássicas do sujeito, identidade, agência e identificação (Miskolci, 2009; 2012).

Por sua vez, a emergência do movimento *queer* vai além das questões específicas da política e teorização gay e lésbica, sendo situada no contexto mais amplo do pós-estruturalismo. A teoria *queer* dialoga com as correntes do pensamento ocidental que questionaram as noções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação ao longo do século XX. Segundo Berenice Bento (2017), os estudos *queer* irão radicalizar o projeto feminista interna e externamente, ao ampliar as vozes para habilitar travestis, transexuais, pessoas não binárias, lésbicas, gays e bissexuais como sujeitos que constituem as suas identidades por meio dos mesmos processos daqueles que se consideram socialmente “normais”. Ao passo que, na Europa, Beatriz Preciado (2014) reconhece que os movimentos *queer* inspiram-se nas culturas anarquistas e nas emergentes culturas de transgêneros para combater o “Império Sexual”, ao propor a desontologização das políticas de identidades de uma multidão de corpos: transgêneros, homens sem pênis, *gounis garous*, ciborgues, *femmes*, *butchs*, bichas, lésbicas, entre outras categorias.

Ao estabelecer uma conexão entre a teoria *queer* e a análise de Michel Foucault (1993) sobre a sexualidade, torna-se evidente que esta última desempenha um papel fundamental na compreensão do pensamento *queer*. Foucault delineia a proliferação de discursos sobre a sexualidade ao destacar como a sociedade gera e controla classificações referentes a diversas expressões sexuais e de gêneros. A teoria *queer* utiliza essa construção discursiva dos gêneros e das sexualidades como fundamento, assimilando também a operação de desconstrução proposta por Derrida para desestabilizar os binarismos.

De acordo com Derrida (1991), a lógica ocidental tradicionalmente opera por meio de binarismos, um pensamento que seleciona e estabelece como central uma ideia, entidade ou sujeito, para, a partir desse ponto, determinar a posição do “outro” como seu oposto subordinado. O termo inicial é sempre considerado superior, enquanto o outro é percebido como derivado e inferior. Derrida argumenta que essa lógica pode ser abalada por meio de um processo desconstrutivo que, estrategicamente, reverta, desestabilize e desorganize esses pares. Desconstruir um discurso implica minar, escavar, perturbar e subverter os termos sobre os quais o discurso se fundamenta. Qualquer relação entre a teoria *queer* e a teoria da desclassificação não é mera coincidência. São retroalimentadas por lógicas plurais, contraditórias e diversas.

É imperativo realizar uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e seus efeitos, tais como hierarquia, classificação, dominação e exclusão. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornecendo-lhe limite e coerência, ao mesmo tempo em que o assombra com a instabilidade. Numa perspectiva desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos, ao levantar os questionamentos sobre os processos pelos quais uma forma de sexualidade, como a heterossexualidade, por exemplo, se tornou a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como ‘natural’.

Judith Butler (1999) destaca a performatividade das normas regulatórias do sexo, ao argumentar que os corpos nunca se conformam completamente a essas normas, mas sua repetição constante é necessária para consolidar a materialização imposta. A teoria *queer*, ao focar na figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber, analisa a ordenação dos desejos, comportamentos e instituições sociais, desafiando a lógica binária heterossexual/homossexual. “As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual” (Louro, 2001, p. 548).

A teoria *queer*, assim, desafia não apenas as normas sociais, mas também os modos convencionais de pensar e conhecer, na tentativa de promover uma abordagem subversiva e questionadora, indo além de uma análise da repressão ou expressão de minorias LGBTQIAPN+. Ela mergulha na essência do regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, comportamentos e instituições sociais, que impacta nas relações sociais e a constituição da sociedade como um todo (Seidman, 1995). Isso desafia a noção de identidade como uma demarcação rígida e permite a concepção da instabilidade inerente à constituição do sujeito.

A teoria *queer* aprofunda as relações possíveis entre as identidades LGBTQIAPN+ e a cultura construída em torno de conceitos como natural e normal. Isto é, problematiza e desconstrói os conceitos de identidade a partir da constituição de um sujeito *queer*, definido através de sua etnia, classe social, ideologia política, religião etc. Em vista disso, a tônica de sua análise reside no fato de congregar toda uma comunidade que se opõem, de diferentes maneiras, à identidade heterossexual dominante na cultura (Lugarinho, 2001).

Por conseguinte, a teoria *queer* constitui uma ferramenta crucial para a desconstrução de narrativas normativas e a promoção de uma compreensão mais ampla e inclusiva da

diversidade de experiências e identidades. Ela desafia a rigidez das categorias estabelecidas, convidando-nos a repensar o que é considerado "normal" e a abraçar uma visão mais ampla e fluida da existência humana. "Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa" (Silva, 2000, p. 107).

Nesse sentido, a teoria *queer* não apenas questiona as normas regulatórias do sexo, mas também promove uma visão mais ampla sobre a diversidade humana. Ela desafia a lógica binária que mantém a subordinação e busca dismantelar as estruturas que perpetuam a exclusão. A busca pela igualdade política não deve ser reduzida à assimilação, mas deve abraçar a multiplicidade de experiências ao reconhecer que a verdadeira igualdade só pode ser alcançada quando todas as formas de ser e amar forem validadas e respeitadas. Mais do que uma simples crítica, a teoria *queer* instiga uma mudança epistemológica que transcende as esferas dos gêneros e das sexualidades, atingindo a essência do conhecimento e da identidade.

Em última análise, a teoria *queer* não é apenas uma abordagem acadêmica, mas uma atitude epistemológica que convida a pensar para além das normas estabelecidas. Ela não busca respostas definitivas, mas perpetua a questão interminável do conhecimento. Em termos políticos, a perspectiva *queer* constitui uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como meio privilegiado para a construção de uma ética coletiva (Miskolci, 2011, p. 37). Nesse sentido, a teoria *queer* não é apenas um desafio às estruturas de poder existentes, mas também uma esperança para uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade humana, revelando-se como uma força poderosa na busca por uma sociedade que verdadeiramente celebra a autenticidade e a pluralidade.

Os estudos *queer*, ao chegarem ao Brasil, na década de 2000, foram impulsionados pelos movimentos sociais, especialmente pelo ativismo gay estadunidense. A teoria *queer* se posiciona como uma metáfora fluida, conforme Eng, Halberstam e Muñoz (2005), ao questionar a centralidade da sexualidade e do gênero nos processos sociais. A análise *queer* desconstrutivista, segundo Miskolci (2009), desafia a estabilidade dos sujeitos sexuais, evidenciando a pluralização das identidades.

Os estudos *queer* brasileiros, articulados às necessidades locais, expandiram-se por diversas áreas do conhecimento. A recepção brasileira da teoria *queer* busca incorporá-la em práticas sociais, destacando a importância de uma epistemologia "cucaracha" (Pelúcio, 2014) que considere as experiências coloniais e a diversidade de corpos e identidades no contexto das brasilidades. Este exercício antropofágico permite uma reflexão crítica sobre as

contribuições dos pensadores do Norte, enquanto situa o pensamento *queer* em uma tradição própria, rompendo com os padrões coloniais, como nos alerta Pelúcio (2014).

É essencial reconhecer a importância de deslocar a lógica do "centro" para outras perspectivas sociológicas, especialmente em contextos coloniais como o Brasil. Berenice Bento (2014) propõe uma reflexão sobre a substituição da palavra "*queer*" por "Estudos ou Ativismos Transviados", que busca, em seu âmago, ampliar a análise para incluir questões de raça, etnia, classe e religiosidade.

A proposta de João Manuel de Oliveira (2017) de tirar a palavra "*queer*" de sua gramática política inicial e adaptá-la a outros sistemas linguísticos, como um ato de antropofagia, destaca a capacidade de *hackear*, piratear e reciclar a teoria *queer*. Este processo de apropriação e adaptação permite uma produção de teoria "bandita", que desafia os regimes falocêntricos e heteronormativos da ciência convencional.

Colling (2017), por sua vez, destaca o "Artivismo das dissidências sexuais e de gênero", que cria espaços de resistência contra a onda conservadora e o fundamentalismo religioso direcionados às pessoas LGBTQIAPN+. Essa resistência se manifesta em um movimento novo, ainda não institucionalizado e presente em diversas esferas, como escolas, universidades, ruas, ocupações, redes sociais, teatros, bares, prédios públicos variados, algumas igrejas e terreiros de religiões de matriz africana, desconstruindo discursos (Colling 2017). No contexto do artivismo político, o autor destaca as estratégias *camp*, consideradas uma forma de artivismo, caracterizadas por uma preferência pelo não natural, pelo artifício e pelo exagero.

A teoria *queer*, ao se apropriar de práticas e discursos culturais subalternizados, oferece uma visão decolonial ao abrir espaço para diferentes vozes e coletivos que destoam das normas hegemônicas. Nesse contexto, torna-se crucial a visibilidade de grupos indígenas, afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhos e pessoas LGBTQIAPN+, que contribuem para descolonizar e colorir a teoria *queer* no Brasil e na América-Latina.

No contexto brasileiro, a pluralidade de ressignificações e apropriações do termo *queer*, como "enviadecer" (Gomes Filho, 2016) ou "transviadar" (Bento, 2014), demonstra a dinâmica flexível da teoria *queer* nos trópicos. Essas ressignificações não apenas refletem, mas também contribuem para a construção de um discurso *queer* autêntico, enraizado em experiências locais.

A abordagem "*Queer of Colour*", proposta por Caterina Rea e Izzi Amancio (2018), destaca a importância de considerar as experiências culturais subalternizadas e anti-hegemônicas na teoria *queer*. Essa perspectiva ressoa de maneira particular em contextos

coloniais e busca desafiar não apenas a sociedade normativa, mas também as múltiplas formas de exclusão baseadas em raça, etnia e poder. A teoria *queer*, *queer of colors* e os estudos transviados, propõem uma politização da dissidência sexual contra-hegemônica ao confrontar relações pós/neocoloniais e tencionar as questões étnico-raciais.

De acordo com Larissa Pelúcio (2014), o pensamento *queer*, desde sua introdução no meio acadêmico brasileiro, foi fundamentalmente concebido como uma teoria de resistência. A autora percebe a teoria *queer* como um campo de batalha político e uma arena de confronto de ideias que busca desafiar a naturalização de diversas opressões, tais como a imposição da heterossexualidade e a desconstrução dos binarismos que limitam as possibilidades de transformação. Pelúcio destaca as crueldades presentes nos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidos de uma pretensa objetividade científica que desumaniza certos indivíduos.

Ainda segundo Pelúcio (2014), é crucial deslocar a lógica central para outras lógicas "sociológicas" moldadas pelas experiências coloniais, tanto no Brasil quanto em outros países da América do Sul. É crucial abordar de maneira crítica as omissões de conhecimentos subalternos. Esforçamo-nos para identificar e decifrar conscientemente as lacunas presentes, a fim de possibilitar que esses conhecimentos silenciados sejam ouvidos e ganhem protagonismo.

Além disso, a teoria *queer* desafia as concepções tradicionais de sexualidade e gênero ao questionar a noção de uma linha clara entre o normal e o desviante. Ao invés de considerar os gêneros e as sexualidades como características inatas e fixas, os teóricos *queer* propõem uma compreensão mais fluida e contextualizada da orientação sexual e das identidades e vivências de gênero. Nesse sentido, a teoria *queer* oferece uma crítica profunda às normas sexuais e de gênero, desafiando a rigidez das categorias binárias.

Em síntese, os estudos *queer* no Brasil refletem uma trajetória dinâmica, influenciada pelos movimentos sociais e adaptada às demandas locais. Ao se apropriar de uma perspectiva fluida e desconstrutivista, a teoria *queer* desafia as estruturas normativas e oferece uma visão decolonial no contexto brasileiro e latino-americano. A expansão dessa abordagem para diversas áreas do conhecimento destaca a importância de deslocar o foco do "centro" para considerar as experiências sociológicas moldadas pelas histórias coloniais. Em última análise, a teoria *queer* emerge como uma ferramenta política de resistência, que desafia os discursos hegemônicos e promove uma reflexão crítica sobre identidades, gêneros, sexualidades e poder.

Como debatido anteriormente, o conceito contemporâneo de *queer*, tanto em termos políticos quanto teóricos, surge como uma crítica à ordem sexual vigente, provavelmente

associada à contracultura e às demandas dos chamados novos movimentos sociais da década de 1960. Ao analisar a problemática *queer*, percebe-se que não se trata apenas da homossexualidade e outras vivências de gêneros e sexualidades, mas sim da abjeção, um termo que se refere ao espaço onde a coletividade relega aqueles que considera uma ameaça à ordem social e política (Miskolci, 2017).

De acordo com Julia Kristeva, “o abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delineiam o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem” (1982, p. 4). A abjeção social resulta na experiência de ser temido e recusado com repugnância, uma vez que a simples existência ameaça uma visão homogênea e estável da comunidade. Miskolci (2017, p. 24) exemplifica: “O “aidético”, identidade do doente de AIDS na década de 1980, encarnava esse fantasma ameaçador contra o qual a coletividade impunha seu código moral”. Com isso, Miskolci (2017, p. 24) nos alerta: “olha, mesmo os gays e as lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em abjetos”.

A abjeção, termo central nos estudos *queer*, está intrinsecamente ligada às questões de gênero e sexualidade. A sociedade utiliza o gênero e a sexualidade como meios de normalizar as pessoas, transformando algo íntimo e pessoal em motivo de chacota e humilhação. A abjeção, associada à sexualidade, por exemplo, envolve o desejo, afeto, autocompreensão e a imagem que os outros têm de nós. Qualquer desvio das normas sociais é visto como uma ameaça à ordem social, resultando em violência e rejeição. Assim, Miskolci (2017) afirma que a abjeção emerge como uma forma de classificar e julgar, manifestando-se em injúrias, xingamentos, violências e desumanização. Quando alguém é chamado de “sapatão” ou “bicha”, não é apenas um nome que é atribuído, mas uma classificação como abjeto, contaminador e repulsivo. A abjeção não apenas rotula, mas também distancia e reforça a ideia de que determinadas identidades são indesejáveis e devem ser evitadas.

A experiência histórica da AIDS, por exemplo, tornou a abjeção mais relevante na forma como pensamos as relações sociais. O desejo homoerótico é frequentemente julgado negativamente, especialmente quando rompe padrões normativos. A heteronormatividade, um regime de visibilidade que regula as formas como as pessoas se relacionam, impõe normas sociais a todos, independentemente de sua identidade. Nesse contexto, os movimentos *queer* surgem como uma resistência aos valores morais violentos que instituem a linha da abjeção, recusando-se a aceitar a segregação social entre os socialmente aceitos e os relegados à humilhação e ao desprezo. Conforme Miskolci (2017, p. 41)

A experiência de abjeção deriva do julgamento negativo sobre o desejo homoerótico, mas sobretudo quando ele leva ao rompimento de padrões normativos como a demanda social de que gays e lésbicas sejam discretos, leia-se, não pareçam ser gays ou lésbicas, ou, ainda, de que não se desloque os gêneros ou se modifique os corpos, o que frequentemente torna meninos femininos, meninas masculinas e sobretudo travestis e transexuais vítimas de violência.

Em suma, essa abordagem representa uma resistência contra a heteronormatividade e um convite para repensar as formas como compreendemos e vivenciamos as identidades e relações sociais, isso segundo Miskolci (2017).

Por conseguinte, a nova política de gênero, conforme proposta pelos movimentos *queer*, provoca uma mudança de foco dos sujeitos para a cultura, ao desafiar as normas e convenções culturais que moldam os indivíduos de maneira muitas vezes invisível e astuciosa. Conforme Miskolci (2017, p. 29).

Na nova política de gênero, seja lá nos Estados Unidos, quer seja aqui no Brasil ganharam espaço problemáticas trazidas por trabalhadores do sexo, transexuais, travestis e mesmo por pessoas que às vezes estão dentro de relações com pessoas de sexo oposto, que poderiam ser vistas como pessoas modelares socialmente, mas que não acredita nessas normas e acham que é uma violência que elas, as normas, sejam impostos.[...] Incomum, essa nova onda dos movimentos sociais problematiza a cultura e a imposição social de normas e convenções culturais que, de forma astuciosa e frequentemente invisível, nos formam como sujeitos, ou melhor, nos assujeitam.

A compreensão do conceito de gênero desempenha um papel crucial na nova política de gênero proposta pelos movimentos *queer*. A partir do final da década de 1980, com a disseminação do conceito de gênero e a influência das ideias de Michel Foucault (1993) sobre uma nova analítica de poder, houve uma mudança significativa na forma como se concebe a luta política. O gênero deixou de ser entendido apenas como uma categoria vinculada ao sexo biológico e passou a ser reconhecido como uma construção social, uma expressão complexa e fluida das identidades e papéis sociais.

A nova política de gênero questiona as normas que criam e regulam as identidades de gênero, buscando desafiar as demandas impostas aos sujeitos. Judith Butler (2015), notável filósofa norte-americana, destaca que o *queer* é uma nova política de gênero, e essa perspectiva implica uma revisão crítica das normas sociais que regulam as identidades de gênero.

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade —

que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja ""assentada"" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação." (Louro, 1997, p. 27)

A sexualidade, por sua vez, é um componente intrínseco na compreensão das identidades de gênero. Ela abrange não apenas o desejo, mas também o afeto, a autocompreensão e a forma como os outros percebem os indivíduos. A sexualidade, muitas vezes vista como a parte mais íntima e reservada do eu, torna-se um ponto de confronto com a ordem social quando normas são impostas de maneira violenta e discriminatória.

Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente." (Louro, 2008, p. 18)

Por sua vez, a heteronormatividade, enquanto regime de visibilidade, impõe modelos sociais reguladores das formas como as pessoas se relacionam ao contribuir para a categorização e estigmatização daqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade estabelecidas.

A força normativa da categoria “sexo” foi e continua sendo a de concebê-la como evidente (RICH, 1980), como algo substancial que determina naturalmente os papéis familiares e culturais (masculino e feminino), bem como a atração erótica normal entre indivíduos do sexo oposto (heterossexualidade obrigatória). (Borrillo, 2023, p. 48).

A nova política de gênero propõe uma desconstrução dessas normas, e reconhece a diversidade de expressões de gênero para além das dicotomias tradicionais de masculino e feminino.

A interseccionalidade torna-se um aspecto crucial nessa discussão ao reconhecer que as identidades de gênero estão entrelaçadas com outras dimensões de opressão, como raça, classe e orientação sexual. Isso implica que a nova política de gênero não pode ser isolada das demais lutas sociais. Para isso, é importante abordar as questões de forma interconectada.

Nesse embate, Louro (2004) reflete que como qualquer outro embate cultural, é complexo exatamente porque está em contínua transformação. No terreno dos gêneros e das sexualidades, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários

(masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e, o que é ainda mais complicado, admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver, (Louro, 2008, p. 22)

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la.

Em resumo, a nova política de gênero, proposta pelos movimentos queer, representa uma abordagem crítica às normas sociais que regulam as identidades de gênero e sexualidade. Ela desafia a heteronormatividade ao reconhecer a complexidade e fluidez das expressões de gênero e vivências da sexualidade, e destaca a importância da interseccionalidade na compreensão das opressões. Ao questionar as demandas feitas aos sujeitos e destacar as normas que os criam, o queer propõe uma reconfiguração das relações sociais, promovendo a aceitação e respeito à diversidade de experiências de gênero e sexualidade.

No contexto brasileiro e latino-americano, a discussão sobre gênero e sexualidade adquire contornos específicos, moldados pela interseccionalidade de fatores culturais, históricos e sociais. As lutas LGBTQIAPN+ ganham relevância em uma região marcada por profundas desigualdades e uma diversidade cultural rica, mas também por desafios persistentes em relação à aceitação da diversidade de gêneros e orientações sexuais.

A violência direcionada a pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil destaca a urgência das discussões sobre gênero e sexualidade. A sociedade muitas vezes se depara com altos índices de discriminação, agressões físicas e verbais, além de um número significativo de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente travestis e mulheres trans. Esses trágicos eventos evidenciam a necessidade de políticas públicas e movimentos sociais que promovam a conscientização, a inclusão e a proteção dos direitos dessas comunidades.

Segundo os dados disponibilizados pela ANTRA no “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023”, ocorreram 145 assassinatos de pessoas

trans no Brasil, seguindo na liderança de países que mais mata pessoas trans no mundo. Já os dados do O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2022), denunciam que durante o ano de 2022 ocorreram 273 mortes LGBTQIAPN+ de forma violenta no país. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas. Os dados foram coletados por meio do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, que teve seu início em janeiro de 2020, quando foi coordenado pela Acontece – Arte e Política LGBTI+ e pelo GGB – Grupo Gay da Bahia (hoje é integrado também pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

Em 2020, o total de mortes LGBTQIAPN+ registradas pelo observatório foi de 237; em 2021, de 316; e em 2022, foram 273 casos de crimes de ódio. Mas é importante ressaltar que, apesar desse número já representar a grande perda de pessoas apenas por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, temos indícios para presumir que esses dados ainda são subnotificados no Brasil. Devemos alertar, também, que estes dados são coletados e compilados pela sociedade civil organizada e movimentos sociais. O que nos remete ao descaso do Estado para com a população LGBTQIAPN+, uma vez que, ao não se dispor a observar, proteger e garantir as vidas dessa população, nos relegam ao descaso e silenciamentos.

A interseccionalidade se torna ainda mais crucial na análise das experiências LGBTQIAPN+ no contexto latino-americano, onde as identidades se entrelaçam com questões étnicas, socioeconômicas e políticas. As comunidades LGBTQIAPN+ muitas vezes enfrentam desafios específicos em razão de sua origem étnica, classe social e localização geográfica. Dessa forma, os movimentos LGBTQIAPN+ não podem ser dissociados das lutas mais amplas por justiça social, igualdade e respeito aos direitos humanos em toda a América Latina.

Além disso, as narrativas LGBTQIAPN+ na região muitas vezes são permeadas por resistência e resiliência, com diversos grupos e organizações trabalhando para criar espaços seguros, promover a educação inclusiva e desafiar estruturas de poder discriminatórias. A visibilidade e representatividade tornam-se ferramentas fundamentais para combater estigmas e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

No entanto, é importante reconhecer que as realidades e desafios específicos variam entre os diferentes países latino-americanos. Enquanto alguns avançam em políticas inclusivas, outros enfrentam resistência significativa. A construção de pontes e alianças entre os movimentos LGBTQIAPN+ na América Latina pode fortalecer a luta coletiva por direitos

e reconhecimento.

Em suma, no contexto brasileiro e latino-americano, as discussões sobre gênero e sexualidade são intrincadas com questões de identidade, poder e justiça social. O desafio é promover uma transformação cultural e política que celebre e respeite a diversidade, reconhecendo a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para compreender as complexidades das experiências individuais e coletivas.

No contexto do transfeminismo, observamos uma ampliação e aprofundamento das discussões sobre gênero e sexualidade, concentrando-se nas experiências e lutas específicas das pessoas trans, especialmente das mulheres trans, travestis e das pessoas não binárias. O transfeminismo busca desafiar as normas de gênero cisnormativas e binárias ao reconhecer a multiplicidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

Como conceituado por Jesus (2014) "O transfeminismo é uma categoria do feminismo que surge como uma resposta à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta do sexo."

O transfeminismo destaca a importância de ampliar as vozes e perspectivas dentro do movimento feminista, para incluir experiências que anteriormente foram marginalizadas ou negligenciadas. Esta categoria, se propõe a ser inclusiva e interseccional, reconhecendo que as experiências das pessoas trans são moldadas não apenas por questões de gênero, mas também por fatores como raça, classe social, orientação sexual e outras dimensões de sua identidade.

Ao compreender parcialmente o gênero como construção social, o feminismo dito tradicional ou essencialista reforça estereótipos sobre os corpos e os seus usos prejudiciais não apenas à população transgênero, mas a todo e qualquer ser humano que não se enquadre no modelo que iguala gênero a sexo [...]. (Jesus, 2014, p. 20)

No cenário latino-americano, o transfeminismo se torna fundamental em um contexto onde as pessoas trans enfrentam altos índices de violência, discriminação e falta de reconhecimento legal. Muitas vezes, essas questões estão entrelaçadas com a perpetuação de estereótipos de gênero rígidos e preconceitos arraigados.

O gênero, mais que um dado, é uma informação imbuída de quereres sobre os seres humanos. A noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual (Jesus, 2014, p. 40).

O Brasil, por exemplo, tem visto um aumento na visibilidade do transfeminismo, com organizações e ativistas que trabalham arduamente para garantir direitos básicos, como acesso

à saúde, educação e segurança para pessoas trans. A busca por reconhecimento legal e respeito às identidades de gênero é uma parte crucial dessa luta, que almeja a desconstrução de normas sociais opressoras.

Arriscando-me a ser rotulada como ideóloga de um futuro trans (reduzindo aqui o termo "transgênero") da cultura brasileira, antevejo que o processo de visibilização das pessoas trans irá se acelerar, desnaturalizando a crença falaciosa nos gêneros como categorias simples e imutáveis frente aos mecanismos históricos e culturais. Entretanto, estamos na véspera dessas mudanças: a cidadania trans e a identidade de gênero da população transgênero são vilipendiadas pelo Estado, por instituições, grupos e pessoas." (Jesus, 2014, p. 10)

O transfeminismo também desafia as narrativas binárias tradicionais de gênero, abrindo espaço para a expressão livre e autêntica da identidade de gênero. Questiona as estruturas patriarcais e cisnormativas que perpetuam a exclusão das pessoas trans ao enfatizar a necessidade de uma abordagem mais inclusiva no ativismo feminista. Além disso, o transfeminismo contribui para desmistificar preconceitos e estigmas em torno da identidade de gênero, promovendo a educação e a conscientização. Ao fazer isso, ajuda a criar uma sociedade mais acolhedora e respeitosa com a diversidade de experiências de gênero.

A famosa frase de Simone de Beauvoir, de que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" também caracteriza a questão do gênero e pode ser utilizada para nos introduzir à discussão sobre a população trans(gênero), que tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia a dia (por mais que não percebam). É comum se dizer ou escrever que pessoas trans "nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens". Raciocínio falacioso. Todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/ uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/ conformação genital (Jesus, 2014, p. 8).

Em resumo, o transfeminismo é uma extensão e uma evolução das discussões sobre gênero e sexualidade, especialmente nas realidades do Brasil e da América Latina. Ele representa uma luta por justiça social, igualdade e reconhecimento pleno das identidades de gênero diversas, reafirmando a importância de incluir todas as vozes na busca por uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Em última análise, as discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito LGBTQIAPN+ na América Latina exigem uma abordagem sensível às nuances culturais e históricas, na busca por promover uma transformação cultural e política que celebre a diversidade. A construção de pontes e alianças entre os movimentos LGBTQIAPN+ na região pode fortalecer a luta coletiva por direitos e reconhecimento, apontando para um futuro onde a aceitação e o

respeito à diversidade sejam fundamentais para a construção de sociedades mais justas e inclusivas

A busca pela plena cidadania LGBTQIAPN+ reflete a aspiração de transformar as questões íntimas em pautas públicas, como por exemplo, a luta transfeminista. Os indivíduos LGBTQIAPN+, muitas vezes à margem da norma, desempenham um papel vital nesse movimento, pois trazem consigo perspectivas únicas e desafiadoras para as normas estabelecidas.

Goffman (1988) e Galinkin (2003) destacam os obstáculos históricos que impedem a plena cidadania dos membros da comunidade LGBTQIAPN+, bem como os estigmas associados a eles. As discriminações enfrentadas por esse grupo incluem assimetrias de poder, desigualdade de direitos e, lamentavelmente, violência física e psicossocial, inclusive através de assassinatos, conforme apontado por Mott (2001).

A discussão sobre a fluidez da sexualidade e a diversidade de identidades de gênero destaca a inadequação de fronteiras conceituais rígidas. Butler (2009) expõe a complexidade do desempenho de gênero como uma construção social, principalmente para pessoas que vivem fora da heteronormatividade e cisgeneridade, como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, assexuais, não-binários, entre outros, que contribuem para a ampliação desses limites.

A luta por direitos iguais transcende a esfera pessoal, tornando-se um movimento social que desafia as estruturas normativas. Os membros da comunidade LGBTQIAPN+, ao perceberem o "mundo exterior" de maneira distinta, trazem consigo uma sensibilidade única para as assimetrias de poder, desigualdades de direitos e violência que enfrentam. Essa percepção diferenciada os posiciona como potenciais inovadores e influenciadores na sociedade.

A produção de saberes, conforme destacado por Foucault (1988), está intrinsecamente ligada às relações de poder. O dispositivo da sexualidade opera como uma forma de verdade sobre os indivíduos, controlando corpos e prazeres. No entanto, a comunidade LGBTQIAPN+ desafia essa imposição, reivindicando o direito à autodeterminação e à expressão autêntica de suas identidades.

Portanto, a marginalidade social não apenas destaca as injustiças enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+, mas também destaca sua capacidade única de perceber e desafiar as normas estabelecidas. Ao se tornarem agentes de mudança, esses indivíduos contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade de identidades e expressões são reconhecidas e respeitadas.

4.2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+

O movimento LGBTQIAPN+ mundial tem raízes profundas nas primeiras lutas do emergente ativismo homossexual, que se opunha à criminalização da homossexualidade. No início do século XX, por exemplo, a campanha liderada por Magnus Hirschfeld na Alemanha visava abolir o Parágrafo 175 do Código Penal, que punia o comportamento homossexual entre homens. Simões e Fachinni (2009, p. 40) nos contam que

Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa, com a abolição das leis antihomossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique, em fins de 1917, a fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld, em 1919, a realização de congressos internacionais e a formação de uma Liga Mundial para Reforma Sexual, em 1928, tendo como presidentes honorários Hirschfeld e Havelock Ellis.

O ativismo homossexual dessa época era parte de uma luta mais ampla por reforma sexual, envolvendo mudanças legislativas e campanhas educativas. Hirschfeld contou com o apoio de personalidades, incluindo o líder do Partido Social-Democrata alemão, August Bebel. No entanto, a ascensão do nazismo na década de 1930 resultou na destruição do Instituto de Ciência Sexual e na perseguição aos homossexuais na Alemanha e na Rússia soviética. Simões e Fachinni (2009, p. 43)

Na Alemanha, o crescendo da violência nazista levou ao saque e à destruição do instituto de Hirschfeld, com a queima de sua biblioteca e seus arquivos, em 1933. Obrigado a exilar-se, Hirschfeld jamais retornou à Alemanha, vindo a morrer em 1935. Concomitantemente, deu-se o recrudescimento das condenações por homossexualidade e o envio de prisioneiros homossexuais para campos de concentração, onde eram obrigados a portar uniforme costurado com a marca de um triângulo rosa, submetidos a um regime de trabalhos forçados e passíveis de castração. A Rússia soviética, sob Stalin, também passaria a promover violentas campanhas contra a homossexualidade, restabelecendo punições legais que justificavam a perseguição a homossexuais como traidores, espiões e contrarrevolucionários.

Uma nova fase do movimento começou nos anos 1940, centrada nos Estados Unidos, com o trabalho de Alfred Kinsey e a fundação da *Mattachine Society*. Em 1969, os protestos de Stonewall Inn em Nova York marcaram a emergência simbólica do "Poder Gay" e deram origem ao "Dia do Orgulho Gay e Lésbico". Esse período também viu o surgimento de grupos homossexuais em várias partes do mundo, como a *Mattachine Society*, as *Daughters of Bilitis*, o *Cultura en Ontspanningscentrum* na Holanda, entre outros. Como já constatamos em estudo

anterior, Vanin e Oliveira (2019, p. 312)

O mundo passava por diferentes movimentações políticas, com alguns avanços e retrocessos. O ano de 1969 pode ser considerado o marco histórico do movimento LGBTQ+ mundial, ano em que depois de fortes repressões da polícia estadunidense em espaços de cultura LGBTQ+ nos Estados Unidos, em especial o bar Stonewall Inn, houve os primeiros levantes contra o sistema opressor e excludente da sociedade conservadora, como relata Simões Jr. (2006).

O autor destaca que na noite de 28 de junho de 1969, com a alegação de “descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas”, no bar Stonewall Inn, em Nova York, frequentado pela comunidade LGBTQ+, houve uma tentativa de policiais de fechar o bar e os frequentadores foram agredidos e presos aleatoriamente. Em consequência desta ação, inesperadamente, os homossexuais atacaram com pedras e garrafas os policiais e “gritaram frases de ordem como ‘Poder Gay’, ‘Eu gosto de rapazes’ e ‘Sou bicha e me orgulho disso’”, chamando a atenção da imprensa. Após cinco dias o prefeito decretou o fim da intervenção policial e a Frente de Libertação Gay publicou o jornal Come Out e este ocorrido fundou o Dia Internacional do Orgulho Gay, que já é comemorado em 140 países. A primeira parada foi na própria cidade de Nova York em 28 de junho de 1970 para relembrar o fato ocorrido um ano antes e culminou nas grandes passeatas de Orgulho Gay da atualidade, que são imensas vitrines da diversidade identitária da sociedade contemporânea. (SIMÕES Jr., 2006, p. 10).

Os últimos anos, porém, *Stonewall* tem sido ressignificada, destacando a participação de mulheres trans como Marsha P. Johnson. “Pra gente, Stonewall existe a partir da luta dela”, diz a ativista Symmy Larrat. “Afinal, tudo começou com a população negra”, frisa Washington Dias, da Rede Afro LGBT. “Foram os corpos negros que enfrentaram a polícia, como sempre” “Agora sabemos que a primeira pedra foi jogada por uma lésbica negra”, conclui Quinalha. Hoje, a maioria do espectro da sigla se reconhece em Stonewall, nos conta Vieira (2020).

Ao longo dos anos 70, a política de identidade adotada pela comunidade homossexual assumiu uma abordagem unificadora e assimilacionista, buscando a integração dos homossexuais no tecido social existente. A visibilidade crescente de gays e lésbicas sugeria uma aceitação mais ampla, ao indicar que o movimento já não perturbava o *status quo* da mesma forma que anteriormente. No entanto, surgiam tensões internas e críticas, especialmente de grupos minoritários, questionando a adoção de valores convencionais e privilegiando perspectivas brancas e de classe média.

Essa política de identidade encontrava resistência dentro da própria comunidade homossexual. Grupos negros, latinos, jovens, lésbicas e bissexuais viam as campanhas políticas como alinhadas aos valores dominantes, ignorando suas experiências e reivindicações específicas. A política de identidade, apesar de seu intento unificador, revelava fissuras

importantes. Nos anos seguintes, o movimento evoluiu, buscando um espaço de respeitabilidade pública para os homossexuais.

A epidemia de HIV-AIDS, nos anos 1980, trouxe desafios significativos, associando novamente a homossexualidade à doença. Contudo, também levou a discussões mais abertas sobre sexualidade, práticas seguras e identidades.

Com a Aids, reacendeu-se a ligação entre homossexualidade e doença. Expressões como "'peste gay'" espocaram e persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível. Daí derivou uma nova tendência no ativismo homossexual, a qual se definiu em oposição ao que se chamava de ilusões e limites da política de direitos e de inclusão de minorias perseguida pelos movimentos convencionais de gays e lésbicas. Esse ativismo se denominou "'queer'", palavra que cobre um amplo arco de significados em inglês, incluindo a expressão chula e pejorativa dirigida a homossexuais e desviantes em geral (Simões e Fachinni, 2009, p. 51)

A década de 1980 marcou a mudança para uma ênfase mais radical, com o movimento *queer* contestando as limitações da política de direitos e de inclusão de minorias.

Em resumo, o movimento LGBTQIAPN+ mundial tem uma história complexa, marcada por avanços, retrocessos, desafios e conquistas. Desde as lutas iniciais contra a criminalização da homossexualidade até as discussões contemporâneas sobre identidade de gênero e orientação sexual, o ativismo LGBTQIAPN+ desempenhou um papel crucial na transformação das percepções sociais e na busca por igualdade e respeito.

Dessa outra perspectiva, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais perturbam as convenções, normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. Contribuem, assim, para repor ambigüidades, ambivalências e passagens, no lugar de definições, fronteiras e gavetas referentes a corpos, desejos e comportamentos, inclusive as que servem de orientação e referência ao próprio movimento LGBT. (Simões e Fachinni, 2009, p. 51)

À continuação desse panorama histórico do movimento LGBTQIAPN+ mundial é importante destacar a diversificação e a expansão das lutas nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

A década de 1990 viu o fortalecimento do ativismo *queer*, que desafiou normas rígidas de orientação sexual, identidade de gênero e papéis sociais. Essa perspectiva desafiou não apenas as categorias tradicionais de homossexualidade, mas também expandiu o diálogo para incluir bissexuais, transexuais, intersexuais e outras identidades não conformes. Ao mesmo tempo, as discussões sobre casamento igualitário e direitos LGBTQIAPN+ ganharam destaque em várias partes do mundo. Países como os Países Baixos, em 2001, foram pioneiros na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, abrindo caminho para mudanças significativas em muitas jurisdições ao longo dos anos seguintes, segundo Simões e Fachinni (2009).

A virada do milênio também testemunhou um aumento na visibilidade e na representação LGBTQIAPN+ na mídia, nas artes e na cultura popular. Isso contribuiu para uma maior aceitação social, mas também trouxe à tona questões sobre estereótipos e a necessidade de representação autêntica. A discriminação e a violência continuaram a ser desafios persistentes para a comunidade LGBTQIAPN+ em muitas partes do mundo. Em alguns lugares, leis discriminatórias ainda estão em vigor, e indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentam ameaças à sua segurança e bem-estar.

As redes sociais e a conectividade global desempenharam um papel crucial na mobilização e conscientização. A disseminação de informações e a criação de comunidades virtuais permitiram que pessoas de diferentes partes do mundo compartilhassem experiências, estratégias e apoio.

A evolução do movimento LGBTQIAPN+ reflete não apenas uma busca por direitos legais, mas também uma transformação nas percepções sociais e culturais. A aceitação e celebração da diversidade dentro da comunidade LGBTQIAPN+ são agora fundamentais para muitos ativistas, e a luta continua a abranger uma ampla gama de questões, incluindo saúde mental, direitos trans, igualdade no local de trabalho e educação inclusiva.

Em resumo, o movimento LGBTQIAPN+ mundial continua a evoluir, respondendo aos desafios contemporâneos e redefinindo as narrativas em torno da sexualidade e identidade de gênero. À medida que a sociedade avança, a luta pela igualdade e aceitação continua a ser uma força motriz essencial dentro do movimento LGBTQIAPN+.

O surgimento do movimento LGBT no Brasil na segunda metade dos anos 1970 marcou o início do que seria chamado de "movimento homossexual". Esse movimento consistia em diversas associações e entidades que buscavam garantir os direitos relacionados à livre orientação sexual, reunindo pessoas com objetivos políticos e abraçando diversas identidades sexuais.

O emergente movimento homossexual, por sua vez, tenderia a incorporar a crítica aos papéis de gênero convencionais, inicialmente formulada pelos movimentos feministas, e entraria em tensão crescente com os valores e comportamentos que prevaleceriam no universo "tradicional" e supostamente "retrógrado" das "bichas", "sapatões" e travestis (Simões e Fachinni, 2009, p. 58).

Essa trajetória teve início durante a abertura política no Brasil, concentrando-se principalmente no eixo Rio-São Paulo. O movimento caracterizava-se por uma abordagem antiautoritária e comunitarista, associada a propostas de transformação social. As instabilidades, convergências, inovações e reencontro de antigas tensões influenciaram sua trajetória. Simões e Fachinni (2009) nos contam alguns pontos marcantes da história do movimento LGBTQIAPN+.

O grupo pioneiro na politização da homossexualidade, o Somos, foi fundado em 1978 em meio à contracultura, à ditadura militar e ao ativismo de grupos de esquerda. Inicialmente composto apenas por homens, o Somos passou a incluir mulheres em 1981 com a criação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). O grupo adotava ideais contraculturais e antiautoritários, propondo a transformação cultural pela visibilidade e aceitação da homossexualidade, utilizando termos socialmente negativos como "bicha" e "lésbica" como estratégia de empoderamento.

Em 1979, o 1º Encontro de Homossexuais Militantes no Rio de Janeiro expressou a ênfase da época na revolução e na transformação cultural. Resoluções desse encontro incluíram a reivindicação da inclusão do respeito à "opção sexual" na Constituição Federal e a campanha contra a classificação da homossexualidade como doença mental.

O ano de 1980 foi marcado pelo 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e pelo 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) em São Paulo. O Somos enfrentou rachas e fragmentações, resultando na formação de outros grupos como GALF e Outra Coisa, ilustrando as complexidades e desafios enfrentados pelo movimento.

Em 1982, o Somos participou ativamente dos debates eleitorais e da campanha contra a classificação da homossexualidade pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). No entanto, em 1983, problemas financeiros levaram à dissolução do grupo.

Nos anos 1980, a epidemia de AIDS desmobilizou propostas de liberação sexual, e muitas lideranças voltaram-se para a luta contra a AIDS, contribuindo para a diminuição da presença do movimento. Esse período foi descrito como um momento de "declínio", com desafios relacionados à viabilidade de uma política de identidade homossexual no país.

Nesse contexto, as análises de Fry (1982) destacaram a complexidade da construção de um movimento homossexual baseado no modelo norte-americano de política de identidades, confrontando as características do sistema classificatório moderno com o sistema de pensamento social brasileiro.

À medida que a década de 1980 progredia, o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil passou por transformações significativas, resultando em uma abordagem mais pragmática, focada em direitos civis e na luta contra a discriminação e a violência. O aumento da visibilidade na mídia, a participação em movimentos de direitos humanos e a resposta à epidemia da AIDS solidificaram sua presença na sociedade.

Grupos e associações ganham acesso a recursos e infraestrutura, mas a demanda pelos financiamentos governamentais e internacionais passou a produzir também um ambiente bastante competitivo, em que as disputas se exercitam não apenas nos fóruns da militância, mas nos grupos e listas de discussão da internet, cada vez mais numerosos. A partir da década de 1990, o movimento multiplica as categorias de referência ao seu sujeito político (Simões e Fachinni, 2009, p. 62).

Em 1990, o movimento sobreviveu e floresceu, adaptando-se a novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. A década testemunhou avanços na abordagem e estrutura do movimento, incluindo a formação de setoriais LGBTQIAPN+ em alguns partidos políticos, que buscava sinalizar uma construção progressiva da legitimidade das questões LGBTQIAPN+ na política brasileira.

A relação com o Estado, através de financiamentos de programas de combate a DST e AIDS, desempenhou um papel crucial na configuração e fortalecimento do movimento. A diversificação das categorias de referência ao sujeito político, a formação de redes de grupos e associações, e a organização de eventos de rua, como as Paradas do Orgulho LGBT, são indicativos da evolução do movimento LGBTQIAPN+ para além de suas raízes iniciais.

Na década de 1990, o movimento enfrentou desafios e conquistas, marcando uma fase de intensa atividade e evolução. A crescente diversificação e visibilidade do público homossexual refletiram-se na popularização da sigla GLS, incluindo simpatizantes heterossexuais que apoiam ativamente a comunidade LGBTQIAPN+.

O movimento LGBTQIAPN+ brasileiro, na contemporaneidade, desempenha um papel fundamental na busca contínua por igualdade, reconhecimento e respeito. Apesar dos avanços, persistem desafios, como a discriminação e violência enfrentadas por muitas pessoas LGBTQIAPN+ em todo o mundo. A luta se expandiu para incluir questões de identidade de gênero, e a presença online e nas redes sociais tornou-se crucial na mobilização e

conscientização.

A preservação da memória e do patrimônio cultural LGBTQIAPN+ é uma prática essencial adotada pelos movimentos. Isso inclui a documentação de histórias pessoais, a criação de arquivos e centros de documentação, a preservação de lugares históricos e a organização de eventos culturais. Essas estratégias visam não apenas reter eventos passados, mas também dar voz às experiências marginalizadas, fortalecendo a identidade e o sentido de pertencimento da comunidade.

4.2.1 Exemplo do Grupo Dignidade ¹⁰de Curitiba-PR: CEDOC LGBTI+

Inaugurado em 14 de dezembro de 2007, pelo Grupo Dignidade, o Centro de Documentação Prof^o Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+) ¹¹ preserva um dos mais amplos e relevantes acervos brasileiros acerca da temática LGBTQIAPN+. Compreendendo diversos suportes, como livros, jornais, revistas, produções acadêmicas (artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações), CD's, DVD's, fotografias, folhetos, cartazes, e uma extensa quantidade de documentos ligados aos grupos, projetos e movimento LGBTI+. Além de abordar a temática LGBTI+, o acervo também contempla assuntos correlatos, como educação, direitos humanos, saúde, prevenção às IST's/HIV/AIDS, etc., abrangendo materiais nacionais e internacionais reunidos desde a fundação do Grupo Dignidade em 1992.

Segundo Toni Reis, um dos mentores do CEDOC LGBTI+, o Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott originou-se durante os *Gay Games* em Amsterdã, em 1998, visando estreitar a relação da comunidade LGBTQIAPN+ com a academia, envolvendo estudos, pesquisas e a produção de conhecimento ao longo dos anos. A prática foi efetivada em 2006, e o nome presta homenagem ao mais antigo ativista homossexual em atividade no movimento LGBTQIAPN+ brasileiro.

O projeto representa uma profissionalização do Grupo Dignidade e tem como objetivo facilitar o acesso à informação para profissionais de educação, saúde e estudantes universitários. Segundo Toni, há uma demanda significativa por informações sobre homossexualidade e o movimento, não sendo mais um tema tabu, e as pessoas buscam se informar.

O CEDOC LGBTI+ é uma homenagem ao etno-historiador Prof^o Dr. Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) e decano do movimento LGBTI+, além de destacado

¹⁰ Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

pesquisador na temática, responsável pela publicação de mais de 20 livros. Localizado em uma sala de 56 metros quadrados na sede do Grupo Dignidade, no Centro de Curitiba, Paraná, seu acervo é organizado em treze estantes, cinco arquivos e cinco armários de aço, uma mapoteca e duas vitrines expositoras. Conta ainda com uma estrutura de gestão que inclui computadores, equipamentos de digitalização e mesas para consulta e pesquisa. Ao longo de mais de 13 anos de existência, o CEDOC LGBTI+ desenvolveu uma variedade de atividades e projetos.

4.3 A SIGLA EM DISPUTA: LGBTQIAPN+

A sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários, e outras identidades de gêneros e sexualidades) representa uma complexa rede de identidades de gêneros, orientações sexuais e não-identidades de gêneros e sexualidades, que, ao longo do tempo, têm sido objeto de uma construção social e política. Para compreender a evolução e dinâmicas desta sigla, é fundamental contextualizá-la nas transformações históricas, políticas e sociais que moldaram a experiência LGBTQIAPN+ no Brasil.

A fragmentação interna da sigla, muitas vezes chamada de "sopa de letrinhas" (Fachinni, 2005), revela disputas por legitimidade, estratégias políticas de visibilidade e reivindicação. A instabilidade dessa unidade é percebida como uma potência, impulsionando o movimento não apenas para fora, mas também para uma reavaliação interna. Isso permite que a comunidade LGBTQIAPN+ não apenas examina o processo de legitimação da identidade coletiva, mas também se volta para as dinâmicas internas entre os segmentos que a compõem.

A abertura da sigla, representada pelo sinal de "+" no final, sublinha a natureza em constante evolução e expansão das identidades e orientações incluídas. A cena política contemporânea brasileira é marcada pelas manifestações do Orgulho LGBTQIAPN+, refletindo um fenômeno que cresceu significativamente ao longo dos anos. Em última análise, acaba-se constatando a natureza fluida e contestável da denominação, indicando que a complexidade das identidades LGBTQIAPN+ não pode ser totalmente capturada por uma sigla estática.

A dança de cadeiras das letrinhas não é mera formalidade. A mudança da sigla esteve atrelada a uma característica singular do movimento: abarcar vários grupos com demandas diferentes. O nome do movimento é uma tentativa de traduzir para o resto da sociedade a identidade do grupo e de

seus componentes. Atualmente, o termo continua em disputa. Parte do movimento continua utilizando a sigla LGBT, mas novas siglas estão surgindo (Fundação Fernando Henrique Cardoso. 2023)

Observemos aqui a evolução da sigla, conforme a Fundação Fernando Henrique Cardoso (2023):

MHB: Movimento Homossexual Brasileiro: maioritariamente formado por homens gays;

MGL: Movimento de Gays e Lésbicas;

GLS: Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GLT: Gays, Lésbicas e Travestis;

GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais;

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - na I Conferência Nacional GLBT (2008), decidiu-se trocar o G e o L de lugar para dar maior visibilidade às lésbicas.

LGBTI+: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans e Intersexuais, +;

LGBTQIA+: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, Queer, intersexuais e Assexuais, +;

LGBTQIAP+: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, +;

LGBTQIAPN+: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Pessoas Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Pessoas Não-Binárias, +;

Por sua vez, Rita Von Hunty, uma *drag queen* estudiosa do campo das ciências humanas e sociais, em seu canal no Youtube, chamado Tempero Drag, no vídeo intitulado LGBTQIA+: Parte II, nos traz uma outra reflexão e um outro olhar sobre a sopa de letrinhas que constituem a sigla da comunidade LGBTQIAPN+.

LGBTTTQQIAAACPPF2K+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Travestis, Queer, Questionando-se, Intersexuais, Assexuais, Ageneros, Aliados. Curiosos. Pansexuais, Polissexuais, Familiares, Dois espíritos, Kink (Fetiches) e +

E também reflete sobre como os sistemas sexo/gênero da atualidade é complexo e em constante evolução

não é sobre mais ou menos letrinhas numa sopa de letrinhas, é sobre um avanço das sociedades humanas que são capazes de entender e estender o conceito de humanidade a mais corpos, é sobre o entendimento que as sociedades humanas são complexas, os seres humanos são complexos [...] (Von Hunty, 2021)

4.4 UMA LINHA DO TEMPO

A proposta da criação desta linha do tempo se deu pela impossibilidade de fazer uma retomada histórica de luta e movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e no mundo, pois, além da crescente literatura voltada para a temática, que envolve muitas historiadoras, antropólogas, museólogas entre outras pessoas, a dinâmica social das pessoas e comunidades LGBTQIAPN+ é complexa e densa. Por isso, optamos por trazer alguns marcos importantes para a história e a memória da comunidade LGBTQIAPN+. Com certeza, não com a intenção de esgotar todas as possibilidades nessa seção, mas alguns momentos cruciais para o entendimento e legado para ser registrado e perpetuado para gerações futuras. Deixamos aqui a semente para o desenvolvimento posterior e colaborativo desta rica tapeçaria LGBTQIAPN+ no Brasil e no mundo. Aqui, nos detivemos a explorar os escritos de algumas pessoas autoras.¹²

ANTERIOR A 1900

- **1591** - Denúncia contra Xica Manicongo ao Tribunal do Santo Ofício - Na década de 2000, a ativista travesti negra Majorie Marchi reinventou Francisco Manicongo como a travesti "Xica Manicongo", criando o nome pelo qual a personagem é hoje sobretudo conhecida. Considerada a primeira travesti a sofrer transfobia no Brasil.
- **1591** - Condenação de Felipa de Souza pelo Tribunal do Santo Ofício - foi uma portuguesa acusada de práticas nefastas (lesbianismo) pela visita do Santo Ofício na Bahia, no século XVI.

¹² VIEIRA, W. **A luta nunca termina**. 2020. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

HEEMANN, J. **Linha do tempo: os principais marcos da causa LGBTQIAP+ no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/linha-do-tempo-os-principais-marcos-da-causa-lgbtqiap-no-brasil/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WIKIPÉDIA: Diversidade sexual no Brasil. Diversidade sexual no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Diversidade_sexual_no_Brasil. Acesso em: 21 nov. 2023.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Direitos LGBT+**: a evolução do movimento e os debates na sociedade. a evolução do movimento e os debates na sociedade. 2021. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/direitos-lgbtqia/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WIKIPÉDIA: Movimentos LGBT no Brasil. Movimentos LGBT no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimentos_LGBT_no_Brasil. Acesso em: 21 nov. 2023.

- **1614** - Execução de Tibira do Maranhão - é o nome dado por Luiz Mott a um indígena tupinambá brasileiro, não nomeado na obra original, cuja condenação à morte e execução em São Luís do Maranhão, em 1613 ou 1614, é relatada pelo frade franciscano Yves d'Évreux, na sua Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. O episódio adquiriu especial notoriedade a partir de 1993, quando Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, sugeriu que este indígena teria sido morto por sua orientação sexual, considerando-o primeiro caso documentado de execução no Brasil devido à homossexualidade. Tibira foi amarrado o condenado na boca de um canhão, executado publicamente para que servisse de exemplo. Em 2016 foi erigido um monumento à memória do Tupinambá no centro de São Luís do Maranhão. No Anexo A, é possível ver a arte feita em zine pelo querido Carlos Wellington Soares Martins sobre este fato.

1900

- Magnus Hirschfeld na virada do século XIX para o século XX, luta para abolir o parágrafo 175 do Código Penal da Alemanha, que punia o comportamento homossexual entre homens.

1910

- Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa, com a abolição das leis antihomossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique.
- **1917** - Fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld
- **1919** - Realização dos congressos internacionais e a formação de uma Liga Mundial para Reforma Sexual

1920 – Não Localizado informações deste período

1930

- **1930** - No Brasil, sodomia deixaram de fazer parte do Código Penal.
- **1933** - Na Alemanha, o crescimento da violência nazista levou ao saque e à destruição do instituto de Hirschfeld, com a queima de sua biblioteca e seus arquivos.

1940

- Até 1940, no Brasil, vigorou também uma proibição legal ao travestismo, então descrito como o uso em público de ""trajes impróprios"" para disfarçar o sexo com intenção de enganar.
- **1946** – Fundação do coletivo *Cultura en Ontspannings Centrum* (COC), na Holanda (é o mais antigo grupo em atividade no mundo)
- **1948** - Alfred Kinsey publicava o primeiro de seus famosos ""relatórios"" sobre comportamento sexual, no qual demonstrava que as experiências homossexuais tinham incidência muito mais frequente e não estavam restritas a um segmento bem definido da população.
- **1948** – Fundação do Forbundet, na Dinamarca

1950

- **1951** – Em Los Angeles, criado a *Mattachine Society*, um grupo de homens e mulheres homossexuais com características de sociedade secreta.
- **1955** – Em São Francisco, criado, as *Daughters of Bilits* — nome inspirado no livro de poemas eróticos de amor entre mulheres *LesChansons de Bilits*, do escritor francês Pierre Louys Arcadie,

1960

- **1960 e 1970** - Cassandra Rios, uma das campeãs de vendagem de livros e admirada por muitas mulheres dessa geração.
- **1960** - Ferro's Bar, situado próximo à praça Roosevelt, na direção do bairro do Bixiga, tomou-se um ponto conhecido de frequência de mulheres masculinizadas
- **1963-1969** - Jornal O Snob
- **1967** – Criação do Jornal *Le Femme*
- **1967-1968** - Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG)
- **1969** - 28 de junho de 1969 – Revolta de Stonewall Inn em Nova York
- **1969** – Na Argentina, surge o primeiro grupo político homossexual, Nuestro Mundo. A partir de 1971 passou a se chamar Frente de Liberación Homossexual (FLH), até ser destruído pela ditadura militar em 1976.

1970

- **1970** - 28 de junho de 1970 - aconteceram as primeiras Paradas Do Orgulho Gay ocorreram em Chicago, Los Angeles, Nova York e São Francisco
- **1972** – Primeira Parada do Orgulho Gay em Londres
- **1977** - Eleição de Harvey Milk em 1977 (e seu assassinato um ano depois) foi um marco na luta por representatividade na vida pública.
- **1978** - Criação Do Grupo SOMOS
- **1978** - Gilbert Baker desenha um símbolo para o movimento — a bandeira do arco-íris
- **1978** – Lançado o número zero do jornal Lampião da Esquina
- **1979** – Organizado no Rio de Janeiro, o 1º Encontro de Homossexuais Militantes
- **1979** - 30 de junho de 1979 - Primeira Parada do Orgulho Gay em Berlin

1980

- **Anos 1980** - Eclosão da epidemia do HIV-AIDS.
- **1980** - Fundação do Grupo Gay da Bahia, o primeiro grupo de luta contra a homofobia no país.
- **1980** - Ocorria, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO).
- **1980** - 13 de junho de 1980 - No Brasil, a primeira manifestação pública pelos direitos de LGBT foi uma passeata contra a violência policial, ocorrida na cidade de São Paulo. Homossexuais, travestis e prostitutas eram sistematicamente espancados. Até que um grupo de homossexuais, com ajuda dos movimentos negro e feminista, organizou um protesto nas escadarias do Theatro Municipal
- **1981** – Criação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)
- **1981** - Grupo de Ação Lésbica Feminista lançou o Jornal ChanacomChana,
- **1983** – Encerramento do Grupo SOMOS.
- **1983** – “Stonewall’ brasileiro” - levante no Ferro’s Bar, protagonizado por lésbicas e apoiado por grupos feministas.

- **1985** - Fundado o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), primeira ONG da América Latina na luta contra o HIV/AIDS
- **1985** - Reorganização do Movimento Gay
- **1985** – Fundado o Grupo Triângulo Rosa
- **1985** – 09 de fevereiro de 1985- O parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) — que incluía a homossexualidade na lista de doenças — é retirado. No código, a homossexualidade aparecia como “desvio e transtorno sexual”.
- **1985** – 02 de maio de 1985 – criado o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS.
- **1987** – 01 de fevereiro de 1987 - Instalação da Assembleia Nacional Constituinte no Brasil
- **1987** - 30 de abril de 1987 - João Antônio de Souza Mascarenhas, dirigente do grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, participa da Assembleia Nacional Constituinte na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais e na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias
- **1989** – Legalizado o casamento homoafetivo na Dinamarca

1990

- **Anos 1990** - junho se tornou o mês oficial do orgulho e da diversidade LGBTQIAPN+.
- **1990** – 17 de maio de 1990 - Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de distúrbios psiquiátricos de sua Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID).
- **1990** - A origem da sigla GLS está associada à primeira metade dos anos 1990 e ao jornalista André Fischer, carioca radicado em São Paulo, um dos principais idealizadores de eventos como o Mercado Mundo Mix (""feira moderna"" que reúne expositores e público GLS) e o Festival de Cinema Mix Brasil da Diversidade Sexual, além do primeiro portal GLS brasileiro, o Mix Brasil, no ar desde 1994

- **1992** - 15 de maio de 1992 - quando foi fundada a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), no Rio — primeira organização não governamental na América Latina voltada às pessoas trans e travestis.
- **1992** – Início do Movimento Nacional de Travestis e Transexuais
- **1992** - Kátia Tapety (PFL-PI) é eleita vereadora em Colônia do Piauí. É a primeira travesti com cargo eletivo no Brasil.
- **1993** - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a Aids (Entlaids)
- **1995** - A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) é criada em Curitiba reunindo 40 grupos da sociedade civil.
- **1996** – Realizado o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE).
- **1996** - 13 de maio de 1996 - O I Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto 1.904/1996), pioneiro na América Latina e o terceiro do mundo, é lançado pelo Ministério da Justiça. Com foco na proteção e efetivação dos direitos civis, atende aos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência de Viena em 1993.
- **1996** - 26 de outubro de 1996 - um grupo de ativistas intersexo escolheu para protestar publicamente, pela primeira vez, contra a “cirurgia cosmética” em bebês nascidos com uma anatomia sexual ou reprodutiva (genitália ou gônadas) que não cabem na definição simples de masculino ou feminino. Atualmente, 26 de outubro é o Dia Mundial da Visibilidade Intersexual.
- **1997** – 28 de junho de 1997 - Primeira Parada do Orgulho Gay em São Paulo
- **1997** – 10 de setembro de 1997 - O Conselho Federal de Medicina (CFM) autoriza (Resolução 1.482/1997) a realização de cirurgias de redesignação sexual — que promovem mudança do órgão genital — no Brasil.
- **1999** – 22 de março de 1999 – o Conselho Federal de Psicologia (CFP) veta o preconceito ou discriminação de psicólogos por questões ligadas à orientação sexual (Resolução CFP 001/99)

2000

- **2000** – Fundação da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

- **2000** – 07 de junho de 2000 - Por força de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, a Justiça determina que o INSS reconheça direitos a casais homoafetivos para fins previdenciários (IN 25/2000), possibilitando a concessão de pensão em caso de morte do(a) companheiro(a). A decisão foi mantida em 2005 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Apelação Cível 2000.71.00.009347-0/RS).
- **2001** – Legalizado o casamento homoafetivo na Holanda
- **2001** – Fundação do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa – Salvador BA
- **2002** – 13 de maio de 2002 - O 2º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é criado (Decreto 4.229/2002) e engloba o grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) como um todo, não apenas homossexuais como o anterior.
- **2003** – Fundação do coletivo Aliança Nacional LGBTI - com sede em Curitiba-PR
- **2003** – Fundação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
- **2004** - O Programa Brasil sem Homofobia é lançado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) para combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT e promover sua cidadania.
- **2004** - 29 de janeiro de 2004 - Era o lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, do Ministério da Saúde, voltada para a cidadania da população travesti e transexual e considerada a primeira iniciativa nacional contra a transfobia no país. Por isso, 29 de janeiro é o Dia da Visibilidade Trans no Brasil.
- **2004** - Kátia Tapety Primeira vice-prefeita travesti de Colônia do Piauí - PI
- **2005** – 22 de março de 2005 - A composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), criada em 2001, é alterada pelo Decreto 5.397/2005. A nova composição inclui representantes, com direito a voto, de entidades e organizações não governamentais do segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.
- **2005** – Criado a Rede Afro LGBT
- **2005** – Legalizado o casamento homoafetivo na Canadá e Espanha
- **2006** - Legalizado o casamento homoafetivo na África do Sul
- **2006** - Clodovil Hernandez Primeiro deputado federal abertamente homossexual - Deputado Federal por São Paulo.

- **2007** – Março de 2007 - Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Direito Internacional. Os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero são lançados na 4ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).
- **2008** - 19 de agosto de 2008 - é quando o processo transexualizador passa a ser oficialmente oferecido pelo SUS. O processo de redesignação sexual (neocolpovulvoplastia e tratamento hormonal) para mulheres trans passa a ser possível pelo Sistema Único de Saúde, após condenação judicial da União por decisão do TRF/4, da qual ela não recorreu.
- **2008** - Léo Kret Primeira vereadora transgênera em uma capital - Salvador
- **2008** – 05 a 08 de junho de 2008 - A 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) ocorre em Brasília (DF) depois de uma série de conferências estaduais e municipais. Seu lema é: “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. Pioneira no mundo, faz parte de um conjunto de ações comemorativas dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos.

2010

- **2010** - Argentina se tornou o primeiro país latino-americano a legalizar o casamento homoafetivo
- **2010** - Representante homossexual no Congresso Participação política e institucional - Jean Wyllys (PSOL-RJ) é eleito deputado federal. Wyllys se torna um dos principais defensores dos direitos LGBT no Congresso, enquanto primeiro deputado gay assumido.
- **2010** – 12 de maio de 2010 - 3º Programa Nacional de Direitos Humanos O 3º PNDH (Decreto 7.177/2010) inclui 23 ações transversais para a população LGBT já se baseando no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lançado em 2009 a partir da participação da sociedade civil.
- **2010** – 17 de maio de 2010 - A Primeira Marcha Nacional contra a Homofobia é organizada pelo movimento LGBT em Brasília. O dia é símbolo de luta em 130

países do mundo e refere-se ao dia 17 de maio de 1990 quando a Organização Mundial da Saúde retirou o “homossexualismo” da classificação de doenças

- **2010** – 09 de dezembro de 2010 - Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção de Direitos de LGBT - O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), instalado em 2001, é transformado por decreto (7.388/2010) em Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT).
- **2011** - 05 de maio de 2011 - O Supremo Tribunal Federal declara constitucionalidade da união entre pessoas do mesmo sexo (ADI 4.277). A decisão deu interpretação conforme a Constituição ao artigo 1.723 do Código Civil, para reconhecer que o fato de a lei proteger expressamente a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar não significa negativa de proteção à união entre pessoas do mesmo sexo, que foi reconhecida como forma de família e união estável constitucionalmente protegida.
- **2011** - Escola sem Homofobia e a polêmica do “Kit Gay”. Grupos conservadores da sociedade e do Congresso Nacional promoveram um ataque ao Projeto Escola sem Homofobia: denominaram-no de “Kit Gay” e difundiram amplamente que se tratava de um material voltado para a difusão do “homossexualismo e da promiscuidade” para crianças de seis anos, o que o Movimento LGBTQIAPN+ aponta como uma deturpação do projeto. A pressão decorrente da divulgação massiva das falsas informações levou à suspensão do Projeto pela presidente Dilma Rousseff e o material nunca chegou às escolas
- **2011** – 01 de dezembro de 2011 - Política Nacional de Saúde Integral LGBT - A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria 2.836/2011) é lançada pelo Ministério da Saúde a partir das diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia e das demandas advindas da representação LGBT — desde 2006 — no Conselho Nacional de Saúde.
- **2012** - Violência Homofóbica tem registro oficial. A Secretaria de Direitos Humanos lança o primeiro Relatório de Violência Homofóbica do Brasil, reunindo os dados de 2011.
- **2012** - Edgar de Souza Primeiro prefeito abertamente homossexual eleito Prefeito de Lins-SP
- **2012** – Fundação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT)

- **2013** – Criação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)
- **2013** - Em 2013, a neofaloplastia para homens trans e o acompanhamento hormonal para travestis (que não desejam necessariamente a redesignação sexual) são incluídos nos serviços do SUS.
- **2013** – 03 de julho de 2013 - Sistema para combater violência Discriminação - O Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi criado pela Secretaria de Direitos Humanos (Portaria 766/2013) para tecer uma rede de instituições para lidar com a violência contra a população LGBT.
- **2016** - Decreto da presidente Dilma Rousseff permitiu o uso do nome social de pessoas trans.
- **2018** - 01 de março de 2018 - STF decidiu que transexuais e transgêneros podem mudar seus nomes de registro civil sem necessidade de cirurgia.
- **2018** – 18 de junho de 2018 - A Organização Mundial de Saúde (OMS) retira a transexualidade da lista de doenças mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID). A nova Classificação — CID-11 — identifica a incongruência de gênero como condição ligada à saúde sexual. A nova identificação da transexualidade na CID objetiva diminuir o estigma dessa população. Ao mesmo tempo, a mantém na lista para permitir a cobertura de procedimentos e acompanhamento médico para as pessoas transexuais, já que muitos países exigem inclusão na CID para cobertura pela rede de saúde pública ou particular.
- **2018** - Fabiano Contarato Primeiro senador abertamente homossexual eleito pelo Espírito Santo
- **2018** - Primeiros governadores abertamente homossexuais. Eduardo Leite e Fátima Bezerra. Governadores do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte respectivamente.
- **2018** – Fundada a Associação Brasileira Intersexo (ABRAI)
- **2019** – Criação do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ
- **2019** – Criação do Coletivo TYBYRA - defende pauta da diversidade como aliada na demarcação de terras indígenas.
- **2019** - O STF enquadrrou a homofobia e a transfobia na lei de crimes de racismo - O Superior Tribunal Federal determinou que a homofobia é um crime imprescritível e inafiançável. Na decisão, o órgão decidiu que a lei de combate ao

racismo (Lei nº 7.716/1989) também se aplica aos casos de homofobia e transfobia. O Artigo 20 dessa lei prevê uma pena de reclusão de um a três anos, além de multa, para os que praticarem tais crimes

2020

- **2020** - O STF declarou inconstitucionais as normas do Ministério da Saúde que proibiam homossexuais masculinos de doar sangue. O Senado aprova um projeto de lei que proíbe a discriminação de doadores de sangue com base na orientação sexual. Até então, homens que mantivessem relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores não podiam doar sangue, de acordo com a Resolução RDC nº 34/14 da Anvisa e com a Portaria nº 158/16 do Ministério da Saúde. Especialistas em saúde defendiam o fim dessa proibição havia muitos anos, por considerá-la impropriedade e preconceituosa, um resquício da epidemia do vírus HIV no país
- **2020** - Criação do Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS)
- **2022** - Primeiras deputadas federais travestis Erika Hilton e Duda Salabert Deputadas federais por São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.
- **2023** – Criação da Bancada LGBTQ+ brasileira

4.5 VIVÊNCIAS LGBTQIAPN+ EM FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, apesar de não alcançar o status de uma metrópole, compartilha algumas características com centros urbanos maiores, uma vez que é a capital de um estado, uma cidade de porte médio, central em uma região de conurbação (conectando-se a outros municípios da Região Metropolitana) e destaca-se pelo turismo como uma atividade econômica significativa, atraindo população de outros estados e países vizinhos, especialmente durante o verão.

Desde sua fundação, a capital de Santa Catarina passou por processos históricos distintos, evoluindo de uma pequena vila colonial chamada Nossa Senhora do Desterro para a cidade imperial de Desterro, até ser renomeada como Florianópolis no início do século XX. É conhecida também como Ilha da Magia, Ilha do Desterro e Floripa. No final do século XIX, seu porto perdeu a primazia para outros do estado, e a cidade assumiu uma característica mais "estacionária", como nos explica Cecca (1997, p. 204): “características de um núcleo ‘estacionário’, isto é, sem uma dinâmica expansivo industrializante”, ou seja, sem um impulso

industrial expansivo. No entanto, tornou-se um centro administrativo estadual crucial, impulsionando seu desenvolvimento a partir das décadas de 1960 e 1970, marcadas pelo asfaltamento da BR 101, pelo crescimento do aparato governamental e pelo estabelecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da sede da ELETROSUL, como nos conta Córdova (2006).

Ainda segundo Córdova (2006), no início do século XX, Florianópolis buscava a modernidade, implementando a iluminação elétrica, avançando na circulação de automóveis e inaugurando a ponte Hercílio Luz, conectando o continente à ilha. Atualmente, a cidade, além de seu notável desenvolvimento urbano, atrai moradores e turistas para suas praias, sendo reconhecida pelos índices de qualidade de vida.

Entretanto, mesmo com sua aparente tranquilidade, Florianópolis enfrenta desafios, como a ocupação desordenada de áreas de preservação ambiental e o aumento da violência. A cidade é marcada por contradições e rápidas transformações, que refletem as complexidades das sociedades urbanas contemporâneas. Córdova (2006) nos alerta que

A capital dos catarinenses sempre teve a abundância de beleza natural como seu grande atrativo: são morros com vegetação nativa da Mata Atlântica, mangues, dunas, baías, lagoas e suas famosas praias. Mais recentemente, tornou-se conhecida pela propaganda em torno dos seus índices de qualidade de vida, através de indicadores sociais e de desenvolvimento humano que tanto orgulham seus moradores. Entretanto, ao mesmo tempo em que se observa uma tranquilidade quase que interiorana, juntamente com os recursos de uma cidade de médio porte, a ocupação desordenada de seu território, que atinge áreas consideradas de preservação ambiental, e os novos números da violência, em particular os de homicídios e os ligados ao tráfico de drogas, começam a assustar (Córdova, 2006, p. 16)

Florianópolis apresenta uma dinâmica urbana multifocal e policêntrica, com múltiplos centros urbanos relativamente independentes. Essa característica se estende para além do centro urbano principal, especialmente durante a alta temporada de verão, quando pontos do norte da ilha mantêm uma existência relativamente independente do centro da cidade. Apesar de ser uma cidade com mais de um milhão de habitantes no verão, Florianópolis expressa relações distintas daquelas esperadas para uma região metropolitana. Existem áreas que mantêm sociabilidades próximas ao contexto rural, destacando-se pela pesca artesanal e produção de itens artesanais.

Segundo os dados do IBGE de 2022, Florianópolis tem uma densidade demográfica de aproximadamente 796 hab/km², totalizando 537.211 pessoas residindo na cidade. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,847 (2010). Apesar das extensas riquezas

naturais e do conglomerado de pessoas de classes médias e altas, Florianópolis possui uma incidência de pobreza de 23,49%.

Figura 1– Mapa de Florianópolis dividido por região



Fonte: Guia Floripa¹³

Córdova (2006), ao analisar o território do centro de Florianópolis, afirma que é possível perceber a manutenção de características históricas, como ruas estreitas e praças que remontam à fundação da cidade. Essa região, apesar das transformações ao longo do século XX, conseguiu preservar parte de sua identidade original, sendo palco de interações homoeróticas desde a primeira metade do século passado.

No contexto atual, as vivências culturais LGBTQIAPN+ em Florianópolis evidenciam a interseção entre as experiências locais e os processos globais. Richard Parker (2002, p. 32) observa que "trabalhar com a interseção entre os significados locais através dos quais as homossexualidades são vividas e experimentadas, e os processos globais que cada vez mais se chocam com os contextos e significados locais" é essencial para uma compreensão abrangente das mudanças nas vivências de gêneros e sexualidades diversas na era moderna/pós-moderna.

A cidade, frequentemente considerada um refúgio para a liberdade sexual, apresenta uma urbanização que proporciona certo anonimato, que favorece a criação de espaços de encontro e socialização para as pessoas LGBTQIAPN+. No entanto, Córdova (2006), nos

¹³ Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/cidade/bairros>. Acesso em: 11 dez. 2023.

alerta que algumas vozes argumentam que Florianópolis ainda mantém traços conservadores, demonstrando a complexidade de sua dinâmica social.

Uma particularidade observada em Florianópolis, que a aproxima das demais capitais de estado, é o fato de ser destino de migrantes de outros lugares, que, estando longe de seus familiares, vivem as homossexualidades de forma menos vigiada. Um fenômeno que deu visibilidade aos pedaços de circulação dos homossexuais foi o uso do conceito GLS, isto não só em Florianópolis. Trevisan (2000, p. 376) fala que a adoção deste termo possibilitou numa “ruptura do gueto homossexual”, agora não mais restrito a uma boate ou a um bar, mas sim expandido para qualquer espaço dentro da sociedade (Córdova, 2006, p. 22).

A cidade enfrenta contradições e paradoxos, sendo acusada de oferecer menos oportunidades culturais ou de lazer do que outras capitais sulistas. No entanto, durante a alta temporada, a vida noturna voltada para o público LGBTQIAPN+ ganha destaque, com uma atmosfera cosmopolita e efervescente. Isso é percebido desde meados do século XX até os dias atuais, com dinâmicas modificadoras e diversas.

O carnaval, evento emblemático na cidade, oferece uma lente poderosa para examinar as dinâmicas sociais e culturais relacionadas à diversidade sexual e de gênero. As festividades destacam não apenas a celebração, mas também as tensões subjacentes entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo.

Tradicionalmente, contudo, desde o final dos anos 70, foi na Avenida Hercílio Luz, em frente ao bar Roma, que se estabeleceu um espaço informal de sociabilidade onde os GLS circulam. Nos anos 80, a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Turismo, passou a organizar a festa e o pedaço passou a ser divulgado na mídia. A nova festa organizada conta inclusive com um desfile de homossexuais, onde os participantes concorrem a um prêmio em dinheiro. Realizado sempre na segunda-feira de carnaval, o concurso “Pop Gay” prevê apenas duas categorias: as caricatas, ou drag-queens, e as transformistas, ou *beauty-queens*. É o auge da festa do rei Momo. O “carnaval do Roma” ajuda a compreender aspectos das vivências dos homossexuais em Florianópolis. Por um lado, o poder público se apropria de uma festa que nasceu sem muita organização e a vende para o resto do país através da mídia, mostrando um grande número de homens e de mulheres demonstrando afetos entre si e alguns outros tão cuidadosamente travestidos que destoam dos tradicionais “blocos de sujos” (Córdova, 2006, p. 17).

Um exemplo de ambiguidade é o carnaval, que atrai LGBTQIAPN+ em busca de uma celebração que se destaca como o segundo melhor carnaval LGBTQIAPN+ do Brasil. Essa festa, historicamente ligada à cidade, revela aspectos das vivências dos LGBTQIAPN+ em Florianópolis, mostrando tanto a visibilidade quanto as tensões e contradições presentes na sociedade em relação à diversidade sexual e de gênero. Pesquisas sobre vivências

LGBTQIAPN+ em Florianópolis têm enriquecido a compreensão das complexas interações entre o local e o global, destacando a diversidade e as mudanças sociais que ocorrem no contexto contemporâneo

A visibilidade durante o carnaval contrasta com a realidade diária enfrentada pelos LGBTQIAPN+. A antropóloga Teresa Sell (1987), em sua pesquisa nos anos 80, já apontava para a desunião entre os homossexuais na cidade, destacando a necessidade de se unirem para enfrentar uma maioria que muitas vezes não os aceita. Essa desunião persiste, apesar das transformações sociais ao longo das décadas.

A cidade também vivencia a realização da Parada da Diversidade, um evento que se destaca por quebrar a tradição dos espaços tradicionais LGBTQIAPN+ que em seus primórdios percorria a Avenida Beira-Mar Norte, símbolo de status e poder econômico da cidade. Essa manifestação anual reúne milhares de pessoas e evidencia, mesmo que temporariamente, a visibilidade das vivências LGBTQIAPN+ em locais não convencionais.

Por outro lado, grupos organizados na cidade, embora não representem a totalidade da comunidade LGBTQIAPN+, indicam mudanças significativas ao longo das décadas. A presença destes grupos, que tradicionalmente oferecem apoio emocional e social aos LGBTQIAPN+, reflete a diversidade de identidades e práticas na comunidade.

Portanto, Florianópolis, ao refletir as contradições e transformações presentes nas sociedades urbanas contemporâneas, permanece como um microcosmo complexo, onde as vivências LGBTQIAPN+ se entrelaçam com as dinâmicas locais e globais, na busca por desafiar noções tradicionais e oferecer espaço para a evolução e diversidade.

Ao realizarmos pesquisas na base de dados de teses e dissertações da Biblioteca Universitária da UFSC, nos deparamos com diversos escritos que englobariam em sua temática a cultura LGBTQIAPN+ de uma forma geral. Aqui, sem a intenção de ser exaustivo nesta incursão, iremos compartilhar dos resultados de pesquisa de duas pessoas autoras que nos permitirão, ainda que de forma ampla, iniciar a construção histórica e cultural da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Nossa primeira conversa será com Glauco B. Ferreira, que defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFSC, no ano de 2012. Com o título “Arco- íris em disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias”. Em sua pesquisa, o autor aprofunda-se no histórico da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, principalmente no período de 1990 até 2010, e teve como enfoque principal as paradas da diversidade de Florianópolis. Para alcançar seus objetivos, o autor fez uma incursão sobre diversos marcos históricos e culturais da

comunidade. Com certeza, esse diálogo servirá para enriquecer o desenvolvimento desta jornada. A seguir iremos nos debruçar sobre alguns marcos trazidos pelo pesquisador aos quais acrescentaremos outras informações pertinentes.

4.5.1 Eventos de Sociabilidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis – SC

➤ Carnaval do Roma

O Carnaval do Roma, que durante muitos anos foi uma das festas mais populares do carnaval de rua da capital, estabeleceu-se como o carnaval destinado a "gays, lésbicas, travestis e simpatizantes" em uma época em que o "turismo gay" não era amplamente reconhecido, e Florianópolis não era considerada um destino turístico LGBTQIAPN+.

Silva (2003) nos conta que no desfecho dos anos 1980, a prefeitura tomou as rédeas da celebração, outrora desenrolada de modo desimpedido em meio a outras expressões do carnaval de rua. Inaugurou-se um palco pulsante, embalado por uma banda ao vivo, e, na década subsequente, a mídia, através da Secretaria Municipal de Turismo, passou a realçar os traços GLS do evento. Florianópolis emergiu como a força-motriz por trás do segundo melhor "carnaval gay" do Brasil, título outorgado pelas próprias instâncias governamentais, conquistando uma expressiva audiência de cerca de 10 mil pessoas a cada noite.

A festa que começou a ser realizada nos anos 70, ao redor do bar Roma, localizado, na Avenida Hercílio Luz, reunia artistas, jornalistas, intelectuais e adeptos da contracultura e, sem deixar de abrigar esses grupos, foi aos poucos se tornando o centro do carnaval GLS da cidade. No final dos anos 80, a prefeitura passou a organizar a festa - que até então acontecia de forma livre, junto com outras manifestações do carnaval de rua -, através da colocação de palco com banda ao vivo. Já na década seguinte, esse espaço começou a ser divulgado na mídia pela Secretaria Municipal de Turismo com enfoque maior em suas características GLS. (Silva, 2003, p. 3)

No entanto, em 2008, a prefeitura deixou de organizar o Carnaval do Roma, coincidindo com o surgimento de outras festas na cidade voltadas para o público LGBTQIAPN+, caracterizadas pela música eletrônica e uma notável segregação econômica. Anteriormente, as boates e bares do circuito LGBTQIAPN+ só abriam após o término do Roma, tornando-o a maior e mais acessível manifestação pública da diversidade sexual para toda a população. Enquanto as pessoas gays e lésbicas encontraram alternativas nessas novas festas noturnas, as drags perderam um importante palco, reconhecido em pesquisas como um espaço de iniciação para drag queens e profissionais do transformismo (Vencato, 2002).

O ensaio fotográfico de Marcos Aurélio da Silva (2022), "Roma: ascensão e queda de um império do carnaval", documenta essa evolução do Carnaval do Roma na capital catarinense. Anualmente, centenas de pessoas do público GLS se reuniam na Avenida Hercílio Luz, perto do Bar Roma, no centro da cidade. Essa celebração, também conhecida como "lama" ou "bafão" pelos participantes, testemunhava diversas expressões de sexualidade e identidades de gênero, incluindo homens, mulheres, crianças, homo, hetero, bissexuais, travestis, transexuais e drag queens.

➤ Concurso Pop Gay

O ponto alto dos cinco dias de festa de carnaval em Florianópolis era, e ainda é, o concurso Pop Gay, criado em 1993, sempre realizado na segunda-feira de Carnaval, para escolher as melhores em duas categorias: *Beauty Queen* (em que concorrem travestis e pessoas trans e outras que primam por roupas mais elegantes) e Drag Queen (reunindo drags profissionais e as que surgem apenas no carnaval, contando também com grupos de drags que buscam sátiras e paródias em roupas mais escrachadas). O concurso é organizado pela Prefeitura Municipal, fato que é reforçado, de forma orgulhosa, em vários momentos da festa. Os concorrentes são avaliados por um grupo de jurados, do qual fazem parte jornalistas, políticos e personalidades locais.

Conforme consta na Wikipédia (2023)

O Pop Gay de Florianópolis é um concurso tradicional que acontece na noite da segunda de carnaval, elegendo as rainhas no meio LGBT. No concurso, realizado no Centro, é eleita a mais elegante *Beauty Queen* e a mais caricata Drag Queen, que ganham um prêmio em dinheiro e o Troféu Roberto Kessler, cujo nome vem do comunicador, falecido em 1999, que foi o criador e apresentou várias edições do concurso. O Pop Gay, antes chamado de Gala Gay, surgiu do Carnaval do Roma, festa que era conhecida por ser um "carnaval gay" que acontecia na Avenida Hercílio Luz. A primeira edição foi organizada em 1993 pelo bloco carnavalesco Liberdade. Suas primeiras edições foram no Largo da Alfândega, e depois na Avenida Hercílio Luz, na Praça Tancredo Neves e na atualidade acontece na arena de shows nacionais montada na Avenida Paulo Fontes. [...] O concurso é um dos principais eventos do carnaval de Florianópolis - há quem diga que apenas o desfile das escolas de samba é maior em importância do que ele - tendo destaque pelo pioneirismo e pelo público diversificado - não apenas a comunidade LGBT acompanha o Pop Gay, sendo também destaque na mídia local. Mesmo a Parada LGBT da cidade surgiu da organização e dos frequentadores do concurso. Em 2020 o Pop Gay realizou a 27ª edição, retornando em 2023 após a pandemia de COVID-19. (Wikipédia, 2023)

➤ **Paradas da diversidade**

Os prelúdios para a realização da Parada tiveram início em 2005, desenvolvendo-se ao longo do ano até culminar na sua primeira edição em 2006, sendo uma das últimas capitais dos estados brasileiros a realizar este evento. Durante esse período, ocorriam encontros preparatórios em estabelecimentos GLS/GLBT na cidade, geralmente de propriedade dos empresários que posteriormente fundaram a Associação dos Empreendedores GLBT de Santa Catarina (AEGLBT/SC). Conforme relatos de seus interlocutores, Ferreira (2012) relata que essas reuniões eram abertas e convocadas, predominantemente, por ativistas e alguns empresários GLBT, congregando ativistas do movimento LGBT, outros empresários e voluntários, todos com o objetivo comum de unir esforços para a realização da Parada na cidade.

Mesmo na ausência de financiamento público em sua primeira edição, a Parada ocorreu em locais "cedidos" (o antigo prédio da Câmara de Vereadores, sede da Casa da Diversidade) e autorizados para uso público (a Avenida Beira-Mar Norte) pela prefeitura de Florianópolis, devido à conexão de um membro da AEGLBT/SC com o órgão público municipal. Tiago Silva, à época assessor de marketing e eventos da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Florianópolis, nomeado pelo prefeito, desempenhou um papel crucial, facilitando o evento, segundo Ferreira (2012). Sua ligação com o poder público, aliada à organização de eventos como o carnaval gay, as celebrações do aniversário da cidade e a coordenação geral do carnaval municipal de 2006, levou os membros da associação a considerarem Tiago como um dos "fundadores" da Parada na cidade, um epíteto que ele incorporou e fortaleceu em manifestações públicas, conversas e entrevistas.

Ao longo das cinco edições subsequentes do evento, a relação de Tiago com o poder público possibilitou uma "logística de funcionamento" na qual a "segurança" do evento era providenciada pela Guarda Civil Municipal, e a abertura era marcada pelas apresentações da orquestra da Polícia Militar.

Conforme Ferreira (2012), nos anos seguintes, 2007 e 2008, a Parada continuou a ocorrer na Avenida Beira-Mar Norte, consolidando-se como um evento anual e integrando-se ao calendário de atividades públicas da cidade. Este período coincidia com uma diminuição do fluxo turístico na cidade, contribuindo assim para a atividade econômica desejada pelos empresários da AEGLBT/SC. O formato do evento, com carros elétricos e uma caminhada pela Beira-Mar, foi mantido ao longo dos anos, apesar das dificuldades enfrentadas, incluindo

rumores de que "forças políticas" na cidade pretendiam transferir o evento para a Passarela "Nego Quirido", local onde ocorriam os desfiles anuais das escolas de samba do carnaval de Florianópolis, um espaço isolado dos fluxos urbanos.

As tensões discursivas em torno do evento intensificaram-se à medida que a Parada se consolidava em Florianópolis e atraía um número crescente de participantes. As divergências discursivas entre o empresariado GLBT, o ativismo LGBTQIAPN+ e outras esferas políticas e culturais da cidade tornaram-se evidentes durante a preparação do evento nos anos de 2009 e 2010. A realização da Parada mobilizava e potencializava esses grupos de diferentes maneiras ao longo do ano, especialmente nos períodos imediatamente anteriores à realização da Parada, durante a Semana da Diversidade. O evento, enquanto espaço de debate sobre os direitos LGBTQIAPN+ e os indivíduos representados, consolidou-se como um catalisador para intensas relações de forças em seus contextos de preparação e realização.

A 16ª Edição, a edição mais recente da Parada LGBTI+ de Florianópolis, realizada em setembro de 2023, marcou significativamente ao atrair a participação de mais de 100 mil pessoas, conforme relatado pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, em colaboração com a Coordenadoria de Direitos Humanos, por meio da Assessoria de Políticas Públicas para pessoas LGBTQIA+. Esse número expressivo representa um aumento notável em comparação à edição anterior, que registrou a presença de 70 mil participantes. Com o tema “Políticas Públicas por Inteiro e Não pela Metade”, o evento contou também com a primeira Marcha Trans Floripa.

Selma Light (2023), assessora de Políticas Públicas LGBTQIA+, destacou a importância da Parada como um símbolo vital na luta pela igualdade e respeito. Em suas palavras, o evento proporciona visibilidade e empoderamento à comunidade LGBTI+, sendo caracterizado como histórico e ultrapassando todas as expectativas estabelecidas. A sua declaração ressoa com a ideia de resistência e reivindicação dos direitos fundamentais que merecem ser garantidos a todos os participantes da comunidade. Este testemunho reflete não apenas a magnitude do evento, mas também o impacto positivo que a Parada exerce na promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

4.5.2 Movimentos sociais, associações e coletivos LGBTQIAPN+ de Florianópolis

➤ ADEH – Associação Em Defesa Dos Direitos Humanos

A ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na

Sexualidade é uma organização não-governamental que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais).

As informações encontradas no website da instituição contam que a ADEH foi fundada em Florianópolis-SC em 1993, enquanto Fundação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH Nostro Mundo), com enfoque nas ações em Saúde no campo HIV/AIDS com a população de travestis e transexuais em situação de prostituição.

Em 1995, com o falecimento de Clô, presidenta da Associação, em decorrência de conflito com policiais enquanto realizava distribuição de preservativos e outros materiais, houve uma dispersão das pessoas que faziam parte da instituição. Desde então, houve tentativas de reorganização do espaço. Em 1999, a Associação se reestrutura e reinicia os trabalhos voltados à área da Saúde, ainda prioritariamente focados à população de travestis e transexuais da região de Florianópolis-SC.

A partir disso, a ADEH vem desenvolvendo projetos de acolhimento e acompanhamento da população TLGB da região de Florianópolis, além da distribuição de preservativos e materiais relacionados aos Direitos Humanos. Desde 2006, está em funcionamento o Centro de Referência em Direitos Humanos de Florianópolis-SC, voltado ao acolhimento e acompanhamento de pessoas em situação de discriminação e violência de gênero.

A ADEH é, ainda nos dias de hoje, uma das principais instituições ligadas à população LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Sua história está intimamente ligada a grande movimentação dos movimentos sociais na ilha da magia.

Figura 2 – Arte ADEH



Fonte: ADEH¹⁴

➤ Coletivo GOZZE

¹⁴ Disponível em: <https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Marcado pelo dinamismo em suas atividades diretas e por um sentido de urgência em suas ações, o Gozze buscava solidificar-se enquanto se estruturava para empreendimentos colaborativos com outros grupos. Direcionando suas iniciativas principalmente aos estudantes da UFSC, o Gozze estabeleceu contato com o Roma, inicialmente em busca de orientações e para adquirir *insights* sobre o movimento LGBTQIAPN+ na cidade. Ao longo de 2010, essa parceria entre ROMA e Gozze evoluiu, resultando na coordenação conjunta de ambos os grupos para a realização da Semana da Diversidade de 2010.

Ferreira (2012, p. 71) conta que

O surgimento do Gozze está relacionado à liderança exercida por dois estudantes da UFSC, Ringo e Diego, que descontentes com as discussões acadêmicas na universidade sobre temas LGBT, decidiram chamar à formação de um grupo ativista que, nas palavras deles, tivesse como foco “ações diretas” no movimento LGBT em Florianópolis e especialmente nas dinâmicas acadêmica da UFSC.

O grupo encerrou suas atividades no início da década de 2010 após a formatura de vários militantes da universidade.

Figura 3 – Arte Coletivo Gozze



Fonte: Gozze¹⁵

➤ AEGLBT/SC

A Associação dos Empreendedores GLBT de Santa Catarina (AEGLBT/SC) contém diferentes histórias sobre seu surgimento na cidade. Segundo Ferreira (2012) alguns membros da associação falam que a iniciativa para seu surgimento tinha se dado no ano de 2005 e devia-se à necessidade de organizarem em Florianópolis uma “Parada do Orgulho Gay”, pois a cidade era uma das únicas capitais em que ainda não havia um evento do tipo. O fato de que seus organizadores quisessem realizar tal evento por este motivo refletia uma concepção num contexto em que as Paradas começam a se difundir como modelo de manifestação pública em

¹⁵ Disponível em: <https://diversifica.ufsc.br/cartilha-chega-de-violencia/coletivos-gozze-e-kurima/>. Acesso em 12 dez. 2023

diversas regiões do país, como um modo privilegiado para angariar visibilidade pública de forma incontestável, seja para a cidade como destino GLS em ascensão ou para os debates e lutas por direitos LGBT. Assim também se deu pela crescente exploração do Turismo LGBTQIAPN+ na ilha de Florianópolis, aos quais a AEGLBT/SC era peça principal no desenvolvimento de lugares para a comunidade LGBTQIAPN+.

➤ Instituto Arco-Íris

Segundo consta do website da instituição, o Instituto Arco-Íris foi fundado em 25 de fevereiro de 1997 por pessoas vivendo com HIV/Aids, familiares e profissionais da saúde, psicologia, educação, direito e serviço social. Trabalha, prioritariamente, na prevenção das infecções de transmissão sexual (ITS), HIV/Aids, redução de danos associados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, promoção da cidadania e direitos humanos junto a populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Esse trabalho é realizado com a construção de redes interdisciplinares e intersetoriais, pautado na metodologia de formação e intervenção de agentes de transformação da realidade sócio sanitária do país (operadores sociais).

Possui em seus quadros de recursos humanos lideranças do movimento nacional e estadual nas áreas da saúde, cultura e direitos humanos, profissionais das áreas de psicologia, serviço social educação, artes e direito e um quadro societário de membros permanentes que são mobilizados sob demanda de acordo com as tarefas desenvolvidas em cada momento.

O Instituto Arco-Íris já desenvolveu trabalho de intervenção em campo junto a profissionais do sexo (homens, mulheres e travestis), moradores de rua, usuário de drogas (UD) e usuário de drogas injetáveis (UDI), populações privadas de liberdade (masculina, feminina e adolescentes), adolescentes e jovens das comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e consequentemente social.

Além destas intervenções de campo, sua rede social e as populações acima referidas, para as pessoas que vivem com HIV/Aids, a instituição oferece encaminhamentos para atenção psicológica, assistência jurídica, internação e acompanhamento hospitalar e domiciliar, internação no Instituto de Psiquiatria de SC (IPQ) e serviços de dependência química da UFSC e CAPES-AD.

O Instituto Arco-Íris efetua debates sobre os Direitos Humanos, apresentações de teatro, dança, música, saraus, filmes, exposições de arte. Importante perceber que o Instituto Arco-Íris não é especificamente voltado à população LGBTQIAPN+, porém, suas dinâmicas

são sempre condizentes com o desenvolvimento e aproximação desta comunidade. A sede do Instituto Arco-Íris fica na Tv. Ratcliff, 56 - Centro, Florianópolis. Funciona a pleno vapor até os dias atuais.

Figura 4 – Arte Instituto Arco-Íris



Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos

Fonte: Instituto Arco-Íris¹⁶

➤ ONG Estrela Guia

A Estrela Guia foi fundada em 2002, por Ana Paula Litwinsk, trabalhadora sexual e ativista residente em Florianópolis, SC. Surgiu da necessidade de organizar profissionais do sexo com o objetivo de lutar pela regulamentação da profissão e para enfrentar diferentes contextos desfavoráveis vivenciados por este segmento, incluindo o combate à epidemia do HIV/Aids e outros agravos à saúde.

Trabalha em prol da criação de oportunidades para promover a saúde integral, a cidadania e os direitos humanos das trabalhadoras e trabalhadores sexuais, oferecendo possibilidades de crescimento individual e coletivo; e, desenvolvendo atividades tanto de prevenção das IST, hepatites virais e HIV/Aids, quanto de redução de danos pelo uso de drogas ilícitas.

Ao longo da sua trajetória de atuação, a Estrela Guia ampliou o foco populacional de suas diretrizes programáticas, políticas e do trabalho de campo, direcionando-as não só às trabalhadoras/es sexuais, mas também às mulheres, às pessoas negras, LGBTQIAPN+, travestis e transexuais.

Conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, composta por profissionais, especialistas e ativistas de diferentes áreas das ciências humanas e sociais, que se destacam pela expertise nos campos da promoção dos direitos humanos e dos direitos sexuais, do fortalecimento de políticas públicas inclusivas e participativas, e da defesa da diversidade.

¹⁶ Disponível em: <https://institutoarcoirisdh.wordpress.com/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 5 – Arte Estrela Guia

Fonte: Estrela Guia¹⁷

➤ **Acontece - Arte e Política LGBTI +**

O coletivo Acontece – Arte e Política LGBTI+, é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, cuja finalidade fundamental é defender e promover, por meio da política, arte e cultura, o direito à liberdade da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+. Segundo consta no site da instituição o coletivo é independente e suprapartidários. O compromisso principal, ao que o coletivo Acontece se propõe, é com o avanço dos Direitos Humanos Sexuais e Reprodutivos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

Atualmente o coletivo Acontece - Arte e Política LGBTI + faz parte do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, que é uma instância da sociedade civil autônoma, protagonizada pela parceria entre Acontece LGBTI+, ANTRA e ABGLT. Com a missão é a garantia do Direito à Vida da comunidade LGBTI+.

Para isso, é realizado o levantamento e sistematização dos dados das mortes e violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ do Brasil, usando-os tanto para denunciar a LGBTfobia brasileira, como também para construir políticas públicas eficazes, prestando um serviço altamente relevante para a comunidade LGBTI+ e para o próprio Brasil. (Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil).

¹⁷ Disponível em: <https://www.estrelaguiaasc.com/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 6 – Arte Acontece – Arte e política LGBTI+



Fonte: Acontece- arte e política LGBTI+¹⁸

➤ **Conselho Municipal de Direitos LGBT (CMDLGBT)**

O Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Florianópolis (CMDLGBT) foi criado pela Lei Nº 10.018 de 13 de Maio de 2016, como órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, consultivo e propositivo, com a participação paritária entre o governo e sociedade civil. Atualmente se constitui por 10 entidades do governo e 10 entidades da sociedade civil, com representação titular e suplente. O CMDLGBT está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Florianópolis - SC

COMPOSIÇÃO CMDLGBT BIÊNIO 2023/2025

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- (I) Acontece Arte e Política LGBTI+
- (II) Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC
- (III) OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Santa Catarina
- (IV) CRP 12/SC - Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
- (V) Estrela Guia – Associação em Defesa dos Direitos Sexuais
- (VI) Instituto Arco – Íris de Direitos Humanos
- (VII) Coletivo de Mulheres e Pessoas Não Binárias Bissexuais de Santa Catarina - ComBi/SC
- (VIII) ROMA Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis.

¹⁸ Disponível em: <https://acontecelgbi.org/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

(IX) Afrodite/UFSC - Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades

(X) Mudiá Coletiva Lésbica

Essas informações foram retiradas da página da CMDLGBT.

Figura 7 – Arte Conselho Municipal LGBT - Florianópolis



Fonte Conselho Municipal LGBT – Florianópolis¹⁹

4.5.3 Lugares representativos para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis

Nossa segunda conversa é com Luís Fernando Neves Córdova, que defendeu em 2006, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, a tese de doutorado intitulada “Trajetórias de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços”. O pesquisador vai se debruçar sobre os espaços de interação “homossexuais” na ilha de Florianópolis entre as décadas de 1950 e 2000. Para isso realiza entrevistas com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+. Para nós, esta pesquisa se fez importante por trazer várias referências históricas e culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis e região metropolitana, com dedicação especial aos lugares de socialização como bares, boates e lugares de pegação. Aqui iremos nos ater a alguns destes espaços que irão se juntar ao nosso acervo de pesquisa sobre memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, os quais irão enriquecer a tapeçaria que trançamos nessa nossa incursão. Como a pesquisa mencionada foi embasada em memórias individuais, utilizaremos aqui trechos dessas entrevistas com o objetivo de olharmos essas

¹⁹ Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmdlgbt/index.php>. Acesso em: 12 dez. 2023.

memórias através das histórias orais dos indivíduos que trilharam os caminhos LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Lembrando que memória também é esquecimento e atravessamento, como já apresentamos anteriormente, por isso, trabalhamos com a incompletude e a contradição como adubo para a nossa colheita. Veremos abaixo algumas dessas memórias:

➤ **Praça XV De Novembro**

A Praça XV de Novembro é apresentada por Córdova (2006) como um “pedaço” da cidade, um dos espaços privilegiados de sociabilidade de LGBTQIAPN+, que é muito frequentado por diferentes tipos de pessoas, em diferentes tempos e momentos do dia. Símbolo da cidade, a Praça XV é marcada pela presença de velhos aposentados, políticos, pregadores da palavra de Deus, ilustres desconhecidos, engraxates, pivetes, pessoas em trânsito, além de alguns tipos folclóricos, prostitutas, bichas e turistas.

Erdmann (1981) relata que

A Praça XV é um dos locais mais abertos e onde as pessoas se encontram [...] Devido à sua posição centralizadora e estratégica, ela polariza também muitos locais públicos ou semi-públicos [...] onde se encontram pessoas comuns, mas que a determinadas horas pode ser um local quase exclusivamente de encontro de homossexuais, um lugar de paquera, de pegação, nas imediações da Catedral. Ainda nessas vizinhanças, uma casa de suco atendida por jovens tidos como hippies, que se dizem adeptos da natureza, do verde, da ecologia, “... da onda legal, do sol, corpo bonito, dos sexos sem feminino e masculino, um fuminho bom...” assiduamente freqüentada por várias categorias. Além desses locais públicos, [...] existem pelo menos dez lugares de encontros, paquera e contatos iniciais. Ainda nas imediações, nada mais do que quatro cinemas, dois à direita e dois à esquerda da Catedral. De cada lado, um considerado bom e outro “barra pesada e pulgueiro, bem pornô” [...] Claro que a Praça XV e seus arredores não são os únicos lugares públicos de encontro e de interação das várias categorias de homossexuais em Florianópolis.

Existe toda uma hierarquia de lugares, dependendo dos horários, dos dias de semana, dos tipos de pessoas que vão interagir e da natureza da ação que terá lugar [...] alguns locais apresentam maiores riscos para revelações e descobertas comprometedoras das identidades perante outros papéis que os indivíduos desempenham nas outras atividades na vida diária, já que muitos são funcionários públicos, estudantes, profissionais liberais e autônomos (Erdmann, 1981, p. 42).

Córdova (2006) também relata que uma outra forma de interação entre homens que procuravam outros homens para manter relações sexuais, ocorria especialmente aos finais de semana, quando a “marinheirada” saía do “quinto distrito” e, antes de chegarem a seus

destinos, passavam pela praça. Era uma hora de flertes, trocas de olhares e convites para se dirigirem a um dos “quartinhos” de aluguel situados ao longo das ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra. Isto até o final dos anos 70, pois neste período começou a transferência do V Distrito Naval para a cidade de Rio Grande/RS. Francisco, que foi entrevistado por Córdova (2006) conta que

[...] Só que eu, muito galinha, quando podia estava pegando bofe. Eu adorava marinho. Aqui tinha a Escola de Aprendizes de Marinho. Oh! Menino, o que eu fazia de marinho. Eles iam pro cinema, eu sentava no lado, roçava... na sessão da tarde. A gente caçava na Praça XV. A maior caçada era na Praça, já tinha os michês, os bofes. Lá embaixo tinha o mictório, tinha o Miramar. A gente fazia, assim, nas construções, nos terrenos baldios. Não ia para hotel, pra coisa nenhuma. Era na rua. Agora tu imaginas se houvesse doença naquela época (Francisco, 63 anos. In Córdova, 2006 p. 171).

➤ **Jornalista Beto Stodieck**

O jornalista Beto Stodieck, nascido em Florianópolis em 1946, iniciou sua carreira como colunista em 1971 nos jornais O Estado e Jornal de Santa Catarina. Ao longo dos anos, trabalhou em diversos periódicos, lançou o breve Jornal do Beto em 1980 e, após uma temporada em Nova Iorque, retornou ao Jornal de Santa Catarina e, posteriormente, a O Estado, onde permaneceu até sua morte em agosto de 1990.

Segundo Cordova (2006), Beto era conhecido por sua irreverência, tornou-se porta-voz de uma geração, incluindo muitos homossexuais, que aguardavam ansiosos por suas publicações. Ele abordava temas locais e globais, como o escândalo de Watergate, a queda do muro de Berlim e a "abertura" política brasileira.

Em suas "colunas sociológicas", Beto apresentava observações sobre o cotidiano da Ilha de Santa Catarina, incluindo a comunidade gay. Com seu estilo debochado, por vezes homofóbico e discriminador, ele escrevia sobre a vida da população LGBTQIAPN+, especialmente no verão e no carnaval.

O jornalista destacava eventos da boate Oppium, considerada a elite homossexual florianopolitana, e abordava as transformações na cidade, inclusive relacionando-se ao surgimento da AIDS. Mesmo com sua ironia e preconceitos evidentes em algumas notas, Beto Stodieck foi um observador atento das mudanças e eventos que marcaram Florianópolis, deixando seu legado como porta-voz local de diversas gerações.

➤ Grupo JUGARA

Córdova (2006) nos conta sobre moradores do Ratonés (Bairro da região norte da ilha de Florianópolis) criaram o JUGARA - JUventude GAY de Ratonés. Segundo Córdova (2006), era um “grupo” informal de casais de gueis e de lésbicas que moravam naquela comunidade, ou que por lá circulavam, visando favorecer encontros sociais entre eles. Criado como uma paródia aos movimentos sociais. Não conseguimos localizar mais informações sobre esse grupo.

➤ Bar Sarubá

O entrevistado por Córdova (2006), conta que

O Samburá foi o primeiro bar gay, mas acabou logo. Durou uns dois anos... acho que nem dois. Ficou muito famoso, o povo aqui é muito falador, né, acabaram. Acabou por pressão da Igreja. [...] Naquele tempo, eu tinha doze, treze anos e um amigo me contou sobre um bar de bichas, ali na Operária. Era só homem, era homem com homem. [...] O prédio é que era da Liga Operária, não tinha a ver com os operários. Eles botavam uns biombos, um negócio na frente para esconder o que acontecia lá dentro. Não tinha muito movimento, mas as bichas iam ali para fazer o seu *affair*. As bichas eram poucas, todo mundo tinha medo, vergonha, mas eles faziam festas escondidas, festas homéricas. (Francisco, 63 anos. In Córdova, 2006 p. 172).

Este bar teria existido em meados dos anos 50 e, segundo Francisco, teria sido fechado por pressão da igreja católica, mas sem precisar como isto aconteceu.

➤ O Bar Escracho

Ricardo e Mariza relataram à Cordova (2006) suas interações no bar Escracho:

Nesta época, tinha um lugar que ia uma moçada mais doida, onde a gente podia namorar, tanto os meninos quanto as meninas, que era o Escracho. Não era um bar de lésbicas, era um bar universitário. Ficava lá na rua Álvaro de Carvalho, onde é o DCE. Foi um bar fantástico, muito bacana, mesmo. Todo mundo que vinha fazer show na cidade passava por lá. Então, a gente tinha um tête-à-tête com todos os artistas nacionais da época. [...] Era permitido tudo, podia qualquer negócio. [...] Maconha, a gente fumava na Felipe Schmidt. Descia do Escracho, às vezes, ia à esquina da Felipe e a gente fumava ali embaixo. Ninguém sabia o que era (Mariza, 53 anos. In Córdova, 2006 p. 175).

Então, havia o mais famoso bar da cidade para os gays, evidentemente, que se chamava Escracho. Veja só que coisa curiosa era o bar do DCE, da UFSC. Como era um bar mais liberado atraía o povo gay [...] Era um bar moderninho, vamos dizer, aonde tocava Elis Regina, Milton Nascimento. [...] Florianópolis sempre teve uma geração de gays poetas, de gays escritores... eram os gays Fernando Pessoa (Ricardo, 46 anos. In Córdova, 2006 p. 177).

➤ **Rua Felipe Schmidt no centro de Florianópolis.**

Sobre a Rua Felipe Schmidt, o entrevistado de Córdova (2006) conta que

A cidade era um marco pra gente. Eu gostava daquele clima da Felipe Schmidt, passava carro, tinha umas lanchonetes da tarde e aquela montoeira de homens parados, esperando a mulherada. Eu saía do Instituto de Educação e fazia o caminho Academia de Comércio, o Correio, atravessava a Praça XV e entrava na Felipe até o terminal de ônibus que, na época era lá nas Lojas Americanas, Na Praça Pio XII.

Todo este trajeto era um frisson. As meninas queriam ver os meninos, os meninos queriam ver as meninas e os que gostavam dos meninos também ficavam pra ver os meninos na Felipe. Em Florianópolis sempre foi muito fantástica essa coisa do namoro, porque, desde que me lembro, as pessoas sempre tiveram um olhar muito direto e que tu compreendias que podia rolar alguma coisa. [...] Acabei transando com vários deles ali na Felipe Schmidt ou no aterro. [...] No começo, o aterro era um amontoado de areia de dunas e esses amontoados faziam barreiras. Transava-se atrás desses amontoados [...] Tu sabes que em Florianópolis nunca teve muita repressão com essa coisa da homossexualidade, em nível de violência policial. Olha bem o que quero dizer, não estou dizendo isso com conhecimento de causa, o que quero falar é que eu nunca passei por problemas assim. Nunca passei é um caralho. Claro que passei, passei por situação jocosa, de policial querer tirar sarro da tua cara, essas coisas. Mas nunca vi uma cena que levasse porrada de polícia porque o cara era veado, certo? O que se levava era uma coisa jocosa, eles tiravam um sarro, aquela coisa toda, mas no fim diziam vai te embora (Ricardo, 46 anos. In Córdova, 2006 p. 177).

➤ **Casa de Sucos**

Córdova (2006) nos relata que para Mariza, a Casa de Sucos da rua Álvaro de Carvalho, onde as coisas foram ficando mais explícitas, as mulheres e homens homo-orientados voltaram para a rua Padre Miguelinho, onde começava a se configurar o que chamou de “circuito da lama”. Mariza conta que

Em 78, 79, a Casa do Suco era um lugar que também não era um lugar gay, mas que era bastante freqüentado. Não rolava, claramente, beijo na boca, nada disso, mas você podia ficar com sua namoradinha de mãos dadas e não

tinha mistério. As pessoas que iam naquele bar eram tudo uma moçada mais largada. Ficava em frente ao Cine São José. Do outro lado da rua tinha o Escova, que era um lugar, assim, meio underground. Então, juntava de tudo e tudo estava bacana. Era um lugar de artistas, de drogados e de diversidade sexual, todo mundo convivia. Era o circuito da lama (Mariza, 53 anos. In Córdova, 2006 p. 178).

Outra entrevistada também conta que se movimentada pela Casa De Sucos

Eu cheguei aqui em 74. Foi em 80 que comecei a encontrar esse pessoal, a conhecer esse pessoal. Elas me levaram pra esse tal de Roma, depois começamos a ir numa tal Casa do Suco, aonde o Frank cantava, tocava violão e cantava. Passava noites inteiras ouvindo ele. Depois eu arrumei uma amante e passamos a curtir os bailões. [...] (Sofia, 55 anos In Córdova, 2006 p. 188).

➤ Boate Escova

Córdova recorre à entrevista de Leila (44 anos, funcionária pública) que mostra um pouco do ambiente da época.

A minha vida mudou completamente quando, num domingo, conheci uma amiga num bar da Beira-Mar, o Espetinho. Não era um bar gay. Ela estava com um amigo que também era entendido. Ele já freqüentava uma boate, aqui no Centro, que a gente nem sabia, desconhecia que era para homens. Era a boate do Escova. [...] Ele achava que nós devíamos abrir um espaço pra gente. Então, numa noite ele levou a gente nesta boate e começamos a freqüentá-la. [...] Tinha algumas mulheres que iam lá, que era a [nome] e a outra era a [nome] que era uma cabeleireira, mas não era gay. Ia só de farra. No começo, principalmente os travestis estranharam, não gostaram muito da presença de mulheres, mas os outros rapazes que iam começaram a comentar com suas amigas e apareceram muitas mulheres dentro da boate do Escova. Daí, nós começamos a ter o primeiro lugar para ir (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 179).

Córdova (2006) explica que esta boate era do mesmo proprietário do bar do Escova, ou Escovinha, só que agora ela funcionava em outro endereço. Os dois muito próximos da Praça XV. Quando o bar na rua Padre Miguelinho fechou, foi aberta a boate na Rua Fernando Machado. No início, a frequência maior era de prostitutas que foram sendo substituídas pelas travestis, que levaram consigo os gays, que também trouxeram as lésbicas. Os gays e as lésbicas estavam finalmente conseguindo um lugar para frequentar sem tanta vigilância, mas até chegarem ao local eles tomavam uma série de cuidados, como deixar o carro estacionado em frente da Catedral. Alguns relatos:

minha turma se encontrava na casa da [nome]. Era uma turma, agora, grande, mas começaram a vir mais meninas de Blumenau e Joinville, que conhecíamos em alguns jogos de handebol, aqui em Florianópolis. [...] A

maioria era estudante, então tinha pouco dinheiro, comprava-se uma garrafinha de vodka, tomava com coca-cola e gelo e íamos para o Escova. Isto na sexta e no sábado, que eram os dias que abria. [...] Enquanto a gente freqüentava o Escova, abriu um bar próximo que era o Brasileirinho, um pouco mais abaixo, mais perto do Roma, ainda. Começamos a ir ao Brasileirinho antes de ir para o Escova. Era um lugar pra você tomar uma cervejinha, encontrar, bater um papo, que não fosse uma boate, porque na boate não dá para conversar, era mais para dançar (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 180).

No Escova dava medo, mesmo. Teve uma vez que um cara puxou um revólver e saiu dando tiros. Tinha pessoas de todos os níveis, onde se misturava tudo, por falta de opção. [...] Mas foi no Escova que tive a maior experiência da minha vida ao participar de uma gincana que teve lá. [...] Era uma gincana com duas equipes só de homens, quando começamos a freqüentar lá a gincana já existia. Numa noite, eu estava em casa, o telefone toca e era um desses rapazes me perguntando se eu queria representar a equipe deles desfilando de miss na boate. Eu falei que não, de jeito nenhum, mas fui à boate na semana seguinte e tomei todas e quando o cara passou por mim eu disse que podia buscar o maiô que eu ia desfilar. Em dez minutos ele conseguiu um maiô azul marinho, uma sandália. Quando fui lá pra trás do palco não avisei ninguém. Alguém me maquiou, me penteou, fez o diabo lá comigo. Eu estava tão doida que não vi que só tinha eu e, na hora que abriu a cortina, estava só eu lá. Recebi a faixa de “miss sapatão” por WO, primeira e única. Quando a turma me viu foi muito engraçado; alguns travestis viraram e disseram: aquela loira. Ficaram muito chateados, mas passou, foi uma brincadeira. Recebi a faixa do prefeito, que estava lá (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 181).

➤ **Bar Brasileirinho**

O bar Brasileirinho funcionou de 1980 a 1982 e, de acordo com Schwinden (2003), era frequentado por Celso Pamplona, colunista social; Beto Stodieck, jornalista; Ciro Maciel, cabeleireiro, entre outros. “Cada grupinho se instalava numa parte do bar/boate, um tentando ‘arrasar’ com o outro, desde a maneira de vestir até a sua condição financeira” (Schwinden, 2003, p. 23). Leila, entrevistada por Córdova (2006) conta que

Começamos a freqüentar o Brasileirinho. Fomos umas três noites e na quarta o dono, que ia sempre na nossa mesa, veio conversar dizendo que tinha colocado uma mesa pra gente no porão [...] Eu respondi: “então, nós não vamos ficar. Se for pra gente ir pro porão nós não vamos ficar”. Pedi para o pessoal se levantar e eu consegui pegar duas garrafas de cerveja, vazias, que tinha sobre a mesa e saí com elas. [...] Ficamos ali na rua, tinha uma escadinha. Eu joguei a primeira garrafa lá dentro porque queria que ele sáísse. Não queria conversar com ele lá dentro do bar dele. Queria conversar na rua. Aí joguei a segunda, ele saiu. Peguei a minha carteira, eu nunca me esqueço. Disse para ele: “Estás vendo isso aqui? É dinheiro, igual ao de todo mundo. Tu abriste teu bar para ganhar dinheiro? Tem duas mesas lá dentro.

Nós estamos em 12 e vêm mais 12 aí; ou tu deixa a gente entrar ou tu vais fechar”. Ele deixou entrar, fez amizade conosco, apresentou a esposa. Depois eles fizeram uma boate no porão, então o bar virou gay. Um espaço muito melhor, mais tranquilo, feito pra gente. Foi uma debandada natural do Escova, porque não havia gente suficiente para encher os dois. O Escova ficou como era antes, com mais travestis e homens. A galera mais antenada, mais jovem começou a frequentar o Brasileirinho (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 180).

Córdova (2006) nos conta que depois o Brasileirinho foi adquirido por um gay que transferiu a boate primeiro para a rua Marechal Guilherme e, em seguida, para a escadaria do Rosário, onde passou a se chamar Oppium. Esta foi sem sombra de dúvidas a mais famosa boate gay de Florianópolis, nos anos 1980. A Oppium foi palco de inúmeras festas na cidade, que reuniam especialmente gays e lésbicas das camadas médias e universitárias. Para as mulheres, no entanto, nem tudo foram flores.

➤ **Bar do Roma**

Sobre o Bar do Roma, Cordova (2006) vai discorrer sobre diversas dinâmicas. Ele relata que tradicionalmente, desde o final dos anos 1970, foi na Avenida Hercílio Luz, em frente ao bar Roma, que se estabeleceu um espaço informal de sociabilidade onde os GLS circulam. Nos anos 80, a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Turismo, passou a organizar a festa e o pedaço passou a ser divulgado na mídia. A nova festa organizada conta inclusive com um desfile de homossexuais, onde os participantes concorrem a um prêmio em dinheiro.

Realizado sempre na segunda-feira de carnaval, o concurso “Pop Gay” prevê apenas duas categorias: as caricatas, ou drag-queens, e as transformistas, ou *beauty-queens*. É o auge da festa do rei Momo. O “carnaval do Roma” ajuda a compreender aspectos das vivências dos homossexuais em Florianópolis. Por um lado, o poder público se apropria de uma festa que nasceu sem muita organização e a vende para o resto do país através da mídia, mostrando um grande número de homens e de mulheres demonstrando afetos entre si e alguns outros tão cuidadosamente travestidos que destoam dos tradicionais “blocos de sujos”(Córdova, 2006 p. 18).

O carnaval da avenida Hercílio Luz, ou do Roma como ficou mais famoso, tem origens desconhecidas, segundo Córdova (2006). Ele acredita que a criação deste espaço de carnaval foi uma decorrência da ocupação desta região da cidade, e do próprio circuito que começava a se formar ao seu redor. O Roma ficava situado numa avenida larga, sem canteiros no meio, e nas suas redondezas havia dois hotéis que hospedavam muitos turistas que se

montavam para a festa e ali era um espaço que necessariamente teriam que percorrer ao se dirigirem ao carnaval na Praça XV. Alguns relatos sobre o Bar do Roma:

No início era assim, a gente brincava em frente da Catedral, aonde havia um palanque. A gente se montava pra brincar o carnaval durante o dia, à tarde. Saíamos por ali sacaneando, vestidos de mulher, mas todo deformado, aqueles peitões de almofada, perucas bem exageradas. Nada organizado. Tudo roupa sacana, mas sempre de salto. Aquelas coisas femininas, mas bem escrachadas. Até que um dia chegaram uns moleques de morro e empurraram o João, que na época era meu namorado e fomos pro Roma, para descansar, ver se melhorava a perna dele. Mas o Valdir que era muito espoleta começou a desfilar ali, na calçada do Roma. Aí o meu namorado disse que já estava bem e também começou a desfilar. Depois fui eu e o resto da turma, todo mundo estava vestido de mulher. Assim começamos a brincar por ali e, até hoje, só brincamos ali. A prefeita podia até dar uma plaquinha em homenagem, né, pois o carnaval gay começou ali com a gente. Isso foi no sábado e as bichas todas que vinham de Porto Alegre se hospedavam no Hotel Ivoram, na época era o Ivoram. Elas viram a gente brincando ali e desceram e começaram a brincar conosco. No outro dia o guarda já botou, desviou o trânsito por cima, aonde é o estacionamento. Ele mandava a gente brincar no estacionamento, mas nós queríamos era brincar na rua. Passava um carro e a gente subia, mexia. Tinha um ponto de táxi, antes da rua. Quando eles estacionavam em frente do Roma nós pegávamos uma carona, subíamos em cima do capô do carro, vinha um caminhão de lixo, nós grudávamos na porta do caminhão. Os turistas chegavam e a gente ficava ali sacaneando-os, carregando mala. No outro ano nós marcamos para ficar brincando ali, também. Fizemos amarelinhas no chão, no asfalto, começamos a brincar de “paqueta”. Uma amiga, que é advogada, loirinha, era a Xuxa e ali a gente começou e até hoje o carnaval está lá, daquele jeito. Todo mundo começou a brincar ali, era mais tranquilo, não tinha tanta sacanagem e os gays brincavam sem serem molestados. [...] O Roma já tinha um “Q” de ser um bar gay (Mário, 41 anos, policial. In Córdova, 2006 p. 182).

Ah! O Roma veio mais ou menos junto com o Brasileirinho, porque nesta época a gente começou a ir para o carnaval de rua, mas não tinha carnaval de rua num lugar específico. Como este bar ficava aberto até mais tarde e o Brasileirinho não abria neste período, começamos a ficar no Roma, tomando uma cervejinha. De vez em quando passava um bloco de sujo e, aí, a gente começou a tentar ter algum espaço para ficar durante o carnaval, mas como bar. Ali, a gente apanhou muito, foi o lugar em que a gente mais apanhou (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 181).

Quando eu morava em São Paulo já ouvia um certo bochicho, sabíamos que o ponto de encontro dos gays era no Roma. Na verdade, o carnaval teve origem na Praça XV, a gente que é mané só brincava na praça. O carnaval se estendia em volta da praça com os blocos de sujos, mas chegou um momento, depois, nos anos 80, que a violência aumentou e o pessoal começou a procurar um lugar mais reservado. Assim surge o carnaval do Roma (Ricardo, 46 anos. In Córdova, 2006 p. 182).

Sempre entrei no Roma, na Oppium, e nos outros lugares que não aceitavam a entrada das travestis. Sempre fui uma pessoa passiva, conseguia passar pras pessoas, pros donos das casas que não queria briga. Na época, as travestis entravam, pra cortar gay, pra cortar lésbicas, cortar cliente da casa, avançar com gilete, jogar ácido, então, elas eram proibidas de entrar, até por que elas passavam essa imagem de prostituição, de coisa pesada. A gente não podia estar sentada, numa boa, conversando porque elas entravam não pra se divertir, mas para brigar. Então, por isso que o Roma criou, estipulou de não deixar entrar travestis. [...] Elas queriam entrar para cortar as pessoas, entrar de calcinha e sutiã. Na época, elas queriam entrar nuas, enchiam o corpo de silicone e achavam que estavam abafando. Acho que cada lugar tem o seu estilo, se vais entrar num bar, tu tens que entrar como uma pessoa decente, de nível, mesmo que sejas uma travesti de prostituição. Não se pode entrar pelada porque, assim, tu corres com a clientela do ambiente (Karla, 43 anos. In Córdova, 2006 p. 274).

Um dos entrevistados de Schwinden (2003, p. 28) ao falar do Roma disse, “eu me lembro perfeitamente que era uma ‘ferveção’ (sic). Era um bar ‘hétero’, mas como tinha fama de bar gay, bar de veado [...] a gente ‘esquentava’ no Roma, onde todo mundo bebia e depois saia para a boate.”

O Roma foi um bar gay, em cima. A parte superior do bar era privativo para gay, tinham mesas onde o dono do bar fazia vistas grossas e deixava os meninos namorar, deixava as meninas namorar. Nunca teve preconceito lá em cima, embaixo ele pedia pra amenizar a coisa (Mário, 41 anos. In Córdova, 2006 p. 184).

Apanhamos muito dos homens. Quando eles vinham para cantar ou tentar alguma proximidade e percebiam que as mulheres estavam juntas, ali eles agrediam. A gente foi muito agredida. Continuamos ali, mas fomos muito agredidas. A [nome] levou uma surra em frente do Roma. Eu apanhei no Roma. Fui no balcão, pedi uma cerveja e um cara veio e me deu um soco. Fui defendida por um dos rapazes que estavam por lá que também era gay. Conseguiu botar o cara na rua (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 184).

Por fim, Córdova (2006) relata que o Bar e Pizzaria Roma já existia há algum tempo e resistiu até o mês de novembro de 2001, na esquina da avenida Hercílio Luz com a rua Fernando Machado. Na verdade, funcionou durante 25 anos, sempre no mesmo lugar, nunca se caracterizando como um bar voltado exclusivamente aos homossexuais. Durante o dia servia refeições e à noite era frequentado por muitos homens. Era um bar que ficava aberto até altas horas da noite e, neste sentido, sempre atraía aqueles que queriam tomar uma última cerveja, ou estavam “caçando” alguém para fazer um último programa.

➤ Boate Oppium

A boate Oppium foi palco de inúmeras festas na cidade, que reuniam especialmente gays e lésbicas das camadas médias e universitárias. Segundo Córdova (2006, p. 185),

A Oppium foi responsável por colocar Florianópolis no circuito guei do país, na década de 80. O seu proprietário trouxe para a cidade diversas atrações nacionais e, além das já citadas Elke Maravilha e Lady Francisco, vieram a Rogéria, Os Leopardos, e até Roberta Close se apresentou na boate

A Oppium teve uma longa duração, funcionou de 1982 até 1990. E durante algum tempo também fez parte do “circuito” carnavalesco, pois foi a primeira a realizar o Gala Gay: nesta noite organizava uma passarela por onde os homens travestidos desfilavam.

Para as mulheres, no entanto, nem tudo foram flores.

Porque o Ricardo tinha muito preconceito contra as mulheres. Ele era mais um cara que queria ganhar dinheiro a qualquer custo e não tinha muita paciência com as mulheres. Então, a gente sofreu um tipo de preconceito e brigas. Muitas mulheres deixaram de frequentar. Ele era gay, mas era um empresário da noite, um cara muito dinheirista eu acho, ele só queria era tirar o dele. [...] Depois ele fechou [o Brasileirinho] e abriu outra [a Oppium] na escadaria. Primeiro foi lá em cima e depois lá embaixo. O Ricardo era uma pessoa que realmente não gostava, na época, que as mulheres frequentassem as casas dele. Por qualquer coisa ele botava para fora, uma discussão, uma coisa... Inclusive, ele, às vezes, cobrava mais caro para as mulheres, para desestimular elas de irem à boate. Mas elas insistiam, era o espaço que se tinha. Durante muitos anos ele foi o único. [...] Na época, não havia muito casal, assim, e as mulheres partiam para a briga por muito pouco, por um pisar no pé, por um encostão (Leila, 44 anos. In Córdova, 2006 p. 184).

➤ **Dizzy e Shampoo**

A boate Dizzy funcionou durante muitos anos e começou basicamente com uma frequência de universitários, mas foi se direcionando para um público composto de casais e pessoas de mais idade. Assim, o Grupo Dizzy acabou criando a boate Shampoo, voltada para um público mais jovem. Aproveitando o fluxo de turistas na época do carnaval acabaram criando na cidade os “bailes dos enxutos”, famosos no Rio de Janeiro. Estes tiveram curta duração, mas abriram para a possibilidade dos homossexuais frequentarem aquela boate de forma mais explícita, o que ocorreu durante algum tempo.

Ao que Córdova (2006) nos relata a Karla, uma das travestis entrevistadas pelo autor, disse que também participou de concurso de beleza feminina, só que em ambiente público e heterossexual. Teria sido um escândalo a sua escolha como a mais bela pantera da Ilha, na boate Dizzy.

Eu acho que sou a mais conhecida (travesti) de Florianópolis. Fui a primeira a aparecer, a primeira a ganhar seis concursos (de beleza), virar “hour concurs”. Concursos de beleza, concurso gay. Uma vez participei de um concurso e quando descobriram que eu não era mulher, era travesti, deu um tremendo rolo. Foi na Dizzy e o concurso era “A Pantera da Ilha”. (Karla. In Córdova, 2006 p. 273).

➤ **Studio Masmorra**

Em 1984, foi aberta a boate Studio Masmorra, no mesmo local onde funcionou o bar e boate Brasileirinho. Também começou como bar voltado para um público heterossexual, mas logo o espaço foi reapropriado pelos gays e lésbicas. A boate tinha suas paredes pintadas imitando pedras, como numa prisão medieval, uma masmorra. A boate Masmorra funcionava na rua Fernando Machado, no mesmo lugar do pioneiro Brasileirinho.

Nos fundos do casarão foi montado um anfiteatro para montagens de pequenas peças teatrais, às vezes os próprios frequentadores da boate improvisavam a peça, mostrando-se como atores. Havia nesta boate uma presença considerável de punks e darks. Diferentes tribos que se formavam na cidade e que não eram, necessariamente, homossexuais.

Córdova (2006), relata que o Kaká, o proprietário desta boate, disse a Schwinden (2003, p. 17) que “as homossexuais femininas é que geralmente davam mais trabalho com relação à ordem na boate, sendo que, às vezes, era necessário retirá-las”. Segundo ele, os frequentadores da Opium difamavam sua boate, espalhando boatos que ali as pessoas “eram mortas, agredidas ou roubadas”, mas “nunca houve problemas com a polícia, nem mesmo por conta dos tumultos que às vezes se formavam em frente da Masmorra”. Nem Kaká, nem Schwinden explicam que tipo de tumulto eram estes que aconteciam em frente da boate. A boate funcionou até 1989.

➤ **Degrau’s, Banana’s, O Pinga Só Pinga, O Maçã Verde, O Divina Comédia, Bar Havana**

Degrau’s funcionava na esquina da escadaria do Rosário com a rua Vidal Ramos e talvez tenha sido o último bar no centro voltado para os jovens das camadas médias e altas da cidade, que na época já começavam a frequentar a avenida Rubens de Arruda Ramos, a famosa Beira-mar Norte.

O Banana's funcionou por algum tempo na rua Araújo Figueiredo e foi o bar frequentado pela maioria dos atores que trabalharam na montagem local da peça Zumbi dos Palmares, que ficou meses em cartaz no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC). Havia uma confluência de artistas, jornalistas, estudantes e, entre eles, muitos gueis e lésbicas. Segundo Schwinden (2003, p. 27) “era um bar fino, de intelectuais”.

O Pinga só Pinga, como o nome indica, só trabalhava com cachaças e era um pequeno bar de balcão na rua Saldanha Marinho.

O Maçã Verde ficava situado na rua Artista Bitencourt e foi um dos primeiros bares criados para uma clientela homossexual.

O Divina Comédia ficava na rua Padre Miguelinho.

O Havana, bar frequentado principalmente por estudantes e intelectuais de esquerda, funcionava na Saldanha Marinho e durante alguns anos também organizava um carnaval de rua na frente do bar, que configurava, junto com os carnavais da Praça XV e do Roma, o circuito momesco.

➤ **Boate Fulanos & Florianos**

Córdova (2006) relata que o Fulanos & Florianos funcionou na rua Presidente Coutinho e atraía, além dos homossexuais, diferentes tribos, em particular os darks. Uma de suas principais atrações era a existência de um palco, em cima do balcão, onde se realizavam pequenos esquetes, aconteciam shows, ou ainda, onde os presentes poderiam improvisar alguma apresentação

➤ **Marcha Do Orgulho Gay (1999)**

Segundo Córdova (2006)

Em 27 de junho de 1999, os 30 anos do levante de Stonewall foram comemorados com uma carreata pelas ruas do centro da cidade de Florianópolis. Tudo começou às 18h quando cerca de 100 pessoas se concentraram em frente à Boate Chandon, na rua Henrique Valgas, nas proximidades do Terminal Rodoviário Rita Maria, para comemorar o dia do “orgulho gay”. Comandadas pelo transformista Léo Áquilla, as drag-queens capricharam na montaria, produções coloridíssimas e, ao som de hits como It's Raining Man, deram um show, sob fogos de artifício. (Córdova, 2006, p. 192)

A carreata saiu da Boate Chandon, carregando a bandeira do arco-íris, percorreu a avenida Beira-Mar Norte, subiu a avenida Mauro Ramos, entrou pela avenida Hercílio Luz e prosseguiu pela avenida Paulo Fontes até o retorno para a boate. Segundo um dos organizadores a festa foi um sucesso, pois era raro reunir tantas pessoas numa cidade onde ainda é difícil assumir a homossexualidade.

Rosane Godoy que esteve presente nesta “parada” assim a definiu:

Por volta das 19 horas iniciou a passeata comandada por um carro de som, o carro abre-alas onde estava a drag madrinha, Leo Águila, de São Paulo. Na verdade, não foi uma passeata, pois somente os homens que estavam “montados” é que estavam andando. A passeata virou uma carreata, com buzinas tocando e pisca-alerta ligado. [...] A reação do público era diversa. Alguns aplaudiam, buzonavam, mas de maneira geral, todos correram às ruas para ouvir e observar o que estava acontecendo. O que pude observar foi que a participação das mulheres foi mínima. Algumas muito tímidas nos carros. Na verdade, os homens que mostravam suas caras, na rua, estavam “montados” (Godoy, 2001, p. 29).

➤ **Boate Chandon**

A boate Chandon foi inaugurada nos anos 1980, nos altos da rua Felipe Schmidt e durante muito tempo foi considerada a boate da moda. Aos poucos a frequência foi se tornando predominantemente de um público homossexual que, no início dos anos 1990, se sentiu livre para a demonstração de afetos entre si. A boate, então, passou a dominar a cena gay da cidade (Perucchi, 2001). Em agosto de 1998 ela passou para a rua Enrique Valgas, onde contava com diferentes ambientes, com capacidade para aproximadamente 1500 pessoas. Segundo Godoy (2001, p. 33) havia “lugares diferenciados para homens e mulheres”. As mulheres ficavam mais onde o “som” era mais nacional, com muito axé e pagode; os homens preferiam o *techno*. Havia, também, o espaço do tele-paquera com treze cabines, além de locais para jogar sinuca, para vídeos e dark room.

Juliana Perucchi (2001, p. 52), que realizou pesquisa sobre a Chandon, definiu o ambiente de boate como carregando “o paradoxo de ser simultaneamente espaço de proteção e de exclusão”. Para ela:

Neste período, década de 90, outras duas boates existiram na cidade. A já mencionada boate Notre Vie, na Praça XV, com grande presença de travestis e a Ominus, com shows de transformismo, no mesmo local onde a boate Opium funcionou nos anos 80, a escadaria do Rosário. Segundo Silva (2003, p. 52) a Notre Vie funcionou por dois anos, até 94, e a Ominus

durante cinco anos (1993-98). O mesmo público se revezava entre elas nos finais de semana. Juliana Perucchi (2001, p. 52).

➤ **Bar Via 11 Café, Bar Bier Haous – Stylo, Estaleiro Ilha dos Patos e The Pub**

Rosane Godoy (2001) identificou em sua pesquisa, o bar Via 11 Café, situado na rua Trajano. Foi um bar onde era predominante a frequência de mulheres e onde aconteciam shows com cantores locais de MPB. A presença de casais heterossexuais também era grande, segundo a autora. O bar Bier Haus, na rua Anita Garibaldi acabou se transformando no Stylo, de propriedade de uma lésbica. Este fato talvez explique ser o público que frequentava a casa majoritariamente composto por mulheres, o que não quer dizer que os homens fossem excluídos. Eles, em sua maioria, frequentavam primeiro o Estaleiro Ilha dos Patos e depois, quando este fechou, o The Pub.

➤ **Mix Café, Gallileu's e Concorde**

O Mix Café, na rua Menino Deus, foi apontado por um jovem entrevistado de Córdoba (2006) como um lugar mais elitizado.

O povo do Galileu's e da Concorde é o mesmo. Acho que tem um pouco de diferença entre o povo do Mix Café e do Gallileu's e da Concorde. O povo do Mix é mais selecionado, de mais dinheiro. É um povo mais intelectual, mais boyzinhos, filhinhos de papai. Acho que tem essa divisão (Júnior, 18 anos. In Córdoba, 2006 p. 198).

Córdoba (2006) relata que de acordo com Marco Aurélio da Silva (2003), durante o período de seu trabalho de campo – carnaval de 2002 –, havia na cidade as boates Concorde e Transpoort e os bares Mix Café, Gallileu's, Bier Haus e The Pub. Os dois primeiros eram conhecidos como ambientes exclusivos e outros dois eram vistos “como ambientes alternativos, não exclusivamente GLS”. O Mix Café se destacava, pois realizava shows com drag queens vindas de São Paulo, Curitiba e Balneário Camboriú.

Há, portanto, nesta visão, uma separação entre os frequentadores dos bares. O Mix Café foi um bar criado para homossexuais, assim como as saunas Oceano e Hangar, que faziam parte do mesmo grupo de empresas. Apenas um entrevistado falou sobre as saunas.

A minha sauna é Vita Hetero, não vou à Oceano, aquela lá eu não entro mesmo. Não tem jeito de eu entrar naquela sauna, porque acho aquilo um nojo. A sauna já é um nojo, a sauna é suja e aqui é muito limpo. Aqui, o [nome] é um massagista famoso em Florianópolis há anos, é cego. Ele tem

uma tradição de trinta anos na área de massagem e hoje ele tem uma sauna aqui em Campinas [bairro do município de São José], e ela é freqüentada por um monte de gay. Metade é gay, metade é hetero. Só que claro, os heteros sabem que a sauna está cheia de gays, mas eles não ligam. [...] A pegação rola, eu faço pegação lá também. Gosto de fazer uma pegaçãozinha, mas lá não tem cabine, não tem nada disso. Você faz no chuveiro se quiser uma rapidinha, faz no vapor se tiver meio vazio. Mas normalmente se faz um esquema e sai fora. É pena que Florianópolis não tenha umas saunas legais, assim. Geralmente as bichinhas vão à sauna para fazer cena, e sauna não é lugar de concurso de Miss Brasil e nem de maiôs Catalina. Eu acho que sauna é pra fazer sauna ou foder. Agora, tu ir para uma sauna ficar sentado num bar tomando drinque, fumando. Acho um absurdo uma pessoa fumar dentro de uma sauna, fumando e fazendo cena como se tivesse num bar de calçada. Por que vai pra dentro de uma sauna? Vai pra um bar de calçada fazer isso (Ricardo, 46 anos. In Córdova, 2006 p. 199).

➤ Praias

Outros “pedaços” identificados como de sociabilidade para os homossexuais são as praias, especialmente o costão esquerdo da Mole, em frente ao Bar do Deca, e a Galheta. Vencato (2002, p. 28) falou que alguns encontros com a drag Bárbara Davis ocorreram “durante o carnaval de 2001, em que fora contratada pelo Bar do Deca, na Praia Mole, como atração para o público gay que ali se reunia todos os dias”. A Mole assumiu, nos anos 90, o lugar que era da Joaquina nos anos 70 e 80. A praia reúne diferentes tribos da cidade. A Galheta é a única praia da Ilha onde é possível praticar o naturismo, sem ser obrigatório o nudismo, e por ser praticamente deserta, é um local onde se pode namorar mais à vontade.

A associação de moradores da praia do Pântano do Sul, um reduto de veraneio para muitos gueis vindos do Rio Grande do Sul, organizava partidas de futebol, na época do carnaval, entre homens vestidos de mulher. Organizaram um campeonato chamado FutGay (Silva, 2003). Estas aglomerações, no entanto, nem sempre são tão tranquilas. Silva (2003, p. 114) narra que, ao chegar ao Pântano acompanhado de um grupo de drags, no carnaval de 2002, houve “uma recepção não tão agradável por alguns dos participantes da festa, rapazes supostamente ‘heterossexuais’, que diziam: ‘essa é minha’ ou ‘não vai ganhar pro cigarro’, numa alusão à prostituição”.

Na praia da Galheta, no verão, há uma circulação intensa de homens interessados em manter encontros sexuais rápidos com outros homens. Pode e é considerado um ponto de “pegação”. Assim, como o aterro da baía sul, agora já ajardinado e ocupado por diversos aparatos públicos, que povoou a juventude de Ricardo (46 anos) e foi também assinalado por Erdmann (1981). Se os encontros continuam a acontecer por toda aquela área é, entretanto, sob as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo que interligam a ilha ao continente, que os

homossexuais se concentram mais nas madrugadas. Agenor (71 anos) admite, no entanto, que prefere encontrar com os meninos da avenida Hercílio Luz, a sua Broadway.

Após esta breve incursão sobre as pesquisas de Córdova (2006) e de Ferreira (2012), foi possível identificar que as tessituras da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis são inúmeras, diversas e plurais. As dinâmicas que apresentamos brevemente nos deixam um panorama amplo e longe de ser concluído. Nesta pesquisa de mestrado que desenvolvemos, estamos tentando colher mais algumas informações sobre as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ da cidade de Florianópolis. Importante aqui salientar que esse processo é embrionário e que devemos projetar formas de recuperar, preservar e disseminar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ na cidade de Florianópolis. Nos atrevemos então a iniciar uma listagem que servirá de referência para futuros estudos na área de preservação de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Tabela 1 - Lista 1 - Memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis a partir das pesquisas analisadas.

Lugares	• Praça XV de Novembro • Restaurante Miramar • Bar Samburá • Bar Escracho • Rua Felipe Schmidt • Casa de Sucos da rua Álvaro de Carvalho • Boate Escova • Bar Escovinha • Bar Brasileirinho • Bar e Pizzaria Roma • Boate Oppium • Boate Dizzy • Boate Shampoo • Boate Studio Masmorra • Boate Degrau's • Boate Banana's • Bar pinga só pinga • Bar Maça Verde • Bar Divina Comédia
----------------	---

	• Bar Havana • Boate Chandon • Boate Fulanos & Florianos • Boate Mix Café • Boate Gallileu's • Boate Concorde • Bar do Deca • Praia Mole • Praia da Galheta • Bier Haus • Boate The Pub • Boate Transport
Personalidades	• Beto Stodieck
Movimentos Políticos e Sociais	• JUGARA - JUventude GAY de RAtones • ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos • GOZZE • AEGLBT/SC - Associação dos Empreendedores GLBT de Santa Catarina • Instituto Arco-Íris • ONG Estrela Guia • Acontece - Arte e Política LGBTI + • Conselho Municipal de Direitos LGBT • Fórum Setorial de Cultura LGBTQ+ de Florianópolis
Festividades, eventos, manifestações, etc.	• Carnaval do Roma • Concurso Pop Gay • Marcha Do Orgulho Gay (1999) • Paradas da Diversidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

*Muito prazer, eu sou o oitavo pecado capital.
Tente entender, eu sempre fui vista por muitos como o mal.
Não consegue ver, que da sua família eu sou pilar principal.
Possuo você, possuir você.*

*Sua lei me tornou ilegal.
 Me chamaram de suja, louca e sem moral.
 Vão ter que me engolir por bem ou por mal
 Agora que eu atingi escala mundial.
 Navalha debaixo da língua,
 Tô pronta pra briga.
 Navalha debaixo da língua.
 Diaba
 Não sou nova aqui, não te peço licença
 Sua permissão, nunca fez diferença.
 Como toda educação, foda-se sua crença.
 Foda-se sua crença.*

Diaba - Urias

Nesta seção apresentamos os aspectos metodológicos que serão adotados para investigar possibilidades para o campo da organização do conhecimento abordar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, tendo em vista a perspectiva da desclassificação de García Gutiérrez.

O método da pesquisa designa, em linhas gerais, o movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento, em um horizonte de possibilidades sociais (González de Gómez, 2000). Metodologicamente, pretendemos “[...] trabalhar nos limites do conhecimento, realizando conexões entre os espaços e as margens que existem no conhecimento formal, proporcionando forma para uma nova consciência” (Souza; Silva; Alves; Rocha; Melo, 2016, p. 28). Compreendemos que, ao eleger um objeto de estudo socialmente constituído por estratos sociais marginalizados, é necessário nos distanciarmos de formulações metodológicas que, eventualmente, possam promover discursos hegemônicos, excludentes, colonizadores e opressores. Sendo assim, as escolhas metodológicas para esta empreitada também foram selecionadas a partir de uma intenção de decolonialidade, pois é a partir da aplicação crítica de métodos e teorias que poderemos colaborar para a construção e superação de modelos baseados em lógicas dominantes, colonizadoras, opressoras e excludentes.

Nesse sentido, a decolonialidade da pesquisa não se restringe apenas à escolha das metodologias, mas também implica em uma postura reflexiva e crítica em relação ao próprio processo de produção do conhecimento. É necessário reconhecer as hierarquias de poder presentes no campo acadêmico e questionar as narrativas dominantes que têm perpetuado desigualdades e marginalizações. A partir desse olhar crítico, buscamos estabelecer um

diálogo horizontal e inclusivo com os sujeitos envolvidos na pesquisa, na busca por suas vozes e experiências, e criar espaços para a co-construção de saberes que rompam com os paradigmas dominantes. Dessa forma, a decolonialidade metodológica se configura como uma ferramenta essencial para a transformação social e a construção de um conhecimento mais justo, plural e emancipatório.

Nesse contexto, como afirma Santos (2009), a decolonialidade metodológica busca romper com os paradigmas eurocêtricos e coloniais que têm moldado a produção do conhecimento. Esse autor argumenta que é necessário desafiar as estruturas epistemológicas dominantes, que perpetuam formas de opressão e marginalização, e abrir espaço para outras formas de conhecimento e saberes subalternizados. Ao adotarmos uma abordagem metodológica decolonial, estamos empenhados em promover a descolonização do pensamento e a valorização de múltiplas perspectivas, na busca para a construção de uma pesquisa mais inclusiva e socialmente transformadora.

A Ciência da Informação preocupa-se com os fenômenos da informação que interagem na construção de diversas camadas e estratos da realidade social. Dessa forma, a informação como um objeto cultural transita e auxilia nos processos de ações informacionais que interferem nas práticas culturais cotidianas. Consequentemente, dada a proximidade que a CI tem com as áreas das ciências sociais, que lidam com a informação como artefatos ou dimensões da cultura, é importante que trabalhemos também com os aspectos dessas dimensões, ampliando o conjunto de processos metodológicos que prestam amparo aos conhecimentos produzidos e discutidos pelos profissionais e pela própria área da Ciência da Informação.

Conforme afirma González de Gómez (2000, p. 2),

Seja qual for a construção do objeto da Ciência da Informação, ele deve dar conta do que as diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação, numa época em que essa noção ocupa um lugar preferencial em todas as atividades sociais, dado que compõe tanto a definição contemporânea da riqueza quanto na formulação das evidências culturais.

Acredita-se, portanto, que a cultura desempenha um papel fundamental como um conceito que conecta e entrelaça a reflexão e a criação de novos conhecimentos e práticas para redefinir os vínculos entre informação e sociedade. Nesse sentido, é pertinente utilizar abordagens metodológicas vindas das ciências sociais, como da Antropologia, para estabelecer uma aproximação mais profunda entre as áreas e possibilitar novas compreensões dessas relações, que enriquecem o campo de estudo e possibilitam uma análise mais completa

das interações entre informação, cultura e sociedade.

De acordo com Buckland (1997, p. 4, tradução nossa), "A ciência da informação é um campo interdisciplinar que trata do uso eficaz de informações, da tecnologia da informação e das pessoas que lidam com informações." Ao adotar uma abordagem antropológica, é possível explorar as dimensões culturais da informação e entender como as percepções, valores e práticas culturais influenciam a produção, disseminação e uso da informação. A integração dessas perspectivas é crucial para a Ciência da Informação, podendo esta se beneficiar de uma abordagem multidisciplinar para compreender a informação em seus contextos sociais e culturais mais amplos.

Em suma, as citações apresentadas enfatizam a necessidade de considerar a informação em seu contexto social e cultural, e reconhecer a importância da multidisciplinaridade e da colaboração com as ciências humanas e sociais, em particular a Antropologia, para uma compreensão abrangente dos fenômenos informacionais. Essa abordagem ampliada, fortalece a Ciência da Informação ao permitir uma análise mais profunda das relações entre informação, cultura e sociedade, além de contribuir para o desenvolvimento de práticas informacionais mais inclusivas e socialmente relevantes.

Para isso, a perspectiva decolonial tem se mostrado cada vez mais relevante na Ciência da Informação e na organização do conhecimento, desafiando as estruturas e narrativas dominantes que foram estabelecidas sob uma lógica colonial. Conforme Santos (2009) afirma, a decolonialidade é uma matriz crítica que permite descolonizar os saberes, os poderes e os seres. Isso implica em reconhecer e valorizar as vozes e perspectivas marginalizadas, descentralizar o conhecimento e promover uma abordagem mais inclusiva, plural e contextualizada. Ao incorporar a decolonialidade, a Ciência da Informação e a organização do conhecimento podem desafiar as estruturas de poder, descolonizar os sistemas classificatórios e promover uma abertura para diferentes epistemologias e formas de saber. Essa abordagem crítica e reflexiva contribui para uma transformação mais profunda e significativa na produção, organização, disseminação e acesso ao conhecimento, permitindo uma representação mais equitativa e autêntica da diversidade cultural e social.

A pesquisa antropológica, que engloba uma variedade de metodologias, é fundamentada na compreensão holística e contextualizada da realidade social. Como afirma Ingold (2017, p. 223), a abordagem antropológica é

uma investigação generosa, aberta, comparativa e crítica das condições e possibilidades da vida humana no mundo que habitamos. É generosa porque está atenta e responde ao que as outras pessoas fazem e dizem. [...] é aberta

porque não buscamos soluções finais, mas caminhos através dos quais a vida pode se fazer. [...] é comparativa pois estamos conscientes que qualquer caminho que a vida possa ter tomado, ele não é o único. Nenhum caminho é pré-instituído como único, que é “natural”. [...] é crítica porque não podemos estar satisfeitos com as coisas tal como estão.

Ao adotar as metodologias antropológicas, os pesquisadores mergulham no contexto estudado para capturar a complexidade das interações humanas. Conforme destacado por Clifford Geertz, a tarefa do antropólogo é capturar as teias de significado que os indivíduos tecem e, assim, desvendar os padrões culturais que sustentam a vida social (Geertz, 1973). Portanto, as metodologias antropológicas oferecem uma base sólida para a pesquisa social, permitindo uma apreensão ampla e enriquecedora do comportamento humano em seu contexto natural, bem como das interpretações e significados que os indivíduos atribuem às suas experiências.

Com base em uma abordagem qualitativa, procura-se as questões específicas que não podem ser quantificadas, tais como o universo de motivos, de aspirações, de sentimentos, de crenças, de valores e de atitudes. Compreendemos assim, a significância da investigação qualitativa para o estudo das relações sociais, considerando a pluralidade dos universos e estilos de vida. Partimos da noção de construção social das realidades de mundos, interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (Flick, 2009).

De acordo com Denzin e Lincoln (2005), a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o pesquisador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas têm o poder de transformar o mundo, convertendo-o em uma série de representações. Essas interações estão envolvidas no processo de compreender como indivíduos e grupos sociais estão envolvidos na produção de significados, a partir de diferentes perspectivas, a partir de observações nas construções culturais e sociais presentes nos processos interativos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é exploratória e descritiva tendo em vista que buscamos explorar, descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado (Selltiz et al., 1965). Além de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (Figueiredo, 2008, p. 94). Nesta pesquisa, retratada como forma de levantamento de fontes, registros e memórias, buscamos o diálogo com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC para investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, que acolham e diversifiquem os olhares, bem como seja uma construção coletiva de saberes e conhecimentos que desloque

os olhares para as margens, guetos e favelas sociais, culturais e informacionais.

Para tanto, pretendemos estabelecer um diálogo profundo e significativo com os representantes da comunidade LGBTQIAPN+ em Florianópolis-SC, a fim de compreender suas experiências, perspectivas e desafios enfrentados. Através dessas interações, buscamos identificar e valorizar as narrativas individuais e coletivas que compõem a tapeçaria cultural da comunidade LGBTQIAPN+ na cidade.

Ao investigar as possibilidades de organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, nossa intenção é romper com as narrativas dominantes que muitas vezes marginalizam e silenciam essas vozes. Buscamos destacar a importância dessas memórias e patrimônios como elementos fundamentais na construção da identidade e no fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao deslocar o olhar para as margens, guetos e favelas sociais, culturais e informacionais, reconhecemos a necessidade de dar visibilidade a grupos frequentemente negligenciados ou sub-representados. Pretendemos promover um espaço de inclusão e diversidade, onde todas as expressões e perspectivas sejam respeitadas e valorizadas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se propõe a contribuir para a construção de um repertório de saberes e conhecimentos que ampliem a compreensão da história, cultura e lutas da comunidade LGBTQIAPN+ em Florianópolis-SC. Almejamos não apenas registrar, organizar e preservar essas memórias e patrimônios culturais, mas também fomentar um processo de empoderamento e resgate da identidade LGBTQIAPN+, reconhecendo sua importância para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e justa.

Por fim, esperamos que os resultados desta pesquisa possam estabelecer novas perspectivas para organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, bem como, subsidiar ações e políticas públicas que promovam a sua valorização e preservação, assim como o fortalecimento dos direitos e do bem-estar desta comunidade. Ao tornar visíveis essas narrativas e promover a diversidade, aspiramos a uma sociedade mais plural e acolhedora, onde todas as pessoas se sintam representadas e respeitadas em sua singularidade.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, apresentamos as etapas para execução desta pesquisa baseada na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, explicitando, de antemão no quadro abaixo, os objetivos, procedimentos metodológicos e resultados que estão sendo alcançados.

Tabela 2 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS-SC SOB A PERSPECTIVA DA DESCLASSIFICAÇÃO		
Objetivo geral: Investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir da teoria da desclassificação.		
Objetivos Específicos	Procedimentos Metodológicos	Resultados alcançados
Estabelecer um diálogo entre o campo da organização do conhecimento e o campo das memórias, culturas e patrimônios.	Revisão bibliográfica e fundamentação teórica	Seções 2 e 3 - diálogos teóricos e epistemológicos do campo da organização do conhecimento e os campos das memórias, culturas e patrimônios.
Identificar as principais perspectivas da desclassificação a fim de propor possibilidades para organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis – SC.	Revisão bibliográfica e fundamentação teórica	Seção 2 - diálogos teóricos e epistemológicos do campo da organização do conhecimento e a desclassificação
Identificar memórias, culturas e patrimônios que representam a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir de entrevistas com personalidades sociais deste segmento cultural.	Revisão bibliográfica; Entrevistas; Cartografia social e de sentimentos	Seção 4 e 6 - Dados para análise - Coletânea de narrativas, memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC; Criação de listas de patrimônios culturais da comunidade
Tecer algumas premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras para a organização do conhecimento abordar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.	Análise de dados sob a luz da teoria da desclassificação	Seção 7- premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras para sugerir possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Assim, ao adotar os procedimentos metodológicos necessários para obter respostas aos questionamentos que comumente emergem do processo investigativo e atender aos objetivos supracitados pelo pesquisador, pretendemos iniciar esta pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica que, segundo Marconi (2007, p. 71), não é uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras ”para assim, estabelecer um diálogo teórico e epistemológico entre o campo a organização do conhecimento e o campo das memórias, culturas e patrimônios, tendo a perspectiva da desclassificação como insumo para propormos possibilidades para organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.

A coleta de dados por meio de instrumentos possibilita o acesso às informações essenciais para o pesquisador em sua investigação (Silva, 2011). Existem critérios que podem ser utilizados para avaliar a validade desses instrumentos, como mencionado por Deslauriers e Kerisit (2008), observando a capacidade de obter a maior quantidade possível de informações desejadas, a eficiência em termos de rentabilidade, custo e acessibilidade e os compromissos com a ética na condução da pesquisa.

A metodologia adotada incluiu a realização da entrevista como instrumento de coleta de dados. A entrevista foi escolhida devido aos seus atributos e características que a colocam como uma técnica privilegiada de comunicação, conforme apontado por Minayo (2008). Além disso, a entrevista justifica-se essencialmente a partir de três argumentos: o epistemológico, o ético e político, e o metodológico, como destacado por Poupart (2008).

O primeiro argumento, de ordem epistemológica, ressalta que a entrevista permite explorar em profundidade a perspectiva dos indivíduos, contribuindo para uma compreensão das condutas sociais. O segundo argumento, de ordem ética e política, destaca que a entrevista possibilita compreender os dilemas e questões internas que os indivíduos enfrentam. Por fim, o terceiro argumento, de ordem metodológica, enfoca a capacidade da entrevista em fornecer informações que elucidam as realidades sociais.

Araya Umaña (2002) destaca três níveis relacionais que determinam o sentido do discurso gerado a partir da entrevista: o contrato comunicativo, a interação verbal e o universo social de referência. Com base nesses níveis, foram adotados cuidados na elaboração do roteiro de entrevista. Dentre eles, formularam-se objetivos antes da elaboração das questões, procurando evitar questões que produzem representações cognitivas, buscando priorizar aquelas que incitam representações comportamentais ou atitudinais. Também foi evitado o

uso de questões com respostas induzidas e perguntas com o único objetivo de produzir reações emocionais. Além disso, foram elaboradas questões adequadas e compreensíveis para as pessoas entrevistadas, evitando perguntas inadequadas e que não fossem compreendidas em seu enunciado, conforme orientações de Lefèvre e Lefèvre (2005).

A entrevista possui um caráter paradoxal, pois busca obter um discurso pessoal e íntimo, mas ao ser produzida, deixa de ser íntima (Araya Umaña, 2002). Nesse sentido, a cordialidade desempenha um papel relevante, pois é responsável por estabelecer uma inter-relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado (Rosa; Arnoldi, 2008). O entrevistador deve se preparar para o momento da entrevista, bem como preparar o ambiente, o clima e o equipamento necessário. É essencial que o entrevistado se sinta à vontade durante a entrevista, pois apenas assim ele se expressará de forma adequada. Cuidados como escolher o melhor momento, o lugar mais favorável, neutralizar os instrumentos de coleta e demonstrar empatia e interesse pelo que o entrevistado diz são fundamentais para o sucesso da entrevista (Poupart, 2008).

Lefèvre e Lefèvre (2005) ressaltam a importância da apresentação do entrevistador ao entrevistado, mantendo um padrão para que ocorra de maneira consistente com todos os participantes. Além disso, é necessário obter a anuência do entrevistado e apresentar por escrito o termo de consentimento livre e esclarecido. No caso deste estudo, cada entrevistado é considerado único para o conjunto da pesquisa, tornando a perda de um entrevistado uma grande perda para a compreensão do fenômeno em estudo.

Em suma, a entrevista foi utilizada como uma importante ferramenta de coleta de dados nesta pesquisa, que permitiu explorar em profundidade a perspectiva dos indivíduos e compreender as realidades sociais. Foram adotados cuidados metodológicos e éticos para garantir a qualidade das entrevistas, desde a elaboração do roteiro até a preparação do ambiente e do equipamento. O objetivo principal foi estabelecer uma inter-relação de confiança entre o entrevistador e o entrevistado, promovendo um ambiente propício para a produção de discursos significativos e enriquecedores para a investigação realizada.

Desta forma, os instrumentos e métodos de coleta de dados foram precedidos de uma construção de um projeto de entrevistas pré-estruturadas (Apêndice A), realizadas de forma virtual, através do aplicativo *Google Meet*, com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC. As entrevistas foram gravadas e armazenadas no arquivo pessoal do pesquisador. Foi exigido o consentimento dos entrevistados através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Assim também, esta pesquisa foi analisada e autorizada pelo professor orientador, pelo Coordenador do Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC).

Para alcançar o objetivo de identificar as memórias, culturas e patrimônios que representam a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, buscou-se estruturar um grupo diverso formado por personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Assim, as pessoas foram selecionadas, para fazer parte desta amostragem de pesquisa a partir da observação de critérios como: residir em Florianópolis e/ou região metropolitana, pertencer a movimentos sociais LGBTQIAPN+, personalidades sociais da cultura LGBTQIAPN+ e pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC. Amparamos nossa escolha na afirmação de Flick (2009, p. 44): “as amostras devem ser representativas para possibilitar que se relacionem os resultados do estudo da amostra da população”.

Como técnicas para a extração de dados, sejam, estes, estratos de memórias e recordações sobre a cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis, sejam estratificações pertinentes às diretrizes para nortear a organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, foi utilizado a cartografia social, amparada pelas diretrizes da cartografia de sentimentos de Rolnik (2016).

A cartografia social prestará amparo nesta empreitada, visto que nos propomos a “mapear” movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Ou seja, “uma topologia dinâmica, a lugares e movimentos de poder, traça diagramas de poder, expõe as linhas de força, diagrama enfrentamentos, densidades, intensidades” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 47).

Em consonância, Rolnik (1987, p. 23) infere que a cartografia “[...] é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” enunciando a delicada tessitura de uma cartografia que busca observar paisagens psicossociais, políticas e afetivas, neste estudo voltado para a população LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, na busca por construir caminhos para o entendimento dos meios sociais, culturais, políticos e econômicos que interseccionam as vivências LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, a cartografia de sentimentos também prestará amparo para a análise do material coletado. Para isso, “[...] é preciso que ‘o outro deixe de ser um objeto de projeção de imagens preestabelecidas [...] e possa se tornar uma presença viva, com a qual construímos nossos territórios de existência’” (Rolnik, 2016, p. 12). Para se concretizar, aciona-se “uma potência específica do sensível” (Rolnik, 2016, p. 12), ou seja, a percepção do outro enquanto sujeito, humano e não objeto, e isso é fundamental para a construção de uma cartografia de

sentimentos, uma vez que a compreensão do lugar ocupado pelo outro faz com que o pesquisador possa vivificar de forma verossimilhante aquilo que está sendo observado.

A abordagem da cartografia de sentimentos busca compreender as relações entre os sentimentos individuais e coletivos e o ambiente social, revelando as conexões entre a subjetividade e a realidade social (Rolnik, 2016). Essa metodologia reconhece a importância das emoções como expressões políticas, revelando como as estruturas sociais e políticas influenciam as experiências emocionais dos indivíduos (Rolnik, 2016).

Nesse sentido, a metodologia da cartografia de sentimentos destaca a importância de ouvir e validar as vozes dos sujeitos envolvidos, buscando entender suas experiências emocionais em seus próprios termos (Rolnik, 2016). Ao mapear as intensidades emocionais presentes em diferentes contextos sociais, a cartografia de sentimentos revela as dinâmicas emocionais e suas implicações nas relações sociais (Rolnik, 2016). Assim, essa abordagem nos convida a repensar a política e a transformação social a partir das percepções emocionais dos sujeitos, considerando as dimensões afetivas como parte essencial da experiência humana (Rolnik, 2016).

A utilização da cartografia social, aliada à cartografia de sentimentos proposta por Rolnik, enriquece a compreensão da cultura LGBTQIAPN+ em Florianópolis, proporcionando uma análise mais aprofundada das interações sociais, dos aspectos subjetivos e emocionais, e das dinâmicas de poder presentes nas vivências LGBTQIAPN+. Ao aplicar essas metodologias, busca-se não apenas a construção de conhecimento, mas também a valorização das experiências e a promoção da justiça social dentro da comunidade LGBTQIAPN+ em Florianópolis.

Pretende-se então, seguindo este delinear metodológico, ao findar esta pesquisa, vislumbrar algumas possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, tendo em vista a perspectiva a Desclassificação de García Gutiérrez, que introduz o pluralismo lógico e uso da contradição como ferramentas decoloniais e emancipatórias das pessoas sujeitas englobadas por este estudo, na busca por novos percursos epistemográficos de ser e de saber.

5.2 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Data de aprovação: 05 de outubro de 2023. Número do parecer: 6.389.503. Todos os participantes que estiveram envolvidos com os dados da

pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B), autorizando sua participação neste estudo..

6 FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS: IDENTIFICANDO ALGUNS PATRIMÔNIOS CULTURAIS POSSÍVEIS

*Eu não tenho medo dessas suas falas que me cala, que me deseja vala.
 Você nunca me enganou com essa cara de fascista.
 Qual é o problema do casamento entre pessoas do mesmo sexo?
 Machista!
 Na hora de se deliciar é homem com homem, mulher com mulher, travesti virou rotina.
 Na hora de assegurar nossos direitos é CAR-NI-FI-CI-NA.
 Qual é o problema de amar?
 Vocês são a base do ódio a gente não é obrigada a propagar.
 Me deixe pegar na mão, me deixe beijar, me deixe ter meu filho, me deixe celebrar minha união.
 A fome, a miséria, são problemas que precisam de votação para acabar
 O meu amor precisa de respeito e não do seu conservadorismo que querem nos aniquilar
 Cês não gostam de ver travesti amada, de branco entrando para casar com a família emocionada
 Cês gostam de ver sangue, tiro, bala, mãe preta chorando porque seu filho ou sua filha foi esfaqueado
 Mas aqui não!
 A gente não vai deixar passar.
 O amor é coisa pra gente limpa, gente suja até tenta, mas não vai conseguir mos parar.
 Eu vou casar na igreja, na macumba, onde quer que seja
 Mas o amor o nosso povo vai celebrar*

Bixarte

Nesta seção, apresentamos os resultados das entrevistas conduzidas com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, com o objetivo de alcançar as metas delineadas no terceiro objetivo específico desta pesquisa. Pretendemos mergulhar nas memórias e narrativas compartilhadas pelas pessoas entrevistadas para identificar as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Para tanto, buscamos fazer dessa nossa experiência uma ação desclassificadora, por isso, aqui, essa bicha pesquisadora que vos escreve, se coloca como um mediador das culturas, memórias e patrimônios da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis e, consequentemente, abraçamos as pessoas entrevistadas como construtoras deste conhecimento e não apenas como interlocutores. É importante ressaltar que este processo não se encerra aqui, mas representa o primeiro passo na busca por respostas às questões que surgiram ao longo desta investigação.

As entrevistas foram conduzidas de forma remota, via *Google meet*, utilizando uma

pré-estrutura disponível no Apêndice A, durante os meses de outubro a dezembro de 2023. Através dessas entrevistas, realizadas com seis personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, buscamos atingir nossos objetivos. Infelizmente, duas das oito pessoas pré-selecionadas não puderam participar devido a conflitos de agenda.

A seleção dessas oito pessoas considerou critérios descritos na seção de procedimentos metodológicos, como: residir em Florianópolis e/ou região metropolitana, participar de movimentos sociais LGBTQIAPN+, ser personalidade social da cultura LGBTQIAPN+ ou pertencer à comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC. Para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas, conforme orientação do Comitê de Ética da UFSC, optamos por atribuir a eles nomes de oito praias da "Ilha da Magia", as preferidas desta bicha pesquisadora: "Praia Mole", "Galheta", "Joaquina", "Campeche", "Armação", "Matadeiro", "Daniela" e "Ingleses".

Abro um parêntese aqui para agradecer o empenho e dedicação de "Daniela" e "Ingleses" ao se disponibilizarem a contar suas histórias para engrandecer essa pesquisa. Infelizmente, por questões que nos fogem a mão, essas entrevistas não puderam ser realizadas, mas deixo aqui minha eterna gratidão. Seguimos com a certeza de que nossos caminhos irão se cruzar no futuro. Grato!

Ao analisar as entrevistas, pudemos realizar uma pequena análise socioeconômica e cultural das pessoas entrevistadas. Das seis pessoas entrevistadas duas se identificam como homens cisgêneros e gays, um deles se identifica também como bi e pansexual; outras duas se identificam como mulheres trans; uma se identifica como pessoa não-binária; e uma delas se identifica como lésbica e sapatão. Infelizmente, para essa empreitada, pudemos contar apenas com uma pessoa que se autodeclara preta ("Daniela" e "Ingleses" também se autodeclararam pretas, mas infelizmente não puderam se fazer presente, como já mencionado); as cinco demais, se autodeclararam pessoas brancas. Todas as pessoas entrevistadas possuem nível educacional superior, algumas com especialização e outras com mestrado. No geral, as seis entrevistadas são trabalhadoras assalariadas, pertencentes à classe trabalhadora. Algo interessante de observar é que apenas duas pessoas entrevistadas vivem em Florianópolis há mais de 20 anos, as demais, residem na Ilha da Magia desde os anos mais recentes. Isso se dá, talvez, pela característica de Florianópolis em ser uma cidade universitária e turística, o que faz da capital catarinense um lugar de passagens, idas e vindas, como exemplo, menciono a trajetória desta bicha pesquisadora que se mudou para Floripa em 2013, e desde então já morou em outras cidades, mas acaba voltando.

Ao estruturarmos as entrevistas, vislumbramos a possibilidade de desclassificar

patrimônios e memórias da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis a partir de três categorias que melhor serviram para delinear os trajetos e cartografar as respostas obtidas.

Desta forma, a partir daqui convidamos você, caro leitor, a deleitar as nuances e perspectivas das pessoas entrevistadas a partir das memórias e patrimônios categorizados a seguir como: Festividades, eventos, manifestações; Lugares; e Representatividades políticas e sociais (movimentos sociais);

Assim, a coletânea de narrativas, memórias e símbolos patrimoniais da cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis, serão complementadas com materiais (fotos, notícias, redes sociais, etc.) encontradas na exomemória, em pesquisa realizada através do mecanismo de busca do *Google*.

Importante ressaltar que essa pesquisa não tem a intenção de se encerrar aqui. Através dos métodos escolhidos, iremos obter apenas resquícios iniciais de todo esse emaranhado de documentos, sejam eles físicos, digitais e/ou memorialístico, das pessoas entrevistadas. Ainda assim, traremos aqui, uma rica tapeçaria que iniciamos a tecer com as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Vem com a gente que no caminho eu te conto!

6.1 APRESENTANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS

A primeira pessoa entrevistada, referido aqui como "Praia Mole", auto-identifica-se como um homem cisgênero de 43 anos, assumindo as identidades de gay, bissexual, pansexual e branco. Natural do interior de São Paulo, ele reside em Florianópolis há 11 anos, mantendo uma união matrimonial com seu parceiro, denominado "Galheta", há 15 anos. "Praia Mole" desempenha o cargo de diretor executivo no Coletivo Acontece LGBTI+ da cidade.

A trajetória de "Praia Mole" na Ilha da Magia está intrinsecamente ligada às lutas e experiências da comunidade LGBTQIAPN+, tanto local quanto nacional e além. Embora tenha tentado se distanciar do movimento LGBTQIAPN+ em diversas ocasiões, acabou se envolvendo novamente, assumindo, em colaboração com outros indivíduos em Florianópolis, papéis de destaque nos movimentos e na luta pela causa.

"Praia Mole" tem sido notável no contexto cultural, comunitário e nos movimentos sociais, ao desempenhar um papel crucial na configuração da dinâmica socioeconômica e cultural LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Com satisfação, apresentamos nossa segunda pessoa entrevistada, selecionada para

representar a praia da “Galheta” em nosso estudo. Assim, carinhosamente chamada de “Galheta”, essa gay branca de 34 anos, natural do litoral norte de Santa Catarina, encontrou em Florianópolis não apenas um paraíso, mas também um espaço fundamental para sua vivência na cidade.

Reside em Florianópolis há aproximadamente 11 anos ao lado de seu marido, “Praia Mole”, com quem é casado há 15 anos. “Galheta” e seu parceiro desempenham papéis cruciais na cena dos movimentos sociais da cidade, onde concentram esforços na promoção de iniciativas para a população LGBTQIAPN+. Juntos, dedicam-se, com empenho, para contribuir para a igualdade, representação e apoio a essa comunidade diversificada.

“Galheta” e seu marido emergem como figuras importantes não apenas na paisagem de Florianópolis, mas como agentes ativos na construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos. Ao destacarmos suas trajetórias e envolvimento nos movimentos sociais, almejamos oferecer uma perspectiva valiosa sobre a significativa contribuição que “Galheta” e “Praia Mole” têm para a tapeçaria da cultura da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

A entrevista com “Joaquina”, nossa terceira pessoa entrevistada, revela uma narrativa rica e significativa sobre a experiência LGBTQIAPN+ em Florianópolis. “Joaquina”, uma pessoa preta oriunda da Bahia, chegou à cidade em 2009, inicialmente como visitante, mas encontrou em Floripa um lugar que a acolheu de maneira excepcional, segundo “Joaquina”.

Identificando-se como uma pessoa trans, em processo contínuo de autoconhecimento, “Joaquina” destaca a liberdade que sente em expressar sua identidade de gênero de maneira fluida e não categorizada. Para “Joaquina”, a aceitação e acolhimento que encontra em Florianópolis são fundamentais para sua jornada de autodescoberta.

A cidade, segundo “Joaquina”, oferece um ambiente único onde as pessoas podem ser autenticamente quem são, sem medo de julgamentos ou preconceitos. Essa sensação de liberdade e aceitação é vista como um contraste significativo em relação à sua experiência anterior na Bahia, onde enfrentava preconceitos e confusões em relação à sua identidade.

A amizade de longa data entre “Joaquina” e a bicha pesquisadora que vos escreve, adiciona um elemento pessoal à narrativa, que ressalta as vivências compartilhadas no cenário LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Ambas participaram de diversas festas, carnavais, movimentações e encontros na cidade, destacando a riqueza da vida noturna LGBTQIAPN+ local.

“Joaquina”, como uma figura conhecida na comunidade, contribui para a vitalidade e diversidade do ambiente noturno LGBTQIAPN+ em Florianópolis. Seu relato enfatiza não

apenas a importância da cidade como um espaço inclusivo, mas também destaca a continuidade de sua presença, indicando um vínculo forte e duradouro entre a identidade de “Joaquina” e o ambiente acolhedor de Florianópolis.

Na quarta entrevista, destacamos a figura icônica de “Campeche”, uma mulher trans, gaúcha, de 49 anos que fixou residência em Florianópolis em 1998. Sua presença na comunidade LGBTQIAPN+ da cidade é de extrema importância, sendo reconhecida por sua extensa trajetória nas áreas de arte, cultura e movimento social.

Inicialmente chegou na cidade como parte de um grupo de teatro, “Campeche” ganhou destaque como drag queen, tornando-se pioneira em diversos aspectos da cultura drag na região. Sua influência não se limita ao entretenimento, estendendo-se ao engajamento político e social em várias esferas. “Campeche” é nacionalmente reconhecida por suas performances como drag queen e suas contribuições à música, com hits que ecoaram não apenas nas pistas de dança locais, mas em todo o Brasil e além. Sua atuação como apresentadora de rádio e TV, assim como sua longa incumbência como mestre de cerimônias do concurso do Pop Gay por mais de 21 anos, reforça seu papel como referência na comunidade LGBTQIAPN+.

Além de sua destacada carreira artística, “Campeche” assume um papel fundamental como assessora de políticas públicas da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Sua nomeação em abril deste ano é histórica, tornando-a a primeira mulher trans a ocupar tal cargo na prefeitura da cidade. Esse feito marca um avanço significativo para a inclusão e representatividade da comunidade LGBTQIAPN+, nos órgãos governamentais da cidade. A presença marcante de “Campeche” na cultura, na arte e na defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis a coloca como uma figura inestimável. Sua longa trajetória e contribuições abrangentes evidenciam não apenas a importância individual de “Campeche”, mas também ressaltam o papel crucial que as pessoas LGBTQIAPN+ desempenham na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

“Campeche”, uma figura icônica e multifacetada, transcende as fronteiras da cidade e se torna um símbolo de resistência, representatividade e contribuição valiosa para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Sua longa trajetória e as inúmeras contribuições para a cultura, arte e vida social na cidade são aspectos cruciais a serem explorados nesta pesquisa de mestrado.

A quinta entrevista realizada, contou com a colaboração de “Armação”. “Armação”, que utiliza os pronomes ele/dele e ela/dela, compartilhou sua experiência como pessoa não-binária, ressaltando o desafio social que o conceito de gênero representa. Ao longo da entrevista, “Armação” discorreu sobre sua jornada na busca por destruir as barreiras da

binariedade de gênero, e reconhece que esse espaço não a representa verdadeiramente. Sua identidade não-binária tem se revelado fundamental, ao proporcionar uma compreensão mais profunda e autêntica de si mesmo.

A entrevista também abordou a história de “Armação” em parceria com seu marido, casados há sete anos. O casal, engajado na produção cultural, foi impulsionado a criar a Produtora Bapho Cultural, uma iniciativa que teve origem no início de seu relacionamento. Essa empreitada foi motivada pela percepção da ausência de um espaço cultural LGBTQIAPN+ reconhecido na ilha de Florianópolis. Segundo “Armação”, a origem desse projeto durante o OcupaMinC, evento que coincidiu com o período em que o governo Temer (2016-2018) extinguiu o Ministério da Cultura (MinC), em meados de 2016, após o golpe de estado aplicado à então Presidenta Dilma Rousseff. Essa conjuntura levou o casal a se envolverem em movimentos de resistência, contribuindo para o florescimento da cultura LGBTQIAPN+ na cidade.

Natural de Chapecó e aos 27 anos, “Armação” emerge como uma figura central na construção de uma cena cultural LGBTQIAPN+ vibrante em Florianópolis. Sua história pessoal, aliada à sua atuação na produção cultural, destaca a necessidade de reconhecimento e visibilidade para a comunidade LGBTQIAPN+ na cidade. A pesquisa visa explorar esses aspectos, reconhecendo a contribuição de “Armação” e outros ativistas na criação de um espaço inclusivo e diversificado em Florianópolis.

Por último, mas não menos importante, é com imensa satisfação que compartilhamos a experiência de entrevista com “Matadeiro”, nossa sexta pessoa entrevistada, uma figura notável e inspiradora da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Essa personalidade vibrante, natural de Porto Alegre, mudou-se para Florianópolis nos anos 1980, revelou-se uma voz autêntica e fundamental para a compreensão da realidade e lutas enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ na região através dos tempos.

“Matadeiro”, que se identifica como lésbica, sapatão e feminista, desempenha o papel de Coordenadora na Mudiá, - Coletiva de Visibilidade Lésbica em Florianópolis. Sua trajetória é marcada por uma dedicação à causa LGBTQIAPN+, sendo uma bibliotecária documentalista formada pela UFSC. Seu engajamento também se estende ao Sindiprevs/SC, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina, onde atua na defesa dos direitos humanos, direitos trabalhistas e igualdade de gênero. “Matadeiro” não para por aí, atua em diversos seguimentos políticos e sociais na cidade. É uma peça-chave na construção da biblioteca de trabalho e Gênero, fundada em 2011 no Sindiprevs/SC, que abriga um acervo significativo voltado para as questões de gênero,

sexualidade e trabalho. Sua atuação vai além das fronteiras do estado, englobando a representação na Rede Lésbi Brasil e participação ativa na Marcha Mundial das Mulheres.

A importância de “Matadeiro” para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis é indiscutível, sendo ela uma referência não apenas como defensora incansável dos direitos, mas também como protetora da memória e da cultura dessa comunidade. Através desta entrevista, buscamos capturar a profundidade de suas experiências e contribuições, que visa enriquecer a compreensão das dinâmicas sociais e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ na cidade de Florianópolis.

Ao encerrar esta entrevista reveladora com “Matadeiro”, torna-se evidente a magnitude de sua contribuição para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Sua história, marcada por uma transição de Porto Alegre para a capital catarinense nos anos 80, reflete não apenas a sua jornada pessoal, mas também a evolução das lutas e conquistas da comunidade ao longo do tempo. “Matadeiro”, através de seu papel como coordenadora na Coletiva Mudiá, sua atuação no Sindiprevs e seu comprometimento com a construção de uma biblioteca de Gênero, sexualidade e trabalho emerge como uma voz essencial, incansavelmente dedicada aos direitos humanos, igualdade de gênero e visibilidade LGBTQIAPN+. Esta entrevista visa não apenas documentar suas experiências, mas também ressaltar a importância de figuras como “Matadeiro” na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, inspirando futuras gerações a continuar a luta pela diversidade e respeito mútuo.

A realização destas entrevistas proporcionou uma visão rica e multifacetada das experiências e contribuições significativas das personalidades sociais entrevistadas na comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Cada relato, enraizado em trajetórias individuais, evidencia a complexidade e a diversidade que compõem o tecido social dessa comunidade vibrante.

Expresso profundos agradecimentos às pessoas participantes que generosamente compartilharam suas histórias e perspectivas. A colaboração de “Praia Mole”, “Galheta”, “Joaquina”, “Campeche”, “Armação” e “Matadeiro”, enriqueceu sobremaneira esta pesquisa de mestrado. Sua disposição em partilhar experiências pessoais, memórias e engajamento ativo nas causas LGBTQIAPN+ foi fundamental para a construção de um retrato abrangente e autêntico, ainda que fragmentado e incipiente, das contribuições históricas e culturais LGBTQIAPN+ na cidade de Florianópolis.

Além disso, gostaria de expressar minha gratidão pela oportunidade de aprender com essas narrativas envolventes. A generosidade e sinceridade das pessoas entrevistadas não

apenas contribuíram para a compreensão mais profunda das dinâmicas sociais em Florianópolis, mas também enriqueceram meu próprio entendimento sobre a importância da inclusão, representatividade e respeito à diversidade.

Agradeço, também, pela abertura e receptividade demonstradas pelas pessoas participantes ao compartilharem suas vidas, memórias e experiências. Cada entrevista foi uma jornada educativa e enriquecedora, e as vozes dessas personalidades sociais se tornaram valiosas fontes de inspiração e reflexão, bem como, fontes históricas das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo, seja através de apoio logístico, incentivo intelectual ou compreensão paciente. Este trabalho representa uma colaboração coletiva e é dedicado às vozes corajosas que moldam e fortalecem a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Que este estudo contribua, de alguma forma, para o contínuo progresso em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade.

6.2 FESTIVIDADES, EVENTOS E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

6.2.1 Parada LGBTI+ de Florianópolis

Segundo nos contam as personalidades sociais entrevistadas, a Parada LGBTI+ de Florianópolis teve sua origem marcada por uma iniciativa espontânea e um clamor por visibilidade no ano de 2005. Tudo começou quando um grupo de pessoas LGBTQIAPN+ decidiu se reunir para reivindicar seu espaço na sociedade, inicialmente motivados por uma petição para retirar os frequentadores LGBTQIAPN+ que se reuniam em frente a uma lanchonete chamada Bob's, na rua Trajano, no centro de Florianópolis. A proposta inicial era realizar um beijaço como forma de protesto e organização.

Na época, não havia uma ONG específica para representar a comunidade LGBTQIAPN+, nos conta “Campeche”, mas a mobilização ganhou força com a participação de diversos setores da sociedade. Thiago Silva, que trabalhava na prefeitura naquele momento, juntamente com empresários e casas noturnas, como o Mix Café, Concorde e outras, organizados na AEGLBT, estiveram envolvidos nas discussões e na organização do evento, estes últimos assumindo o protagonismo desta empreitada durante muitos anos. O ponto de partida foi a realização de um seminário no teatro da Ubro, reunindo a comunidade LGBTQIAPN+ para debater os rumos da Parada.

A mediação dessas discussões foi realizada por “Campeche” que desempenhou um papel fundamental, coordenando mesas e debates. Essa figura central teve a responsabilidade de conduzir a conversa entre representantes da organização, donos de casas noturnas, o poder público e a população LGBTQIAPN+ presente na plateia. O objetivo era decidir como seria estruturada a primeira Parada LGBTI+ de Florianópolis, que foi marcada para junho de 2006, alias, “Campeche” menciona que a primeira Parada foi a única realizada no mês de junho, a partir da segunda edição, sempre é realizada no mês de setembro.

A Primeira Parada LGBTI+ de Florianópolis foi um sucesso, sendo Florianópolis uma das últimas capitais brasileiras a realizar este evento, reunindo cerca de 30.000 pessoas, apesar de contar apenas com três carros e um palco modesto. As atrações incluíram artistas locais e um apresentador principal vindo de São Paulo.

“Matadeiro” nos dá um testemunho importante sobre a não participação dos movimentos sociais na comissão organizadora das primeiras Paradas LGBTI+, que estava nas mãos dos empresários e poder público de Florianópolis. Isso, porém, não era motivo para que as pessoas de luta estivessem lá exigindo seus espaços

Era uma parada de visibilidade, mas era mais visibilidade de casas, boates, saunas etc e tal. E nós queríamos algo mais de visibilidade, de política, né? Política pública. Contra a violência LGBT, etc. e tal. Então, nessa época como a gente não conseguia estar no planejamento mesmo da parada, nós fazíamos muito o trabalho de chão, não é, com pirulitos, com performance e etc. (“Matadeiro”)

Ao longo dos anos, a Parada LGBTI+ de Florianópolis enfrentou desafios, incluindo um hiato em 2016. No entanto, a Parada foi reformulada e retornou em 2017 com uma nova estrutura, que envolvia a sociedade civil, ONGs e uma comissão organizadora. Em 2017, um incidente significativo ocorreu quando o local original na Beira-Mar Norte foi negado duas semanas antes do evento, resultando na mudança para a Beira-Mar Continental. Apesar dos contratemplos, a parada continuou a atrair uma multidão, com aproximadamente 50.000 participantes. Diante disso, me pergunto, será que tem alguma ligação a saída da Parada LGBTI+ da Beira-Mar Norte para a Beira-Mar continental com a perda do protagonismo de empresários da cidade na organização?

Campeche nos narra essa reformulação da organização da Parada LGBTI+ de Florianópolis

Mas 2016 eu não participei por questões que eu não aceitava a política e tudo mais. E aí deu uma quebra, não totalmente, deu uma quebra e ela voltou em 2017, reformulada com essa formação que existe hoje, porque

antigamente a Parada, era feita pelos empresários, o Tiago Silva e não tinha a sociedade civil. Aí, agora essa nova formação, o Miguel, a Rose, o pessoal do Acontece, e as ONGs que compõem, como se fosse um conselho, então tudo sai em comum acordo.

A questão da mudança de local onde é realizada a Parada LGBTI+ de Florianópolis é algo inquietante e conflituoso. Isso é demonstrado por “Campeche” e “Matadeiro” nas entrevistas

E aí a gente foi pra Beira-Mar Continental e só mudou na Beira-Mar Norte, pra Beira-Mar Continental, duas semanas antes do evento. Então foi uma época em que a gente teve, assim como é que eu vou te dizer? A gente tinha Bloco da Preta fechado, a Skol como patrocinadora, se eu não me engano, os 7 trios elétricos, Preta ia cantar no palco. O hotel, aquele ali, o Magestic apoiando, o Shopping Beira-Mar, tudo. E aí, duas semanas antes, saiu um decreto do prefeito que nenhum evento que fechasse totalmente a Beira-Mar Norte podia ser feito, a não ser o Iron Man. E quando a gente perdeu isso, a gente entrou em pânico, que eram duas semanas. Aí eles deram opções para a gente. Ou a gente ia pra Passarela do Samba. Que não era uma opção para a gente, nunca foi. Até porque não é uma micareta. Ou o Beira-Mar Continental. Aí a gente teve que aceitar a Beira-Mar Continental e mudar. Aí se perdeu a Preta, se perdeu a Skol, se perdeu o Magestic, o Shopping, de 7 trios elétricos ficou com 3 para fazer a Parada, e a Parada, mesmo assim, deu uma base de 50.000 pessoas de novo. (“Campeche”)

Esta situação pode até ser insignificante para quem não conhece a importância política e social deste evento. Para a comunidade LGBTQIAPN+, porém, como “Campeche” menciona, a perda de patrocínios e atrações modificou a dinâmica da Parada. Mas nosso povo é forte e de luta e segue junto. “Matadeiro” nos conta uma outra versão sobre esse episódio

Quando a secretária de justiça de Florianópolis disse que não poderíamos mais fazer na Beira-Mar Norte porque na época ela usou como justificativa que a prefeitura não tinha verba para pagar hora extra para a segurança. Eu acabei saindo porque falei, ‘não, não queremos fazer uma parada de visibilidade nas costas da cidade’, porque daí foi lá para Beira-Mar Continental e fica literalmente de costas para a cidade. (“Matadeiro”)

Por sua vez, “Joaquina” reforma que

A Parada Gay aqui na Beira-Mar (Norte) que era antigamente. Não sei se você chegou a pegar. Ela era de uma força. Ela era totalmente política, parecia que nós víamos realmente, aquela coisa, né? Passou para o lado de lá. Parece que estava querendo esconder mais. (“Joaquina”)

As divergências políticas e os conflitos internos na organização da Parada estão presente nas narrativas das pessoas entrevistadas. Por conta disso, a dinâmica social envolvendo este evento é marcado pelas relações entre ONGs, coletivos e poder público.

“Armação” nos conta sobre sua participação nas Paradas LGBTI+ de Florianópolis

Eu apresentei na parada em 2018 com a Selma Light, né? Fui convidada para estar ali no palco apresentando, e foi a última vez que eu pisei na parada, depois só nesse ano de 2023, porque aí a gente teve algumas discordâncias políticas. A Parada LGBT de Florianópolis enquanto gestão pública, ela estava na mão, né, de partidos de direita, mas também de LGBTs de direita. É algo que me choca assim. (“Armação”)

A última Parada LGBTI+ realizada em Florianópolis, a 16ª edição, reuniu mais de 80 mil pessoas na Beira-Mar continental no dia 10 de setembro de 2023 com o tema “Políticas Públicas por Inteiro e Não pela Metade” com atrações locais e nacionais. Segundo entrevista de Selma Light para jornais locais “A Parada LGBTI+ é um símbolo vital da luta pela igualdade e respeito, proporcionando visibilidade e empoderamento à comunidade. O evento foi histórico e superou todas as expectativas. Resistimos e merecemos os nossos direitos básicos assegurados”.

Apesar do sucesso e do impacto significativo, a história da Parada LGBTI+ de Florianópolis muitas vezes permanece invisível, carecendo de registros adequados. Alguns esforços, como o documentário chamado “Diário de Bordo”, mencionado por “Campeche”, foram realizados para documentar os bastidores e os preparativos do evento, mas a necessidade de mais reconhecimento persiste. Esse Documentários, mencionado por “Campeche” não foi localizado na exomemória digital. A Parada continua a ser um evento crucial na luta pela igualdade e visibilidade da comunidade LGBTI+ em Florianópolis.

As pessoas entrevistadas colorem as ruas e as lutas da Parada LGBTI+ de Florianópolis tanto na organização, quanto na participação dessa luta histórica e de grande representatividade das vidas LGBTQIAPN+ para além de Florianópolis. No mundo todo são realizadas este tipo de manifestações. Muitos autores têm se debruçado sobre os entrelaces das Paradas da Diversidade e muito se questiona sobre o papel político delas.

A pesquisa realizada na exomemória digital, trouxe muitos resultados, porém, em sua maioria, são fragmentados e sem contextualização. Por isso, nos juntamos as vozes de “Campeche”, “Matadeiro” e “Armação” para dizer que precisamos organizar essas memórias e registros para conseguirmos recontar este grande evento para resgatar o passado, animar o presente e lembrar gerações futura. A seguir algumas imagens das Paradas LGBTI+ de Florianópolis encontradas na internet:

Figura 8 – Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição - 2023



Fonte: Floripa LGBT – Foto de Gabriela Ferrarez²⁰

Figura 9 - Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição – 2023. Apresentadora Selma Light



Fonte: G1 - Foto: Edsoul/NSC TV²¹

²⁰ Disponível em: <https://floripa.lgbt/cidadania/parada-lgbti-reune-100-mil-pessoas-e-se-torna-a-maior-da-historia-de-florianopolis/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 10 – Parada LGBTI+ de Florianópolis – 6ª edição - 2011



Fonte: G1 - Foto: Reprodução/RBS TV²²

Figura 11 - Parada LGBTI+ de Florianópolis- Provavelmente de 2011



Fonte: Portal da Ilha - Foto: não identificado²³

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/09/10/parada-lgbti-de-florianopolis-leva-publico-as-ruas-neste-domingo-fotos.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

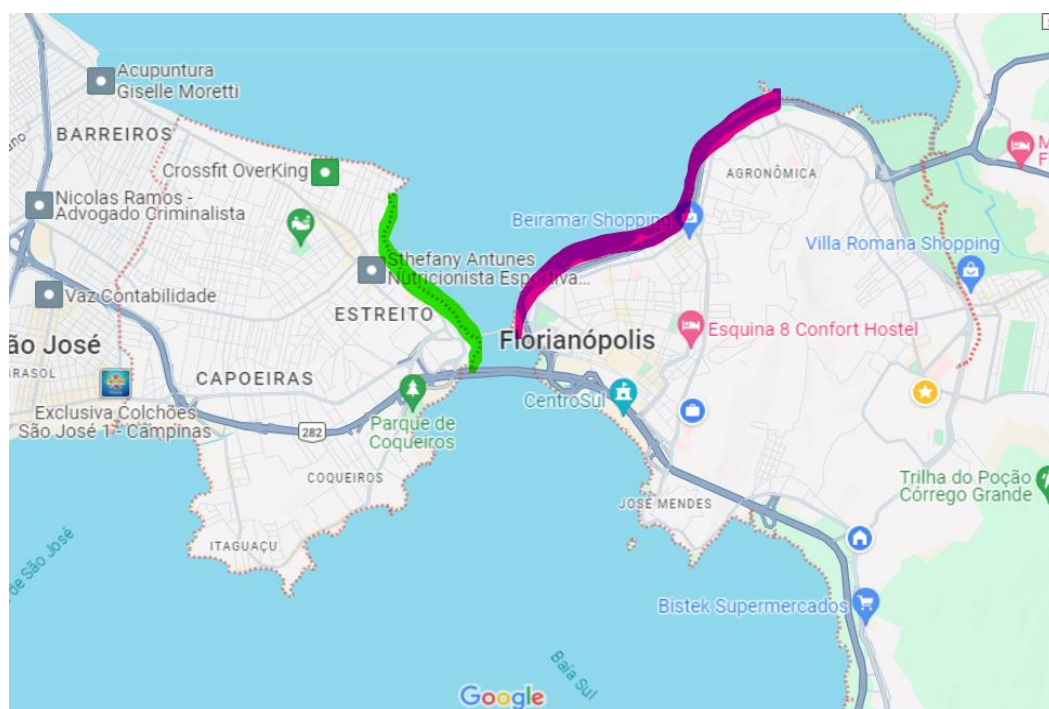
²² Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/09/7-parada-da-diversidade-deve-reunir-150-mil-pessoas-em-florianopolis.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 12 - Parada LGBTI+ de Florianópolis. 16ª edição - 2023



Fonte: PMF – Foto: Divulgação/PMF²⁴

Figura 13 – Mapa do Centro e Parte Continental de Florianópolis – Em destaque Beira-Mar Norte (Roxo) e Beira-Mar Continental (Verde)



Fonte: Google Maps – Edição: Do autor

²³ Disponível em: <https://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=14152>. Acesso em: 11 dez. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/lgbtqi/index.php?pagina=notpagina¬i=26175>. Acesso em 11 dez 2023.

6.2.2 Carnaval do Roma e o Pop Gay

A história do Carnaval do Roma e do Concurso Pop Gay em Florianópolis nos remete aos longínquos anos das décadas de 1970 e 1980. O Carnaval do Roma, uma festa que teve início nas proximidades do Bar do Roma, conhecido por ser um ambiente liberal e receptivo à comunidade LGBTQIAPN+. O Bar do Roma, localizado na Avenida Hercílio Luz, no baixo centro de Florianópolis, foi um ponto de encontro para artistas, jornalistas, estudantes e boêmios, tornando-se o epicentro do Carnaval LGBTQIAPN+. de Florianópolis.

“Armação” nos conta que infelizmente não chegou a vivenciar o Carnaval do Roma mas que sempre ouviu histórias saudosas daquela época.

Todas as trocas que a gente tem com as LGBT 40+, elas nos trazem saudosismo sobre o Carnaval de Roma. Foi um espaço também de acolhimento, de descobertas, de trocas, de apoio mesmo, né? De uma comunidade que estava se articulando enquanto comunidade. Agora, nesses últimos anos foi muito interessante, assim, porque a gente sentava ali na frente da La Kallo Bodega e daí as gatas né, as sapatões, as bichas, travestis mesmo que vivenciaram essa época do Roma, apontavam para a gente, “Ah, ali aconteceu tal coisa”, “ali ficava tal coisa” “lembra que ali montava o palco em cima do córrego”, “ali ficava o bar do Roma”, então era interessante assim, não é? (“Armação”)

O Carnaval do Roma atraía homens, mulheres, pessoas trans e travestis que compartilhavam de uma visibilidade para a população LGBTQIAPN+ de Florianópolis. O ponto alto dos cinco dias de festa era o Concurso Pop Gay, sempre realizado na segunda-feira de Carnaval, para escolher os melhores em duas categorias: *Beauty Queen* (em que concorrem travestis e pessoas trans e outras que primam por roupas mais elegantes) e *Drag Queen* (reunindo drags profissionais e as que surgem apenas no Carnaval, contando também com grupos de *drags* que buscam sátiras e paródias em roupas mais escrachadas). É como se fosse o auge do ritual momesco, para a comunidade LGBTQIAPN+ da época. A história do Pop Gay e do Carnaval do Roma não apenas celebra a festividade, mas também destaca a luta por visibilidade e respeito da comunidade LGBTQIAPN+, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e representativa.

“Matadeiro” relata com apreço e saudosismo para os primeiros Carnavais do Roma e do Concurso Pop Gay que ela vivenciou

Não sei se você sabe aquilo ali, tipo, viver o Carnaval do Roma. Porque o Roma, um Botequinho que tinha na esquina. O dono do bar botava a caixa de som para o lado de fora, tocava marchinha e nós lésbicas, sapatão os

viados, né? As trans, as travestis, principalmente as trans, travestis iam, ali para a frente do Clube 12, porque o baile municipal, inclusive, é onde tinha na época, o concurso de fantasia. A galera ia pra ali para assistir a entrada e saída dessa galera. E também para a gente fugir do Carnaval da Praça XV e do mercado público, que era extremamente perigoso para nós lá nos anos 80 anos 90. (“Matadeiro”)

“Campeche”, chegada em Florianópolis no final dos anos de 1990, conta a magia e a alegria dos eventos de Carnaval que colorem as memórias da comunidade LGBTQIAPN+

Tipo quando cheguei aqui eu deslumbrei com aquilo tudo. Eu não era nem *drag* ainda. Eu ia pra assistir o Pop e eu lembro de ficar deslumbrada assim com aquelas *drags* maravilhosas, aquele palco, que ficava bem na porta do Clube 12. Tá, então assim começava o baile do municipal do 12 e o Pop Gay misturado. Então as pessoas chegavam com aquelas fantasias luxuosas misturado com as *drags* e a comunidade LGBT no Carnaval. Era tudo misturado assim. Era uma coisa muito doida, uma coisa muito surreal assim, e todo mundo convivia de boa, tipo, pra época. Era um acontecimento e eu lembro de me deslumbrar com isso, de achar lindo. (“Campeche”)

Ao longo das décadas, o Carnaval LGBTQIAPN+ de Florianópolis evoluiu, adaptando-se às mudanças na sociedade e no cenário carnavalesco. A festa, que teve início nos arredores do Bar do Roma, manteve sua notoriedade não apenas como celebração, mas como um símbolo de resistência e aceitação.

“Matadeiro” lembra que o Carnaval do Roma, realizado no baixo centro, era diferente do Carnaval realizado na tradicional Praça XV

A gente começava a noite com a marchinha. Que foi assim que começou o Carnaval do Roma, né? Com as marchinhas de Carnaval e terminava com música eletrônica e no meio tinha axé. Então foi aí que iniciou o tal do Pop Gay que na verdade, né, foi as Trans e Travestis que começaram a desfilar na Hercílio Luz aí foi quando o Grando chegou, ele pegou e botou esse palco e botou o role do desfile lá em cima sabe, tirou as Gurias do chão e botou lá para cima. Aí nasceu o Pop Gay sacou? (“Matadeiro”)

O Carnaval do Roma e o Pop Gay em Florianópolis carregam consigo uma história evolutiva, que reflete as mudanças na sociedade e na comunidade LGBTQIAPN+ ao longo dos anos. Inicialmente, o evento surgiu como uma iniciativa de confraternização e reencontro para pessoas LGBTQIAPN+. Um momento especial onde bichas, sapatões, viados, pessoas trans e travestis se encontravam uma vez por ano. No entanto, ao longo do tempo, as características e o propósito do evento foram se transformando. “Campeche” conta que “A prefeitura tomou esse evento como dela e deu a estrutura que a gente começou a ter. Tipo de ter um grande palco, atrações nacionais e tudo mais”.

Antigamente, o Carnaval do Roma era um espaço comum a todos, localizado no baixo

centro da cidade, na Avenida Hercílio Luz, aos arredores do Bar do Roma, uma área que reunia os redutos da comunidade LGBTQIAPN+. Era um lugar de celebração, de encontro e de expressão livre da diversidade. O Carnaval do Roma deixou de ser realizado pela prefeitura em 2008, assim, conforme a narrativa evoluíam, a observação de que os redutos LGBTQIAPN+ do Carnaval de Florianópolis ainda persistem, mas em outras áreas, como as ruas Hercílio Luz, Victor Meirelles, Nunes Machado, João Pinto, Tiradentes, indicando uma mudança geográfica dos espaços de expressão LGBTQIAPN+ na cidade.

Quando se trata da fundação do Carnaval do Roma, o nome de Roberto Kessler surge como uma figura central. Este jornalista, lamentavelmente falecido, desempenhou um papel crucial nos primórdios do Pop Gay. Ele e Luiza Gutierrez, ambos jornalistas, introduziram pela primeira vez o Pop Gay no então Carnaval do Roma, com Roberto vestido como Drag Queen e Luiza como um Drag King. O evento começou de maneira modesta na frente do Roma, com caixotes improvisados para brincadeiras e a seleção das melhores fantasias. Segundo “Campeche”

Ele começou na frente do Roma com os caixotes onde eles subiam e faziam a brincadeira no meio do povo, escolhendo as melhores fantasias. E quem apresentou a primeira vez, o Pop Gay, segundo me contaram, foi o Roberto e a Luiza Gutierrez. Ele, vestido de drag, de mulher e ela vestida de homem como, tipo um drag King que eram os 2 jornalistas, né? Os 2 eram jornalistas e tal e fizeram esse trabalho. Olhe e dali o Pop cresceu muito rápido, né? (“Campeche”)

O Pop Gay de Florianópolis é um fenômeno vibrante e único, uma manifestação artística e cultural que ganhou destaque ao longo dos anos. Ao abordar esse movimento, é desafiador encontrar informações ou relatos que revelem as histórias por trás do Pop Gay, resultando em narrativas fragmentadas, muitas vezes baseada em relatos orais. “Campeche”, que desempenha o papel de apresentadora do Pop Gay desde 2003 conta que

Quando eu assumi, o próprio Roberto já tinha morrido, né? Aí a Vogue, que era *drag* da época, que era *drag* bam bam bam da cidade. Então, a Vogue foi apresentadora do Pop, só que a Vogue ela não era tão boa como apresentadora. E aí a prefeitura precisava que tivesse uma apresentadora, alguém para apresentar esse evento. E aí eles me chamaram porque eles gostavam da minha apresentação. Então eu entrei já com essa responsabilidade. Eu participei uma única vez no Pop Gay como candidata, não tirei nem pro café. E já no ano seguinte, eu já entrei como Estrela apresentadora. Nunca mais saí. Desde 2003. (“Campeche”)

Após a mudança do Pop Gay de seu local original na Hercílio Luz, uma série de transformações impactou a essência do evento. Inicialmente, o Carnaval do Roma era um ponto de encontro para a comunidade LGBTQIAPN+ durante as festividades. O baile

municipal de Carnaval do Clube 12, que incluía o concurso de fantasias, era uma atração. Este local oferecia uma opção mais segura em comparação ao Carnaval na Praça XV do mercado público, que era perigoso para a comunidade LGBTQIAPN+. nas décadas de 80 e 90.

“Matadeiro” nos conta que nos anos 90, o prefeito Grando, de orientação política de esquerda, reconheceu a importância da comunidade LGBTQIAPN+ e criou um espaço no Carnaval do Roma. Este espaço, inicialmente equipado com caixas de som para tocar marchinhas, caracterizava-se pela mistura de gêneros musicais, com destaque para o axé e a música eletrônica na parte do baixo centro, enquanto o pagode predominava na parte do alto centro. A década de 1990 foi crucial, com a formalização do Concurso Pop Gay pela Prefeitura de Florianópolis, incorporando-o ao calendário oficial do Carnaval. A premiação, inicialmente liderada pelo jornalista Roberto Kessler, tornou-se uma tradição respeitada, oferecendo reconhecimento e visibilidade para as melhores performances de *Drag e Beauty Queen*, realizada até os dias atuais.

A mudança para a Praça Tancredo Neves em 2009 marcou uma nova fase na história do Pop Gay, proporcionando uma estrutura maior para os foliões. A crescente presença de simpatizantes, turistas e moradores reflete não apenas a importância do evento para a comunidade LGBTQIAPN+, mas também sua capacidade de atrair um público diversificado, que vê no Pop Gay uma expressão única da cultura carnavalesca de Florianópolis. Essas mudanças foram significativas para a representatividade do Pop Gay como um evento cultural e popular para a comunidade LGBTQIAPN+

O pop foi pra praça Tancredo Neves aí. Em lugar fechado. Eu mesmo acho que foi uma ou 2 vezes. Não fui mais porque era ridículo. Não podia levar nada para dentro, era, sabe, revistar, uma coisa muito vexante para mim. Aí você queria um Carnaval de rua, mas era um Carnaval fechado, que só podia entrar e consumir lá dentro. Então você não podia levar seu coolerzinho. Não podia mais fazer aquele rolê, né? Aí pra mim já meio que acabou, né? (“Matadeiro”)

A entrevistada, “Matadeiro”, integrante do movimento de lésbicas e mulheres, expressa uma perspectiva crítica em relação à evolução do evento. Ela ressalta que o Pop Gay perdeu sua essência original, que consistia em uma autêntica confraternização. Atualmente, o Pop Gay parece ter se transformado em algo mais orientado para turistas, afastando-se da comunidade LGBTQIAPN+ local. A observação de que o evento agora ocorre "dentro de grades" e exige consumo interno indica uma alteração na dinâmica do espaço, tornando-o menos acessível e democrático em comparação ao que era antes.

A transformação do Carnaval do Roma e do Pop Gay em Florianópolis, conforme

observado por “Matadeiro”, suscita questionamentos sobre a gentrificação de espaços destinados à comunidade LGBTQIAPN+. A mudança geográfica dos redutos para áreas mais centrais e turísticas pode indicar uma busca por visibilidade e aceitação, mas também levanta preocupações acerca da perda de autenticidade e conexão com a comunidade LGBTQIAPN+ local.

A trajetória do Pop Gay é um testemunho da resiliência da comunidade LGBTQIAPN+ diante dos desafios. As mudanças na gestão do evento e as transformações na sua estrutura não apagam a importância do Pop Gay como um marco na história da comunidade LGBTQIAPN+ em Florianópolis. O evento continua a ser uma oportunidade de celebração, expressão e resistência, lembrando a todos da diversidade e da luta contínua por inclusão e respeito.

Ao olharmos para o passado do Carnaval do Roma e do Pop Gay em Florianópolis, podemos reconhecer a importância desses eventos na construção da identidade e na representação da comunidade LGBTQIAPN+. A história desses momentos de celebração, embora marcada por transformações, desafios e críticas, permanece como parte integrante do tecido cultural LGBTQIAPN+ da região.

Saudosamente e com entusiasmo, “Campeche” relata que

Eu peguei todas as fases do Pop Gay, eu peguei o auge do Pop, que o pessoal chama o auge do Pop, que era a época de ouro do Pop na Hercílio Luz, era muito legal. O Carnaval LGBT era ali, era oficial ali, então não tinha internet. No começo a gente divulgava com flyer, era impresso, juntava um grupo de *drags*, contratada das casas noturnas e fazia a ação entregando o flyer com os go go boys de roller no meio do povo. (“Campeche”)

O Concurso Pop Gay destaca-se como uma tradição consolidada na segunda-feira de Carnaval, chegando à sua 28ª edição em 2023. A competição elege as melhores Drag e Beauty Queen, incentivando os performers a expressarem sua arte ao máximo. A competição é uma reverência à história construída pelo Pop Gay ao longo dos anos, buscando um futuro cada vez mais representativo.

À medida que o Pop Gay retorna com força total em 2023, após o hiato causado pela pandemia de COVID-19, ele não apenas celebra a alegria do Carnaval, mas também reafirma a importância da diversidade, da expressão artística e do orgulho LGBTQIAPN+. O saudoso Carnaval do Roma e o Pop Gay continuam a ser faróis de luz, guiando o caminho para uma sociedade mais tolerante e aberta, onde todos são livres para expressar sua verdadeira essência, especialmente durante os dias de folia na encantadora Ilha da Magia.

Seguindo as mudanças históricas e sociais destes eventos importantes para a cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis, “Armação” nos conta que no ano de 2023 foi contratada pela AMBEV para fazer um *rebranding* do Pop Gay, renomeando o evento como Pop Day, porém, segundo “Armação”, houve resistência por parte das pessoas mais antigas na cena

A gente foi convidada esse ano para participar, um convite de contrato via Ambev, né, a Ambev nos chama para fazer um *rebranding* do Pop Gay. E aí, em diálogo com a comunidade, enquanto pesquisadoras, enquanto profissionais, enfim, a gente traz o POP DAY. E aí, a galera mais antiga do Pop Gay, achou isso um desaforo (“Armação”)

Após esta breve incursão, em diálogo com as pessoas entrevistadas, foi possível observar a importância do Carnaval do Roma e do Pop Gay para a cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis, sendo estes eventos importantes patrimônios imateriais da comunidade. O resgate da memória e da história se faz necessário, uma vez que é possível reavivarmos estes eventos como parte constituinte da tapeçaria cultural LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Alguns registros fotográficos encontrados na internet:

Figura 14 – Carnaval do Roma – Sem data



Fonte: ND+ - Foto: Arquivo Carlos Damião²⁵

²⁵ Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-o-carnaval-mudou-viva-o-carnaval/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 15 – Carnaval do Roma – Drag Vogue Star – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015²⁶

Figura 16 - Carnaval do Roma – cross-dressing - Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

²⁶ Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2545>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 17 - Carnaval do Roma – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 18 - Carnaval do Roma – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 19 - Carnaval do Roma – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 20 – Concurso Pop Gay – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 21 – Concurso Pop Gay – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 22 - Concurso Pop Gay – Sem data



Fonte: Roma: ascensão e queda de um império do Carnaval – Silva, 2015

Figura 23 - Concurso Pop Gay - Vencedora de 2015 – Electra - categoria Drag Queen



Fonte: Wikipedia – Foto: não identificado²⁷

Figura 24 - Concurso Pop Gay - Vencedora de 2015 – Fabrícia Ferreira -categoria Beauty Queen



Fonte: Wikipedia – Foto: não identificado

²⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaval_de_Florian%C3%B3polis. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 25 - Concurso Pop Gay - 2012



Fonte: Portal da Ilha – Foto: Paulo Luis Cordeiro²⁸

Figura 26 - Concurso Pop Gay - 2012



Fonte: Portal da Ilha – Foto: Paulo Luis Cordeiro

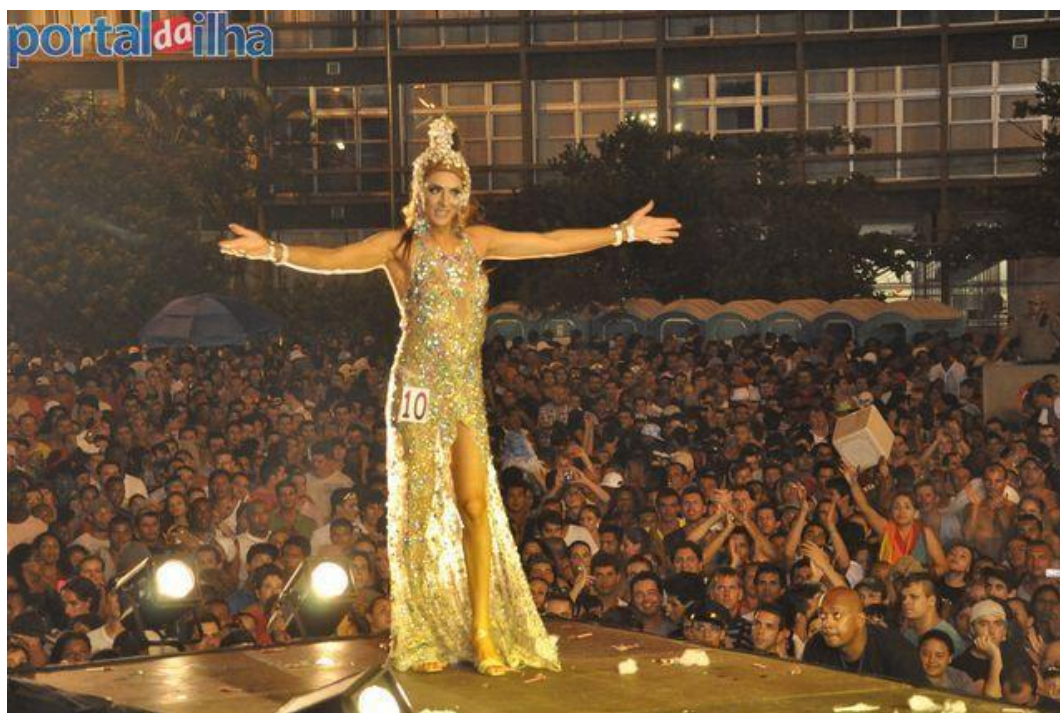
²⁸ Disponível em: <https://www.portaldailha.com.br/eventos/visualiza.php?id=92&pagina=1>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 27 - Concurso Pop Gay - 2012



Fonte: Portal da Ilha – Foto: Paulo Luis Cordeiro

Figura 28 - Concurso Pop Gay - 2012



Fonte: Portal da Ilha – Foto: Paulo Luis Cordeiro

Figura 29 - Concurso Pop Gay - 2013



Fonte: G1 – Foto: Otávio Anacleto/Divulgação²⁹

Figura 30 – Concurso Pop Gay – Carla Camuratti – Embaixadora - 2016



Fonte: G1 – Foto: Reprodução/RBS TV³⁰

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/02/pop-gay-escolhe-rainhas-glb-t-do-carnaval-em-florianopolis.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 31 – Concurso Pop Gay – Electra – Vencedora categoria Drag Queen - 2014



Fonte: G1 – Foto: Otávio Anacleto/Divulgação³¹

Figura 32 - Concurso Pop Gay – Fabrícia Ferreira – categoria Beauty Queen - 2014



Fonte: G1 – Foto: Otávio Anacleto/Divulgação

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/carnaval/2016/noticia/2016/02/pop-gay-reune-mais-de-30-mil-no-centro-de-florianopolis.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/carnaval/2014/noticia/2014/03/diversao-extravagancia-e-brilho-marcam-pop-gay-em-florianopolis.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 33 – Concurso Pop Gay – Rayalla Moon - 2014



Fonte: G1 – Foto: Mariana de Ávila/G1

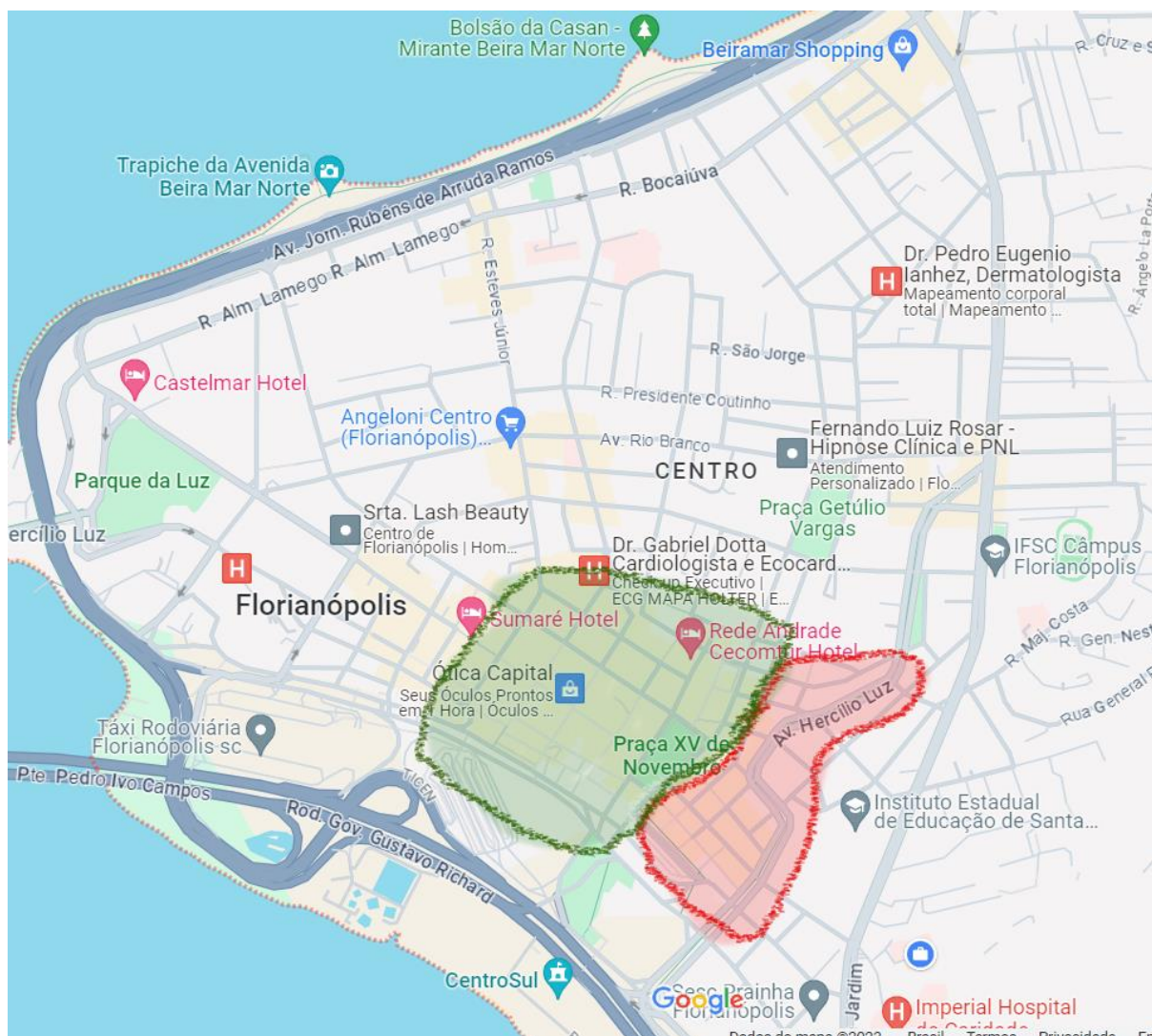
Figura 34 – Concurso Pop Gay - 2020



Fonte: NSCtotal – Foto: Lucas Moço³²

³² Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pop-gay-conheca-as-vencedoras-da-27a-edicao-do-concurso>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 35 - Mapa do Centro de Florianópolis



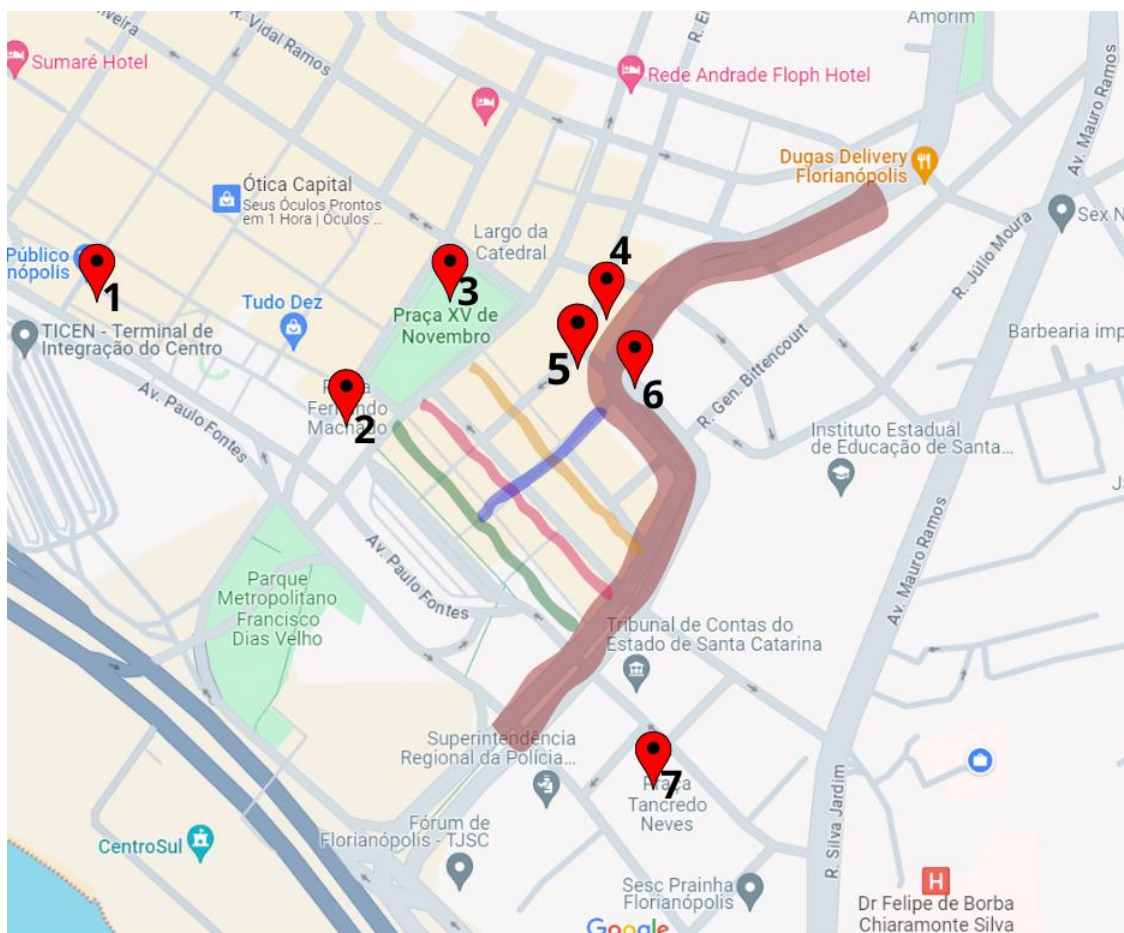
Fonte: Google Maps – Edição: do autor

Legenda:

Área em verde: Alto Centro de Florianópolis

Área em Vermelho: Baixo Centro de Florianópolis

Figura 36 – Mapa do Centro de Florianópolis



Fonte: Google Maps – Edição: do autor

Legenda:

- 1 – Mercado Público de Florianópolis
- 2 – Praça Fernando Machado
- 3 – Praça XV de Novembro
- 4 – La Kallo Bodega
- 5 – Bar do Roma
- 6 – Clube 12 de Agosto
- 7 – Praça Tancredo Neves

Cor Verde – Calçadão João Pinto

Cor Rosa – Rua Tiradentes

Cor Laranja – Rua Victor Meirelles

Cor Azul – Rua Nunes Machado

Cor Lilas – Avenida Hercílio Luz

6.2.3 Diversa – Feira Cultural LGBTI+ de Florianópolis

No passado mais recente, é possível identificarmos algumas festividades, eventos e manifestações sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis passíveis de resgates históricos e memorialística. “Praia mole” e “Campeche” mencionam, em suas entrevistas, a realização da Feira Diversa. A Diversa – Feira Cultural LGBTI+ de Florianópolis celebrou sua 5ª edição no feriado de 7 de setembro de 2023, tornando-se um dos eventos mais aguardados na capital catarinense. Organizado pelo Coletivo Acontece Arte e Política LGBTI+, uma entidade comprometida com a promoção dos Direitos Humanos e da cidadania da comunidade LGBTQIAPN+, a feira é uma celebração única, que antecede como evento Pré-Parada LGBTI+ de Florianópolis.

O cenário escolhido para o evento é a Escadaria do Rosário, local icônico no coração do Centro de Florianópolis, onde a diversidade cultural, o talento artístico e as oportunidades de negócios para a população LGBTQIAPN+ são exaltados.

Desde 2015, a Diversa tem desempenhado um papel fundamental ao apresentar a produção criativa e artística de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas. A feira visa promover a cultura dessas identidades, concentrando-se em sua afirmação, visibilidade e protagonismo social e político.

A programação da 5ª edição da Diversa foi recheada de atrações, incluindo shows musicais, performances de Drag Queens, apresentações teatrais e uma empolgante competição de talentos. Mais de 15 marcas participaram como expositores, oferecendo uma variedade de produtos artesanais, proporcionando aos visitantes uma autêntica experiência de compras.

Destaque especial é dado às vencedoras das categorias de artistas e *drags*, assim como cantoras e cantores, que tiveram a oportunidade de se apresentar no Palco da 16ª Parada do Orgulho LGBTI+ de Florianópolis. As segundas e terceiras colocadas nessas categorias tiveram seu momento no trio da parada. A organização prioriza a seleção de artistas locais, contribuindo para a valorização da cena cultural LGBTQIAPN+ de Florianópolis e da Grande Florianópolis.

“Praia Mole” nos relata que

Um dos nossos pontos altos, do ápice da Feira Diversa é a competição, né? A competição de Drags que concorrem a participar da Parada. A última edição foi bem babado e ela vem crescendo. Além de Drags, começa a ter muita necessidade de pessoas que cantam, né? LGBT. Então a gente criou os 2 concursos, a Rainha Diversa que é da Drag. E a Voz Diversa, que

também tem algumas Drags, mas isso é focado em quem quer cantar mesmo, ao vivo. Os segundos e terceiros lugares se apresenta no trio da Parada e o primeiro lugar se apresenta no palco. Então, isso também é uma forma de reconhecimento dessa arte, é um incentivo para que as pessoas possam estar ali. (“Praia Mole”)

A gastronomia também esteve em destaque, atendendo a diversos gostos e garantindo que os frequentadores possam saciar seu apetite enquanto desfrutam do evento. A Diversa não é apenas uma feira cultural, mas um espaço inclusivo que busca integrar, fortalecer e dar voz à comunidade LGBTQIAPN+.

A Diversa – Feira Cultural LGBTI+ não é apenas um evento, mas uma afirmação de identidade, uma plataforma para o desenvolvimento artístico e empreendedor da comunidade LGBTQIPN+. Além de oferecer um dia de entretenimento de qualidade, a feira busca romper barreiras no mercado de trabalho, proporcionando oportunidades e negócios para uma população muitas vezes marginalizada.

A realização e produção da Diversa são frutos da parceria entre a Acontece Arte e Política LGBTI+, a Assessora de Políticas Públicas LGBTQIAP+ de Florianópolis e a Prefeitura Municipal de Florianópolis. O evento conta também com o apoio da Parada e Mês do Orgulho LGBTI+ de Florianópolis, Conselho Municipal dos Direitos LGBTI+ de Florianópolis, Casa Frisson, Cubo Soluções, Gapa Santa Catarina, Gandaia Produtora Floripa, Guerrilha Produtora e Bapho Cultural.

Ao promover e divulgar a potência cultural e econômica da comunidade LGBTI+, a Feira Diversa se consolida como um dos maiores eventos culturais da cidade, proporcionando não apenas um dia de celebração, mas contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Alguns registros da Feira Diversa:

Figura 37 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Jessica Michels³³

Figura 38 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Jessica Michels

³³ Disponível em: <https://acontecelgbi.org/diversa/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 39 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



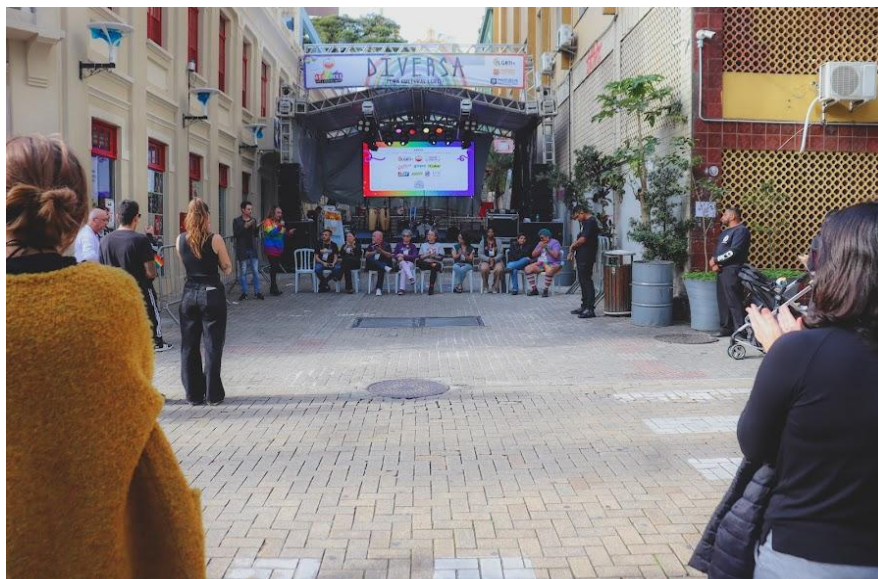
Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Jessica Michels

Figura 40 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Pedro Ambrósio

Figura 41 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



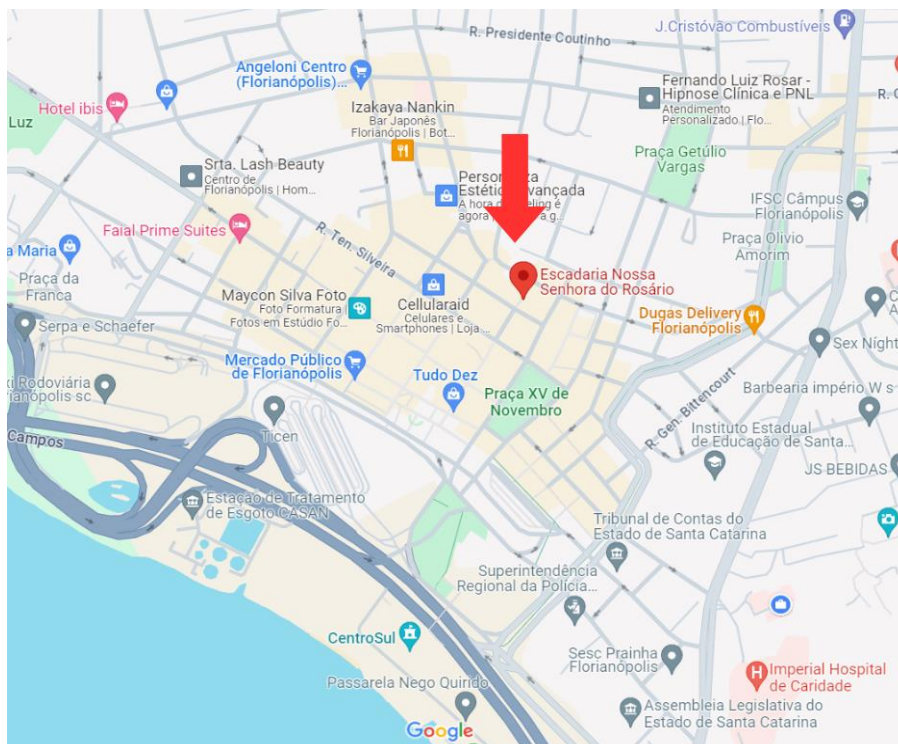
Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Pedro Ambrósio

Figura 42 – Diversa – Feira Cultural LGBTI+ - 2023



Fonte: Acontece Arte e Política LGBTI+ - Foto: Pedro Ambrósio

Figura 43 – Escadaria do Rosário - Florianópolis



Fonte: Google Maps – Edição: do autor

6.2.4 Transforma - Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina

A Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina se destaca como a principal vitrine para a divulgação e fomento de conteúdos audiovisuais LGBTQIAPN+ no sul do Brasil. Realizado em Florianópolis, o festival se tornou uma referência importante ao abordar temáticas relacionadas à diversidade sexual, de gênero e à cultura LGBTQIAPN+. A importância desse festival transcende seu papel como uma simples mostra de cinema, transformando-se em um espaço vital para expressão, celebração e discussão das diversas identidades presentes na comunidade. Segundo “Armação”, “A gente produz a transforma, que é o principal festival de cinema diversidade do sul do Brasil e os principais do país. Também é um festival que é internacional”

Florianópolis, conhecida por sua diversidade cultural, encontra na Transforma um veículo essencial para a amplificação das vozes LGBTQIAPN+. Além disso, ao oferecer uma programação abrangente que vai além das projeções cinematográficas, a Transforma se firma como um ponto de encontro para diálogos profundos e construtivos.

A competição, que concede o "Troféu Unicórnio de Ouro" aos vencedores, é avaliada por uma comissão de especialistas e pelo público participante. Essa premiação não apenas

reconhece e premia talentos, mas também destaca a importância de contar histórias que refletem as diversas facetas da comunidade LGBTQIAPN+. Ao permitir que cineastas locais, nacionais e internacionais compartilhem suas visões e narrativas, o festival contribui para a criação de um mosaico representativo da experiência LGBTQIAPN+.

A Transforma é produzida pela BAPHO Cultural em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). É a única mostra de cinema LGBTQIAPN+ em atividade no Sul do país, e desde a sua primeira edição em 2018, já recebeu mais de 500 curtas-metragens de todas as regiões do Brasil e do exterior.

Além da programação principal, a Transforma oferece o TransforME Mercado Cinema LGBT+, buscando potencializar o debate e a realização de filmes por pessoas LGBTQIAPN+. Com uma programação gratuita entre os dias 22 e 28 de novembro de 2023, o Centro Integrado de Cultura (CIC) sediou a V Transforma - Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina. Mais de 100 filmes nacionais e estrangeiros, entre curtas e longas-metragens, foram exibidos gratuitamente, acompanhados de atividades paralelas como painéis temáticos, oficinas formativas, apresentações culturais e uma feira de artes.

Em resumo, a Transforma não é apenas um festival de cinema, é um catalisador de mudanças, uma celebração da diversidade e um espaço vital para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Ao criar uma atmosfera de inclusão e respeito, a Transforma contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais igualitária e compreensiva.

A seguir alguns registros da Transforma:

Figura 44 – V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado³⁴

Figura 45 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado

³⁴ Disponível em: <https://www.festivaltransforma.com.br/>. Acesso em: 11 dez. 2023

Figura 46 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado

Figura 47 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado

Figura 48 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado

Figura 49 - V Transforma – Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina - 2023



Fonte: Festival Transforma – Foto: não localizado

6.2.5 Cuir Fest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+

O CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ em Florianópolis é um evento pulsante que desempenha um papel significativo na cena cultural LGBTQIAPN+ local. Inspirado nas Viradas Culturais, este festival é uma celebração orgulhosa da rica diversidade da comunidade LGBTQIAPN+. Realizado na Escadaria do Rosário, o evento transforma o centro de Florianópolis em um autêntico palco de inclusão e expressão.

O CuirFest reflete o compromisso da comunidade em criar um espaço onde todos possam se expressar livremente, compartilhar suas histórias e celebrar a diversidade. Além de proporcionar entretenimento, o evento atua como um catalisador para discussões cruciais sobre a igualdade de direitos e a importância de construir uma sociedade mais inclusiva.

Em sua primeira edição, que ocorreu em junho de 2023, o CuirFest recebeu o patrocínio da Simple Organic, uma marca brasileira de cosméticos comprometida com ingredientes orgânicos, veganos, naturais e *cruelty-free*. O festival apresentou uma programação diversificada, incluindo shows, exposições, projeções, feira e atividades infantis em três palcos distintos, oferecendo uma experiência completa para todas as idades e gostos.

O Palco Simple Organic foi o destaque, onde ocorreu apresentações artistas renomados da cena local, como Lirous K'YO, Jehnny Glow, Rizzih, Julie Rios, Rohma, Jesus Lumma e DJ Aug, colocando a música e a performance no centro das atenções. O Palco FairyLand foi dedicado ao público infantil, oonde foi proporcionado contação de histórias, apresentações teatrais e oficinas divertidas. A Casa Frisson abrigou a Feira de Empreendedores LGBTQIAPN+ e uma exposição de artistas LGBTQIAPN+, além de uma sessão especial da Mostra Transforma de Cinema.

O CuirFest não apenas ofereceu entretenimento de alta qualidade, mas também destacou a importância de ampliar o debate sobre políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+, visando uma maior qualidade de vida e a redução da violência. As pessoas organizadoras, Arthur Gomes e Thomas Dadam, enfatizaram o evento como um espaço de valorização, reconhecimento, acolhimento e divulgação da Cultura Queer produzida na Grande Florianópolis.

A programação diversificada do CuirFest, que incluiu desde shows musicais até oficinas temáticas, proporcionou algo para todos os gostos e idades. A inclusão de apresentações de Vogue, Drag e discotecagens acrescentou uma dimensão única ao evento, oferecendo uma experiência completa e envolvente para os participantes.

A escolha cuidadosa dos patrocinadores, como Simple Organic, FairyLand Bakery e Cervejaria Nefasta, evidencia uma abordagem consciente ao envolver marcas que compartilham valores de inclusão e respeito. Essas parcerias não apenas contribuíram financeiramente para o evento, mas também colaboraram para a criação de experiências autênticas e envolventes para o público.

A presença de órgãos governamentais, como a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Assessoria da Pessoa LGBTQIA+, indica um reconhecimento institucional da importância do evento. A colaboração entre a organização do CuirFest e essas entidades destaca a necessidade de apoio institucional contínuo para iniciativas que promovam a inclusão e a diversidade.

Além disso, a parceria com outras organizações locais, como Guerrilha Produtora, Gapa, Mudiá – Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa e Acontece – Arte e Política LGTQI+, destaca a importância do trabalho colaborativo na construção de eventos de grande escala. Essas parcerias fortalecem a rede de apoio e solidariedade dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Figura 50 – Mosaico de atrações artísticas do I CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: BeFreeMag ³⁵

³⁵ Disponível em: <https://befreemag.com.br/cuir-fest-festival-de-cultura-lgbtqiapn-acontece-em-florianopolis/>. Acesso em: 11 dez. 2023

Figura 51 – 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: Instagram Bapho Cultural - Foto: Jessica Michels³⁶

Figura 52 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: Instagram Bapho Cultural - Foto: Jessica Michels

³⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ct9ODrOrwnU/?img_index=1. Acesso em: 11 dez. 2023.

Figura 53 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: Instagram Bapho Cultural - Foto: Jessica Michels

Figura 54 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: Instagram Bapho Cultural - Foto: Jessica Michels

Figura 55 - 1º CuirFest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+ - 2023



Fonte: Instagram Bapho Cultural - Foto: Jessica Michels

6.3 LUGARES

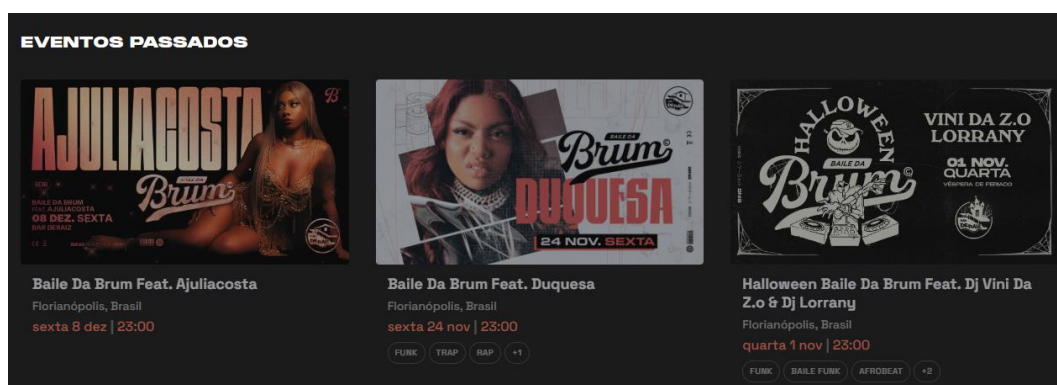
6.3.1 Baile da Brum

Criado em 2019, por Bárbara Brum, também conhecida como DJ Brum, uma artista e produtora originária do interior de São Paulo, atualmente residente em Florianópolis, o Baile da Brum conquistou reconhecimento, respeito e admiração do público ao longo dos anos. O objetivo inicial do evento era impulsionar a cultura dos DJ's e produtores musicais da música periférica preta em todo o Brasil.

Desde sua primeira edição, o Baile tem experimentado sucesso contínuo, prometendo um futuro brilhante. Realizando edições em diversos locais do Brasil, com residência em Florianópolis, o evento já apresentou alguns dos maiores nomes e novos talentos do cenário musical atual, abrange não apenas os microfones, mas também a produção musical e os DJ Sets.

Para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis o Baile da Brum é conhecido e respeitado pelo ritmo do Funk vindo das periferias e com enfoque especial para o protagonismo da comunidade negra local e nacional. “Joaquina” destaca o Baile da Brum como um local inclusivo e respeitoso para a diversidade.

Figura 56 – Eventos já realizados pelo Baile da Brum



Fonte: ShotGun³⁷

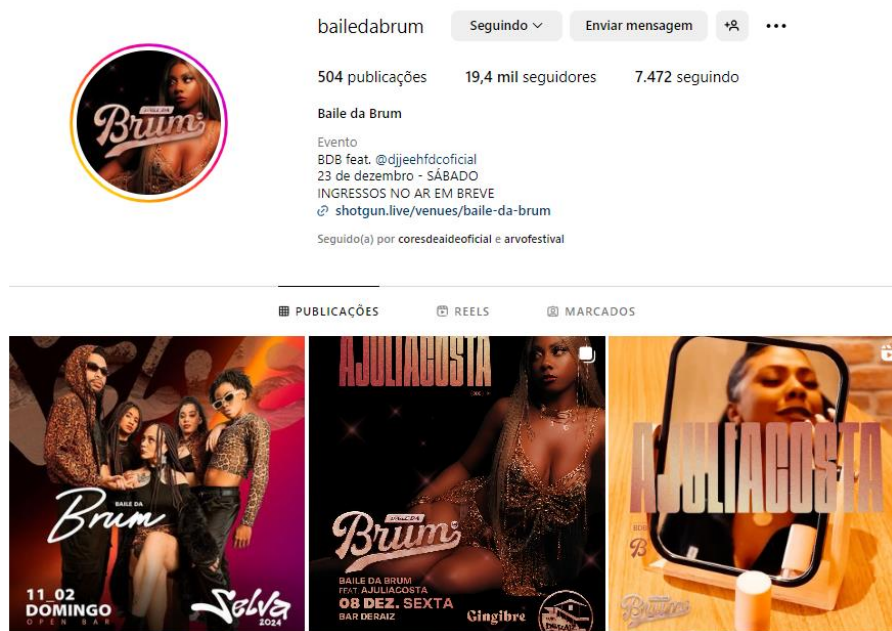
Figura 57 – Baile da Brum



Fonte: ShotGun

³⁷ Disponível em: <https://shotgun.live/pt-br/venues/baile-da-brum>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 58 – Print do Perfil do Instagram do Baile da Brum



Fonte: Instagram Baile da Brum³⁸

Figura 59 – Baile da Brum - 2022



Fonte: Instagram Baile da Brum

³⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/bailedabrum/>. Acesso em: 12 dez. 2023

6.3.2 Festa Slut Rave

A Slut Rave de Florianópolis surge como uma proposta ousada e inovadora em meio à cena eletrônica consolidada de Santa Catarina. Nascida em 2022, pelas mãos criativas e pela demanda pessoal de Thiago Alvino, também conhecido como Virgo Devil, a festa propõe uma experiência única e desvinculada das normas culturais enraizadas na cidade.

A Slut Rave se destaca por proporcionar acesso, diversidade e, acima de tudo, diversão. A essência do evento vai além dos estilos convencionais, abrangendo do *techno* e *trance* ao *hard house* e *dance*. O termo "rave" é justificado pelos estilos mais acelerados, enquanto o termo "slut" incorpora referências que expressam a personalidade dos organizadores, na busca pela liberdade e expressão sexual sem ser uma festa de teor sexual.

É importante ressaltar que, apesar do nome, a Slut Rave não é uma festa sexual, mas sim um espaço que promove a liberdade e a segurança na expressão individual, seja na pista de dança ou na vida cotidiana.

Para a nossa entrevistada, “Joaquina”, a Slut Rave é uma festa que celebra a diversidade, tornando-se um espaço de acolhimento, troca e experimentação de vivências de gêneros e sexualidades. Segundo “Joaquina”

Então, as Slut Rave ela hoje é, digo assim, é realmente uma festa redirecionada para um público gay. É um produto LGBTQIA+. Onde a gente se sente realmente segura. O que você já começa que a pessoa que faz é o Tiago Alvino. Uma pessoa preta e Gay. Ele a toda a equipe também é formada por pessoas trans, pessoas pretas. Daí você diz assim, “nossas, eu já tenho realmente umas pessoas onde eu vou me identificar onde se é totalmente o meu público”, e daí você sente até mais seguro e o jeito que ele fala, o discurso e tudo mais é muito direcionado mesmo assim. (“Joaquina”)

A Slut Rave também é umas das festas pioneiras onde pessoas Trans, PCDs, Pessoas Pretas, e outras minorias conseguem garantir seu ingresso de graça. Essa iniciativa tem como objetivo garantir o acesso democrático a todos nos eventos babadeiros desta festa.

“Joaquina” reforça que as listas *Free* são inclusivas e nos conta que

Funciona muito, porque assim a gente sabe que não, que muita dela não tem condição de estar pagando o ingresso, que às vezes é caro, mas tem dinheiro para poder ir, gente, se a gente já diminuindo essa questão da pessoa não ter que pagar o ingresso, mas ter o dinheiro de você chegar no local. Maravilhoso. A gente escolhe o ingresso que a gente tem que comprar. Então aí algumas pessoas até questiona, mas assim, não, não, não é questão disso. A pessoa tem vulnerabilidade social, a pessoa. Realmente ela não tem condições de arcar com o todo, mas pelo menos ela consiga pela metade e ter acesso à cultura, né? É, é essencial. (“Joaquina”)

Alguns registros da Slut Rave

Figura 60 – Festa Slut Rave - 2023



Fonte: Instagram Slut Rave³⁹

Figura 61 – Festa Slut Rave - 2023



Fonte: Instagram Slut Rave

³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/slut.rave/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 62 – Festa Slut Rave - 2023



Fonte: Instagram Slut Rave

Figura 63 – Festa Slut Rave - 2023



Fonte: Instagram Slut Rave

6.3.3 Boate Oppium

A boate Oppium, ao que tudo indica, foi a primeira boate assumidamente gay em Florianópolis. Foi inaugurada no ano de 1980 e animou a comunidade LGBTQIAPN+ até o ano de 1985. Considerada um ícone da vida noturna LGBTQIAPN+ de Florianópolis, a boate Oppium foi palco de vivências e experiências da comunidade na ilha da magia. Localizada na rua Trajano, esquina da Escadaria do Rosário.

A Boate Oppium é mencionada por “Campeche” e “Matedeiro” nas entrevistas que realizamos. “Matadeiro” conta que “A Oppium era famosíssima, inclusive, foi na Oppium que eu conheci a Elke Maravilha.”

Em nossas pesquisas, foi possível localizar um perfil no *Facebook* ⁴⁰ direcionado para a famosa Boate Oppium. Neste perfil foi encontrado alguns *posts* e muitas fotos, que serão reproduzidas aqui. Não foi possível identificar a pessoa responsável por este perfil. Mas já deixamos um agradecimento para esta incrível pessoa que resolveu compartilhar um pouco desta história.

Em um *post* de 2018, foi compartilhado imagens com a legenda “Os glamurosos Carnavais de 1981 a 1984....Só Celebridades!!”

Figura 64 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

⁴⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/p/Oppium-100066751117545/?paipv=0&eav=Afbj-mI2sLXI3urmOO31pUeGsOFc4letTkdrnzhUO58OeB6SJra3TUjD1O3adlgc&_rdr. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 65 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 66 – Boate Oppium – Elke Maravilha em destaque



Fonte: Facebook Oppium

Outra postagem de 2018 com a legenda “Celebidades no 3 Gala Gay”

Figura 67 – Boate Oppium – Gala Gay



Fonte: Facebook Oppium

A pessoa anônima, dona deste perfil escreve que

1984.... Tudo começou em 1980 Dez anos depois 1994, veio o famigerado Pop Gay...a pergunta que não quer calar.... Quem foi o precursor ROUBADO pela municipalidade? Dr. Airton Oliveira presidente da Santur bancou o palco sim iluminação e esses 20 out door causando um grande furor na cidade....e lá fomos nós para a Escadaria reinar....até q a prefeitura resolveu roubar a nossa atividade e o resultado todos aqui sabem....PIORIAS AO LONGO DOS ANOS!! (Postagem no perfil do *Facebook Oppium*)

Ao que parece, há uma influência do Gala Gay na criação do atual Pop Gay. Isso é algo, para nós, que precisa ser pesquisado com mais profundidade.

A foto a seguir, é uma foto de um outdoor que ao que tudo indica era um dos exemplares dos mais de 100 outdoor's espalhados pelo litoral de Santa Catarina. A Legenda desta foto é “100 out door por todo o litoral de Santa Catarina”

Figura 68 – Boate Oppium – Outdoor - 1984



Fonte: Facebook Oppium

Outra imagem que surge no perfil, com a legenda “Valdir Silva no Gala Gay 1983”

Figura 69 – Boate Oppium – Gaça Gay - 1983



Fonte: Facebook Oppium

Relembrando o filme Priscila Rainha do Deserto, icônico filme LGBTQIAPN+ dos anos 1990, foi compartilhado no perfil, em 2016, a foto com a seguinte legenda: Com produção de Rhae Ferreira. Priscila Rainha Do Deserto, lançamento em 1990. eu, ciro, e moa, amo muito tudo isto”

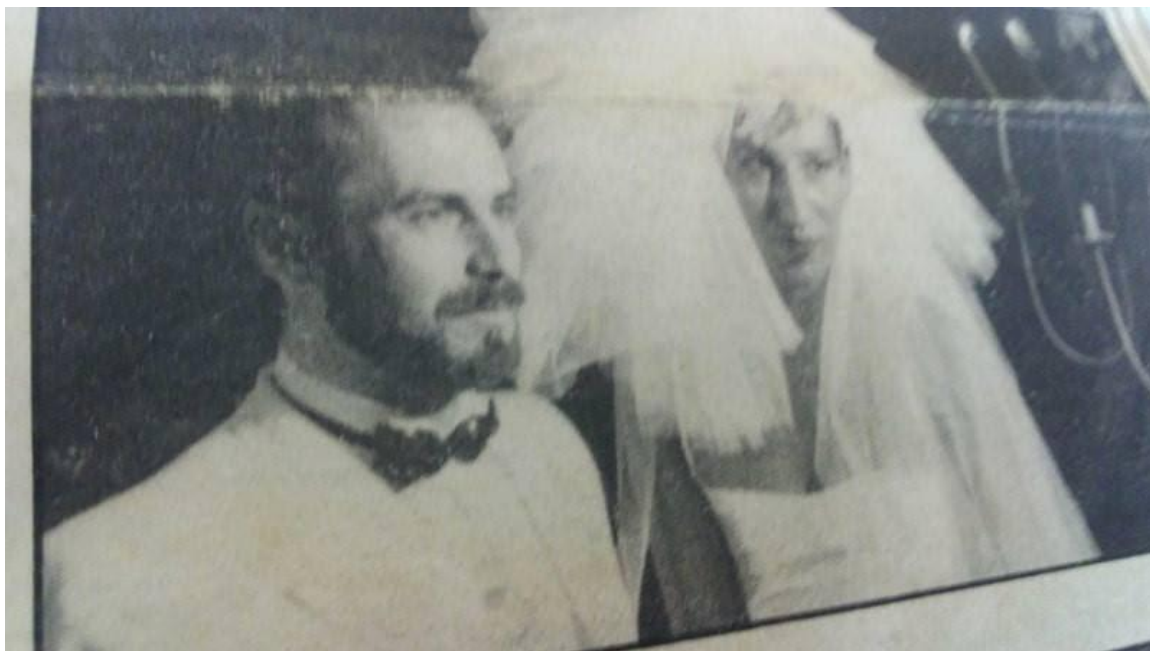
Figura 70 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

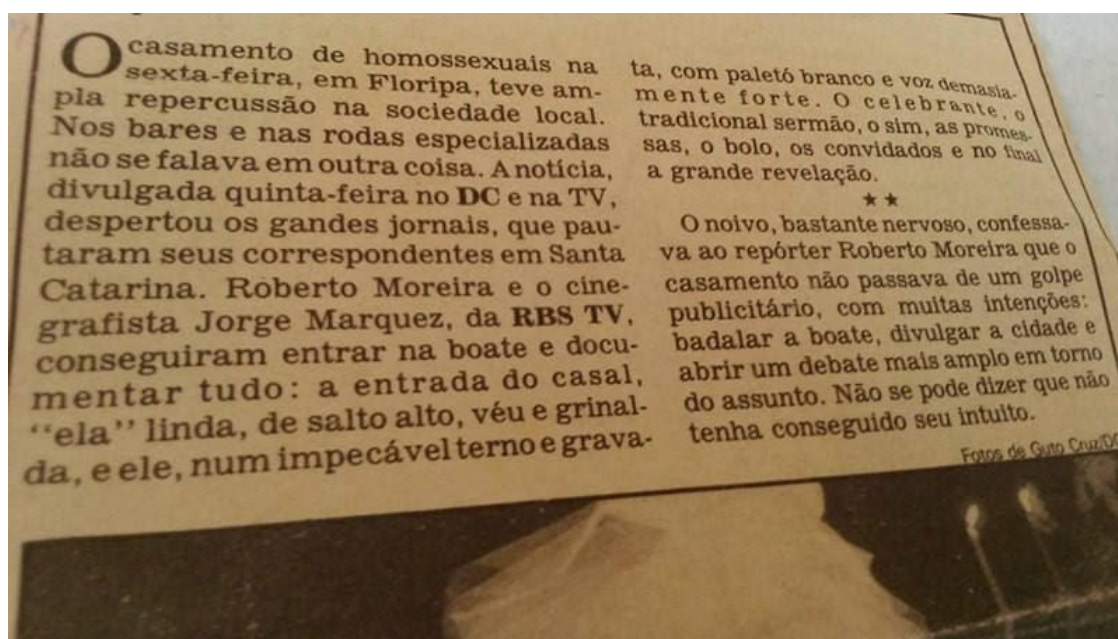
Outro post, datado de 2016, conta a história de um casamento gay que seria realizado na Boate Oppium. A legenda diz “1986...A lendária boate Oppium que reinou absoluta em Florianópolis de 1980 a 1995 na Escadaria do Rosário, primeira Casa Noturna Oficialmente Gay, foi reservada para a realização do casamento de um casal homossexual. A notícia vazou na mídia e os noivos desistiram....Os amigos Vilmar Costa e Ciro Brilhante abraçaram a causa e fizeram lindo com repercussão internacional....na noite do evento, diversas agências internacionais enviaram seus correspondentes e a mídia local não fez por menos.”

Figura 71 – Boate Oppium - Casamento



Fonte: Facebook Oppium

Figura 72 – Boate Oppium - Casamento



Fonte: Facebook Oppium

Figura 73 – Boate Oppium - Casamento



Fonte: Facebook Oppium

Fotos sob a legenda: "Sempre as melhores festas de floripa a ilha sempre mágica. e Ricardo Medeiros o melhor anfitrião. obrigado, querido, para sempre bjo"

Figura 74 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 75 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 76 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 77 – Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 78 - Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Mais fotos sob a legenda: “Tantos carnavais, gala gay, concursos de rainha do Carnaval, sempre na oppium AMOOOO”

Figura 79 - Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 80 - Boate Oppium



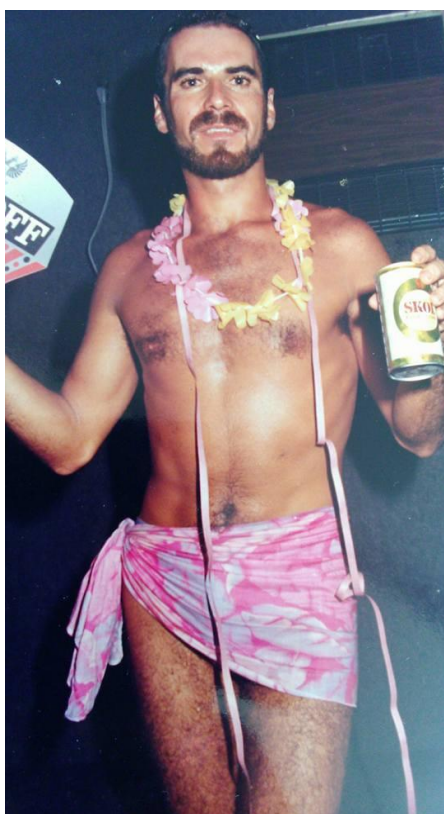
Fonte: Facebook Oppium

Figura 81 - Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 82 - Boate Oppium



Fonte: Facebook Oppium

Figura 83 - Boate *Oppium*

Fonte: Facebook Oppium

Ao que tudo indica, essas imagens retomam as noites do glamoroso Gala Gay de Florianópolis, realizado nas décadas de 1980 e 1990.

6.3.4 Boate Chandon

A boate Chandon em Florianópolis teve várias versões. Inicialmente inaugurada nos anos de 1980, era uma boate direcionada ao público hétero, inclusive, em pesquisas na internet, é possível encontrar diversas fotos, vídeos e notícias que mencionam a boate nesta época. Porém, para a comunidade LGBTQIAPN+ ela teve duas versões, conforme nos afirma “Campeche”. Uma na Rua Felipe Schimit e depois mudou-se para a frente da estação rodoviária Rita Maria.

“Campeche”, uma frequentadora assídua da boate Chandon, nos conta que “Se a Chandon reabrisse hoje, com certeza eu seria a primeira da fila. Era maravilhoso”. O entusiasmo e saudosismo de Campeche deixa claro o quanto essa boate foi representativa para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Deixamos aqui o relato de “Campeche”, com detalhes sobre a boate.

Você entrava numa pista que tocava música nacional, pagode e tudo mais. Que já era estranho, porque não se ouvia música brasileira em boate. E aí, subindo nessa pista tinha uma mesa de sinuca e dentro da salinha, da mesa de sinuca, passava assim pro lado, entrava e tinha um karaokê. E era socado de gente. Aí você descia, voltava para pista pequena, você entrava e jurava

que só tinha ali aí. Tinha uma porta assim, que você abria e era incrível. Tinha uma escadaria, que subia e era redondo, que a gente chamava de Titanic, cercado de espelhos, lá em cima o piso era vazado, era só um vidro transparente. As bicha dançava e ficava vendo as calcinhas e olhando no espelho, assim embaixo, era a pista gigantesca. Embaixo desse mezanino, tinha o palco de teatro. Ao lado do palco, entrando do lado. Se você seguisse reto dava num *darkroom* gigantesco, tinha um sofá. Se você subisse a escada em vez de entrar, era uma sala de vídeo gigantesca, cheia de sofá e um projetor com vídeo pornô que ficava passando.

Isso, prum lado. Pro lado de lá, você subia nesse mesmo mezanino e tinha umas gaiolas no meio e tinha umas estruturas de ferro em cima, de cabo de aço, onde em algumas festas, os gogo Boys desciam de cabeça para baixo, pendurados, até o palco, no meio do povo. Tinha um telão gigantesco num lado assim, onde ficava passando videoclipe da época, né? Em projeção, porque na época não tinha internet. Do outro lado, tinha umas mesinhas onde tinha vários telefones, onde você sentava e cada mesa tinha um número, aí era telefone de mãos, aí, você via aí, digamos, eu estava na cabine 2 e você estava lá 6. Eu discava 6 e falava com você “está sozinho? E aí? Vamos conversar?” E ligava só um LED, em cima de você. Assim, né? Tipo um Tinder da época.

E o show de lá era muito legal, porque assim sempre tinha um show de *drag* nacional. Marcia Pantera vinha, Gretchen vinha, o Edson Cordeiro e vinha, a Léo Aquila vinha para estreiar show aqui, a Nany People vinha fazer show, estreia show aqui e assim era quase faz toda a semana, então a gente se matava. Os réveillons deles era fora do comum, instalavam uma fonte no meio da boate, com um champanhe Chandon. Onde você bebia da fonte e daí a gente saía de lá louca, entendeu? Riquíssima. E funcionava com o sistema de pontos. Você ia e ganhava uma coisinha para ir marcando os pontos. Aí você ganhava os pontinhos. Tipo sexta-feira era 20 pontos, domingo era 10 pontos e aí sábado 30 pontos. E aí você ia somando os pontos até bater, tipo, 400 pontos, assim a gente entrava de graça na boate, entendeu? E assim, a bicha penosa, eu era uma delas. A gente ficava na fila, “pelo amor de Deus, você tem 20 pontos pra mim”. Eu arrumei um namorado por causa dos pontos. Era réveillon e eu não tinha pontos. Eu queria entrar. Queria entrar de graça no réveillon e faltavam pontos e eu fiquei na fila toda arrumada. A bicha toda de branco se achando e perguntando, “alguém tem ponto para somar comigo? Alguém tem ponto para somar comigo?” Aí, o menino chegou pra mim, olha assim, “eu tenho os 20 pontos que te falta, mas só se você ficar comigo essa noite.” falei “então tá”, eu me vendi por 20 pontos para entrar na boate. Tudo para entrar na boate, tomar champanhe na fonte que aí nós bebíamos na fonte, entendeu e ficava loouca. Lógico que aquilo ali era uma sidra bagaceira que eles diziam que era Chandon.

Infelizmente, não foi localizado mais informações sobre a boate Chandon em sua fase LGBTQIAPN+.

6.3.5 Praia Mole, Praia da Galheta e Bar do Deca

Antes de iniciarmos essa subseção, é importante ressaltar que as menções de Praia mole e Praia da Galheta, aqui, difere-se dos codinomes relacionados às pessoas entrevistadas.

Praia Mole é uma praia de mar aberto de Florianópolis. Fica no leste da Ilha de Santa Catarina, próxima à Lagoa da Conceição. Com uma extensão de 960 metros, a faixa de areia tem uma largura média de 10 a 75 m. É muito utilizada para a prática de surf e esportes radicais, como o salto de parapente, devido às suas condições geográficas. A Mole é famosa por ser uma das praias mais naturais da ilha, com poucas construções ao redor. Seu nome é devido à areia solta e macia. É uma das praias mais conhecidas de Floripa. Há bares por toda a orla, alguns têm música ao vivo. É também um conhecido point LGBTQIAPN+.

A Praia da Galheta é a única praia da Ilha de Santa Catarina reservada especialmente para o naturismo. Totalmente virgem, é semideserta e está abrigada no Parque Natural Municipal da Galheta, sendo uma área de preservação permanente. O acesso à praia se dá somente por duas trilhas. Uma delas com saída pela costa norte da Praia Mole, que corresponde a 600 metros, e outra pela Praia da Barra da Lagoa, um caminho mais difícil e longo.

Protegida por um morro que a mantém isolada da estrada, a Galheta é frequentada por naturistas desde a década de 70, sendo que a prática não é obrigatória. Os adeptos do nudismo se sentem confortáveis nas areias da Galheta.

A praia Mole e a praia da Galheta são pontos turísticos da comunidade LGBTQIAPN+ que recebem turistas de todos os lugares do mundo, além de ser constantemente frequentada pela população local. É comum encontrar menções a estas duas praias em vários sites de turismo LGBTQIAPN+ nacionais e internacionais.

No canto esquerdo da Praia Mole, fica localizado o famoso Bar do Deca, que há 39 anos vem fazendo a alegria do público LGBTQIAPN+ que frequenta a região. O Bar do Deca, conhecido por suas grandes festas de música eletrônica, faz parte de grandes circuitos internacionais do turismo LGBTQIAPN+.

A importância da Praia Mole, Praia da Galheta e o Bar do Deca para a comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis reside em um espaço de aceitação e livre expressão, onde a comunidade local, nacional e mundial se reúne anualmente, durante a temporada de verão para aproveitar o banho de mar, as festas, as companhias, as amizades e expressar as mais variadas diversidades sexuais e de gênero.

“Campeche” nos conta algumas histórias sobre o Bar do Deca

Tem muitos mitos sobre quem é o Deca. Uns dizem que o Deca é uma bicha muito rica, velha que mora em Paris. Ai tem outros que falam que é um cara que era homofóbico e que abriu Deca e eu não quis mais saber. E não é, o Deca, eu nem sei se ele é vivo ainda, mas ele tem 3 filhos, os 3 filhos que coordenam o Deca. E são sócios. Ele é hétero, não é gay. O Deca abriu com a proposta de barzinho de praia e os LGBTs tomaram conta de lá. O Deca

era um barzinho de palha, na beira da praia de pau a pique é com areia totalmente aberto, onde o pessoal se reunia ali para beber e tal, onde ele é hoje no mesmo lugar, e era muito gostoso, é muito gostoso. Então depois os filhos, pegaram e tal, viram o potencial do negócio. Aumentaram e o Deca, tornou que o hoje. Aquela estrutura que o Deca tem, inclusive, estrutura essa que o mar já engoliu várias vezes. Eu peguei o Deca nessa época que era um barzinho beira de praia, bem quioscão. No Carnaval eles pegavam, colocavam as caixas de cerveja e colocavam um MDF em cima e era aquilo para gente. Nos Show no Carnaval a gente atravessava com saltos na mão até lá para fazer show de tarde, tipo uma hora tarde, debaixo do sol. Quando eu cheguei aqui, já bombava, já era o auge do auge do auge como é hoje, né? (“Campeche”)

Figura 84 – Praia Mole e Praia da Galheta



Fonte: Destino Florianópolis – Foto: Edson Ribeiro⁴¹

Figura 85 – Praia da Galheta



Fonte: Destino Florianópolis – Foto: Edson Ribeiro

⁴¹ Disponível em: <https://destinoflorianopolis.com.br/praias-mole-leste-da-ilha-florianopolis/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 86 – Bar do Deca



Fonte: Wikimedia⁴²

Figura 87 – Bar do Deca – Temporada de Verão



Fonte: Folha Online – Foto: Marcelo Katsuki

⁴² Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bar_do_Deca_-_Praia_Mole_-_Florianopolis_-_Brasil.JPG. Acesso em: 12 dez. 2023

Figura 88 – Bar do Deca – Festa de Carnaval



Fonte: TransPortal – Foto: Leollolanzone⁴³

6.3.6 La Kahlo Bodega e Madalena Bar

A La Kahlo Bodega foi uma bodega com temática feminista, que defendeu mais igualdade e respeito à afetividade, onde todos devem estar lado a lado sem hierarquia, sem opressões. Foi primeiro bar com temática feminista de Florianópolis. Inaugurou em 2017 na Avenida Hercílio Luz, e encerrou suas atividades em 2022 após a pandemia de Covid-19. A La Kahlo Bodega, foi palco de muitas manifestações, festas, carnavais e reuniões de feministas e da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Fica a saudade desse espaço inclusivo e acolhedor propício para beber uma cerveja com os amigos no calçadão da Avenida Hercílio Luz.

O Madalena Bar foi pensado para acolher mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, com o propósito de ser um ambiente acolhedor e inclusivo, enaltecendo o protagonismo de mulheres e LGBTQIAPN+. Infelizmente o Madalena bar fechou suas portas em 2023, após cinco anos de funcionamento. O bar ficava na rua Victor Meirelles, no baixo centro e protagonizava noites inesquecíveis de drinks e festas para a população que ocupa o baixo centro de Florianópolis como um reduto da comunidade LGBTQIAPN+.

⁴³ Disponível em: <https://www.transportal.com.br/noticias/home/turismo-lgbt-no-brasil-conheca-os-melhores-lugares-para-o-publico/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

O La Kahlo Bodega e o Madalena Bar com certeza pertencem aos espaços de Florianópolis que permeiam as memórias da comunidade LGBTQIAPN+. Os processos que envolvem o surgimento e o fechamento destes espaços são condizentes com as dinâmicas sociais da ilha da magia.

Fica a saudade e as lembranças dos bons tempos.

Algumas Fotos:

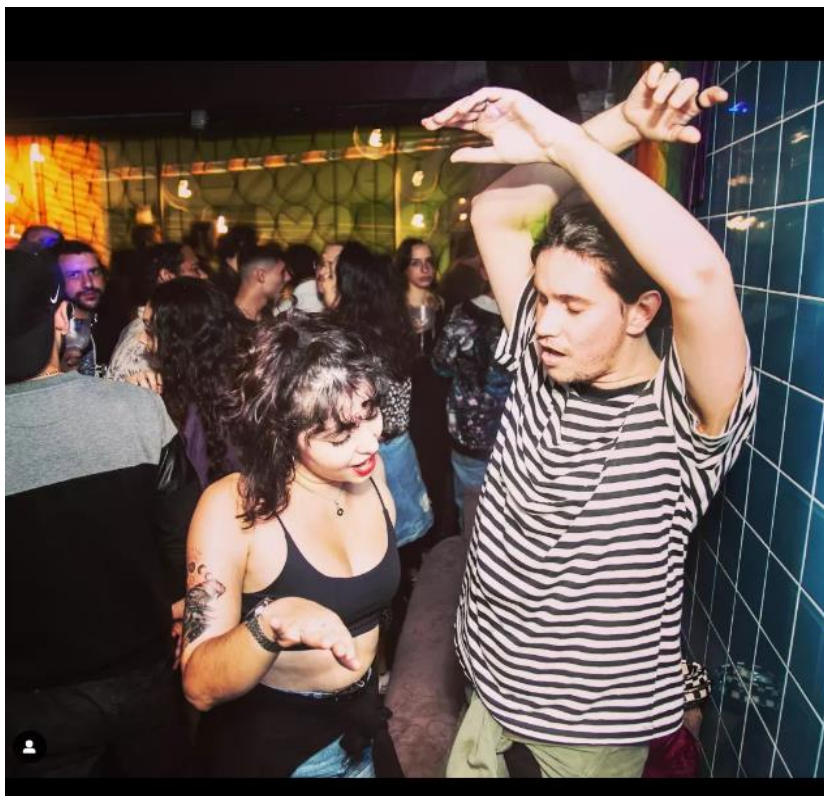
Figura 89 – Madalena Bar



Fonte: Instagram Madalena Bar⁴⁴

⁴⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/madalena.bar/?hl=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 90 – Madalena Bar



Fonte: Instagram Madalena Bar

Figura 91 – Madalena Bar



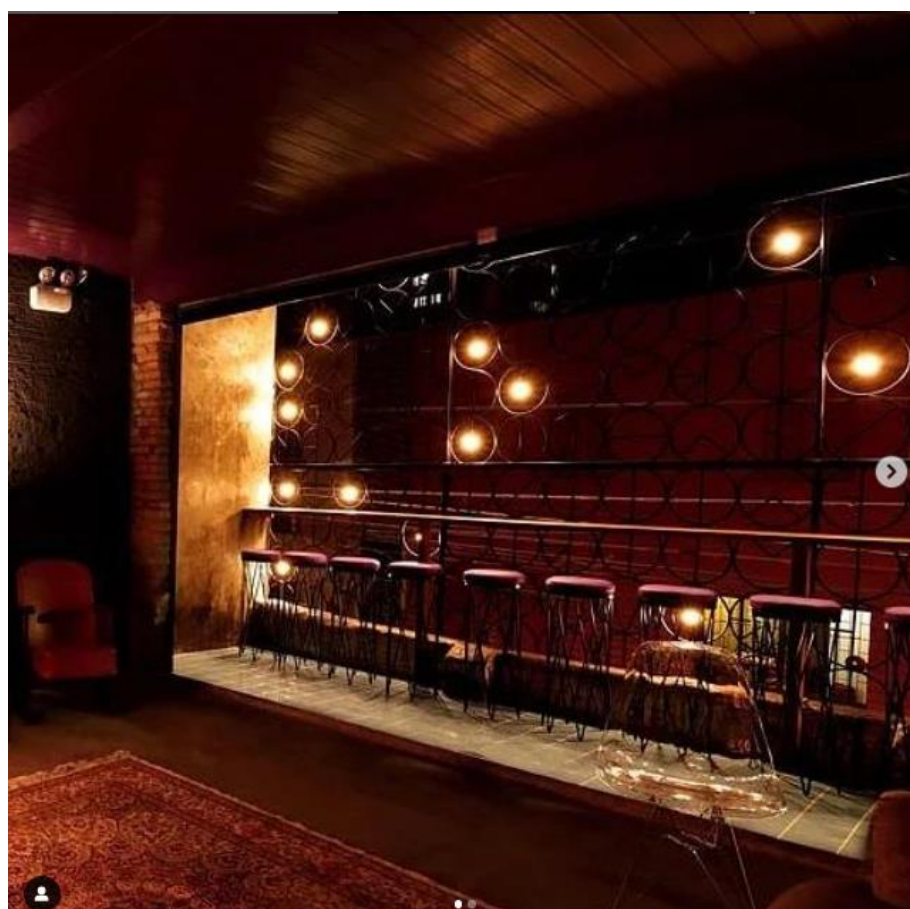
Fonte: Instagram Madalena Bar

Figura 92 – Madalena Bar



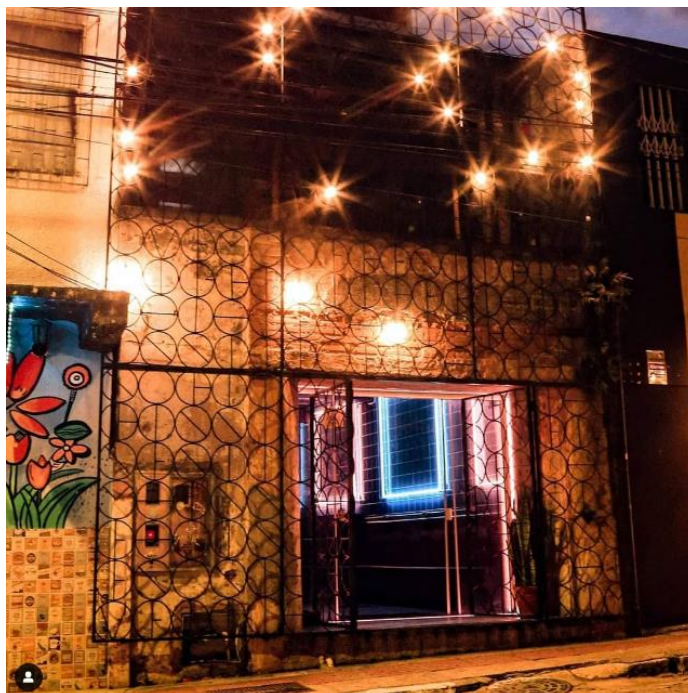
Fonte: Instagram Madalena Bar

Figura 93 – Madalena Bar



Fonte: Instagram Madalena Bar

Figura 94 – Madalena Bar



Fonte: Instagram Madalena Bar

Figura 95 – La Kahlo Bodega



Fonte: ND+ - Foto: Marco Santiago/ND⁴⁵

⁴⁵ Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/bloco-da-diversidade-faz-a-festa-no-centro-da-capital/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 96 – *La Kahlo Bodega – Carnaval de Rua*



Fonte: ND+ - Foto: Catarina Duarte/ND⁴⁶

6.3.7 Baixo centro de Florianópolis

Para “Matadeiro”, o Baixo centro de Florianópolis (Figura 35) é LGBTQIAPN+ da cabeça aos pés. Além de toda história que este espaço carrega para a cultura LGBTQIAPN+ de Florianópolis através dos tempos, ele representa um reduto da comunidade, que perpassou desde os anos de 1980 e se mantém até os dias atuais.

“Matadeiro” relata que

Então, eu lembro que o meu tesão era ter um lugar que você pudesse demonstrassem afeto, independentemente da sua orientação sexual e do seu desejo. Isso acontece no baixo centro. Está todo mundo circulando. É democrático. Lá você tem do Chopp a cerveja do mercadinho, você tem de vinho ao corote. Então a galera está tudo ali, no mesmo espaço, ouvindo da mesma música, né? cantando a mesma letra. O melhor lugar é o Baixo Centro. Todos os bares e lugares que tem, tem rock, tem samba, tem MPB, tem baladas, sabe? Tem eletrônico. Ou nada, tu só fica ali sentado batendo um papo. Então, para mim, em Floripa, esse é o lugar. (“Matadeiro”)

6.3.8 Outros lugares

⁴⁶ Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/bloco-nao-me-kahlo-celebra-a-diversidade-em-florianopolis/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Muitos outros lugares LGBTQIAPN+ de Florianópolis foram citados pelas pessoas entrevistadas. Porém, pela pouca informação encontrada sobre eles, iremos apenas nomeá-los aqui com o compromisso de explorar mais a fundo as memórias e histórias que dão vida a estes espaços em outros momentos da trajetória desta bicha pesquisadora: Boate Transport, Boate Galileu's, Selva Bar, The Pub, Boate 1007, Boate Kelp's, Boate Maça Verde, Boate Mix Café, Concord Club, Boate Jivago, Bar Masmorra, Boate Fulanos e Florianos e Boate Dizzy.

A lista só cresce.

6.4 REPRESENTATIVIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS (MOVIMENTOS SOCIAIS)

Os movimentos sociais LGBTQIAPN+ de Florianópolis também compõem a tapeçaria da cultura LGBTQIAPN+ da cidade, uma vez que atuam como promotores e defensores dos direitos civis, sociais e culturais dessa comunidade. Atuam em diversos segmentos, como movimento político e social, promoção de inclusão e diversidade, luta contra a LGBTQIAPN+fobia, promoção de saúde e cidadania.

Nas entrevistas realizadas com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, foi possível identificar diversos movimentos sociais. Nesta seção, iremos nos dedicar a explorar os coletivos e movimentos sociais que não foram mencionados na seção 4.5.2 deste escrito.

Vejamos a seguir.

6.4.1 MUDIÁ - Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa

As palavras têm um poder único de moldar realidades, e no rico universo africano, elas não são apenas expressões, mas exigem ações concretas. É nesse espírito que foi escolhido o nome da coletiva: MUDIÁ, uma palavra africana que carrega consigo a essência do que a coletiva se propõe a ser. MUDIÁ, em sua profundidade, representa um compromisso político-feminista, onde as lésbicas e as mulheres que se relacionam afetivamente com outras mulheres podem conviver, se encontrar, se (re)conhecer e se fortalecer em busca da expressão de suas vozes por direitos.

A Mudiá Coletiva surge como um espaço político vital, onde a palavra não é apenas um veículo de comunicação, mas um catalisador para a ação. A missão da coletiva começa com o diálogo, um ponto de partida para a construção de lugares potentes de fala. Através

disso, Mudiá o mundo com sonoridades, trazendo à tona as vozes muitas vezes silenciadas, mas que têm o poder de transformar a sociedade.

As pessoas que fazem parte da coletiva Mudiá, acreditam firmemente que são uma força transformadora dentro do contexto feminista. Por esse motivo, investiram na organização da Coletiva como uma plataforma para serem e terem voz. A Mudiá Coletiva Lésbica é mais do que um nome; é um compromisso, é visibilidade, é resistência. Em Florianópolis, a coletiva se posiciona como um espaço vibrante de convívio político-feminista, onde o encontro é celebrado, o reconhecimento é valorizado e o fortalecimento é cultivado.

Figura 97 – Arte Coletiva Mudiá



Fonte: Facebook Mudiá⁴⁷

6.4.2 Coletiva CoMBi/SC

A CoMBi/SC - Coletiva de Mulheres e Pessoas Não Binárias Bissexuais de Santa Catarina é uma iniciativa inspiradora que surge da união e solidariedade entre mulheres catarinenses interessadas em promover a visibilidade e o fortalecimento da comunidade

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/MudiaColetivaLesbicaFloripa/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

bissexual no estado. Esta coletiva representa um passo significativo em direção à construção de uma rede segura de apoio, proporcionando um ambiente acolhedor para mulheres e pessoas não binárias que identificam sua orientação sexual como monodissidente.

O objetivo fundamental da CoMBi/SC é criar um espaço de trocas e diálogo entre mulheres e pessoas não binárias bissexuais, bem como seus apoiadores, buscando desconstruir preconceitos e mitos em torno da bissexualidade. A iniciativa visa enfrentar de frente a bifobia, um desafio que muitas vezes afeta a qualidade de vida e a saúde mental da comunidade bissexual.

Ao destacar a não monossexualidade como uma parte válida e legítima da experiência humana, a CoMBi/SC contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente. A página do coletivo desempenha um papel crucial ao proporcionar um espaço digital para disseminar informações, promover a educação sobre bissexualidade e construir uma comunidade virtual unida.

O convite expresso na mensagem "Vem gente, bora desconstruir preconceitos e mitos em torno da bissexualidade" reflete a disposição da CoMBi/SC em envolver e sensibilizar não apenas sua comunidade imediata, mas também todos os que desejam se unir à luta contra a bifobia. A ênfase na frase "Não é fase, não é indecisão, é orientação" reforça a importância de reconhecer e respeitar a autenticidade das experiências bissexuais, combatendo estereótipos prejudiciais que frequentemente cercam essa orientação sexual.

Neste contexto, a CoMBi/SC não apenas celebra a diversidade bissexual, mas também busca promover a compreensão e a aceitação em toda a sociedade. Ao construir uma comunidade de apoio, a coletiva oferece um espaço seguro para compartilhar experiências, enfrentar desafios comuns e fortalecer os laços que conectam as pessoas não monossexuais em Santa Catarina.

Figura 98 – Arte CoMBi/SC



Fonte: ComBi/SC⁴⁸

6.4.3 GAPA - SC

O GAPA-SC presta, de forma gratuita, serviços na área da saúde, educação, assistência social e jurídica, para pessoas vivendo, convivendo ou em situação de vulnerabilidade para HIV/AIDS, Hepatites Virais ou outras ISTs. As atividades do GAPA/SC são desenvolvidas tanto para o atendimento individual quanto para demandas coletivas, as quais são realizadas de segunda a sexta-feira na sede do GAPA-SC ou em conjunto com a comunidade, para casos emergências de segunda a segunda 24 horas por dia. As ações atingem diretamente crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, gestantes, pessoas com deficiência, de forma a contemplar e respeitar os aspectos sócio-culturais de cada segmento. Além disto, em seus 34 anos de institucionalização o GAPA-SC atua fortemente, frente a elaboração e realização de estratégias, políticas e leis que visem a promoção do direito fundamental à vida.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/combisc/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Figura 99 – Arte GAPA/SC



Fonte: LinkedIn GAPA/SC⁴⁹

6.4.4 Instituto de Estudos de Gênero (IEG – UFSC)

O Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) desempenha um papel crucial no avanço do ensino, pesquisa e extensão no vasto campo dos estudos de gênero e feminismos. Sua abordagem interdisciplinar, aliada à colaboração com redes locais e internacionais de pesquisadoras, ativistas e artistas, posiciona o instituto como um centro de excelência reconhecido tanto no Brasil quanto no mundo.

O instituto congrega professoras e pesquisadoras da UFSC, da UDESC e de diversas outras Instituições de Ensino Superior, todas compartilhando um interesse comum nos estudos de gênero e feministas. Este grupo diversificado inclui professoras vinculadas à UFSC ou outras IES, aposentadas, pós-doutorandas, doutorandas, mestrandas e graduandas.

O IEG/UFSC abriga seis frentes de atuação, além de diversos laboratórios e núcleos dedicados aos estudos de gênero, feminismos, sexualidades, diversidades, interseccionalidades, entre outros temas fundamentais para a compreensão da complexidade das relações de gênero na sociedade.

As atividades do instituto englobam ensino, pesquisa e extensão, tanto dentro quanto fora da UFSC. Que contribui significativamente para consolidar a universidade como um centro de excelência em estudos de gênero, não apenas no Brasil, mas também internacionalmente.

Além disso, o IEG/UFSC desempenha um papel ativo na formação e educação da sociedade em geral, envolvendo-se em escolas, movimentos sociais, organizações, institutos, órgãos públicos e empresas. Essa abordagem ampla e inclusiva visa promover uma compreensão mais profunda das questões de gênero e fomentar a transformação social.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/grupo-de-apoio-%C3%A0-preven%C3%A7%C3%A3o-da-aids-de-florian%C3%B3polis/about/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

O Instituto de Estudos de Gênero da UFSC não é apenas uma instituição acadêmica, é um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente das diversas dimensões que envolvem as questões de gênero e feminismos. Seu impacto se estende além das fronteiras da academia, deixando uma marca duradoura na promoção da igualdade e na defesa dos direitos de todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

Figura 100 – Arte IEG-UFSC



Fonte: Instagram IEG-UFSC⁵⁰

6.4.5 Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades – AFRODITE

O Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – AFRODITE, vinculado ao Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi concebido e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 26 de junho de 2020, sob a liderança da Professora Doutora Olga Regina Zigelli Garcia.

O propósito central do grupo é promover discussões sobre gêneros e sexualidades, com ênfase no respeito às diferenças e consideração pelos marcadores socioculturais. A missão é assegurar que as pessoas possam vivenciar suas sexualidades em suas singularidades, livres de discriminação e preconceito. O AFRODITE percebe a sexualidade como um dos aspectos do viver humano que contribuem para a saúde integral, demandando,

⁵⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/iegufsc/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

portanto, cuidado e assistência à saúde qualificada para abordar as questões a ela relacionadas.

O AFRODITE se destaca por sua natureza interdisciplinar e está aberto à participação de estudantes, docentes e técnico-administrativos interessados nos estudos da sexualidade. Os membros atuais do grupo representam diversas áreas, como antropologia, medicina, enfermagem, psicologia, linguística e educação.

Recentemente, o laboratório intensificou sua abordagem interdisciplinar ao estabelecer parceria com o Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Essa colaboração amplia as possibilidades de articulação com redes de pesquisa locais, nacionais e internacionais, solidificando o AFRODITE como um importante ator na promoção de pesquisas e discussões sobre sexualidade e gênero. Ao se integrar aos núcleos e laboratórios associados ao IEG, o AFRODITE reforça seu compromisso com a construção de conhecimento e a promoção da diversidade nos estudos de sexualidade.

Figura 101 – Arte Afrodite



Fonte: Página Afrodite⁵¹

6.4.6 ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis

Organização não-governamental que trabalha com as temáticas de Direitos Humanos, LGBTQIAPN+ e pessoas com necessidades especiais. As ações do Roma abrangem educação, cultura, saúde, esporte e segurança pública.

⁵¹ Disponível em: <https://afrodite.paginas.ufsc.br/apresentacao/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 102 – Arte - Roma



Fonte: Facebook Roma

Tabela 3 - Lista 2 - Memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis a partir das entrevistas realizadas

Festividades, eventos, manifestações, etc.	• Parada LGBTI+ de Florianópolis • Carnaval do Roma • Pop Gay • Diversa – Feira Cultural LGBTI+ de Florianópolis • Transforma - Festival de Cinema da Diversidade de Santa Catarina • Cuir Fest - Festival de Cultura LGBTQIAPN+
Lugares	• Baile da Brum • Festa Slut Rave • Boate Oppium • Boate Chandon • Praia Mole • Praia da Galheta • Bar do Deca • La Kahlo Bodega • Madalena Bar • Baixo centro de Florianópolis

	• Boate Transport • Boate Galileu's • Selva Bar • The Pub • Boate 1007 • Boate Kelp's • Boate Maça Verde • Boate Mix Café • Concord Club • Boate Jivago • Bar Masmorra • Boate Fulanos e Florianos • Boate Dizzy
Personalidades	• Kelly • Alexandre Martins • Alexandre Bogas Fraga Gastaldi • Guilhermina Cunha • Fabricio Gastaldi • Lirous K'yo • Ana Paula do ComBi • Drag Suzaninha • Selma Light • Carla Camuratti • Carla Ayres • Mire Chagas • Elaine Salas • Margareth da Silva Hernandez
Movimentos Políticos e Sociais	• MUDIÁ - Coletiva Visibilidade Lésbica Floripa • Coletiva CoMBi/SC • GAPA – SC • Instituto de Estudos de Gênero (IEG – UFSC) • Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades – AFRODITE • ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis

	• Mães Pela Diversidade – SC • Bapho Cultural • Gandaia Cultural
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

7 PREMISSAS DECOLONIAIS, TRANSCULTURAIS E DESCLASSIFICATÓRIAS PARA ORGANIZAR MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+

No processo de organizar as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, adotamos a perspectiva desclassificatória como ferramenta essencial para alcançar uma nova prática epistemológica, integrativa e emancipadora. Essa abordagem visa dar voz aos sujeitos marginalizados, subalternizados, excluídos e abjetificados pela norma dominante, a fim de reconhecer a importância da desclassificação como uma consciência do inconsciente e da dinâmica social e cultural. Em primeiro lugar, devemos cultivar um ambiente que propicie a escuta de todas as vozes. Cada experiência é valiosa e contribui para a riqueza do patrimônio cultural LGBTQIAPN+, portanto, nenhum grito deve ser deixado de ser escutado.

Ao adotar a perspectiva desclassificatória, entendemos que a revisão constante é essencial. Isso implica em questionar as normas existentes e garantir que as representações sejam inclusivas, e que abranjam toda a diversidade de identidades presentes na comunidade. É fundamental compreender que a desclassificação não busca substituir as ferramentas já existentes, mas sim atuar quando essas ferramentas se mostram inadequadas. Nesse sentido, é necessário superar as lógicas deterministas, romper barreiras e extrapolar as ordens impostas, questionando as vivências de sujeitos e coletivos que compõem a sociedade.

Partimos do conceito de demarcacionismo, que destaca as fronteiras como elementos temporários de demarcação entre sujeitos e coletivos. Essas demarcações devem ser compreendidas como mutáveis e fluidas, ultrapassadas a todo momento. O demarcacionismo, que inicialmente serve para afirmar identidades, deve ser constantemente revisto para garantir que as identidades desconformes sejam ouvidas e representadas. A desconstrução dos conceitos de centro e periferia é crucial. A fluidez dessas demarcações é essencial para refletir a verdadeira natureza mutável das identidades e das culturas LGBTQIAPN+.

A desordem é adotada como uma ferramenta de revisão e emancipação dos sujeitos e coletivos, que dá permissão para que a ordem seja constantemente revista e reconstruída a

partir da desordem. Essa abordagem reconhece a evolução como uma espiral, em que mutações e mudanças ocorrem de maneira contínua.

A desordem, enquanto ferramenta de revisão e emancipação, deve ser abraçada como um catalisador para a evolução. Isso implica em reconhecer a contradição e o pluralismo lógico como elementos fundamentais na organização do conhecimento. Em vez de temê-los, devemos considerá-los indispensáveis para compreender e representar adequadamente as diversas memórias e patrimônios culturais. A desordem é um convite para quebras de paradigmas e para a aceitação de contradições como elementos naturais do processo evolutivo. Em um contexto de pluralismo lógico, cada voz e cada narrativa contribuem para a riqueza dos patrimônios culturais, formando um mosaico complexo e vibrante.

Ao seguirmos uma prática pós-epistemológica, amparada na epistemografia interativa, estamos propondo uma reavaliação constante das estruturas de conhecimento existentes. Essa abordagem não apenas visa superar lógicas defasadas, mas também a garantir que as representações sejam verdadeiramente inclusivas, para assim, reconhecer e respeitar as diversidades sociais e culturais que compõem a comunidade LGBTQIAPN+. Buscamos, assim, estabelecer uma prática que revise a forma como conhecemos e produzimos saberes, especialmente nas áreas da organização do conhecimento e da Ciência da Informação. Essa revisão é essencial para superar lógicas defasadas e garantir que as representações sejam inclusivas e reflexivas.

Ao delinear as premissas para organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, baseados na perspectiva da desclassificação, destacamos que essas premissas não são regras rígidas, mas orientações importantes. É crucial assegurar que todas as vozes sejam ouvidas, unindo-se em uma organização coletiva para impulsionar a revolução cultural almejada. Para atingir o objetivo desta pesquisa, essas premissas que orientam nossa abordagem na organização das memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis funcionam como diretrizes flexíveis, na busca por reconhecer a diversidade e complexidade da comunidade em questão.

Ao final, esta pesquisa busca não apenas organizar as memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis, mas também contribuir para uma transformação mais profunda na forma como compreendemos, valorizamos e representamos as diversidades culturais em todas as suas formas. Para tanto, é fundamental reforçar o papel da comunidade LGBTQIAPN+ como protagonista na construção e preservação de suas próprias memórias e patrimônios culturais.

Em suma, a busca por uma nova prática pós-epistemológica, integrativa e

desclassificatória não é apenas uma jornada acadêmica, mas sim um compromisso com a promoção da justiça social, da igualdade e do respeito à diversidade. Ao organizarmos as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis sob esses princípios, estamos contribuindo para um legado cultural mais autêntico, inclusivo e evolutivo.

I – Coletividade

A coletividade desempenha um papel fundamental na preservação e organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. A história desta comunidade é marcada por lutas, conquistas e resistências que merecem ser lembradas e celebradas, e a coletividade desempenha um papel crucial nesse processo.

Em primeiro lugar, a coletividade proporciona um espaço seguro para que os membros da comunidade compartilhem suas experiências e histórias de vida. Muitos indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentaram discriminação, marginalização e invisibilidade ao longo da história, e a coletividade oferece um ambiente onde essas narrativas podem ser expressas e preservadas. Isso é especialmente importante porque a história da comunidade LGBTQIAPN+ muitas vezes não foi devidamente documentada e reconhecida, tornando-se essencial que os próprios membros da comunidade desempenhem um papel ativo na preservação de suas memórias e seus patrimônios culturais.

Além disso, a coletividade possibilita a criação de espaços físicos e virtuais que servem como pontos de encontro e preservação do patrimônio cultural. Centros comunitários, arquivos digitais, museus, bibliotecas e eventos específicos para a comunidade LGBTQIAPN+ desempenham um papel importante na coleta e exposição de objetos, documentos, artefatos e registros que contam a história e a riqueza cultural dessa comunidade. Esses espaços não apenas servem como repositórios de memórias, mas também como locais de educação e sensibilização para a sociedade em geral.

Ademais, a coletividade proporciona uma rede de apoio que fortalece a preservação da identidade cultural LGBTQIAPN+. A solidariedade entre os membros da comunidade contribui para a transmissão de tradições, valores e símbolos que são fundamentais para a compreensão e preservação das identidades LGBTQIAPN+. A coletividade oferece um suporte emocional que incentiva a autoafirmação e a valorização das contribuições culturais da comunidade.

Em suma, a importância da coletividade na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ não pode ser subestimada. Ela desempenha um papel

vital na preservação da história, na construção de espaços seguros e na promoção da solidariedade, contribuindo para uma compreensão mais completa e respeitosa da diversidade cultural presente nessa comunidade. A coletividade é, assim, um pilar essencial para garantir que as futuras gerações possam apreciar, aprender e se inspirar na rica tapeçaria cultural que compõe as histórias e memórias LGBTQIAPN+.

II – Decolonialidade

A decolonialidade emerge como um conceito essencial para compreender e transformar as narrativas históricas e patrimoniais, especialmente no contexto da comunidade LGBTQIAPN+. Essa abordagem crítica busca questionar e desafiar as estruturas de poder e dominação historicamente impostas por processos coloniais. Quando aplicada à organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, a decolonialidade busca alcançar uma representação mais autêntica e inclusiva das experiências vividas.

Ao desafiar a imposição de valores, normas e estruturas sociais colonizadoras que historicamente marginalizaram e silenciaram identidades não hétero-cis-normativas, a decolonialidade permite a desconstrução do legado colonial. Esse processo reconhece a diversidade de experiências e expressões de gêneros e sexualidades presentes em diversas culturas e sociedades, proporcionando uma compreensão mais plural da história LGBTQIAPN+.

Muitas histórias e memórias LGBTQIAPN+ foram apagadas, distorcidas ou negligenciadas devido à influência colonial. A decolonialidade visa ampliar essas narrativas, ao destacar figuras e eventos que foram subalternizados. Isso contribui para uma compreensão mais completa da diversidade de identidades e vivências na comunidade LGBTQIAPN+, a fim de reconhecer a importância de todas as experiências na construção dos patrimônios culturais.

A decolonialidade incentiva a comunidade LGBTQIAPN+ a se reapropriar de suas próprias narrativas e símbolos, sem a imposição de estereótipos ou visões distorcidas. Essa reapropriação cultural possibilita que a comunidade expresse suas identidades de maneira autêntica, fortalecendo o senso de pertencimento e empoderamento.

Ao adotar a decolonialidade, é possível descentralizar o conhecimento, reconhecer e valorizar as formas de sabedoria e expressão presentes em diferentes culturas e contextos. Isso contribui para uma representação mais equitativa e respeitosa das diversas identidades LGBTQIAPN+, e assim, evitar a homogeneização cultural e promover uma compreensão

mais sensível da complexidade das experiências.

A decolonialidade não apenas beneficia a comunidade LGBTQIAPN+, mas também promove a construção de alianças interculturais, que reconhece as interseccionalidades e promove o entendimento mútuo entre diferentes comunidades. Essa abordagem colaborativa é essencial para a construção de um patrimônio cultural inclusivo e enriquecedor, refletindo a verdadeira diversidade da experiência humana.

Em resumo, a decolonialidade desempenha um papel crucial na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, com a finalidade de proporcionar uma abordagem crítica e reflexiva que promova a autenticidade, a inclusão e o respeito pela diversidade de experiências. Essa perspectiva não apenas resgata e preserva histórias e memórias marginalizadas, mas também contribui para a construção de um futuro mais igualitário e compassivo.

III - Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito fundamental quando se trata de organizar as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. Esse termo, cunhado pela acadêmica Kimberlé Crenshaw, destaca a interconexão de diferentes formas de opressão, reconhecendo que as identidades individuais não existem de forma isolada, mas sim em relação a outras dimensões sociais, como raça, classe, gênero, entre outros.

Ao aplicar o conceito de interseccionalidade à preservação de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, é possível criar narrativas mais completas e inclusivas, que capturam a diversidade e complexidade das experiências vividas por seus membros.

A comunidade LGBTQIAPN+ é incrivelmente diversificada. Abrange pessoas de diferentes origens étnicas, culturas, classes sociais e habilidades. A interseccionalidade permite que as histórias individuais sejam contadas de maneira mais completa, reconhecendo as múltiplas identidades que moldam as experiências das pessoas LGBTQIAPN+.

Muitas vezes, as narrativas históricas dominantes tendem a representar apenas uma parte da comunidade LGBTQIAPN+. A interseccionalidade ajuda a garantir que as experiências de grupos marginalizados dentro da comunidade, como pessoas negras, indígenas, trans e com deficiência, sejam adequadamente reconhecidas e celebradas.

A história LGBTQIAPN+ frequentemente enfrenta a invisibilidade de certas identidades, especialmente aquelas que não se enquadram nos estereótipos predominantes. A

interseccionalidade desafia essa invisibilidade, e permite que as experiências menos representadas ganhem destaque nos registros históricos e nos esforços de preservação cultural.

A interseccionalidade também oferece uma compreensão mais profunda das lutas enfrentadas por diferentes segmentos da comunidade LGBTQIAPN+. Isso é crucial para desenvolver estratégias mais eficazes de preservação e promoção do patrimônio cultural, bem como para enfrentar as formas específicas de discriminação que afetam diferentes grupos.

Ao integrar a interseccionalidade na preservação de memórias e patrimônios culturais, a comunidade LGBTQIAPN+ pode se conectar mais efetivamente com outros movimentos sociais que compartilham objetivos semelhantes de justiça social e igualdade, promovendo alianças sólidas e fortalecendo a luta contra todas as formas de opressão.

Em resumo, a interseccionalidade desempenha um papel crucial na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, ao assegurar que essas histórias sejam contadas de maneira autêntica, inclusiva e contextualizada. Esse enfoque é essencial para preservar a riqueza da diversidade dentro da comunidade e para construir uma compreensão mais completa e precisa da história LGBTQIAPN+.

IV - Violências

A observação e documentação das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ são cruciais para preservar suas memórias e patrimônios culturais. Este grupo enfrenta uma série de desafios, desde discriminação até violência física, psicológica e estrutural. Registrar essas experiências é fundamental por várias razões.

A história da comunidade LGBTQIAPN+ é frequentemente marginalizada ou negligenciada. Ao observar e documentar as violências enfrentadas, é possível construir uma narrativa mais completa e precisa sobre as lutas e conquistas desse grupo ao longo do tempo.

O conhecimento sobre as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+ é essencial para educar a sociedade em geral. Ao criar registros e materiais educativos, podemos promover a conscientização e combater o preconceito, a ignorância e a intolerância.

O ato de observar e documentar as violências sofridas pode ser empoderador para a comunidade LGBTQIAPN+. Isso permite que os membros se reconheçam como agentes ativos na luta contra a discriminação e contribui para o fortalecimento da identidade e da resistência coletiva. Documentar as violências ajuda a criar evidências tangíveis que podem ser utilizadas para responsabilizar os agressores e promover a justiça. Essa documentação pode servir como base para ações legais, campanhas de sensibilização e pressão por mudanças

nas políticas públicas.

Ao preservar as memórias da comunidade LGBTQIAPN+, é possível criar pontes entre diferentes gerações. Isso fortalece a identidade e a coesão do grupo e permite que as experiências do passado informem e inspirem as gerações futuras. As experiências da comunidade LGBTQIAPN+ contribuem significativamente para a riqueza cultural da sociedade. Ao observar e documentar suas vivências, estamos construindo um patrimônio cultural diversificado e inclusivo que enriquece a compreensão global da experiência humana.

Em síntese, a observação das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ é uma ferramenta poderosa para preservar suas memórias, construir uma história autêntica e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse processo não apenas honra as lutas passadas, mas também serve como uma base para um futuro mais igualitário e respeitoso. Por isso, é importante lembrarmos das violências sofridas pelas comunidades LGBTQIAPN+ para que lutemos contra todas as formas de opressão, discriminação e LGBTQIAPN+fobias.

V - Apagamentos / Esquecimentos

A importância dos apagamentos e esquecimentos na construção e preservação das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um aspecto fundamental a ser considerado na compreensão e valorização da diversidade. Esses processos, muitas vezes negligenciados ou até mesmo intencionalmente apagados, desempenham um papel significativo na formação da identidade e na luta por direitos e reconhecimento.

O enfrentamento de apagamentos históricos e esquecimentos culturais fortalece a resiliência da comunidade LGBTQIAPN+. Ao superar o silenciamento, os indivíduos e grupos podem reivindicar sua autenticidade, promover uma compreensão mais rica e inclusiva da diversidade humana. O processo de reconstrução da história muitas vezes envolve a recuperação de eventos e figuras esquecidas. Isso contribui para uma narrativa mais completa e precisa sobre as contribuições da comunidade LGBTQIAPN+ para a sociedade ao longo do tempo.

A cultura LGBTQIAPN+ é diversa, mas muitos aspectos dela foram apagados ao longo dos anos devido à discriminação e marginalização. Preservar e celebrar esses elementos culturais é vital para garantir a continuidade e o fortalecimento da identidade LGBTQIAPN+. Ao abordar os apagamentos e esquecimentos, é possível fornecer uma educação mais inclusiva e abrangente. Isso ajuda a combater estigmas e preconceitos, promovendo uma

compreensão mais profunda da diversidade sexual e de gênero. O conhecimento das lutas passadas e das figuras proeminentes na história LGBTQIAPN+ serve como inspiração para o ativismo contemporâneo. A conscientização sobre as adversidades enfrentadas pela comunidade no passado motiva a busca por igualdade e justiça no presente, tendo como objetivo um futuro mais acolhedor e respeitável.

Em suma, a importância dos apagamentos e esquecimentos na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ reside na capacidade de construir narrativas mais completas, autênticas e representativas, a fim de promover a compreensão, aceitação e respeito pela diversidade de experiências e identidades dentro dessa comunidade.

VI - Pluralismo Lógico

O pluralismo lógico desempenha um papel fundamental na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. Este conceito refere-se à aceitação e valorização de diversas perspectivas, experiências e identidades, reconhecendo a complexidade e diversidade dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao aplicar o pluralismo lógico na preservação da memória e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, é possível criar espaços inclusivos que representem as diversas vozes e narrativas que compõem essa comunidade. A comunidade LGBTQIAPN+ abrange uma ampla gama de identidades de gênero, orientações sexuais e experiências culturais, e o pluralismo lógico é essencial para garantir que todas essas nuances sejam respeitadas e celebradas. Uma das maneiras pelas quais o pluralismo lógico pode ser implementado é por meio de iniciativas de documentação e preservação histórica. Isso envolve a coleta de testemunhos, histórias de vida, documentos, fotos e artefatos que representam as diversas experiências LGBTQIAPN+. Ao adotar uma abordagem inclusiva, o pluralismo lógico assegura que as vozes marginalizadas ou menos ouvidas dentro da comunidade também sejam representadas de maneira significativa.

Além disso, o pluralismo lógico promove a construção de narrativas históricas que vão além dos estereótipos e das simplificações. Isso é crucial para desafiar preconceitos e estigmas associados à comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer a multiplicidade de experiências e identidades, o pluralismo lógico contribui para uma compreensão mais matizada da história LGBTQIAPN+.

A preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBTQIAPN+ não se limita

apenas à história, mas também se estende às expressões culturais contemporâneas. O pluralismo lógico incentiva o reconhecimento e o apoio a diversas formas de arte, música, literatura e manifestações culturais que refletem a riqueza e a complexidade da cultura LGBTQIAPN+. Além disso, o pluralismo lógico é essencial na criação de espaços seguros e inclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer e respeitar as diversas identidades, experiências e culturas, cria-se um ambiente em que os membros da comunidade se sintam validados e representados. Isso é crucial para promover o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos LGBTQIAPN+.

Em resumo, o pluralismo lógico desempenha um papel crucial na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas e celebradas. Isso não apenas enriquece a compreensão das histórias e memórias LGBTQIAPN+, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

VII – Contradição

A importância da contradição na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um aspecto relevante para entender a riqueza e a complexidade dessa comunidade diversificada, além de tornar possível a escuta de diversas vozes, promovendo, assim, o pluralismo lógico. A contradição, nesse contexto, refere-se às diversas experiências, perspectivas e narrativas que coexistem dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Em primeiro lugar, a contradição permite uma representação mais abrangente e autêntica da diversidade de vivências dentro da comunidade. Cada indivíduo LGBTQIAPN+ tem uma história única, moldada por fatores como identidade de gênero, orientação sexual, raça, classe social e outros elementos. Reconhecer e celebrar essas contradições contribui para uma compreensão mais completa e inclusiva da história e cultura LGBTQIAPN+.

Ao dar espaço para as contradições, as comunidades LGBTQIAPN+ conseguem resistir contra a tendência de homogeneizar suas narrativas. Isso é especialmente relevante, pois a simplificação excessiva pode resultar na perda de detalhes importantes e na perpetuação de estereótipos prejudiciais. As contradições desafiam essas generalizações, proporcionando uma representação mais fiel das experiências individuais e coletivas. Além disso, a presença de contradições nos registros históricos e nos patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ destaca a luta constante por direitos e reconhecimento. A história dessa comunidade é marcada por desafios, resistência e avanços, e a documentação desses

momentos contraditórios é crucial para preservar a memória coletiva e inspirar futuras gerações.

Ao abraçar as contradições, a comunidade LGBTQIAPN+ também promove um ambiente mais inclusivo, incentivando a aceitação de diversas identidades, experiências e culturas. Essa abordagem contribui para a construção de uma cultura que valoriza a autenticidade e respeita a complexidade inerente às identidades de gênero e orientações sexuais. A contradição desafia a ideia de uma única narrativa dominante, reconhecendo que as experiências LGBTQIAPN+ são vastas e multifacetadas. Essa abordagem mais completa e matizada não apenas enriquece a compreensão da história da comunidade, mas também fortalece os laços entre os membros, promovendo um senso de solidariedade baseado na aceitação das diferenças.

Em resumo, a importância da contradição na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ reside na promoção da diversidade, na resistência contra estereótipos simplificados, na preservação da história autêntica e na construção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa. Ao acolher as contradições, a comunidade LGBTQIAPN+ celebra sua complexidade e contribui para um entendimento mais completo e enriquecedor de sua herança cultural.

VIII - Em síntese

A organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um processo complexo e multifacetado, no qual a coletividade, a decolonialidade, a interseccionalidade, o enfrentamento das violências, o reconhecimento dos apagamentos/esquecimentos, o pluralismo lógico e a aceitação das contradições desempenham papéis cruciais. Esses elementos convergem para criar narrativas ricas e autênticas que refletem a diversidade e a complexidade dessa comunidade.

A coletividade surge como a espinha dorsal desse processo, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências, preservar a história e fortalecer a identidade cultural. A decolonialidade desafia as estruturas históricas de poder, resgatando narrativas marginalizadas e permitindo uma representação mais autêntica das experiências LGBTQIAPN+. A interseccionalidade, por sua vez, destaca a importância de reconhecer as diversas identidades dentro da comunidade, garantindo uma representação completa e justa.

A observação das violências enfrentadas pela comunidade contribui não apenas para a preservação histórica, mas também para o empoderamento e o combate à injustiça. Os

apagamentos/esquecimentos, muitas vezes negligenciados, revelam a resiliência da comunidade ao reconstruir sua história e preservar sua cultura. O pluralismo lógico, ao aceitar e valorizar a diversidade, cria espaços inclusivos e promove uma compreensão mais completa, enquanto a aceitação das contradições destaca a autenticidade e complexidade das experiências LGBTQIAPN+.

Em suma, a organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um ato de preservação, resistência e celebração. Cada elemento abordado contribui para uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade cultural e histórica da comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer e valorizar esses elementos, estamos construindo um legado que não apenas honra o passado, mas também inspira um futuro mais inclusivo, igualitário e compassivo para as gerações vindouras.

IX - Manifesto

Nós, pessoas membros e pessoas aliadas, comprometidas com a comunidade LGBTQIAPN+ erguemos este manifesto como um chamado de coragem à ação, unindo-nos na missão vital de organizar e preservar nossas memórias e patrimônios culturais. Reconhecemos a importância inegável de nossa história, marcada por lutas, triunfos, resistência e uma rica tapeçaria de identidades. Comprometemo-nos a fortalecer a coletividade como a pedra angular deste processo, proporcionando espaços seguros para compartilhar nossas experiências e preservar nossas narrativas muitas vezes silenciadas. Abraçamos a decolonialidade como ferramenta para desconstruir os legados coloniais que distorceram e marginalizaram nossas histórias e memórias, buscando autenticidade e inclusão. Prometemos praticar a interseccionalidade, reconhecendo e celebrando a diversidade de identidades que compõem a nossa comunidade. Assumimos a responsabilidade de observar e documentar as violências enfrentadas, a fim de construir uma narrativa completa que desafie o *status quo* e inspire mudança. Comprometemo-nos a confrontar apagamentos e esquecimentos, resgatando nossa história e cultura para construir um legado autêntico e resistente. Abraçamos o pluralismo lógico como guia para aceitar e valorizar todas as perspectivas dentro de nossa comunidade, e aceitamos as contradições como testemunhas da complexidade de nossas experiências. Este manifesto é nosso compromisso inabalável de preservar e celebrar nossa herança, construindo um futuro que honre e respeite as diversas identidades LGBTQIAPN+, promovendo uma sociedade mais inclusiva, justa e compassiva. Unidos, edificaremos narrativas que iluminem o caminho para as gerações futuras,

inspirando-as a abraçar plenamente a diversidade que nos define e nos representa.

8 CONSIDERAÇÃO FINAIS

[...]

*Perverso, mal-amado, menino malvado, muito cuidado
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado*

A placa de censura no meu rosto diz

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

[...]

Não recomendado - Caio Prado

Diante da complexidade intrínseca à problemática que norteou esta pesquisa, é possível vislumbrar diversas considerações que emergem das discussões sobre a organização de memórias, culturas e patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, ancorada na teoria da desclassificação. O questionamento central sobre como mobilizar o pluralismo lógico e a inter/transculturalidade para reduzir desigualdades, apagamentos e silenciamentos de grupos sociais marginalizados delineou um caminho de reflexão e ação.

O objetivo geral, voltado para investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir da teoria da desclassificação, desdobrou-se em objetivos específicos que orientaram a construção do conhecimento ao longo deste estudo. Estabelecer um diálogo entre o campo da organização do conhecimento e o das memórias, culturas e patrimônios permitiu a conexão de saberes aparentemente distintos, revelando a interdependência entre as esferas do conhecimento. A exploração dos principais aspectos da teoria da desclassificação proporcionou uma compreensão mais profunda das limitações da classificação tradicional, ressaltando a necessidade de adotar abordagens mais flexíveis e plurais. Identificar memórias, culturas e patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, por meio de entrevistas com personalidades sociais desse segmento cultural, evidenciou a importância da escuta ativa e da valorização das vozes marginalizadas na construção de narrativas inclusivas.

A tessitura de premissas decoloniais, transculturais e desclassificadoras para a organização do conhecimento revelou-se essencial para romper com paradigmas hegemônicos

e promover uma epistemologia interativa. As reflexões acerca da sociedade do conhecimento heterogênea, fundamentada em narrativas múltiplas e estruturas flexíveis, ressaltaram a importância de ferramentas de organização do conhecimento que emancipem os sujeitos subalternizados.

A contribuição de García Gutiérrez com a teoria da desclassificação se revelou como um instrumental valioso, que destaca a necessidade de superar a classificação tradicional que, ao dividir hierarquicamente, impõe limitações. A proposta de construir uma teoria sobre redes participativas transculturais ressoa como um chamado para a construção de conhecimento que respeite o pluralismo lógico e promova a coexistência de perspectivas.

A aplicação da desclassificação como estratégia para organizar memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ não busca substituir as abordagens convencionais, mas complementá-las, introduzindo operadores teóricos que eliminam hierarquias e promovem o pluralismo lógico. A consideração dos operadores complexo e transcultural na exomemória destaca-se como uma abordagem ética e democrática para garantir representatividade plena.

Desta forma, é imperativo reconhecer que a busca por uma organização do conhecimento que respeite a diversidade de experiências e saberes é um desafio constante. A desclassificação, ao introduzir uma nova ordem, convida-nos a repensar as estruturas estabelecidas, a promover o diálogo entre visões aparentemente contraditórias e a construir conhecimentos que sejam verdadeiramente emancipatórios.

O estudo sobre cultura, memória e patrimônio revela a complexidade das interações sociais e suas implicações na construção da identidade individual e coletiva. A cultura, como resultado de contribuições históricas, destaca-se como uma produção dinâmica, hibridizada pela linguagem e permeada por processos sociais de produção, circulação e consumo de significação. A influência da cultura na formação da identidade é evidente, com a Constituição Brasileira e a Declaração do México garantindo a preservação e disseminação da diversidade cultural. O multiculturalismo, surgido nos anos 1970, desafia preconceitos e promove o reconhecimento de diversas culturas, enquanto a transcultura emerge como uma alternativa crítica, influenciada pela infocultura e pela globalização.

A memória, por sua vez, desempenha um papel essencial na construção dos aspectos culturais, sendo influenciada por elementos como discursos, objetos e práticas simbólicas. A memória social, construída nas interações sociais, destaca-se como um processo dinâmico que vai além das representações coletivas, incorporando sensações, afetos e práticas de si. A preservação do patrimônio cultural, intrinsecamente ligada às identidades sociais, é vital para o desenvolvimento emancipatório e a formação das identidades sociais e políticas. A

definição constitucional brasileira de 1988 destaca o patrimônio como referência à identidade e memória dos grupos sociais, exigindo o dever do Estado na sua preservação.

Em síntese, a interconexão entre a construção da memória e a preservação do patrimônio cultural destaca-se como um processo complexo, permeado por diversas influências. A valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da multiplicidade de perspectivas são relevantes para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O desafio contemporâneo reside na aplicação de abordagens desclassificadoras e transculturais na organização do conhecimento, garantindo a representatividade plena das vozes marginalizadas.

Diante de tal contexto, é fundamental considerar a especificidade das comunidades LGBTQIAPN+ em Florianópolis-SC, reconhecendo suas contribuições à cultura da região. A visibilidade e valorização dessas narrativas são passos cruciais para uma organização do conhecimento que não apenas registre, mas também promova a compreensão e aceitação das diversas identidades presentes na sociedade. Nesse sentido, a aplicação da teoria da desclassificação revela-se como uma ferramenta que pode dismantlar estruturas hierárquicas, permitindo a incorporação de experiências historicamente marginalizadas. Ao adotar uma abordagem desclassificatória na organização de memórias e patrimônios LGBTQIAPN+, abre-se espaço para a pluralidade de vozes e experiências que contribuíram e continuam a contribuir para a construção da identidade cultural da comunidade.

A criação de redes participativas transculturais, conforme proposto por García Gutiérrez, oferece um modelo dinâmico para a preservação das memórias e dos patrimônios LGBTQIAPN+. Essa abordagem transcende as fronteiras físicas e sociais, convidando a comunidade a se envolver ativamente na construção e preservação de suas próprias histórias. A participação coletiva não apenas democratiza o acesso às memórias e patrimônios, mas também fortalece os laços comunitários e promove um senso de pertencimento.

Em última análise, a organização de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, ancorada na teoria da desclassificação, não é apenas uma busca por representação, mas um ato de justiça social e cultural. É uma oportunidade de reconhecer, celebrar e preservar as diversas contribuições dessas comunidades para a riqueza e diversidade cultural. O desafio é transformar as reflexões teóricas em práticas concretas que promovam a inclusão, a compreensão mútua e o respeito pelas diferenças. A construção de uma sociedade mais inclusiva e justa requer não apenas a organização do conhecimento, mas também ações tangíveis que promovam a equidade. Nesse sentido, a continuidade das reflexões e práticas deve se traduzir em iniciativas concretas, como políticas públicas que

reconheçam e valorizem a diversidade cultural LGBTQIAPN+.

A luta pela igualdade de direitos continua sendo um componente essencial dessa trajetória. A garantia de direitos civis, o combate à discriminação e a promoção de ambientes seguros e inclusivos são pilares para uma sociedade que respeita a diversidade em todas as suas formas. Ainda mais, a colaboração com movimentos sociais e ativistas é vital para manter viva a chama da mudança. A conscientização pública sobre as questões LGBTQIAPN+ e o apoio a movimentos que buscam a igualdade são maneiras de transformar a pesquisa acadêmica em ações concretas no âmbito social.

Em síntese, as considerações finais deste estudo não representam um ponto de chegada, mas sim um ponto de descanso, para depois seguirmos para outra jornada contínua em direção à construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao destacar a importância da teoria da desclassificação na organização do conhecimento, reconhecemos que a transformação real ocorre quando essas teorias são internalizadas e implementadas em políticas e práticas cotidianas.

A pesquisa sobre as memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ também pode abrir espaço para iniciativas práticas, como a criação de arquivos digitais acessíveis ao público, exposições itinerantes, eventos culturais e programas educacionais. Essas ações contribuem para a disseminação do conhecimento e a construção de uma consciência coletiva sobre a rica herança cultural LGBTQIAPN+.

Que este trabalho inspire novas investigações, colaborações e ações práticas que fortaleçam o tecido social, cultural e identitário da comunidade LGBTQIAPN+, não apenas em Florianópolis, mas em todo o mundo. Que a busca por uma sociedade mais inclusiva e justa seja impulsionada pela valorização das diversas vozes que contribuem para a riqueza da experiência humana.

É possível reconhecer a importância e o impacto desta pesquisa na construção e preservação das memórias e patrimônios da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Ao elaborar listas que capturam a diversidade e a riqueza dessas experiências, estabelecemos alicerces sólidos para uma compreensão mais profunda e respeitosa da história, cultura e identidade dessa comunidade. Essas listas não são apenas um repositório estático de informações, mas sim um convite para futuras explorações e descobertas. Elas fornecem um ponto de partida valioso para pesquisadores de diversas áreas, oferecendo uma visão abrangente das nuances culturais, sociais e históricas que moldam a experiência LGBTQIAPN+ em Florianópolis. Ao contextualizar essas listas nesta pesquisa, buscamos não apenas documentar, mas também criar uma narrativa viva e dinâmica que celebra as

contribuições significativas da comunidade LGBTQIAPN+ para a cultura da cidade. Este trabalho não é apenas uma reflexão do passado, mas também uma luz que ilumina o caminho para o futuro, promovendo a aceitação, a igualdade e o respeito.

É particularmente inspirador perceber que estas listas se tornarão a base para a pesquisa de doutorado desta bicha pesquisadora. Isso destaca a continuidade e o aprofundamento do comprometimento com o tema, indicando um compromisso duradouro com a preservação das memórias e dos patrimônios culturais LGBTQIAPN+.

Por sua vez, as premissas decoloniais, desclassificadoras e transculturais delineadas nesta pesquisa deixam evidente que adotar uma perspectiva desclassificatória se revelou essencial para uma nova prática pós-epistemológica na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. Ao buscar vozes de sujeitos marginalizados pela norma dominante, promovemos um ambiente de escuta que reconhece a importância da desclassificação na conscientização do inconsciente e na dinâmica social e cultural.

A revisão constante das normas existentes é fundamental para garantir representações inclusivas de toda a diversidade de identidades na comunidade LGBTQIAPN+. A desconstrução de conceitos como centro e periferia é crucial, reconhecendo a fluidez das demarcações e a natureza mutável das identidades LGBTQIAPN+. Desta forma, as premissas estabelecidas para organizar memórias e patrimônios não são regras rígidas, mas diretrizes flexíveis para garantir que todas as vozes sejam ouvidas, promovendo uma organização coletiva e impulsionando a revolução cultural almejada.

Esta pesquisa visa não apenas organizar os patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis, mas também contribuir para uma transformação na compreensão e representação das diversidades culturais. Reforçamos o papel da comunidade LGBTQIAPN+ como protagonista na construção e preservação de suas próprias memórias, comprometendo-nos com a promoção da justiça social, igualdade e respeito à diversidade. Ao seguir esses princípios, contribuímos para um legado cultural mais autêntico, inclusivo e evolutivo.

Concluimos, portanto, reconhecendo que a valorização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ é uma jornada contínua. Este trabalho é um capítulo significativo nessa jornada, mas não o ponto final. Que as futuras pesquisas, incluindo a minha pesquisa de doutorado, continuem a iluminar as histórias muitas vezes silenciadas e a construir pontes entre as diferentes comunidades.

Que o compromisso com a justiça social, a igualdade e o respeito pelas diversas expressões de identidade permaneça firme. Que este trabalho, e aqueles que se seguirem,

inspirem ações concretas para criar um ambiente mais inclusivo, onde as memórias e patrimônios da comunidade LGBTQIAPN+ não apenas sobrevivam, mas floresçam e sejam celebrados como parte inseparável da rica tapeçaria cultural de Florianópolis e do mundo.

Nesse contexto, a presente pesquisa não se encerra como um ponto final, mas como um convite à continuidade das reflexões, práticas e ações que visem à construção de uma sociedade do conhecimento mais inclusiva, plural e justa. Que as considerações aqui apresentadas possam inspirar futuras investigações e contribuir para a transformação efetiva das dinâmicas de organização do conhecimento, promovendo a valorização das diversidades culturais e a desconstrução de práticas excludentes.

Que este estudo inspire pesquisadores, ativistas, gestores culturais e todos aqueles comprometidos com a construção de um futuro mais inclusivo. Que as memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sirvam não apenas como registros do passado, mas como guias para uma sociedade que celebra a diversidade, respeita a individualidade, bem como a coletividade e promove a igualdade em todas as suas formas.

Por fim, que a busca por uma sociedade mais justa e plural seja um esforço coletivo, onde cada voz, independente de sua identidade, seja ouvida e valorizada. Afinal, é na diversidade que encontramos a verdadeira riqueza de nossa humanidade.

REFERÊNCIAS

ACONTECE - ARTE E POLÍTICA LGBTI+ (Florianópolis). **Acontece - Arte e Política LGBTI+**. Disponível em: <https://acontecelgbti.org/#nossacausa>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ADEH – ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS COM ENFOQUE NA SEXUALIDADE (Florianópolis). **ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade**. Disponível em: <https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ADLER, M. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_43_2016_8_f.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8659>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ALBUQUERQUE, U. P. de. Patrimônio cultural: uma construção de cidadania. In: TOLENTINO, A. B. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência no Iphan na Paraíba, 2012.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862004000200001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 fev. 2022.

ARAYA UMAÑA, S. Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. **Cuadernos de Ciencias Sociales**, San José, n. 127, out., 2002. Disponível em: <http://www.efamiliarcomunitaria.fcm.unc.edu.ar/libros/Araya%20Uma%20F1a%20Representaciones%20sociales.pdf>. Acesso em: 14 de jul. de 2023

AZEVEDO NETTO, C. X. Educação patrimonial e identidade: a memória dos quilombos. **Temas em Educação**, v. 13, p. 67-82, 2004. Disponível em: <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao>. Acesso em: 30 maio. 2021.

BAEZ, F. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 27 jul. de 2023.

BANDEIRA, A. M. A teoria Queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 34–53, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654815>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BAPTISTA, J. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: Estratégias de Superação de Fobias à Diversidade Sexual no Brasil. **Ventilando Acervos**, Florianópolis, n. 1, p. 132-146, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17790/16283>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista Do Centro De Pesquisa E Formação**, n. 5, p. 108–119, 2017. Disponível

em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/edicao5.php?cor=verde>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BAPTISTA, J.; BOITA, T.; WICHES, C. A. DE M. O que é Museologia LGBT? **Revista Memória LGBT**, v. 7, n. 12, p. 4-9, 2020. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/001105595d1ca29bcb058> Acesso em: 09 de fev. 2022.

BARBOSA, C. A. **Rancho de Amor à Ilha**. Florianópolis: Prefeitura, 1965. Canto. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/394820/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp-Marília- Publicações, 2001. p.35-60.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science - JASIS**, v.27, n. 4, p.197-204, July-August 1976. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em: 25 maio 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BENTO, B. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero E Preconceitos**, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BENTO, B. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, v. 1, n. 2, p. 46-66, 2014b. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. Ed. São Paulo: Autêntica, 2019. 368p.

BERNINI, L. **Apocalipsis Queer: elementos de teoría antissocial**. Madri: Editorial, 2015.

BORKO, H. What Is Information Science? **American Documentation**, v. 19, n. 10-11, p. 3-5, 1968.

BORRILLO, D. **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre : Ed. da UFCSPA, 2018.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.) **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 87-103, 2010. BYRD, Disponível em: <http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2017/06/LIVRO-Temas-de-Pesquisa-em-Ci%C3%Aancia-da-Infoma%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRÄSCHER, M; CAFÉ, L. Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo

e representação de conceitos. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 25 – 51, jan./ jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10388>. Acesso em: 28 fev. 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%20200732090.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 04 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

BREWER, J. *Ethnography*. Buckingham: Open University Press, 2000.

BRITO, J. F. et al. O Museu da Diversidade Sexual como ecologia informacional complexa: um estudo sob a ótica da encontrabilidade da informação e Arquitetura da Informação Pervasiva. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, vol. 13, p. 853- 871, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/27647>. Acesso em: 25 maio 2022.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part I Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, n. 02, p. 125–133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRULON, B. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n 17, 81–94. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31594> Acesso em: 10 fev. 2022.

BUCKLAND, M. K. What is a document? **Journal Of The American Society For Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, 19(1), 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Xg4SdtQL64jBYZgm9q4MyMH/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, I. M. B. **Ditadura, Cultura e Homossexualidades: O Lâmpião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978-1981)**. 2017. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/19291>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB**, Belo Horizonte, 11-2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 maio 2021.

CAREAGA, G. **Prefácio - Homocultura y construcciones colectivas**. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura

– ABEH [recurso eletrônico] Rio Grande de 07 a 09 de maio de 2014. – Dados eletrônicos, 2014. Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016.

CASTRO, R. P. de; MATTOS, Z. S. A produção de conhecimento a partir das homossexualidades e da homocultura. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 12, p.2009-2015, jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/422/315>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA/CECCA. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Insular; CECCA, 1997.

COLLING, L. Artivismo: das dissidências sexuais e de gênero. In: Dossiê Artivismo das dissidências sexuais e de gênero: a arte enfrenta a violência normativa dos nossos dias. **Revista Cult**, ano 20, n. 226, p. 18-19, 2017.

CÓRDOVA, L. F. N. **Trajetórias de homossexuais na Ilha de Santa Catarina**: temporalidades e espaços. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89066>. Acesso em: 23 nov. 2023.

COSTA, E. S. “Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje”: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais. 2011. 204 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Dissertacao-2011-Costa-FGV.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2023.

DAVI, E. H. D. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. **Cad. Esp. Fem.**, Uberlândia/MG, v. 24, n. 1, jan. /jun. 2011, p. 143. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/14221/8145>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (eds.). **The sage handbook of qualitative research**. 3. Ed. London: Sage, 2005.

DEPOIS DO FERVO. Direção de Matheus Gonçalves Faisting. Roteiro: Matheus Gonçalves Faisting. Florianópolis: Independente, 2016. (43 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s6YT4oPFEvs&ab_channel=DepoisdoFervo. Acesso em: 09 jun.

DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas: Papius, 1991.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p.127-153.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Perspectiva, 1976.

DUQUE CARDONA, N. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. In: DUQUE CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da colômbia e do brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-72. (Selo Nyota). Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ENG, D. L.; HALBERSTAM, J.; MUÑOZ, J. E. **What's queer about queer studies now?** Durham, NC: Duke University Press, 2005.

ERDMANN, R. M. **Reis e rainhas no Desterro**: um estudo de caso. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77278>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, 1995. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038/1020>. Acesso em: 11 maio 2021.

FARIAS, M. C. Q. S. **Uma semiótica da cultura para organização do conhecimento**: bases teóricas e diretrizes de análise. 2019. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências-Ffc, Universidade Estadual Paulista-Unesp, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181528>. Acesso em: 25 fev. 2022.

FERREIRA, G. B. **Arco-íris em disputa**: a parada da diversidade de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. 2012. 30 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96250>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FIGUEIREDO, N. M. A. (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

FLORIANÓPOLIS. ASSESSORIA DE POLÍTICAS públicas PARA PESSOAS LGBTQIA+. **Parada LGBTI+ de Florianópolis é a maior da história e alcança público de 100 mil pessoas**. 2023.

Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/lgbtqia/index.php?pagina=notpagina-i=26175#:~:text=O%20p%C3%BAblico%20da%20edi%C3%A7%C3%A3o%20passada,maior%20da%20hist%C3%B3ria%20de%20Florian%C3%B3polis>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FLORIANÓPOLIS. **Conselho Municipal de Direitos Lgbt**. Secretaria Municipal de Assistência Socia. Conselho Municipal de Direitos LGBT. Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cmdlgbt/index.php?cms=sobre+a+entidade&menu=0>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FRANÇA, V. R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: FRANÇA, V. R. V. et al. **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-43, 2002.

FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALINKIN, A. L. Estigma, território e organização social. **Espaço & Geografia**, 6(2), 2003, p. 149-176. Disponível em:

https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNB_5da6237301696a96724d0c768a0364dd. Acesso em: 20 nov. 2023.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195017>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclassificação na organização do conhecimento**: ensaio pós-epistemológico. v. 23, n. 1, p. 5–14, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116250>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **La memoria subrogada**: mediación, cultura y conciencia en la red digital. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Outras memórias possíveis**: Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional. Petrópolis: Vozes, 2008. 175 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação** v. 18, n. 2, p. 103–112, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 8, nº 1/2, dezembro de 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/4415>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Pensar en la transcultural**. Madrid: Plaza y Valdes, 2011.

GARCIA, W. Uma possibilidade de homocultura no Brasil: estudos contemporâneos. In: Congresso Internacional De Estudos Sobre A Diversidade Sexual E De Gênero Da Abex, 4., 2012, Salvador. **Anais...**, Salvador: Abex, 2012. p. 1 - 8. Disponível em: http://abex.org.br/arquivos_anais/W/W003.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

GAUDÊNCIO, S. M. **Representação sociocultural do conhecimento**: contribuição teórico-metodológica para o campo informacional tese. 2020. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20494?locale=pt_BR. Acesso em: 28 fev. 2022.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Barueri: Editora LTC, 1973.

GODOY, R. M. **Encontros prazerosos**: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81624>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1988.

GOMES FILHO, A. S. Estudos Transviados: algumas reflexões. **Revista Interfaces: saúde, humanas e tecnologia**, v. 3, n. 11, p. 21-25, 2016. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/319>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19- 40, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

GONZÁLES DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.1 n.6, p. 1-11. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em 03 fev. 2022.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pos-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**. Rio de Janeiro v.1, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/0>. Acesso em: 27 jul. 2023

GUARNIERI, W. R. C. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo** Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo, Pinacoteca do Estado, v. I, p. 176-185, 2010.

GUTMANN, A. Introdução. In: TAYLOR, Cs. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Cidade do México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, pp. 575-599. 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 28 fev. 2022.

HEILBORN, L. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 50-82, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15989>. Acesso em: 24 fev. 2022

HJØRLAND, B. Fundaments of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v.30, n. 2, p.87-111, 2003.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Florianópolis**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 14 fev. 2022.

INGOLD, T. 10-Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 222–228, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192/140850>. Acesso em 04 fev. 2022.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS (Florianópolis). Histórico. 2023. Disponível em: <https://institutoarcoirisdh.wordpress.com/historico/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IVENICKI, A. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1151-1167, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n100/1809-4465-ensaio-S0104-40362018002601186.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JAMESON, F.; ZIZEK, S. **Estudios culturales**: reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 1998.

JESUS, J. G. De; **Transfeminismo** : teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JOHNSON, A. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 19-31. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>. Acesso em: 04 mar. 2022.

KRISTEVA, J. **Powers of horror**. New York: Columbia University Press, 1982.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro, 2009.

LGBTQIAPN+: PARTE II. Roteiro: Rita von Hunt. S. L.: Tempero Drag, 2021. (16 min.), Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j13BQD1KmlU>. Acesso em: 28 fev. 2022

LOPES, V. M. Q. C.; MACEDO, A. P. R.; MACHADO, M. C. T.(2010). **Patrimônio Cultural. Que bicho é esse?** Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura/Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico. 50 p.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17–23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88030>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LUGARINHO, M. C. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. **Revista Gênero**, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31116>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, J. O.; BONFIM, L. M. G. A. A utilização do podcast como metodologia do ensino de filosofia. **Revista Profanações**. V. 9, p. 1-16, 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/4044>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MATTAR, E. Legislação patrimonial. In: SILVA, M. C. S. de M. (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 33-51.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. rev. E ampl. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**: actas del congreso. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 180-190. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/180-190_Oliveira-Milani.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, [S. l.], v. 11, n. 21, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MISKOLCI, R. Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 37-56. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/stonewall-40-o-que-no-brasil-colecao-cult>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.

MOTT, L. **Causa mortis: homofobia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.

MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL. Sobre o museu [online]. 2020. Disponível em: <http://www.mds.org.br/quem-somos/> Acesso em: 12 nov. 2023.

NASCIMENTO, F. A. **Memória da Militância**: a Contribuição da Organização do Conhecimento na Reconstrução da Memória do Movimento LGBT na Região do Cariri Cearense. 2021. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15380>.

Acesso em: 14 fev. 2022.

NASCIMENTO, F. A. **Nomear, classificar, existir**: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+. 2021. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/211026>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 16 fev. 2022.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: Acesso em: <https://observatoriomortesviolenciaslgbtibrasil.org/#>. 24 nov. 2023.

OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A.; CONEDO, Z. E. P. **Decolonialidad de la educación**: emergencia urgencia de una pedagogía decolonial. Santa Marta: Universidad del Magdalena, 2018.

OLIVEIRA, J. M. Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género. In: OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, Lúcia (Org.) **Gêneros e Sexualidades**: interseções e tangentes. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017. p. 115-138.

OLSON, H. A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. **Library Trends**, Illinois, v. 2, n. 58, p. 509-541, jan. 2007. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/231609>. Acesso em: 28 fev. 2022.

OLSON, H. A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, v. 45, n. 3, 2001.

ONG ESTRELA GUIA (Florianópolis). Estrela Guia: associação em prol da cidadania e dos direitos sexuais. associação em prol da cidadania e dos direitos sexuais. 2023. Disponível em: <https://www.estrelaguiasc.com/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PARKER, R. G. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro, Record, 2002.

PELEGRINI, S.C. A.; FUNARI, P. P.A. **O que é patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 116 p.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PERUCCHI, J. **Eu, tu, elas**: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81405>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PINHO, F. L. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de

Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103379>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PINHO, R.; PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, V. 42, n.3, p. 665-680, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PyPCKtCntxn8QbhTTVtZMzM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 15(3), 381–402, 2016. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>. Acesso em: 27 jul. 2023.

POLLAK, M. Identidade e memória social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 26 fev. 2022.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215- 253.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004. Acesso em: 20 jul. 2021.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of world-systems research**. California v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

QUIJANO, A. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014. p.697-704.

QUIROZ, J. J. G.; SOUZA, D. M. V. DE. Dificuldades do Patrimônio Lgbt: a Taça Warren No Museu Britânico. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 335–363, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11143> Acesso em: 09 de jun. 2021.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nbgqSYr89np8KP96VFwGCgt/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: Signs, Vol. 5, No. 4, **Women: Sex and Sexuality**. (Summer, 1980), pp. 631-660. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3173834?uid=2&uid=4&sid=21102450814601>. Acesso em: 22 nov. 2023

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROLNIK, S. Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil. In: **Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC**. São Paulo, 1987. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

ROMEIRO, N; WELLINGTON, C.; ALMEIDA, B. (Org.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres das questões LGBTQIAPN+ na Ciência da Informação. 1ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rb895Md-eQmG1ePNskX5hTTTEn6gtGRJ/view>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SALES, R. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari. In: AMORIM, I. S.; SALES, R. (org.). **Ensaio em organização do conhecimento**. Florianópolis: UDESC, 2021. p. 13-40. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000084/000084d4.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SALES, R.; GARCEZ, D. C. Biblioteca como um contradispositivo de resistência e decolonialidade. In: DUQUE CARDONA, N.; SILVA F. C. G. (Org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades na perspectiva Sul. 2ed. Florianópolis: Rocha: Selo Nyota, 2021, v. 1, p. 240-272.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciências pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 31-83.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Bénédicto. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 12. Ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, B. S; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e de igualdade. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, R. F. **A Proteção Do Patrimônio Bibliográfico No Brasil**: um estudo de caso em cidade histórica. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AANEJV>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 25 maio 2021.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, Brasil, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, jan. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SCHWINDEN, I. B. **Espaços de sociabilidade homoeróticos em Florianópolis na década de 80**. 2003. Monografia. (Curso de História) – Curso de Graduação em História, UFSC, Florianópolis.

SEDGWICK, E. K. **Tendências**. Londres: Routledge, 1994.

SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEIDMAN, S. “Deconstructing Queer Theory or the Under-Theorization of the Social and the Ethical”. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. (Orgs.). **Social Postmodernism. Beyond identity politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 116-141.

SELL, T. A. **Identidade Homossexual e Normas Sociais: Histórias de Vida**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVA, B. S. R. DA; BARROS, J. X. Patrimônio como categoria de luta LGBTQ+. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1[22], p. 54–65, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654798> Acesso em: 09 de jun. 2021.

SILVA, D. B. A patrimonialização das culturas LGBTQIAs no Brasil: uma questão urgente. **Acesso Livre**, [s. l.], n. 9, p. 25-40, 2018. Disponível em: https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2018/06/002_patrimonializac3a7c3a3o_cultura_lgbtqias.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, M. A. A. Roma: ascensão e queda de um império do carnaval. Aceno: **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 3, n. 2, p. 293-305, 03 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2545>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SILVA, M. A. Numa tarde qualquer: uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 15, 9 maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9891>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SILVA, M. A. **Se Manque!** Uma etnografia do Carnaval no “pedaço” GLS da Ilha de Santa Catarina. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/84642>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SILVA, R. A. DA. Às margens das margens: notas sobre as noções de patrimônio, memória social e performance na ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. spe, p. 149–161, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kMxjLLPFzfzwgnCD5XGr7J/?lang=pt>. Acesso em 25 maio 2021.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES JUNIOR, A. C. ‘...E havia um lampião na esquina’: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp002474.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SODRÉ, M. Prefácio à edição brasileira. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outras memórias possíveis: Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-8.

SOLANA RUIZ, J. L. Identidad cultural, racismo y antirracismo. In: GÓMEZ GARCÍA, P. (org.). **la ilusiones de la identidad**. Madrid: Cátedra/Universirad de Valencia, 2000.

SOUZA, W. L.; SILVA, A. A.; ALVES, D. C. S.; ROCHA, C. B. O. C.; MELO, T. C. L. O bricoleur, uma clínica rizomática e o “fazer psi”: repensando as práticas psicológicas. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Alagoas**, v.3, n.2, p.23-38, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/2617>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SPARGO, T. **Foucault and Queer Theory**. New York: Totem Books, 1999.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, C. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Cidade do México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TAYLOR, D. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TAYLOR, T. **Undeniable conjecture Placing LGBT Heritage**. Columbia University, 2019. Disponível em: <https://www.preservationalumni.org/wp-content/uploads/2019/05/Fitch-Prize-2011-Taylor.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

THÜRLER, D. A desguetificação da cultura guei. In: I Encontro Funarte de Políticas para as Artes, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** I Encontro Funarte de Políticas para as Artes, 2011. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2011/08/A-DESGUETIFICACAO-DA-CULTURA-GUEI.pdf>. Acesso em: 25 fev., de 2022.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3 ed. revisada e ampliada. São Paulo, Record, 2000.

UNESCO. **Declaración de México sobre las políticas culturales**. 1982. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 24 fev, 2022

VANIN, L. F.; OLIVEIRA, A. C. P. Jornal lampião da esquina: um acervo relevante para a cultura LGBTQ+ na biblioteca pública. In: ROMEIRO, N.; MARTINS, C. W.; ALMEIDA, B. (Orgs.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. 1ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2019, v. 1, p. 303-346

VENCATO, A. P. **Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/84381>. Acesso em: 24 nov. 2023.

VIEIRA, W. **A luta nunca termina**. 2020. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

WIKIPÉDIA: **Carnaval de Florianópolis**. Carnaval de Florianópolis. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaval_de_Florian%C3%B3polis. Acesso em: 23 nov. 2023.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

APRESENTAÇÃO

- Cumprimentar as pessoas entrevistadas e agradecer por sua participação na pesquisa.
- Explicar o propósito da entrevista e como as respostas do entrevistado contribuirão para a compreensão da organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.
- Esclarecer que as respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima, garantindo a privacidade do participante.
- Solicitar o consentimento informado da pessoa entrevistada para gravar ou tomar notas durante a entrevista.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apresentação da pessoa entrevistada.

- Informações básicas de identificação, como nome social, idade, gênero, orientação sexual, etnia, ocupação e qualquer outra informação relevante que a pessoa entrevistada achar relevante.

Experiências pessoais e históricas:

- Pedir para as pessoas entrevistadas relatarem suas experiências pessoais relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis. como suas vivências, memórias e histórias que considerem importantes.

TÓPICOS ESPECÍFICOS

- Indagar sobre as iniciativas existentes de organização de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ em Florianópolis-SC. Perguntar se a pessoa entrevistada está envolta em alguma dessas iniciativas e como elas são conduzidas.
- Explorar os desafios enfrentados na organização e preservação das memórias, como a coleta de depoimentos, documentos, fotografias, objetos e outros materiais relacionados à cultura LGBTQIAPN+. Pedir para as pessoas convidadas compartilharem materiais relacionado à cultura e memória LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC.
- Conversar sobre a importância de documentar e compartilhar essas memórias, e como isso pode contribuir para a visibilidade, a luta por direitos e a valorização da

diversidade.

- A partir de uma lista pré-definida de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, estabelecer um diálogo sobre a representatividade e a interferência social dessas,
- Descobrir outras categorias e/ou complementação das categorias já expostas:
- Festividades, eventos, manifestações, etc.
 - Parada da Diversidade
 - Pop Gay
 - Carnaval do Roma
- Lugares:
 - Praia da Galheta
 - Boates/Festas (Mix Café, Conca, Bar do DECA, Etc...)
 - Avenida Hercílio Luz
 - Bob's da Trajano
 - Madalena Bar
- Performances:
 - Arte drag, Vogue, etc...
- Representatividades políticas e sociais:
 - Meios institucionais (Carla Ayres, Leonel Camasão, Lirous, etc.)
 - Coletivos (Arco-íris, ADEH, Acontece, etc...)
 - Comissão de Cultura LGBTQTIA+ de Florianópolis
 - Artistas: Risotril, Selma Light, Lirous, etc...

ENCERRAMENTO

- Agradecer as pessoas entrevistadas por sua participação e pelas informações compartilhadas.
- Oportunidade para a pessoa entrevistada adicionar quaisquer comentários ou informações adicionais que considerem relevantes.
- Esclarecer quaisquer dúvidas sobre o processo de pesquisa.
- Garantir novamente a confidencialidade dos dados e reforçar o compromisso em proteger a identidade das pessoas entrevistadas.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Programa De Pós-Graduação Em Ciência Da Informação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar da pesquisa intitulada “ORGANIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+ DE FLORIANÓPOLIS-SC SOB A PERSPECTIVA DA DESCLASSIFICAÇÃO”. Este estudo faz parte da pesquisa de dissertação que realizo no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, iniciados em 2021, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Este trabalho pretende investigar possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, a partir da teoria da desclassificação. Para isso, durante a fase de campo da pesquisa, você será entrevistada(o) uma vez, de forma individual e reservada, através de um encontro virtual via aplicativo *Google Meet*, para conversarmos sobre sua experiência e vivência na cultura LGBTQIAPN+ na cidade de Florianópolis-SC. A entrevista terá duração, em média, de 40 a 60 minutos.

Importa salientar que os procedimentos de coleta de dados, neste caso, por meio de entrevistas on-line, não têm a intenção de serem agressivos ou prejudiciais à sua vida. Poderá, no entanto, sentir algum desconforto durante a entrevista, como constrangimento, evocar memórias desagradáveis, aborrecimento e/ou dificuldade em compreender alguma questão. Também pode ocorrer desconforto ao expor percepções e sentimentos sobre a sua experiência, mas estes serão minimizados ou mesmo eliminados através de esclarecimentos sobre a pergunta ou da interrupção da entrevista, promovendo a abertura para discussão sobre o assunto. Neste sentido, o investigador irá conduzir a entrevista de forma a minimizar as consequências, protegendo a sua integridade. Durante os procedimentos de coleta de dados, estará sempre acompanhado(a) pelo investigador, que lhe prestará a assistência necessária e esclarecerá qualquer dúvida sobre o projeto. Além disso, pode optar por deixar de participar na pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de apresentar justificativa alguma. Caso

decida cessar a sua participação, não sofrerá qualquer prejuízo.

Esta pesquisa visa integrar as perspectivas das pessoas entrevistadas na organização do conhecimento de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ em Florianópolis, promovendo a co-construção de materiais relevantes para a área da Ciência da Informação. Os resultados esperados têm o potencial de proporcionar uma abordagem mais inclusiva e respeitosa das diversas identidades de gênero e sexualidades. Os resultados podem impactar áreas relacionadas, estimulando novos debates e o desenvolvimento de metodologias sensíveis e éticas em relação a cultura LGBTQIAPN+. Por fim, a pesquisa busca fortalecer a identidade e memória coletiva das comunidades LGBTQIAPN+, valorizando suas contribuições culturais e experiências históricas, permitindo uma maior participação e protagonismo desses grupos na construção de suas próprias narrativas. Isso contribui para uma sociedade mais plural e inclusiva, onde as diversas expressões culturais e identidades de gênero e sexualidade são respeitadas e valorizadas.

Reforçamos que a entrevista será realizada em formato virtual por meio do aplicativo *Google Meet*. Desta forma, solicitamos o seu consentimento para a gravação de áudio e imagem da entrevista por meio de dispositivo de gravação disponibilizado pelo próprio aplicativo *Google Meet*. O uso desta servirá a um maior resgate do conteúdo das falas para a posterior análise, através da transcrição a ser realizada. Os arquivos de dados gerados serão armazenados pelo período de 5 anos. Deixamos explicitado que a interrupção da gravação é permitida a qualquer momento da entrevista, caso sinta-se desconfortável ou desista da gravação. Os pesquisadores estabelecem o compromisso em garantir acesso ao conteúdo das transcrições das entrevistas uma vez que estejam prontas; e o sigilo quanto à identificação em qualquer forma de divulgação dos resultados da pesquisa.

Ressaltamos que os pesquisadores serão os únicos a ter acesso às informações das entrevistas e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, todavia sempre existe a possibilidade, mesmo que remota, da quebra do sigilo involuntário e/ou não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Informamos também que os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros e/ou publicados revistas científicas, entretanto mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido

integralmente pelos pesquisadores. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização e/ou ressarcimento, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Em caso de necessidade, a qualquer momento que julgar necessário, você poderá contatar o pesquisador, Luís Fernando Vanin, através do telefone de número +55 (048) 99841-5503, pelo e-mail: luisfernandovanin@gmail.com ou ainda no endereço Rua Valter de Oliveira, 78, Campeche, Florianópolis-SC, CEP: 88063-004. Poderá também contatar ou dirigir-se ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) no Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400, ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou ainda pelo número: + 55 (48) 3721-6094. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Esse Termo foi elaborado em duas vias, devendo ser ambas rubricadas e assinadas, sendo que uma das vias será obrigatoriamente entregue para você (participante), e outra de igual teor ficará guardada, sob sigilo, com os pesquisadores.

Após a leitura desse Termo, gostaria de saber se você aceita participar da pesquisa. Se você aceita, peço que assine o Consentimento abaixo.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação

Pesquisador principal: Luís Fernando Vanin

Pesquisador Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Sales

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informa-se aqui, todos os procedimentos da pesquisa, de forma clara e objetiva, todas as explicações sobre o estudo. As informações fornecidas serão tratadas com sigilo, garantindo a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os eventuais riscos da pesquisa são baixos e não haverá despesas por parte da pessoa entrevistada. A interrupção ou desistência da participação na pesquisa pode ser solicitada a qualquer tempo, sem ônus para a pessoa entrevistada.

Esse Termo está em duas vias e ambas serão rubricadas e assinadas, sendo que uma das vias será obrigatoriamente entregue ao participante, e outra de igual teor ficará guardada, sob sigilo, com os pesquisadores.

Permito gravação por áudio e vídeo: () sim () não

Florianópolis, ... de de 2023.

Nome por extenso do(a) entrevistado(a):

Assinatura:

.....

Nós, Luís Fernando Vanin e Rodrigo de Sales, declaramos que fornecemos todas as informações do projeto ao participante e que cumprimos com todas as normas da Resolução nº 466/12.

Assinatura do pesquisador responsável

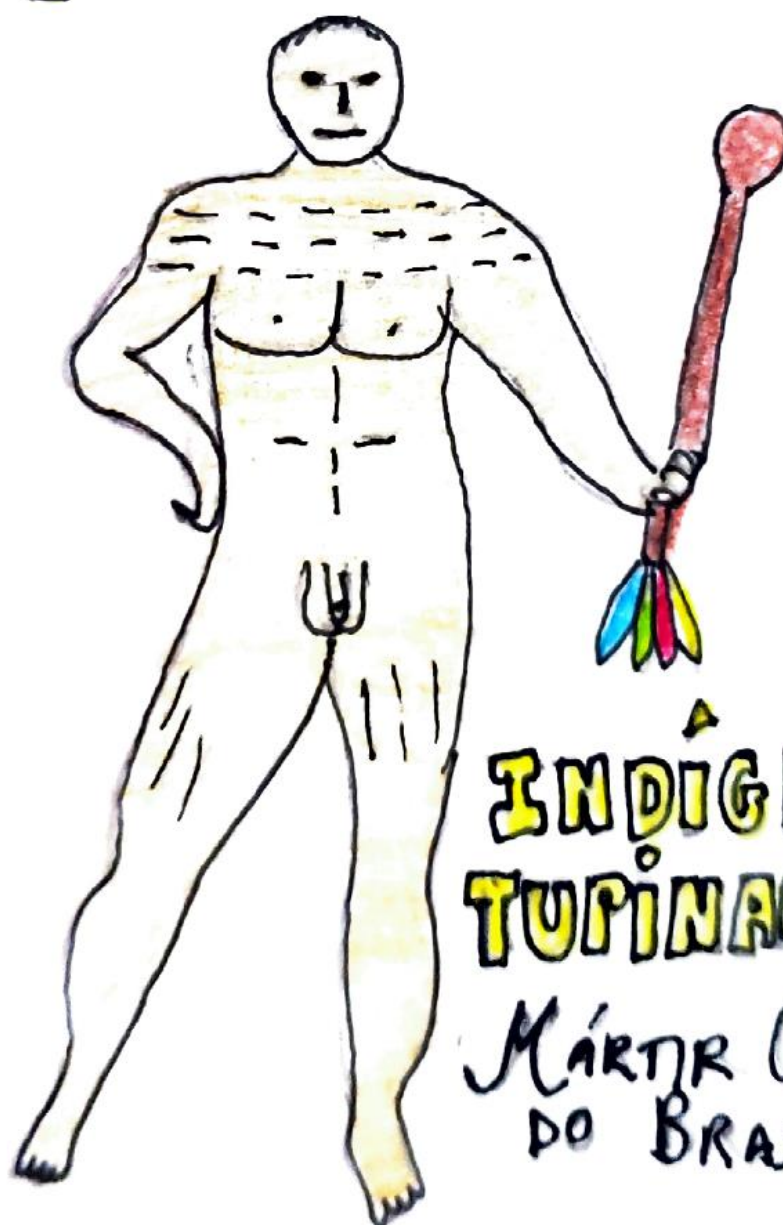
Luís Fernando Vanin

Assinatura do Orientador

Rodrigo de Sales

ANEXO A⁵²

EU, TIBIRA!



INDÍGENA TUPINAMBÁ

MÁRTIR GAY
DO BRASIL

Carlos Wellington

1

⁵² MARTINS, Carlos Wellington Soares. **Eu, Tibira!** Indígena Tupinambá: Mártir gay do Brasil. Zine. 2023.

EU, **TIBIRA**

INDÍGENA TUPINAMBÁ DAS
TERRAS DO MARANHÃO
OS BRANCOS QUE AQUI
VIERAM DIZIAM QUE
ÉRAMOS LUXURIOSOS
QUE NÃO HOUVESSE
PECADO QUE NÃO COMETES-
SEMOS
E QUE NOSSOS **PECADOS**
CLAMAVAM AOS CÉUS

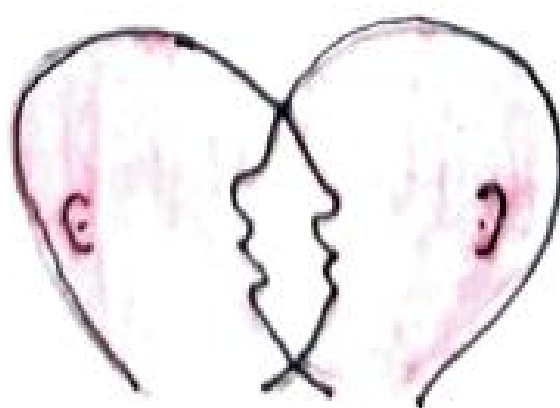




SER CHAMADO DE **TIBIRA**, EM
TUPI, É O MESMO QUE SER
CHAMADO **GAY** EM VOSSO TEMPO
DIZEM QUE NO EXTERIOR EU
ERA HOMEM, MAS TAMBÉM
ERA HERMAFRODITA E COM
VOZ DE MULHER

TUPINAMBÁS NAMBIQUARAS
 GUAIKURUS
 TIKUNAS BOKOROS
 XAMBIOÁS

ONDE O AMOR ENTRE IGUAIS
 ERA PERMITIDO, ERA NATURAL
 AÍ VEIO O HOMEM BRANCO
 COM SEU PECADO DIZENDO
 QUE NOSSO AMOR NÃO ERA
 REAL

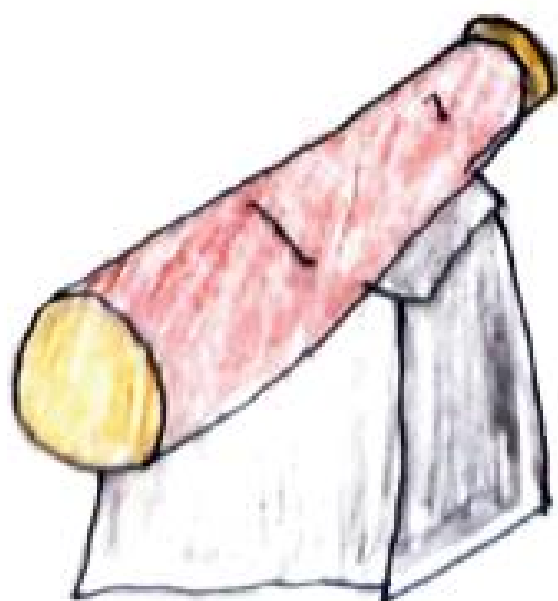




FUI ESCOLHIDO COMO EXEMPLO
ME DERAM OUTRO NOME E QUE
ERA "BOM LADRÃO" NA BOCA
DE UM CANHÃO ME PUSERAM
E EM UM ESTRONDO CEIFARAM
MEU VIVER E MEU CORAÇÃO



MAS NÃO MINHA MEMÓRIA



6

PRIMEIRO CASO REGISTRADO
DE HOMOFOBIA NA ERA CRISTÃ
PRIMEIRO MÁRTIR INDÍGENA
GAY DAS AMÉRICAS

SALVE SÃO TIBIRA
DO MARANHÃO
SALVE TIBIRA!